



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

AYOUB HANNA AYOUB

**O NOVO CÓDIGO FLORESTAL:
A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O DEBATE JORNALÍSTICO**

Londrina
2020

AYOUB HANNA AYOUB

**O NOVO CÓDIGO FLORESTAL:
A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O DEBATE JORNALÍSTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eloiza Cristiane Torres

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

A979 Ayoub, Ayoub Hanna .
O Novo Código Florestal: a Ciência Geográfica e o debate jornalístico / Ayoub Hanna Ayoub. - Londrina, 2020.
192 f. : il.

Orientador: Eloiza Cristiane Torres .
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Ciência Geográfica - Tese. 2. Território - Tese. 3. Novo Código Florestal - Tese. 4. Jornalismo - Tese. I. Torres , Eloiza Cristiane . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

AYOUB HANNA AYOUB

**O NOVO CÓDIGO FLORESTAL:
A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O DEBATE JORNALÍSTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Eloiza Cristiane Torres
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Léia Aparecida Veiga
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana - UNILA

Prof. Dr. Miguel Luiz Contani
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Jussara Fraga Portugal
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof.^a Dr.^a Karine Bueno Vargas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -
UFRRJ

Londrina, 26 de outubro de 2020.

DEDICATÓRIA

Para **Thamine** e **Alissar**, minhas paixões,
sempre na luta por um mundo melhor.

Para cientistas, pesquisadoras e
pesquisadores que contribuem para que
as pessoas obtenham um novo olhar
sobre a causa ambiental.

AGRADECIMENTOS

A multifacetada tarefa de construir uma tese só é plenamente realizável, se tiver podido contar com a atitude cooperante de um significativo conjunto de agentes, em diferentes momentos, nos mais variados papéis e diante de situações inesperadas. Portanto, agradeço:

A todos os que, de modo direto ou indireto, me apoiaram, atendendo às demandas por informação, avaliação de direcionamentos tomados, esclarecimentos sobre o manejo da coleta de dados e nas sugestões quanto aos aportes metodológicos, dentre outras inestimáveis contribuições. Não os nomeio, individualmente, para evitar o risco de omissões, mas presto-lhes aqui o meu mais sincero tributo.

À minha orientadora, Prof.^a Eloiza Cristiane Torres, por sua dedicação, disposição constante em compartilhar seus conhecimentos e experiências, pela paciente revisão de meus escritos, sempre seguida de precisas avaliações dos conceitos apresentados — uma pesquisadora atenta com as alternativas hoje frequentes na interdisciplinaridade da educação ambiental.

À equipe de professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, por tudo o que com eles aprendi, tanto nas disciplinas cursadas, como nos eventos e na leitura de suas produções. Destaco minha satisfação pela acolhida que me proporcionaram em seus respectivos campos de estudo, e na aptidão que me transferiram no sentido de ampliar meus horizontes na Ciência Geográfica.

À Prof.^a Esther Gomes de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, com quem aprendi, com grande empolgação, a gostar e entender de Análise do Discurso, metodologia por mim incorporada à base explicativa de minhas reflexões. Expresso aqui minha especial gratidão, pelas competentes sugestões recebidas da professora, para o aporte metodológico desta tese.

À Prof.^a Nilza Aparecida Freres Stipp e ao Prof. Miguel Luiz Contani, pelos aconselhamentos oferecidos durante a etapa de qualificação. Dedico particular apreço à atenta leitura realizada por ambos, para mim, uma honrosa demonstração

de empenho para o aperfeiçoamento da proposta de estudo e ampliação da eficácia metodológica.

Aos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, por atenderem, com admirável receptividade, à solicitação de participar de uma vivência dialogal sobre as análises de dados, realizada durante a disciplina Geografia Física e Educação Ambiental. Os resultados geraram evidências da aquisição de olhares renovados sobre a questão central da pesquisa, e foram incorporados ao capítulo analítico desta tese.

À minha mãe, Hélène, à minha companheira Gláucia e a nossas filhas Thamine e Alissar — mulheres que me dão rumo — agradeço o incentivo, o encorajamento e a renovação de ânimo diante dos obstáculos. E também por abrirem mão de minha companhia e de meu apoio, nos momentos de envolvimento com a pesquisa.

À Universidade Estadual de Londrina, por viabilizar a concretização de mais essa capacitação em minha trajetória profissional.

É fundamental que no âmbito da problemática ambiental os fundamentos teóricos de uma nova forma de produção do conhecimento sejam indissociáveis da prática interdisciplinar, entendida como a articulação das diversas disciplinas para melhor compreender e gerir situações de acomodação, tensão ou conflito entre as necessidades, as práticas humanas e as dinâmicas naturais.

Dimas Floriani

AYOUB, Ayoub Hanna. **O Novo Código Florestal: a Ciência Geográfica e o debate jornalístico.** 2020. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

O Novo Código Florestal Brasileiro insere-se como uma das discussões centrais levadas a efeito atualmente, tanto pelas repercussões que produz quando a ele se associa o tema do direito ambiental, como pela prontidão que se verifica, em todas as esferas de opinião, para uma avaliação de impactos, equilíbrio, preservação, cuidados especiais a tomar, crenças, hábitos a adquirir e/ou modificar. A Ciência Geográfica tem essa discussão como objeto de permanente estudo. Este trabalho realiza uma análise do noticiário do jornal O Estado de S. Paulo, no período de 2010 a 2018, envolvendo a discussão do Novo Código Florestal. O fenômeno midiático, originado pelo debate registrado nas páginas desse jornal, é estudado em termos dos impactos e da influência direta que é capaz de projetar na predisposição interpretativa dos leitores. A categoria de análise geográfica adotada é a de Território. A tese defendida é de que há modos de evidenciar a ocorrência de processos de manipulação da informação, pela divulgação de uma posição político-partidária de características conservadoras. Para a coleta, descrição e análise dos dados, a metodologia associa referenciais teóricos do Jornalismo e da Ciência Geográfica, aos critérios de Valência e ao conceito de Cenografia, este último encontrado na abordagem de Análise do Discurso (Dominique Maingueneau). Esse mesmo direcionamento metodológico orienta a contínua aferição e ajustes, de modo a assegurar confiabilidade para composição de um roteiro apto a permitir inferências sobre as hipóteses levantadas. Os princípios da Educação Ambiental são vivenciados na condução de uma oficina com estudantes de pós-graduação em Geografia, e os resultados foram incorporados na validação das hipóteses. Enunciar ajustes nas bases metodológicas é uma contribuição esperada diante da responsabilidade imposta pelo tratamento do tema da manipulação. A complexidade dos tópicos presentes no noticiário, os aspectos a serem levados em consideração e as formas de expressar os resultados do debate aqui mencionado, são fatores considerados indissociáveis.

Palavras-chave: Educação ambiental. Ciência Geográfica. Território. Novo código florestal. Jornalismo.

AYOUB, Ayoub Hanna. **The New Forest Code**: the geographic science and the journalistic debate. 2020. 190 p. Thesis (Doctorate in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

The New Brazilian Forest Code is one of the main discussions currently held, due to the repercussions it produces as a topic associated with the theme of environmental law, as well as by the promptness from the part of all spheres of opinion, for an evaluation of impacts, balance, preservation, special care to be taken, beliefs, habits to acquire and/or modify. Geographic Sciences hold this discussion as an object of permanent study. This work conducts an analysis of the news reported by the newspaper O Estado de S. Paulo, during the period from 2010 to 2018, involving the environmental issues. The media phenomenon of the debate on the pages of this newspaper is focused on its impacts and direct influence in the reader's interpretative predisposition. The category of geographic analysis used is that of Territory. The thesis statement is that there are ways of evidencing the use of information manipulation in connection with the intense disclosure of a political partisan position of conservative characteristics. For data collection, description and analysis, the methodology combines theoretical references of journalism and geographical sciences, with Valence criteria and the concept of Scenography, this latter found in the Discourse Analysis approach (Dominique Maingueneau). Such procedures further source continuous measurement and adjustments, so that they can provide a reliable guide for inferences on the hypotheses raised. The principles of Environmental Education are experienced during a workshop session with students of postgraduation in Geography, and the results are incorporated in the validation of hypotheses. Enunciating revised methodologies is also an expected contribution, considering the responsibility imposed by the treatment of the theme of manipulation. The complexity of the topics in the news, the aspects to be considered and the ways of expressing the results of the aforementioned debate, are factors deemed inseparable.

Keywords: Environmental Education. Geographic Science. Territory. New Forest Code. Journalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Capa da edição nacional do dia 09/05/2010	57
Figura 2	Capa da edição nacional do dia 10/06/2010	59
Figura 3	Capa da edição nacional do dia 07/07/2010	60
Figura 4	Capa da edição nacional do dia 23/07/2010	62
Figura 5	Capa da edição nacional do dia 25/02/2011	63
Figura 6	Capa da edição nacional do dia 03/05/2011	64
Figura 7	Capa da edição nacional do dia 10/05/2011	66
Figura 8	Capa da edição nacional do dia 13/05/2011	67
Figura 9	Capa da edição nacional do dia 24/05/2011	69
Figura 10	Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 25/05/2011	70
Figura 11	Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 26/05/2011	73
Figura 12	Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 09/06/2011	77
Figura 13	Capa da edição nacional do dia 11/10/2011	79
Figura 14	Capa da edição São Paulo do dia 07/12/2011	80
Figura 15	Capa da edição nacional do dia 11/12/2011	84
Figura 16	Capa da edição nacional do dia 09/03/2012	85
Figura 17	Capa da edição nacional do dia 24/03/2012	86
Figura 18	Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 26/04/2012	87
Figura 19	Capa da edição São Paulo do dia 26/05/2012	89
Figura 20	Capa da edição São Paulo do dia 30/05/2012	90
Figura 21	Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 06/06/2012	91
Figura 22	Capa da edição nacional do dia 27/08/2012	93
Figura 23	Capa da edição nacional do dia 30/08/2012	94
Figura 24	Capa da edição nacional do dia 19/10/2012	94
Figura 25	Capa da edição nacional do dia 18/09/2016	96
Figura 26	Capa da edição nacional do dia 13/02/2017	97
Figura 27	Capa da edição nacional do dia 25/02/2018	98

Figura 28	Capa da edição nacional do dia 01/03/2018	99
Figura 29	Capa da edição nacional do dia 02/03/2018	100
Figura 30	Percurso da análise.....	103
Figura 31	Textos da primeira atividade de análise da oficina.....	108
Figura 32	Textos da segunda atividade de análise da oficina.....	109
Figura 33	Textos da terceira atividade de análise da oficina.....	111
Figura 34	Textos da quarta atividade de análise da oficina	112
Figura 35	Textos da quinta atividade de análise da oficina.....	115
Figura 36	Textos da sexta atividade de análise da oficina	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de registros encontrados de acordo com o termo de busca.....	48
Tabela 2	Frequência dos 10 adjetivos mais utilizados por editoria	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Lista de capas de edições impressas selecionadas para a pesquisa.....	51
Quadro 2	Análise das valências das matérias	102
Quadro 3	Lista de todos os registros de busca da pesquisa.....	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Histórico da legislação ambiental brasileira	49
Gráfico 2	Histograma dos registros encontrados por ano e por editoria.....	49
Gráfico 3	Mapa das locuções mais frequentes encontradas na pesquisa	51
Gráfico 4	Histograma dos registros encontrados por trimestre e por editoria	140
Gráfico 5	Histograma dos registros encontrados por mês e por editoria	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAR	Cadastro Ambiental Rural
Enanpege	Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
FPA	Frente Parlamentar Mista da Agropecuária
JL	Jornal de Londrina
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OESP	Jornal O Estado de S. Paulo
PPGeo	Programa de Pós-Graduação em Geografia
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	LIBERDADE DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO	23
2.1	IMPrensa E LIBERDADE	26
2.2	PRINCÍPIOS AMBIENTAIS	36
2.2.1	Categoria Território.....	38
3	MATERIAIS E MÉTODOS	44
3.1	DEFINIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA.....	46
3.2	GUIAS DE ANÁLISE.....	54
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
5	OFICINA PEDAGÓGICA EM MÍDIA E ANÁLISE GEOGRÁFICA	104
5.1	MANIPULAÇÃO DA MÍDIA	104
5.1.1	Parte Teórica	105
5.1.2	Parte Prática.....	106
5.2	RETORNO DA OFICINA.....	117
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS	123
	APÊNDICES	126
	APÊNDICE A Registros de busca.....	127
	APÊNDICE B Frequência de publicação das notícias que compõem o corpus da pesquisa	140
	ANEXOS	141
	ANEXO A Fac-símile das capas e referidas reportagens do Estadão ..	142

1 INTRODUÇÃO

Danos em relação à poluição das águas, destruição das florestas, extinção de espécies animais e vegetais com a conseqüente alteração e redução da diversidade biológica, fazem parte da exigência de uma atitude de prevenção, mas também são requeridas diferenciações de aplicação dos conceitos em torno dela. Para Aragão (2018), dentro da complexa teia de relações encontrada no tratamento das questões ambientais, mesmo com os relevantes aportes conceituais e formas de abordagem, como os da teoria sistêmica, teoria da complexidade, do materialismo histórico e dialético, da fenomenologia entre outros, a produção de um saber com suficiente abrangência é um permanente desafio. Trata-se de algo extremamente difícil, tendo-se em conta as diferentes visões sobre o tema, a diversidade interpretativa que provocam na busca para compreender o arranjo de relações que compõem a noção de meio ambiente. A Geografia se incorpora pelo fato de que sua “evolução histórica e movimentos de renovação internos auxiliam para colocá-la como importante componente na construção de um saber holístico” (ARAGÃO, 2018, p. 152).

Ao discutir os motivos pelos quais a reflexão sobre a questão ambiental é incorporada pela Geografia, o autor menciona os grandes desafios originados pela ordem econômica vigente, demandando ações políticas de grande envergadura e o acompanhamento de processos tais como as mudanças climáticas, a fome, as enchentes urbanas, a diminuição da pobreza, a resolução de conflitos étnicos, terrorismo, dentre outros. A confusão entre informação e conhecimento que configura a expansão do meio técnico e científico atualmente, é acentuada também pelo distúrbio na correlação entre realidade e meio ambiente. (ARAGÃO, 2018, p. 152).

Esse conjunto de causas é agravado pela insuficiência da ciência em geral, no sentido de apresentar propostas que ultrapassem o modelo cartesiano de construção do conhecimento, e pela exigência cada vez maior, no ambiente escolar de realizar ações interdisciplinares. “As propostas em educação nos países, como o Brasil, ganham conteúdo social mercadológico – e não humano emancipador, à medida que instrumentalizam a educação à mercê das transformações socioeconômicas necessárias” (ARAGÃO, 2018, p. 152). O autor completa afirmando que

A questão ambiental, por sua vez, implica a reforma de inúmeras estruturas, sejam elas de pensamento, econômicas, sociais, culturais, políticas, entre outras. Sobretudo, quando a escala dos grandes dilemas e paradoxos socioambientais não está circunscrita a um ou outro local da superfície terrestre, dispondo-se entre extensões espaciais multiescalares e com dinâmicas em rede caracterizadas pela instantaneidade temporal inédita das informações, viabilizada pela técnica dos tempos globalizados (ARAGÃO, 2018, p. 152).

A dialogicidade com outros campos do saber sempre foi uma marca e até uma forma de identidade científica da Geografia, e agora, mais do que nunca, essa característica não pode ser colocada em segundo plano. Há, portanto, para pensar a questão ambiental, a necessidade de se pensar uma Geografia plena de interdisciplinaridades, sobretudo em temas como as relações do homem com o meio, o ser humano compreendido como um ente natural interno. (ARAGÃO, 2018, p. 169). E cabe reconhecer também que a Geografia deve ser entendida “com seu arcabouço teórico metodológico, uma importante condutora da discussão interdisciplinar, por ora, indicada como a mais próxima para uma compreensão holística das questões ambientais que compõem a realidade” (ARAGÃO, 2018, p. 171).

Tradicionalmente a imprensa mantém espaços destinados a artigos opinativos. No caso de opinião do próprio jornal, o espaço prioritário é o editorial, mas há outras possibilidades, como os artigos de opinião, assinados pelos chamados articulistas e as colunas (espaços fixos sobre determinados assuntos, como, por exemplo, política ou economia, diárias ou com outra periodicidade). As colunas também podem ser escritas por articulistas que são jornalistas ou colaboradores especializados de outras profissões, caso de economistas, engenheiros agrônomos, médicos, advogados, dentre outros. O editorial sempre representa a opinião da empresa, mas os demais formatos podem ser usados para também expressar opiniões divergentes. Há ainda a possibilidade de eventuais respostas às opiniões expressas em artigos ou mesmo colunas.

De acordo com a regulamentação da profissão de jornalista, esse tipo de atividade (de colaboradores e articulistas) não é restrito aos jornalistas. Isso não significa que os princípios éticos que regem a profissão de jornalista não devam ser respeitados. Existem também as regras do jornalismo de qualidade que regem a atividade profissional como um todo, independentemente do Código de Ética. Princípios como, por exemplo, o compromisso com a verdade dos fatos. Esta é a essência da análise proposta nesta tese, que se assenta no princípio de que o direito

à Informação (do cidadão) acaba por ser restringido ou até mesmo tolhido, exatamente no interior do debate sobre liberdade de imprensa em contraposição a “liberdade de empresa”. Quem define a linha e, fundamentalmente, o conteúdo editorial dos meios de comunicação é o proprietário da empresa.

O jornalista (e também professor) Perseu Abramo¹ deixou um legado profissional e ético que influenciou, influencia e continuará influenciando várias gerações de jornalistas. Em quase meio século de atividade profissional, destacou-se por ser uma referência ética. Um conceito marcante contido em sua obra *Padrões de manipulação na grande imprensa* é o de que “uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, *praticado pela maioria da grande imprensa*, é a manipulação da informação” (ABRAMO, 2003, p. 23, grifo nosso). Os padrões de manipulação abrangem elementos tais como: ocultação; fragmentação; inversão; indução; padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio. Nessa mesma fonte, encontra-se o prefácio assinado por Hamilton Octávio de Souza² para quem a manipulação está estruturada no modo de produção do jornalismo, que ultrapassa a própria ação restrita aos empresários, com seus interesses específicos e diretos.

A manipulação é produzida pelo profissional da redação, o jornalista que passou pela universidade, e que entende de comunicação – e que está “impregnado” pela ideologia do proprietário do veículo em que trabalha. Se essa consideração pode ser aplicada ao jornalista que trabalha no jornal, certamente deve ser entendida com a mesma perspectiva quando se trata de colaboradores (colunistas), muitas vezes escolhidos diretamente pelo próprio dono do jornal. É desse cenário que se extrai a pergunta que dá partida a esta pesquisa: Que evidências podem ser encontradas a respeito de como se dá a utilização da imprensa, por parte desses mesmos setores conservadores da sociedade, quando se trata de debates sobre o Novo Código Florestal?

São levantadas as seguintes hipóteses: 1) Tanto a articulação política como as intervenções no Congresso, têm os mesmos atores (“agronegócio” e “bancada ruralista”); 2) A posição político-partidária conservadora é habilmente

¹ 1 ABRAMO, Perseu: Jornalista e sociólogo. Foi professor de sociologia na Universidade de Brasília e na Universidade Federal da Bahia, e professor de jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Fundação Armando Álvares Penteado.

² SOUZA, Hamilton Octávio de: Jornalista e professor universitário. Foi aluno e colega de trabalho de Perseu Abramo. Dentre várias atividades profissionais e cargos, destacam-se a chefia do Departamento de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e o de editor da revista *Sem-Terra*.

embutida em mensagens veiculadas em frequência e intensidade suficiente para caracterizar manipulação. O objetivo geral é avaliar o grau em que os elementos encontrados podem sustentar a afirmação de que há um controle ideológico permeando os textos jornalísticos, e manipulação conservadora na difusão de informações sobre o Novo Código Florestal n'O Estado de S. Paulo (OESP). Os objetivos específicos são:

- Analisar conceitualmente a complexidade dos tópicos relacionados à abordagem sobre o Novo Código Florestal, para verificar como são apresentados na Ciência Geográfica e o enfoque pelo qual são tratados na linha editorial do jornal O Estado de S. Paulo;
- Descrever os modos como a postura editorial do jornal O Estado de S. Paulo reflete, de forma não explícita, as atitudes e ideias dos atores envolvidos, na difusão de mensagens negativas e conservadoras sobre o debate a respeito das mudanças do Novo Código Florestal;
- Enunciar uma composição de guias de análise derivados de uma metodologia cruzada entre conceitos de Ciência Geográfica e Jornalismo, para aferir, com base em conceitos de Análise do Discurso, a linha editorial do jornal O Estado de S. Paulo, e inferir sobre a presença de manipulação da informação;
- Avaliar se o grau de concentração e o volume dessa manipulação evidenciam um efetivo potencial de interferir na formação de opinião, na absorção de conceitos sobre o Novo Código Florestal e na eventual adesão da opinião pública a uma postura conservadora.

Os referenciais teórico-metodológicos da Ciência Geográfica e os da pesquisa jornalística comporão um elenco de procedimentos de coleta, descrição e análise de dados, para determinar em que medida a concentração de ocorrências, encontradas nos materiais em análise, é suficiente para autorizar a inferência de que elas significam a veiculação de uma postura conservadora. Esse encaminhamento

metodológico vem sendo adotado pelo autor desta tese, desde os estudos de mestrado, em que mensurou o grau de manipulação encontrado nos noticiários publicados na imprensa, naquela oportunidade, com recorte na questão agrária. A satanização do MST constatada nesse trabalho dissertativo já implicava o debate da questão ambiental, e agora é particularizada para as discussões do Novo Código Florestal. Em ambos os casos, verifica-se a presença, em diversos graus dos atores bancada ruralista no Congresso e os representantes do agronegócio.

Na experiência da pesquisa de mestrado, foram gerados procedimentos que agora serão aperfeiçoados e expandidos, para alcançar maior precisão conceitual, harmonia na atribuição de valor, adequação de terminologia, ampliação no alcance dos problemas e fatores de integração humana, dentre outros, em que a Ciência Geográfica e a prática jornalística irão assegurar tratamento científico de conteúdos envolvidos na questão agrária e na crise ambiental.

Os debates entre participantes do grupo de pesquisa em mídia impressa e Geografia resultaram na publicação do livro intitulado *Geografia e Mídia Impressa*, em cuja linha editorial se definia que o papel da mídia impressa era associado à construção de representações sociais e nas apropriações e usos dos lugares pelas diferentes classes sociais. A mídia impressa era também entendida “numa perspectiva geográfica, enquanto instrumento de registro e construção da memória de determinadas geografidades, por abordar fatos que necessariamente estão localizados espaço-temporalmente” (KATUTA, et al., 2009, p.7).

A experiência da publicação desse livro mostrou a importância da interdisciplinaridade entre a Ciência Geográfica e o Jornalismo, tanto no sentido prático como no de objeto de pesquisa. Na sequência, o autor desta tese participou, no âmbito do programa, de disciplinas do doutorado em Geografia, e ofertou, no curso de jornalismo da UEL, uma disciplina especial aberta à participação de estudantes de Geografia, e minicursos na Semana de Geografia da UEL (2014 e 2019). Foi assim reforçada a compreensão da importância da interdisciplinaridade Geografia/Jornalismo. A proposta desta tese é, portanto, colocar em diálogo os referenciais teóricos da Ciência Geográfica com o conteúdo da ação jornalística – buscando promover, na prática de análise de uma mídia impressa, a interdisciplinaridade.

A coleta de dados desta tese abrangeu o período entre 2010 e 2018, o que possibilitou contato com um considerável conjunto de registros. Esse resultado constituiu um panorama histórico das etapas pelas quais a abordagem do Novo

Código Florestal se configurou. O recorte foi estabelecido considerando os textos que apareciam na coleta mas que, ao mesmo tempo, tinham chamada na capa. Chegou-se ao montante de 29 matérias dentro desse critério, que foram analisadas integralmente. Uma peculiaridade a registrar é o fato de que o jornal publica duas edições no mesmo dia, uma para a cidade de São Paulo e outra para todo o território nacional. A maior parte das vezes, os conteúdos coincidem, mas há ocasiões em que se diferenciam – a edição nacional tem que obrigatoriamente se fechar antes para que o jornal impresso possa ser transportado para distâncias maiores.

A descrição e análise de dados foram guiadas pela atribuição de valências (positiva, negativa ou neutra) ao que foi designado como “cenografia” referindo-se ao conjunto de cenas que legitimam o discurso contido nos enunciados das matérias publicadas. O critério de valências emprega a adaptação feita por Neves (2008) da definição dada pelo DOXA – Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública. A abordagem de cenografia provém da Análise do Discurso, conforme explicada por Maingueneau (2013). As conclusões decorrentes da atribuição de valências, a cada uma das cenografias, levou a uma tabela que contemplou a sistematização das análises sobre o comportamento do jornal, e permitiu o teste das hipóteses levantadas. O teste realizado foi aferido, de maneira dialogada, em sessão remota na qual estudantes do PPGeo expressaram seus pontos de vista, a partir dos argumentos encontrados nesta pesquisa.

A contribuição mais importante buscada centra-se na educação ambiental, tendo como foco os estudantes de Geografia e os estudantes de Jornalismo. Os alunos de Geografia encontram, no noticiário da grande imprensa, uma de suas fontes de pesquisa. Os alunos de Jornalismo, em seu cotidiano de trabalho, defrontam-se com demandas no sentido de abordar temáticas do campo da Ciência Geográfica. Nas demandas de educação ambiental e em qualquer outra, tanto um grupo como o outro não podem abrir mão de desenvolver visão crítica; portanto, é de inegável importância compreenderem a visão e a tendência propagadas no jornal a que têm acesso.

Esta tese é apresentada em seis capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo contextualiza os temas da liberdade de imprensa, da manipulação nas crenças e nos hábitos de uma população de leitores e do confronto ideológico. Ênfase é dada para o modo como a Ciência Geográfica tem o potencial de instrumentalizar a construção de conteúdos e de oferecer bases críticas de análise

quando se pensa a discussão sobre o Novo Código Florestal tratada por uma mídia impressa de veiculação diária. A noção de manipulação é colocada em destaque para contrastá-la com a prática jornalística e, ao mesmo tempo, discuti-la com base num aporte teórico, do qual serão extraídos conceitos a serem cruzados nos guias de análise.

O capítulo três explicita o enfoque metodológico e estabelece os guias de análise do estudo realizado na tese. Desse mesmo capítulo, constará uma detalhada explanação dos conceitos selecionados na abordagem da Análise do Discurso e na aplicação do critério de valências. Essa é a base do procedimento para definir o elenco de fatores a serem cruzados com aqueles extraídos das geografias apontadas no capítulo anterior.

O capítulo quatro promove a apresentação dos dados e a discussão a serem levados à etapa de teste da hipótese e inferência geral do estudo. O capítulo cinco enfatiza aspectos de educação ambiental tratados, de modo vivencial, em oficina realizada com estudantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, e transporta os resultados obtidos ao propósito de validação das hipóteses. As considerações finais, capítulo seis, expressam as sínteses mais importantes obtidas e indicam os desdobramentos temáticos com vistas a inspirar futuras pesquisas.

2 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO

A Constituição do Brasil assegura a liberdade de expressão e manifestação do pensamento, implicando, ao mesmo tempo, um direito de caráter inalienável, permanentemente protegido e uma condição de exercício da cidadania, fator igualmente explicitado com destaque na mesma carta. Ocorre, no entanto, que tal garantia de liberdade não pode ser confundida com permissão ou justificativa para a omissão ou a distorção de informações, sobretudo por órgãos da imprensa escrita, falada e televisada, aí incluída a ampla diversidade de mídias atualmente encontradas. A liberdade jamais pode ser usada como pretexto para críticas infundadas ou informações falsificadas, estando seus autores dispensados da responder pelo ato de disseminá-las.

A Liberdade de Imprensa é um direito consagrado. Trata-se, nesse importante aspecto, de um direito associado ao exercício do jornalismo de qualidade. O princípio constitucional foi assegurado exatamente para se combater a censura e a imposição de restrições ao exercício pleno do jornalismo. Evidentemente, não pode ser substituído pela possibilidade de uso do jornalismo (ou do falso jornalismo) para divulgação de informações incorretas, generalizações com base em parcialidades, em fatos que não se consumaram, em conclusões precipitadas e, principalmente e mais grave, alterações e falsificação no percurso entre fonte e destino de uma notícia e sua respectiva análise.

O Direito à Informação, cabe reiterar, é um princípio constitucional consagrado e se aplica ao cidadão. Em última instância, é a ele a quem se destina a notícia que deve ser veiculada com base no princípio da Liberdade de Imprensa. São direitos distintos, mas intrinsecamente conjugados e precisam ser praticados e usufruídos de forma conjugada. Existe, de fato, na sociedade, uma situação de conflito: a grande maioria da população, de um lado, e todas as diferentes forças da classe dominante, de outro. Esse conflito pode ser explicado pelos acontecimentos históricos que levaram à consolidação de uma burguesia no Brasil, que deveria ser progressista, modernizante e liberal. Não é o caso: ela não conseguiu impulsionar a evolução do capitalismo e, mais grave, mostrou-se conservadora ao extremo.

A herança colonial e os processos posteriores resultaram na estrutura fundiária concentrada, ainda presente nos dias de hoje refletida, ao mesmo tempo, no poder econômico e no poder político. Uma das consequências é a formação de

verdadeiros focos onde persiste a tradição eleitoral clientelista, que garante partidos com grande representação parlamentar. Origina-se assim uma força que se articula para garantir a votação de leis para defender os próprios interesses. As distorções denunciadas por Perseu Abramo “assumiram com muito mais desenvoltura o domínio das redações — após mais de dez anos de adesão da imprensa brasileira aos valores do neoliberalismo e a participação da mídia no exercício do poder formal das elites dominantes” (SOUZA in: ABRAMO, 2003, p.18).

No campo acadêmico, vários pesquisadores trabalham com projetos que são referências nos estudos da comunicação em geral e, particularmente, do jornalismo. Uma dessas referências é o trabalho do professor Rogério Christofolletti, da Universidade Federal de Santa Catarina, criador de um observatório (Monitores de Mídia) que tem como objetivo analisar a atuação da imprensa. Em artigo publicado sobre a “*criminalização de vítimas da imprensa*”, Christofolletti (2005) trata dos erros cometidos pela mídia no encaminhamento do noticiário a respeito de situações em que as pessoas podem tornar-se vulneráveis. Lembra que o princípio da dúvida deve ser acionado como contribuição para a prática jornalística. Analisa o caso de Juliana da Silva Souza de Jesus, microempresária que desapareceu de casa, e o noticiário veiculado pelo Jornal *A Notícia* de Joinville, um periódico existente há mais de 80 anos, era de que a razão desse desaparecimento era a intenção de praticar aborto.

Na análise de uma semana de jornais, Juliana volta sucessivamente ao noticiário, não mais na condição de microempresária, mas como criminosa e envolvida com prostituição. Houve o chamado mecanismo de suspeição da personagem. Com o acréscimo de vozes autorizadas (uma psicóloga, um médico e um advogado) com quem teve contato, esse descredenciamento ficou ainda mais forte. São feitas comparações com duas referências a casos políticos ocorridos durante o governo Collor. É o caso de Alcení Guerra, então ministro da saúde, que recebeu uma série de denúncias que depois não ficaram provadas. Os danos à sua imagem não foram nunca apagados/revertidos. Ibsen Pinheiro, deputado federal na mesma época, foi acusado de movimentar um milhão de dólares em contas pessoais, o que também não ficou provado e arrasou sua carreira parlamentar. Na verdade, ficou comprovado que não houve o fato (o editor da revista admitiu o erro posteriormente – a movimentação foi de mil dólares).

O autor problematiza a questão desdobrando-a no seguinte raciocínio: Os envolvidos podem ser considerados *vítimas da imprensa* uma vez que

as situações que motivaram seus problemas foram provenientes de matérias mal-apuradas e pela pressa em trazer o *furo* na concorrência. Há jornalistas que de fato buscam desviar-se das armadilhas, mas nem sempre isso é totalmente possível. Tais erros poderiam ser evitados se houvesse maior rigor nos procedimentos jornalísticos e mais cuidado e reflexão nas esferas da ética profissional. Houve pressa e falta de verificação (prontuários médicos, a versão da própria Juliana).

As seguintes perguntas são apresentadas: 1) em que situações o jornal pode estampar fotos de suspeitos algemados na capa, mesmo ainda não estando provadas suas culpas em crimes? 2) criminosos ou suspeitos podem não autorizar o uso de suas imagens pelos veículos de comunicação? 3) caso seja negado o uso, como devem agir repórteres e editores? O que restaria fazer? 4) no meio de versões conflitantes, deve-se sempre dar mais crédito às declarações de quem possui mais instrução ou especialização profissional? 5) é prudente um jornal publicar versões mesmo que a fonte não decline sua identidade ou o jornal tenha acesso às declarações por terceiros? 6) para os jornalistas que cobrem casos policiais, é clara a diferença entre provas, indícios, suspeitas, acusações e culpabilidades?

Pela noção de imagem-retrato e imagem-atributo pode-se concluir que quando uma fotografia é publicada nem sempre afeta o direito à honra, este vinculado à imagem-atributo. Se o fotografado se achar prejudicado, a ação que pode colocar na justiça é a de um uso não autorizado de sua imagem, mas não o de atentar contra sua honra. Não caberá, neste caso, pedido de indenização por danos morais. No caso de Juliana, as duas imagens foram maculadas. O direito de imagem deve prevalecer sobre o direito de informação, exceto nas situações fora dos limites desse direito. “Registrar a outra versão é obrigação do jornalista, não por flexibilidade, complacência ou compaixão, mas por dever moral.” (CHRISTOFOLETTI, 2005, p.36).

Pluralidade de versões e equilíbrio no espaço cedido às várias vozes, entre outros fatores, ajudam a atuar bem técnica e eticamente. “Cuidado é senso de responsabilidade, entendimento de que o produto jornalístico gera consequências o que já demanda uma preocupação maior com as etapas de sua produção. Cuidado não é sinônimo de pusilanimidade, é mais uma componente do método jornalístico” (CHRISTOFOLETTI, 2005, p.38).

2.1 IMPRENSA E LIBERDADE

A Constituição do Brasil assegura a liberdade de expressão e manifestação do pensamento. A liberdade não pode ser usada como pretexto para críticas infundadas ou informações falsificadas. A Liberdade de Imprensa é um direito consagrado. No entanto, trata-se de um direito associado ao exercício do jornalismo de qualidade. O princípio constitucional foi assegurado exatamente para se combater a censura e a imposição de restrições ao exercício pleno do jornalismo. Evidentemente não pode ser substituído pela possibilidade de uso do jornalismo para divulgação de informações erradas e, até mesmo, falsificadas.

O Direito à Informação também é um princípio constitucional consagrado e se aplica ao cidadão. Em última instância é a quem se destina a notícia que deve ser veiculada com base no princípio da Liberdade de Imprensa. São direitos distintos, mas intrinsecamente conjugados e precisam ser praticados e usufruídos de forma conjugada. O Direito à Informação (do cidadão) acaba por ser restringido ou até mesmo tolhido, exatamente no interior do debate sobre liberdade de imprensa em contraposição à “liberdade de empresa”.

Quem define a linha e, fundamentalmente, o conteúdo editorial dos meios de comunicação é o proprietário da empresa. Em qualquer veículo de comunicação, incluindo-se aí as novas mídias, como a *Internet*, os proprietários são preponderantemente integrantes da classe dominante brasileira. Existe, de fato, em nossa sociedade, uma situação de conflito: a grande maioria da população, de um lado, e todas as diferentes forças da classe dominante, de outro.

No estado do Paraná, a imprensa é reflexo dessa situação. É a mesma postura que se encontra nos jornais da cidade de Londrina, incluindo o Jornal de Londrina (hoje extinto) e a Folha de Londrina. Rotineiramente, reportagens e artigos de opinião são usados para tentar atingir a imagem do MST. No período que antecede a eleição de 2000, o jornalista José Maschio³ publicou na Folha o artigo “A satanização do MST na mídia”.

³ José Adalberto Maschio é jornalista em Londrina, Paraná. Foi fundador e diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná.

O trabalho realizado, na dissertação de mestrado, pelo autor⁴ desta tese, visou analisar a linha editorial do jornal Folha de São Paulo com referência ao tratamento dado a matérias cobrindo a ação política e social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST –, hoje um dos movimentos sociais mais organizados do Brasil. Os textos levantados eram os de primeira página e medições ao longo do ano 2000. Como fundamentação teórico-metodológica, o estudo adotou uma combinação entre Análise do Discurso e Análise de Conteúdo. Os dois métodos foram utilizados de modo complementar, e os elementos de análise estão mostrados numa tabela por meio de um conjunto de vetores que classificam os conteúdos levantados.

A tabela ficou definida com quatro *blocos* (linhas verticais) assim divididos: B.1 — Questão agrária: Todas as informações sobre questão agrária, aspectos históricos, dados, informações, etc.; B.2 — Organização dos movimentos: Todas as informações a respeito dos movimentos, números, estatísticas, dados históricos, etc.; B.3 — Estratégias e táticas do movimento: Todas as informações a respeito das estratégias e táticas dos movimentos, relatos, estatísticas, dados, etc.; B.4 — Presença do Estado: Todas as informações sobre a presença do Estado, reforma agrária executada, legislação, ação policial e repressão, questões jurídicas, etc.

De outro lado, há quatro vetores (formando as linhas verticais) com a palavra, ou a opinião de cada setor: V.1 — Dizeres dos movimentos: Quais são e de que forma aparecem os dizeres dos movimentos, sua opinião sobre assuntos e fatos, sua defesa diante de acusações, suas propostas, etc.; V.2 — Dizeres do jornal (PRÓ): Quais são e de que forma aparecem os dizeres do próprio jornal, as reportagens e as notícias de caráter informativo, ou sua opinião sobre os assuntos e fatos, suas propostas, quando se aproximam dos dizeres dos movimentos, mesmos em coincidir diretamente, que aqui são chamados de PRÓ movimento, etc.; V.3 — Dizeres do jornal (CONTRA): Quais são e de que forma aparecem os dizeres do próprio jornal, as reportagens e as notícias de caráter informativo, ou sua opinião sobre os assuntos e fatos, suas propostas, quando se distanciam dos dizeres dos movimentos, mesmo sem se opor diretamente, que aqui são chamados de CONTRA o movimento, etc.; V.4

⁴ AYOUB, Ayoub Hanna. **Mídia e Movimentos Sociais: a *satanização* do MST na Folha de S. Paulo**. 2006. 169p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.

— Dizeres dos grandes proprietários: Quais são e de que forma aparecem os dizeres dos grandes proprietários de terras, seus representantes, suas entidades e organizações, sua opinião sobre assuntos e fatos, sua defesa diante de acusações, suas propostas, dentre outros aspectos.

Concluiu o estudo, que essas matérias continham formas que criticavam o Movimento dos Sem-Terra, feriam o Código de Ética profissional dos jornalistas e desrespeitavam o direito constitucional à informação. As análises dos textos publicados na Folha de São Paulo evidenciaram que a imprensa confrontava o Movimento dos Sem-Terra e torna clara a absorção, pela mídia, do mesmo discurso ideológico da classe dominante. As raízes das questões agrárias e a formação do MST estão profundamente interligadas e são formas de responder ao Estado.

Se a *Folha de S. Paulo* publica todas as críticas dos grandes proprietários, fica explícita a posição de um dos lados do conflito. No entanto, ao assumir a responsabilidade pelas críticas, o jornal quer transmitir a ideia de que é a defesa do interesse coletivo que está sendo evidenciada. Este também é um dos reflexos da ideologia: dar uma aparência de legítimo, de justo, ao que é legal. Isso reforça o papel do Estado, acentuando a dominação de classe. Também é fundamental o fato de os *Blocos Estratégias e Táticas do Movimento* (B.3) e *Presença do Estado* (B.4) apresentarem os maiores índices de referências. Isso significa que as questões estratégicas (neste caso, as ações diretas do MST, como as ocupações) e as ações diretas do Estado (repressão, ações judiciais, etc.) têm mais importância jornalística na visão do jornal. Essa concentração é uma das formas do que chamamos de *satanização* do MST.

Essa conclusão é referendada com a análise dos outros dados dos *Blocos Estratégias e Táticas do Movimento* (B.3) e *Presença do Estado* (B.4). Também nas combinações com os outros *Vetores* podem ser constatados índices muito altos. Isso aparece na intersecção dos Dizeres do jornal pró (favoráveis ao movimento) com os *Blocos Estratégias e táticas do Movimento* (V.2/B.3) — com 51 referências (47,66%) — e *Presença do Estado* (V.2/B.4) — 46 vezes (42,99%). É o mesmo caso dos Dizeres do movimento ao serem confrontados com os *Blocos Estratégias e táticas do Movimento* (V.1/B.3) — onde há 32 referências (29,91%) — e *Presença do Estado* (V.1/B.4) — com 36 (33,65%). Tudo isso reforça a ênfase da *Folha de S. Paulo* nos *Blocos* B.3 e B.4. Não é o mesmo caso com as outras combinações, onde os índices são bem mais baixos.

Por outro lado, também é preciso analisar os números que aparecem quando o jornal apresenta os Dizeres do movimento (V.1) e os Dizeres do jornal pró (favoráveis ao movimento). Esses dados devem ser entendidos como um reforço à opção do jornal pelo lado mais sensacionalista. Há uma escolha marcante da Folha pelos assuntos com ações do MST e as respostas do Estado. Portanto, a forma como o movimento se organiza e a própria questão da Reforma Agrária aparentam valor menor que as ocupações e a repressão judicial ou policial. O fato de as ações do movimento aparecerem mais vezes reforça a possibilidade de o jornal criticar o MST e também de mostrar e cobrar mais as respostas do Estado. Isso corrobora a afirmação de Baccega e Citelli (1989, p. 24): “quanto maior o grau de adensamento ideológico, mais articulados os recursos retóricos”.

Acrescenta-se a isso o fato de a *Folha de S. Paulo* ter chamado para si as críticas ao MST — substituindo a palavra do setor rural da classe dominante —, podemos concluir que o papel do jornal é a defesa dos interesses ideológicos das elites brasileiras. No entanto, consideramos importante reforçar a pesquisa utilizando, de forma combinada, a Análise do Discurso para buscar no próprio texto das matérias os elementos para interpretação. Comparando com o noticiário atual, uma das expressões mais usadas é: “as reformas necessárias”. Até os jornalistas repetem a frase como se fosse a vontade popular, ou mesmo a vontade de todos os brasileiros. Uma das tais reformas é a trabalhista. Altamente polêmica, a possibilidade de mudanças na legislação trabalhista brasileira é defendida por muitos parlamentares e pelo empresariado, mas é criticada por outros setores como sendo parte do projeto neoliberal para o país. O seu uso é corriqueiro na imprensa, sem maiores explicações, como se fosse realmente o “necessário” e o “melhor” para o “país crescer”.

O resultado da investigação demonstra que o MST tem sido vítima de manipulação por parte da imprensa, que tem feito isso rotineiramente ao longo dos últimos 20 anos. E tem feito com conhecimento de causa, com objetivos claros de defesa da classe dominante, da qual os proprietários dos meios de comunicação fazem parte. Com base nos seus próprios interesses de classe, a grande imprensa produz um processo de manipulação que resulta na construção de uma “realidade” artificial. No caso do MST — e de toda a história que o antecede —, a manipulação configura uma prática de jornalismo com desrespeito ao direito constitucional à informação e às normas da Ética dos jornalistas.

Aqui se reiteram as observações de que em qualquer veículo de comunicação, os proprietários são preponderantemente integrantes da classe dominante brasileira. Fica evidente que existe uma situação concreta de conflito de interesses que se contrapõe aos direitos da população. O Direito à Informação é reconhecido e consagrado na legislação brasileira, mas na prática, esse direito é garantido somente se houver respeito às regras do bom jornalismo, à pluralidade e aos interesses da coletividade. A formação de verdadeiros focos onde persiste a tradição eleitoral clientelista, que garante partidos com grande representação parlamentar organiza uma força que se articula para garantir a votação de leis para defender seus próprios interesses e permanece intimamente vinculada ao núcleo central do sistema capitalista.

Não há, nas classes dominantes, interesses antagônicos entre um setor latifundiário (feudal, aristocrático, conservador) e uma burguesia (moderna, democrática, nacionalista). Portanto, não há que se esperar uma revolução burguesa nos moldes dos modelos clássicos francês ou inglês. A burguesia fora formada sob o manto da dependência colonial, e integrara-se a este sistema tanto quanto o setor agrário – exportador. (BALTAR, 2000, p. 52).

É dessa forma que o Estado capitalista é controlado por uma elite que se utiliza da mídia para esse fim. Assim é o domínio da mídia pela mesma classe que controla o Estado no Brasil. No Paraná, a imprensa tem a mesma configuração, incluindo o jornal Folha de Londrina. Kucinski (1998) demonstrou como se dá esse processo. Os meios de comunicação de massa conseguem ter uma forte influência e poder de manipulação graças ao alto grau de analfabetismo (agora também agravado pelo funcional) e ao baixo poder aquisitivo da maioria da população. Para essas pessoas, a percepção da sociedade é a que recebem, principalmente, do rádio e da televisão. O autor ressalta que a mídia desempenha um papel mais ideológico do que informativo “mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados, e, em menor escala, à difusão de proposições de grupos de pressão empresariais” (KUCINSKI, 1998, p.17). Acrescenta que se trata de uma função de controle facilitada pelo monopólio da propriedade e por uma “cultura jornalística autoritária e acrítica”.

Hoje, a manipulação da informação é praticada pela maioria da chamada grande imprensa do Brasil. O assunto foi analisado pelo jornalista e sociólogo Perseu Abramo que definiu os parâmetros dos “Padrões de Manipulação na Grande Imprensa”. Quando um tema é bastante polêmico, o jornal consegue tratá-lo

de forma superficial, dando um aspecto de neutralidade, e até de bom jornalismo. Por outro lado, enfraquecer o poder público poder ter consequências desastrosas, quando houver necessidade do uso do seu poder de polícia em ações contra os interesses das classes menos favorecidas. Quando o MP propõe ações por improbidade administrativa contra pessoas ligadas aos interesses da chamada classe dominante, a reação surge com destaque como, por exemplo, no manifesto das entidades que representam os empresários. Pode haver questionamentos sobre existência de manipulação do noticiário, mas quando as reportagens falam das denúncias e dão destaque ao Ministério Público, existe a possibilidade de se interpretar isso como sendo uma forma de jornalismo equilibrado, sem pender para um dos lados.

O conflito de interesses fica mais evidente se a análise for aprofundada, e a investigação atingir o conteúdo das reportagens que é muito superficial. É exatamente na superficialidade da cobertura que reside a manipulação na forma descrita por Abramo (2003, p 25), caracterizando, assim, a presença do padrão de ocultação, em que é promovida a ausência e a presença de fatos reais: “Não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento, e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade.

Em qualquer veículo de comunicação, incluindo-se aí as novas mídias, como a *Internet*, os proprietários são preponderantemente integrantes da classe dominante brasileira. O antigo *Jornal de Londrina* veiculava uma coluna intitulada *Agronegócio*, e cabe pensar que na verdade era escolha (ideológica) do jornal ter esse tipo de conteúdo, assim como efetuar a contratação do articulista. Esse contexto precisa ser entendido pois define onde se enquadra a manipulação, definida a partir de alguns aspectos fundamentais, em primeiro lugar, a identificação do autor — Décio Luiz Gazzoni⁵, *engenheiro agrônomo* (grifo nosso). Em várias situações, ele aparece no noticiário como especialista em sua área, opinando e concedendo entrevistas, além de realizar participações em seminários e eventos, na condição de palestrante.

⁵ GAZZONI, Décio Luiz: Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971), onde concluiu o mestrado em Entomologia (1974). Atualmente é pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Atua na área de agronomia, com ênfase em sanidade agropecuária, agroenergia e economia agrícola.

Entre as funções já exercidas por Gazzoni, constam a de chefe geral da Embrapa Agropecuária Oeste (Dourados), chefe geral da Embrapa Soja (Londrina) e diretor técnico da Embrapa (Brasília). Foi Assessor da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Além de textos publicados em revistas e jornais do Brasil e do exterior, possui dezenas de trabalhos técnicos realizados, incluindo consultorias oferecidas no exterior. Como pesquisador, já recebeu vários prêmios, entre eles o Prêmio Frederico Menezes Veiga, concedido a cientistas agrícolas no Brasil. É autor de 14 capítulos de livros e tem 3 livros publicados. É membro do International Scientific Panel on Renewable Energy (ISPRES) e consultor internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No ano de 2009, Gazzoni recebeu convite da Presidência da República para elaborar estudo estratégico apontando as prioridades e as ações necessárias para mapear e alavancar o agronegócio brasileiro. O estudo foi solicitado pelo ministro Roberto Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em dezembro de 2012, o então prefeito eleito de Londrina, Alexandre Kireeff, convidou-o para assumir a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento na nova gestão. Problemas envolvendo a forma de pagamento e o ressarcimento da Embrapa inviabilizaram a nomeação.

O segundo aspecto é o assunto (ou tema) — Nessa coluna *Agronegócio*, o jornal apresentou o artigo intitulado “As pragas agrícolas e o MST”, de autoria Gazzoni, identificado na matéria como engenheiro agrônomo, pesquisador da Embrapa. O texto ocupava um pequeno espaço do jornal, mas figurava com destaque, um comentário sobre pragas agrícolas, considerada uma questão séria e de muita gravidade na atualidade, preocupação não só para produtores, mas também de uma grande parcela do público leitor do jornal. No entanto, ao fazer suas considerações sobre o problema, o autor acusa diretamente o MST— Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — de ser o responsável (“o culpado”) por toda essa situação. Na argumentação, Gazzoni afirma que o MST *desapareceu* (grifo nosso).

A ideia de conceder esse espaço é mostrar o autor como autoridade no assunto, como se fosse à prova de contestação, como se sua palavra fosse definitiva e que não pudesse ser questionada. Mais ainda, a “autoridade” conferida ao articulista, como especialista na área, é usada implicitamente para colocar, no mesmo texto, duas coisas totalmente distintas. É fato que há um aumento generalizado do uso de defensivos agrícolas, com todas as suas consequências. Indeadamente, o

autor insere uma informação contendo uma avaliação desprovida de base racional — que o MST é o “culpado” — à primeira parte do artigo. Não era mencionada nem confirmada a fonte.

As duas considerações são apresentadas de forma explícita, porém sem a devida comprovação técnica ou científica. Ao descrever a situação das pragas, Gazzoni afirma, de forma superficial, que - *Até os anos 1990, praga de algodão era praga de algodão; de milho era de milho; de soja era de soja. Raramente uma mesma praga atacava diferentes culturas de importância econômica. Mas o cenário mudou, e as pragas de uma cultura se adaptaram às outras, criando um enorme problema para os agricultores porque há oferta continuada de alimentos (culturas no campo) para essas pragas. Como os inseticidas para seu controle são poucos, sempre os mesmos produtos são usados. Esta é a receita do desastre: cria-se uma pressão de seleção enorme. As pragas se tornam tolerantes, depois resistentes a esses inseticidas. Aí o agricultor aplica cada vez mais e em doses maiores, até o dia em que nada mais controla a praga. [...]*

Sem se aprofundar sobre o tema — talvez pela curta extensão da coluna — o colunista traça um pequeno histórico do sistema conhecido como safrinha: — *[...] Por que chegamos a este ponto? Volte o filme para o início da década de 1990. Com o ingresso do bicudo do algodoeiro, a cultura do algodão desaparece do Paraná e em São Paulo e reaparece, mais tarde, nas grandes propriedades do Centro-Oeste e Bahia. Soja ou milho eram culturas de verão, o inverno era do trigo. Os agricultores, pressionados por diversos riscos (endividamento, clima, mercado, pragas, insegurança jurídica e patrimonial), buscavam fórmulas para manter-se na atividade. A fim de diluir custos fixos e aproveitar uma janela de oportunidade, alguns agricultores arriscaram plantar milho após a colheita da soja.*

O engenheiro agrônomo emite sua opinião sobre o assunto referindo-se diretamente ao MST como sendo o responsável pelo problema criado pelas ações dos próprios agricultores. No entanto, Gazzoni faz as acusações sem a devida e necessária comprovação: - *[...] O fato chamou a atenção de outros agricultores, que viram na safrinha uma fórmula de manter a propriedade ocupada de forma quase permanente porque vislumbravam o risco de que os companheiros do MST, que estavam logo aí, do outro lado da cerca, invadiriam a propriedade na primeira piscada de olho. (...) Mas a sucessão de culturas (soja/milho/feijão, soja/algodão/pastagem e até soja/soja) é uma realidade. Com elas, as pragas possuem alimento quase*

permanente de outubro a junho, tornando cada vez mais difícil e complexo o seu controle.

Na segunda parte, o articulista do Jornal de Londrina afirma que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — o “responsável” pelos danos causados à *agricultura* devido ao uso excessivo de defensivos — teria desaparecido, deixado de existir: — [...] *Hoje, o MST desapareceu. É mantido em vida artificial por seus líderes que precisam da massa para permanecer em atividade. (...) Talvez esta venha a ser a lembrança que os agricultores terão do MST, nas próximas décadas: de como ele fez parte, involuntariamente, do processo de agravamento dos problemas fitossanitários no Brasil!*

O Jornal de Londrina apresentava a coluna *Agronegócio*, escrita por Décio Gazzoni há vários anos, sempre às quintas-feiras. Outros exemplos de colunas e colunistas do JL eram: *O Cinéfilo Fiel*, sobre cinema, do jornalista Carlos Eduardo Lourenço Jorge; *Aparte*, de política, do jornalista Fábio Silveira; a *Coluna Social*, da jornalista Ana Marta Garcia da Silva; *Painel Jurídico*, com o advogado Roberto Severo; e *Ambiente*, sobre questões ambientais, com o professor Efraim Rodrigues (da Universidade Estadual de Londrina).

De acordo com a regulamentação da profissão de jornalista, esse tipo de atividade (colaboradores e articulistas) não é restrita aos jornalistas e pode ser desempenhada por especialistas de outras áreas, como é o caso de Gazzoni, que é engenheiro agrônomo. Isso não significa que os princípios éticos que regem a profissão de jornalista não devam ser respeitados. Existem também as regras do jornalismo de qualidade que regem a atividade profissional como um todo, independentemente do Código de Ética. Princípios como, por exemplo, o compromisso com a verdade dos fatos. Esta é a essência da análise proposta, tema que será retomado mais adiante. Antes é preciso contextualizar a imprensa brasileira.

A pesquisa científica séria tem as provas de que a afirmação de Gazzoni é uma falsificação grosseira da realidade. A professora Eliane Tomiasi Paulino, da Universidade Estadual de Londrina, durante a palestra *Agricultura e Desenvolvimento Rural*⁶, demonstrou a real situação do uso de defensivos na

⁶ PAULINO, Eliane Tomiasi: Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Comentário realizado no dia 15 de maio de 2014, no Seminário “Processos e Dinâmicas Territoriais em Portugal e Brasil”, em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal.

agricultura brasileira. Com a incessante busca por um aumento na renda, produtores avançam sobre áreas de reservas, desmatando as florestas (ou o que sobrou delas), aumentando a poluição de rios, com uso contínuo de defensivos (e em maior quantidade). A situação tornou-se mais grave nos últimos anos — com a cumplicidade do Governo e do Congresso Nacional — a partir de mudanças na legislação ambiental para facilitar o uso desenfreado de defensivos.

A professora explica que - o aumento desenfreado no uso de defensivos na agricultura brasileira trouxe, como consequência, o agravamento das condições de poluição. Para se ter uma ideia da gravidade, o aumento constatado no índice de potabilidade da água teve a seguinte evolução: havia em 1994, 13 tipos de agrotóxicos e 11 substâncias inorgânicas; em 2004, 22 tipos de agrotóxicos e 13 substâncias inorgânicas; e em 2011, 27 tipos de agrotóxicos e 15 substâncias inorgânicas. (...) Com o apoio do Congresso, a legislação foi modificada para permitir maior presença da substância glifosato na soja: antes de 2003 era permitido até 0,2 mg por Kg de soja; em 2012 passou a ser permitido até 10 mg por Kg de soja (...).

Ocorre que esses dados não estão no noticiário, porque há muita omissão diante dos fatos reais da produção. A imprensa só divulga o que convém aos seus interesses que, nesse caso, coincidem com os do agronegócio. Outro aspecto importante é o das políticas e linhas de atuação do MST, defensor da agricultura familiar e contrário à concentração de terras e latifúndios. O MST combate o uso de defensivos, seus fabricantes e a articulação política que existe entre esses setores. A pequena propriedade, comum na agricultura familiar não pode permitir o uso de defensivos porque essa prática atinge seus vizinhos. Portanto, a acusação de Gazoni ao MST é infundada. É, na prática, acusar a vítima, em vez de procurar os culpados.

O conflito de interesses torna-se mais evidente se a análise for aprofundada e a investigação atingir o conteúdo das reportagens, que é muito superficial. É exatamente na superficialidade da cobertura que reside a manipulação, um padrão que alterna a ausência e a presença dos fatos reais: “não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento, e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade (...)” (ABRAMO, 2003, p.25). A manipulação está presente, neste caso, na omissão, na ocultação dos aspectos centrais dessa discussão: além da questão dos defensivos, há também o fato de o autor afirmar que o “MST deixou de existir”. Quanto a isso, nem é preciso se estender na resposta. O próprio Jornal de Londrina divulgava

ações do MST, ainda na ativa e bem forte, conforme a reportagem *MST retoma ocupações de terras no Paraná*, publicada em 17 de março de 2014.

2.2 PRINCÍPIOS AMBIENTAIS

Partindo do pressuposto de que a mídia exerce uma importante função estratégica de biopolítica, e por esse motivo torna-se agente de propagação de formas e conteúdos de Educação Ambiental, os resultados estão direcionados não só ao aspecto individual, mas também à condução da vida das populações, Garré (2012) relata o seguinte estudo realizado na Revista Veja:

A escolha da Revista para compor o corpus discursivo da pesquisa se deu, primeiramente, pela sua ampla circulação em nível nacional e por se constituir em um dos mais conhecidos veículos de comunicação em nosso país. Dessa forma, situo o trabalho num estudo das reportagens da revista a partir da década de 1990, década esta em que há uma forte acentuação das preocupações voltadas à crise do meio ambiente no Brasil. Em pesquisa prévia constatei um número significativo de edições ao longo desses 20 anos, preocupadas com a problemática ambiental. Tal amplitude dá visibilidade ao entendimento de crise que é conferido à questão ambiental nas duas últimas décadas. Para este texto selecionei alguns excertos de reportagens dos últimos cinco anos e que foram reportagens destaque da revista.

A pesquisadora frisa a presença de um forte chamamento para riscos e perigos, tendo como noção principal o perigo maior de estar ameaçada de modo irreversível a “continuidade de vida na Terra” e que medidas urgentes deveriam ser tomadas e acompanhadas de uma drástica mudança de hábitos individuais e adoção de uma nova atitude. “Assim, com chamadas de capa persuasivas e intrigantes somos convidados e/ou convocados a participar da grande campanha mundial, pois *o futuro depende de nós*” (GARRÉ, 2012). São chamadas a tal ponto convincentes, que o leitor não tem escolha senão aderir sem demora a um discurso de crise ambiental maciço. Segue a autora declarando que:

Dessa forma acabamos persuadidos seja em ações diárias como a coleta seletiva, a economia de água, seja ao consumirmos determinados tipos de produtos, pois geralmente escolhemos os menos agressivos ao meio ambiente e de empresas que façam algo em prol da sustentabilidade. Afinal, é a vida que está em perigo!

Os pontos centrais nos quais persistem as mensagens são a preocupação com o fim do planeta e essa proliferação recorrente é assim interpretada: *- tais ditos não se dirigem apenas para um sujeito, mas para o coletivo que deve, junto, se mobilizar para que ações individuais repercutam na transformação do meio ambiente e contribuam para “Salvar a Terra” (Veja, reportagem de capa, outubro de 2007). Percebo, então uma forte articulação com o biopoder – um poder sobre a vida – tecnologia de poder que estaria relacionada e endereçada a população.*

Com relação aos discursos de medo e terror, a autora agrega que - *a sensação que se instala é a de que não há escapatória, pois somos nós que destruímos o planeta e acabamos com os recursos naturais. Vejo aqui, uma visão reducionista de Educação Ambiental se propagar, entendendo a divisão entre o homem e a natureza. Assim, através do apelo apocalíptico vamos nos constituindo como sujeitos que precisam preservar o meio em que vivem, respeitar os recursos naturais e as leis da “natureza”, pois caso contrário acertaremos as contas no futuro.*

Em meio às variadas conceituações em torno da questão ambiental, há também uma distinção que costuma ser feita quando se ingressa na noção de Direito Ambiental. Para Souza (2016, p. 301), a tendência é considerar apenas a visão do meio ambiente no aspecto natural, e não levar em conta a tentativa de conjugar homem e natureza: “Com efeito, para além da conceituação legal, meio ambiente é considerado o conjunto de todos os elementos naturais e artificiais: são as florestas, o solo, a água e também os objetos construídos pelo homem, o patrimônio histórico, cultural e artístico”. Do ponto de vista de direito, o autor ressalta que “no caso de incerteza científica em relação às atividades humanas sobre o meio ambiente prevalece o *in dubio pro natura*, a proteção à natureza, aos elementos naturais do meio ambiente” (SOUZA, 2016, p. 303). Instala-se nesse caso, uma inclinação a uma exclusividade ao meio ambiente para ocupar a posição central, e não uma postura de considerá-lo uma questão convergente e integrada com a presença do homem como um de seus componentes.

Essa inclinação pela naturalização se evidencia no conjunto de terminologias próprio do campo do Direito Ambiental segundo aponta o autor: equilíbrio ecológico, processos ecológicos essenciais, impacto ambiental, paisagem, biodiversidade, espaços territoriais especialmente protegidos. Parte dessa terminologia também é muito utilizada na Geografia. Configura-se uma visão, tanto em termos de lei como de doutrina, de realidade homogênea do mundo, com ênfase

em processos mecânicos e biológicos, colocando de lado “a variedade de processos sociais na conformação de diferentes realidades ambientais onde o equilíbrio ecológico, os processos ecológicos essenciais, a biodiversidade constitui-se na emergência evolutiva com o homem, com o social, com os valores culturais” (SOUZA, 2016, p. 307).

De um ponto de vista de demanda por direitos, o autor lança questionamento no sentido de compreender os efeitos dessa racionalidade homogeneizante sobre as realidades geográficas ou geograficidades marginalizadas pelo fato de não se encaixarem nas categorias geográficas do Direito Ambiental. A noção de desenvolvimento sustentável coloca o homem como distinto e separado do meio ambiente, e nesse princípio, o homem se acha dissociado. Os conceitos do Direito Ambiental edificam uma narrativa geográfica do mundo e de como seria a relação do homem com o meio ambiente, o que tende a formar uma base semântica em torno da qual se configura a interpretação das normas. (SOUZA, 2016).

2.2.1 Categoria Território

O código florestal, nesse contexto de disputa, que tem de um lado grupos que representam os grandes proprietários de terras/agronegócio e de outro os ambientalistas, povos quilombolas, indígenas, e outros grupos, pode ser entendido enquanto território de poder, definido e delimitado a partir de relações de poder. Entender o código florestal enquanto território é assumir que tal conceito vai além da materialidade do espaço, pois é um fenômeno que contém uma multiplicidade de sentidos, significados e funções.

Trazendo para o campo da Geografia, a discussão acerca do Código Florestal nesta pesquisa, foi realizada tendo por base o território, categoria analítica da Geografia no sentido discutido por Marcelo Lopes de Souza (2007). Para o autor, o território “resulta das relações de poder, de encontro-desencontro de atores, de superposição de escalas de atuação, de influência ideológica, de administração e gestão” (SOUZA, 2007, p. 78). Assim, partindo da ideia de território como campo de disputas, o Código Florestal enquanto objeto de estudo, foi entendido como uma construção social realizada por grupos que no embate político conseguiram impor uma ideologia e interesses de classe.

A possibilidade de o Congresso Nacional promover alterações na legislação ambiental foi muito criticada por pesquisadores e ambientalistas, antes mesmo do período definido como recorte desta pesquisa. Em artigo publicado em 2010, Aziz Nacib Ab'Sáber tratou o tema com alertas e uma proposta. A forma como os debates e as notícias já estavam em evidência reforçavam os temores de retrocesso na legislação e nas medidas de proteção ambiental no que estava sendo chamado de “revisão do Código Florestal”. Ab'Sáber defendia que “se houvesse um movimento para aprimorar o atual Código Florestal, teria que envolver o sentido mais amplo de um Código de Biodiversidades”. (AB'SÁBER, 2010, p.332). Para o pesquisador, os parlamentares estavam encaminhando as propostas para interesses de latifundiários.

O primeiro grande erro dos que no momento lideram a revisão do Código Florestal brasileiro – a favor de classes sociais privilegiadas – diz respeito à chamada estadualização dos fatos ecológicos de seu território específico. Sem lembrar que as delicadíssimas questões referentes à progressividade do desmatamento exigem ações conjuntas dos órgãos federais específicos, em conjunto com órgãos estaduais similares, uma Polícia Federal rural, e o Exército Brasileiro. Tudo conectado ainda com autoridades municipais, que tem muito a aprender com um Código novo que envolve todos os macro-biomas do país, e os mini-biomas que os pontilham, com especial atenção para as faixas litorâneas, faixas de contato entre as áreas nucleares de cada domínio morfoclimático e fitogeográfico do território.

(...) é absolutamente necessário focar para o zoneamento físico e ecológico de todos os domínios de natureza dos pais. A saber, as duas principais faixas de Florestas Tropicais Brasileiras: a zonal amazônica e a azonal das matas atlânticas o domínio dos cerrados, cerrados e campestres: a complexa região semi-árida dos sertões nordestinos: os planaltos de araucárias e as pradarias mistas do Rio Grande do Sul, além de nosso litoral e o Pantanal Mato-grossense (AB'SÁBER, 2010, p.332).

As críticas que estavam sendo feitas naquele momento delimitavam os interesses do chamado agronegócio, os latifundiários que buscavam ampliar seus lucros e seu poder, em detrimento das populações locais, das comunidades indígenas e dos trabalhadores rurais, por exemplo. Críticas também dirigidas à condução política do processo, na figura do relator, o deputado Aldo Rebelo, e aos partidos políticos envolvidos na discussão.

Insistimos que em qualquer revisão do Código Florestal vigente, se deve enfocar as diretrizes através das grandes regiões naturais do Brasil, sobretudo domínios de natureza muito diferentes entre si, tais como a Amazônia, e suas extensíssimas florestas tropicais, e o Nordeste Seco, com seus diferentes tipos de caatingas. Tratam-se de duas regiões opostas em relação à fisionomia e à ecologia, assim como em face das suas condições

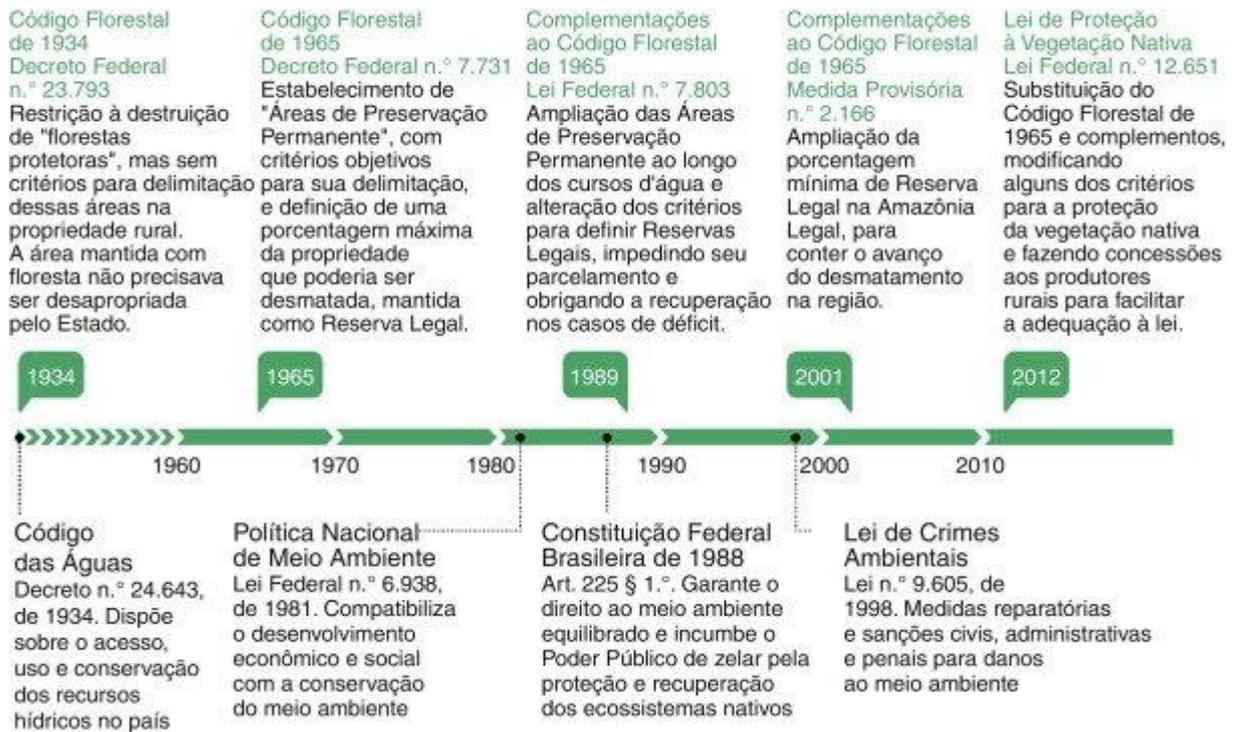
socioambientais. Ao tomar partido pelos grandes domínios administrados técnica e cientificamente por órgãos do executivo federal, teríamos que conectar instituições específicas do governo brasileiro com instituições estaduais similares. Existem regiões como a Amazônia que envolve conexões com nove estados do norte brasileiro. Em relação ao Brasil Tropical Atlântico os órgãos do Governo Federal – IBAMA, IPHAN, FUNAI e INCRA – teriam que manter conexões com os diversos setores similares dos governos estaduais de norte a sul do Brasil. (AB’SÁBER, 2010, p. 333).

Esse controle das discussões por parte do agronegócio e seus interesses, com reflexos na imprensa, não estava restrito aos parlamentares. Governadores e prefeitos também faziam parte dos grupos de pressão. As propostas em discussão, para Ab’Sáber (2010, p. 332), tratam de liberação excessiva em favor dos empresários rurais. Os resultados (previsíveis) seriam de aumento do desmatamento na Amazônia e de degradação maior (do que a conhecida) em margens de rios. As propostas que favorecem o latifúndio trazem prejuízo e menosprezam os pequenos produtores.

Torna-se indispensável referir-se a atividades de pequenos produtores familiares, dotados de terras mais férteis, de dimensões limitadas, tais como várzeas de ricos solos fluvio-aluviais ao longo do Rio Amazonas, ou de pequenas áreas de terra firme dotadas de oxissolos oriundos da decomposição de basaltos ou diabásios (infelizmente porém, essas últimas áreas são bastante raras, envolvendo em seu espaço total menos de oito mil quilômetros quadrados). Ou em um modelo localizado de plantações em praias de estiagem do Rio Acre. Ou, onde vicejam linearmente melancias, melões e algumas plantas alimentares. Ou em bordas de florestas restantes em terrenos de projetos falidos, onde se estabeleceu o importante e famoso projeto RECA. Houve um tempo em que muito se falou em reservas extrativistas, a partir do Acre de Chico Mendes, ampliado para todo o território amazônico. (AB’SÁBER, 2010, p. 334).

Paulino (2012) aponta um impasse a ser compreendido e transposto, no que se refere ao Novo Código Florestal, que já se encontra aprovado e pressupunha consultas e discussões que não foram realizadas com todos os deveriam ter sido envolvidos. Isso configura, em sua opinião, um desfecho cujos desdobramentos terão implicações de longa duração de um ponto de vista socioterritorial. Isso ocorreria por causa de uma grave inversão: a conservação ambiental caracterizando um tributo social como pagamento por serviços ambientais. Configura-se uma relação predatória na produção agrícola “proveniente do modelo de ocupação territorial hegemônico no país” (PAULINO, 2012, p.41).

Gráfico 1 - Histórico da legislação ambiental brasileira



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

O Código Florestal Brasileiro fora instituído pela Lei 4771, de 15 de setembro de 1965 e agora é modificado tendo como protagonistas os ruralistas expressando interesses oligárquicos e “a grande imprensa como porta voz, não sem ter como pano de fundo um Estado omissivo, alinhado ora sutil ora explicitamente” sendo que “o recrudescimento das sanções aos crimes ambientais representa diminuição da capacidade de acumulação da riqueza” (PAULINO, 2012, p.41). A pertinência de estar atento ao movimento das forças políticas envolvidas deve ser encarada como um exercício reflexivo no sentido de compreender as disputas territoriais em seus avanços e recuos, limites e potencialidades. A noção de rentismo é trazida como uma dessas caracterizações:

Essa situação estrutural à malha fundiária inverte os termos com que frequentemente se analisa a produção no campo, pois a riqueza não advém majoritariamente da atividade produtiva, mas sim da renda proporcionada pelo acesso gratuito a bens como madeira, água e solo fértil, entre outros elementos da biodiversidade, mediado pelo trabalho precarizado. Trata-se de expressões do rentismo que se alimenta da negação ao princípio da função social da propriedade (PAULINO, 2012, p.46).

A expansão da frente pioneira promoveu a incorporação das áreas florestadas na medida em que envolvia a exploração econômica. Foi uma exploração que, no entanto, não se conteve nos critérios de empreendedorismo mínimo, fazendo prevalecer o caráter extrativo e o monopólio fundiário, em que novas áreas férteis eram incorporadas sempre que se esgotavam os recursos das que já se encontravam ocupadas.

Novas pressões de setores ruralistas fizeram com que na data em que entraria em vigor o Decreto nº 6.686/2008, fosse publicado o Decreto nº 7.029/2009, suspendendo a cobrança das multas aplicadas pelas infrações descritas a quem aderisse ao denominado “Programa Mais Ambiente”, postergando para 2012 o prazo limite para as devidas adequações, mantendo-se, contudo, a suspensão de créditos prevista para 12 de junho de 2011 aos que não apresentassem plano de ação correspondente (PAULINO, 2012, p.53).

Há, segundo a autora, uma estratégia apegada à manutenção da lógica predatória associada ao desmatamento ilegal e ao descarte de terras esgotadas, e isso ocorre pela não observância de práticas conservacionistas mínimas. Atribui esse fato ao que os proprietários rurais apoiados pela bancada ruralista insistem em definir como causa nacional a expansão de áreas agrícolas e ao ignorar que a vasta extensão do território do país dispensaria eliminar as restrições hoje existentes em termos de preservação. Ao invés de tornar os agricultores aliados da natureza, cria-se uma cultura de dependência do pacote tecnológico. A assimetria entre grandes e pequenos proprietários ocorre por uma predisposição que destoa do interesse coletivo, principalmente acentuada pela força de *lobbies* que atuam no sentido de anular preceitos científicos esgotando as frágeis condições que conservação que ainda subsistem.

Outro dado a considerar é a disposição de condicionar práticas ambientalmente sustentáveis à cobrança de um tributo pelo uso do solo, sob a designação de serviço ambiental. A consequência é que é cair por terra o preceito da função social da propriedade e a imposição de premiar monetariamente os agentes direto de um crime ambiental praticado até pouco tempo antes.

Isso já vem se desenhando desde o recrudescimento das sanções por uso predatório, ou tentativas de fazê-lo, dado os esforços de seus protagonistas em transformar a prática legal em negócio, a ser remunerada pela sociedade, sob a justificativa de que se essa quiser dispor de ambiente saudável, aquilo expresso na Carta Magna como direito inalienável, terá que pagar por isso (PAULINO, 2012, p.57).

A autora conclui com o exame do argumento que paradoxalmente passou pelas mãos de Aldo Rebelo, então membro do Partido Comunista do Brasil ao incorporar, como relator, modificações superficiais que, após votação na Câmara e no Senado foi para sanção presidencial sem que fossem consultadas a sociedade civil organizada e a comunidade científica. Desdobramentos indesejáveis como a perda da biodiversidade, a diminuição de fontes de água potável ficaram camuflados. As soluções técnicas serão insuficientes para minimizar os efeitos da lógica anticonservacionista ensejada pela motivação ao enriquecimento rápido e a socialização das perdas, dissimulando o fim especulativo dado à terra. A mudança na legislação ambiental ignora a estrutura fundiária existente.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O modelo conceitual e operativo da pesquisa desta tese é assim constituído: quanto à forma de abordagem, é qualiquantitativa descritiva e analítica; quanto aos objetivos é ao mesmo tempo exploratória, descritiva e analítica. Quanto aos procedimentos técnicos, é bibliográfica e documental. Quanto ao desenvolvimento no tempo, é retrospectiva. Quanto à finalidade, a pesquisa é de tipo explicativo, modalidade que engloba, por uma questão de percurso indispensável, uma etapa exploratória e outra descritiva.

A trajetória de investigação do pesquisador tem possibilitado inferir sobre o fenômeno a partir de procedimentos testados e ajustados em outras situações de discussão e análise, conforme explicado no capítulo anterior, sobre o comportamento dos órgãos de imprensa no sentido amplo e, em particular, a escrita, e de acordo com os recortes decididos para os respectivos processos de coleta e descrição de dados. O registro desse caminho trilhado é particularmente importante pelo fato de a proposta agora culminar em um estudo de natureza explicativa, assentado no compromisso de empreender outra aferição e atualizar a metodologia que dará formato às respectivas análises.

Gil (2002) explica que as pesquisas explicativas são também consideradas “quase experimentais”, dado o teor de alta complexidade de que são portadoras. Lembra o autor que esse fator é contributivo para pesquisas em ciências sociais apesar das dificuldades que se apresentam em sua inserção nesse campo. Ressalta que as pesquisas exploratórias e descritivas normalmente se constituem como etapa anterior, indispensável para sustentar explicações científicas. “Uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado” (GIL, 2002, p.43).

Ainda para o autor, as pesquisas explicativas têm a preocupação central de identificar, descrever e explicitar os fatores que determinam a ocorrência e a constituição dos fenômenos. Torna-se o tipo mais complexo e delicado, em razão de o risco de cometer equívocos e inconsistências tornar-se muito elevado. “Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2002, p.43).

Quanto ao delineamento, trata-se de uma pesquisa do tipo documental. O estudo realizado tem por fonte edições de um jornal impresso e não podem ser deixadas de lado algumas distinções cuja ausência pode levar a equívocos na utilização e no processamento. Materiais impressos também se referem a publicações na forma de livros, catálogos, revistas e uma variada faixa de produções, incluindo boletins, folhetos que também podem servir como fonte na parte de referência teórico-metodológica. Ou seja, o conjunto de material documental pode tanto conter elementos que exercem a função de dados a serem analisados, como também produzir o aporte teórico de onde serão geradas as explicações de base analítica. “As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas” (GIL, 2002, p.44).

Com relação ao termo jornal impresso, uma ressalva deve ser feita: quando passa para o ambiente digital, o texto segue contendo sua natureza de impresso, em contraste com o texto falado e televisivo, mas pode conter elementos modificados ou corrigidos em relação ao conteúdo que figura no exemplar vendido em bancas. Este último tipo tem um horário de fechamento da edição e a designação “impresso” é literal, porque é uma impressão direta no papel. Essa operação não permite o *delay* que beneficia a passagem do mesmo texto para o digital. Ou seja, a edição em papel tem que sair de madrugada (sem possibilidade de alteração), ao passo que a eletrônica pode receber reformulações e correções ao longo do dia. É de esperar, portanto, que por ser disponibilizado o fac-símile, não haja diferenças entre o que foi para as bancas e o que é encontrado em telas e aplicativos.

Os meios de comunicação lançam um imenso volume de conteúdos com as mais variadas estratégias, tornadas de difícil análise, tendo em vista também o montante de subjetividade inevitavelmente presente, nela também situada a presença da ideologia, como desdobramento de visões, atitudes, valores e formas de representação. As técnicas e os princípios da Análise de Conteúdo proporcionam meios para interpretação dessa faceta, quando o propósito é examinar a ideologia política de um jornal por sua produção de notícias e reflexão sobre um conjunto de fatos ou um determinado cenário. As análises podem ser quantitativas, qualitativas ou uma combinação de ambas. Há um momento subsequente de tratamento, inferência

e interpretação dos dados. “Assim, torna-se possível verificar se há verdadeiramente correspondência entre a construção teórica e os dados observados” (GIL, 2002, p.90).

A análise de conteúdo se processa de modo reiterativo, com recomposições e retomadas para encontrar as explicações buscadas: “o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudados, examinando as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas (GIL, 2002, p.90).

3.1 DEFINIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA

As mídias atuais são exemplos evidentes e diários do mecanismo acima descrito. Prevaecem as chamadas postagens que geram uma sequência de comentários que equivalem a verbalizações típicas de uma conversa que, embora não realizada face a face, numa condição presencial em dado edifício ou salão, em que há uma condição de resposta, uma reação. Configura-se diálogo. O conjunto dessas interações produz um bloco de pensamento apto a ser conduzido a uma análise, daí a necessidade de um método híbrido para análise.

Utilizam-se, portanto, os aportes de Maingueneau (2013; 2015) e os critérios de valência (DOXA, 2020), adaptados para utilização como categorias explicativas. No caso deste estudo, o que se pretende é um debate entre a visão geográfica do Código Florestal Brasileiro, conforme apresentada em textos jornalísticos, já na condição de narrativa discursivizada e publicada, agora à espera do leitor que desenvolverá o seu posicionamento. O que se pretende provar é que essa interação será fortemente influenciada por uma postura conservadora da parte do jornal.

A busca no ambiente *online* do OESP abrangeu do ano de 2010 a 2018. Descrever a quantidade de textos advindos das palavras “código ambiental”, “educação ambiental”, “12.651”, “PL”, “projeto de lei”. No recorte buscado, foram agregados os termos “lei” e “projeto de lei”. O termo “projeto de lei” se justifica pela sua presença nas matérias jornalísticas anteriores à aprovação do código florestal (2010 a 2012) e o termo “lei”, por representar as referências ocorridas no período após ao ato legislativo (2012 a 2018). A análise se concentrará nesses dois montantes.

A busca foi feita no *site* do jornal O Estado de S. Paulo com a palavra-chave “código florestal” para verificar a frequência com que este termo aparece nas matérias do jornal. Foram encontrados 3690 registros na editorias de Política (966 registros), Geral (885), Sustentabilidade (557), Opinião (325), Economia (209), Brasil (191), Cultura (129), Ciência (124), Política (101), São Paulo (43). A pesquisa tendo o tópico Código Florestal como *tag* retornou 910 entradas. Para refinar os resultados, fez-se a busca de “código florestal” associadas com as expressões “1876” e “1.876”, que representam o número do projeto de lei em tramitação na Câmara a respeito do novo código florestal. Estes termos retornam 25 resultados antes da promulgação da lei em 25 de abril de 2012.

Buscaram-se os resultados com as palavras “12651” e “12.651”, indicando o número da lei que versa sobre o código florestal. Como resultado, encontrou-se 55 matérias. Adicionalmente, incluiu-se a busca pelos termos “código florestal” e “educação ambiental”, que trouxe, como resultado, 18 registros. Os termos e os respectivos resultados, separados por editoria, estão apresentados na Tabela 1. A listagem completa das matérias selecionadas para este estudo estão apresentados no Quadro 2 do Apêndice A.

Tabela 1 – Número de registros encontrados de acordo com o termo de busca

Termos de busca	Editorias						Total
	Política	Sustentabilidade	Opinião	Geral	Economia	Ciência	
"código florestal" "1876"	8	8	0	1	0	1	18
"código florestal" "1.876"	2	1	1	0	0	0	4
"código florestal" "12651"	0	0	0	0	0	0	0
"código florestal" "12.651"	18	12	17	2	2	0	51
Total	28	21	18	3	2	1	73
"código florestal" "educação ambiental"	0	4	2	2	1	1	10
Total	28	25	20	5	3	2	83

Fonte: Elaborado pelo autor.

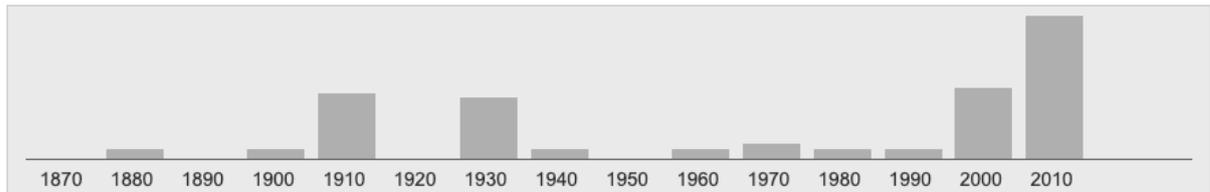
Do total de 80 registros encontrados, verifica-se que há uma grande incidência no ano de 2012, data da promulgação da lei, e nos anos anteriores. O ano de 2015 não apresenta registro de nenhuma matéria com as referidas palavras-chave. Mais recentemente, constata-se um grande destaque para o tema entre os anos de 2017 e 2018, ocasião em que algumas das questões do Código Florestal foram alvos de debate no Supremo Tribunal Federal com relação à sua constitucionalidade.

Cabe destacar que o termo Código Florestal aparece há muito tempo no jornal, sendo referido ainda no século XIX (Gráfico 1). Entretanto, o novo Código Florestal teve ênfase apenas na última década. Assim, o período em que o tema esteve em discussão no jornal Estadão compreende o exercício de quatro presidências distintas: 2º mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (10 registros de 2009 a 2010), 1º mandato da presidente Dilma Roussef (32 registros de 2011 a 2014), 2º mandato interrompido da presidente Dilma Roussef (nenhum registro de 2015 a maio de 2016, data do afastamento), mandato do presidente Michel Temer (27 registros de 2016 a 2018), mandato do presidente Jair Bolsonaro (14 registros a partir

de 2019). Pelo histograma apresentado no Gráfico 2, podem-se constatar as frequências em que alguns dos termos de busca foram encontrados, separados por editoria, compondo o corpus desta pesquisa. No Apêndice B há o detalhamento deste histograma, mostrando a frequência distribuída por trimestres e por meses.

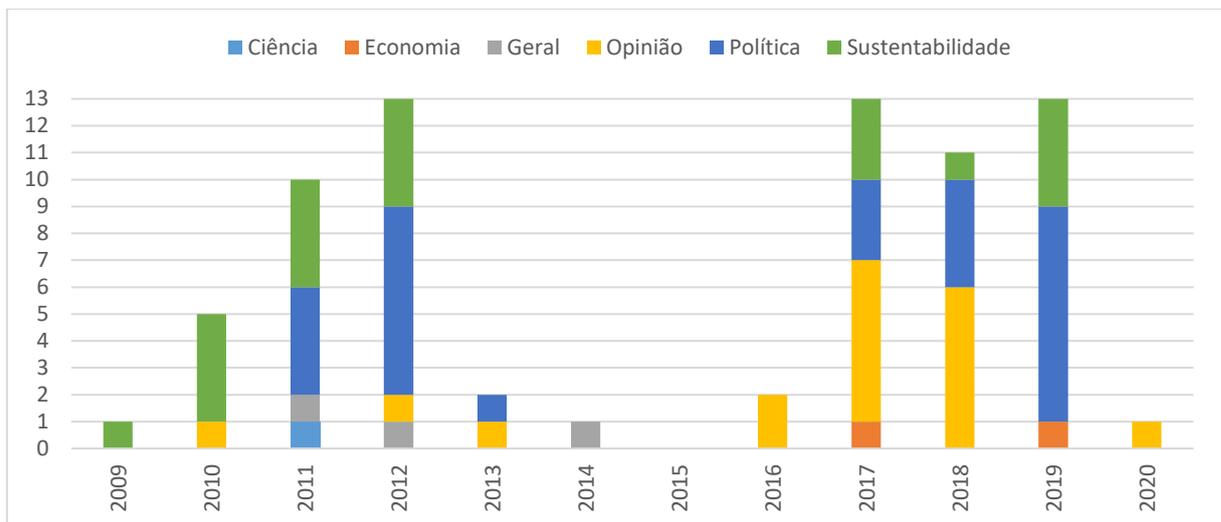
Gráfico 2 - Histograma dos registros sobre “Código Florestal” por década

De 1875 a 2010 (80)



Fonte: O Estado de S. Paulo.

Gráfico 3 - Histograma dos registros encontrados por ano e por editoria



Fonte: Elaborado pelo autor

Todos os registros encontrados foram tabulados em uma planilha contendo os dados principais como editoria, data, manchete, autor, etc. Para cada matéria foi gerado um documento no formato PDF reproduzindo a impressão da matéria encontrada no site. Estes arquivos foram posteriormente tratados para restar apenas o texto, eliminando-se cabeçalhos, nome de autores, links para outras reportagens, etc. Estes novos documentos foram salvos no formato TXT. Estes arquivos preparados foram inseridos no software AntConc que faz o levantamento da incidência de cada termo dentro de um grupo de textos.

Os textos foram analisados primeiramente segundo cada editoria. Como o número de textos das editorias Geral, Economia e Ciência eram em número

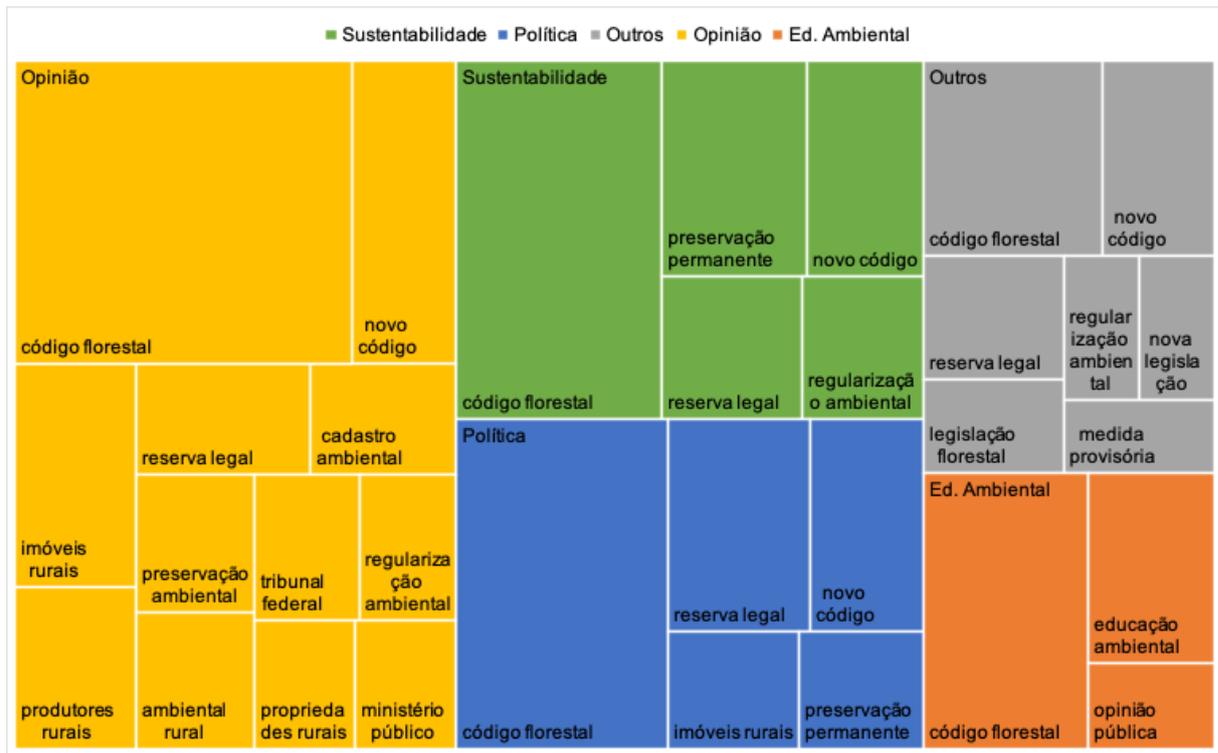
reduzido, foram agrupados em um único conjunto chamado de Outros. Para cada um dos conjuntos foi realizado o levantamento dos termos com maior frequência, mostrados na Tabela 2. A partir do levantamento das frequências de incidência dos termos, separou-se os 10 adjetivos com maior frequência. Por meio de um comando no referido software, obteve-se o levantamento dos termos que acompanham esses adjetivos, formando as locuções.

No Gráfico 3, estão mostradas as locuções com maior frequência relativa considerando o total de palavras do conjunto de cada editoria. Neste gráfico, cada editoria representa uma cor, e seu tamanho revela a magnitude relativa dos termos desta editoria em comparação com as demais. Do mesmo modo, a dimensão dos blocos que representam cada termo são indicadores da frequência desses termos no corpus de pesquisa.

Tabela 2 – Frequência dos 10 adjetivos mais utilizados por editoria

Adjetivos	Ed. Ambiental	Opinião	Outros	Política	Sustentabilidade
florestal	41	102	27	99	93
ambiental	54	96	10	68	77
rurais	11	57	7	56	39
rural	11	42	6	30	28
legal		27	9	49	30
novo		31	11	34	38
nacional	8	29		29	29
federal		22	6	32	
permanente				20	39
ambientais	14			19	24
nativa		39			
brasileira					32
público		20			
sustentável	10		5		
ecológica	9				
nova			8		
públicas	7				
pública	7				
provisória			5		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 4 - Mapa das locuções mais frequentes encontradas na pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da compreensão preliminar a respeito do contexto em que essas locuções apareceram em cada editoria, partiu-se para a análise de cada uma das reportagens de capa no mesmo período. A lista completa está mostrada no Quadro 1 abaixo e o fac-símile das capas e as respectivas reportagens estão expostos no Anexo A.

Quadro 1 – Lista de capas de edições impressas selecionadas para a pesquisa

Data	Edição	Link
09/05/2010	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100509-42572-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
09/05/2010	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100509-42572-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo
10/06/2010	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100610-42604-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
10/06/2010	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100610-42604-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
15/06/2010	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100615-42609-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
15/06/2010	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100615-42609-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
07/07/2010	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100707-42631-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal

Data	Edição	Link
07/07/2010	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100707-42631-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
23/07/2010	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100723-42647-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
23/07/2010	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100723-42647-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
25/02/2011	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110225-42864-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
03/05/2011	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110503-42931-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
03/05/2011	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110503-42931-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
10/05/2011	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110510-42938-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
10/05/2011	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110510-42938-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
13/05/2011	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110513-42941-nac-1-pri-a1-not/busca/Florestal+C%C3%B3digo
13/05/2011	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110513-42941-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
24/05/2011	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110524-42952-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
24/05/2011	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110524-42952-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
26/05/2011	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110526-42954-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
26/05/2011	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110526-42954-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
09/06/2011	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110609-42968-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
11/10/2011	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111011-43092-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
11/10/2011	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111011-43092-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
28/10/2011	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111028-43109-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
28/10/2011	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111028-43109-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
07/12/2011	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111207-43149-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
11/12/2011	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111211-43153-nac-1-pri-a1-not/busca/Florestal+C%C3%B3digo
11/12/2011	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111211-43153-spo-1-pri-a1-not/busca/Florestal+C%C3%B3digo
09/03/2012	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120309-43242-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo
09/03/2012	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120309-43242-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
15/03/2012	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120315-43248-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal

Data	Edição	Link
15/03/2012	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120315-43248-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
24/03/2012	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120324-43257-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
24/03/2012	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120324-43257-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
26/04/2012	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120426-43290-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
05/05/2012	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120505-43299-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
05/05/2012	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120505-43299-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
26/05/2012	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120526-43320-spo-1-opi-a2-not/busca/C%C3%93DIGO+FLORESTAL
26/05/2012	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120526-43320-nac-1-opi-a2-not/busca/C%C3%93DIGO+FLORESTAL
30/05/2012	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120530-43324-nac-1-edi-a3-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
06/06/2012	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120606-43331-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
27/08/2012	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120827-43413-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+florestal
27/08/2012	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120827-43413-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+florestal
19/10/2012	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20121019-43466-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
19/10/2012	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20121019-43466-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
18/09/2016	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160918-44896-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
18/09/2016	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160918-44896-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
13/02/2017	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20170213-45044-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
13/02/2017	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20170213-45044-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
25/02/2018	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180225-45421-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
25/02/2018	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180225-45421-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
01/03/2018	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180301-45425-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
01/03/2018	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180301-45425-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
02/03/2018	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180302-45426-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
02/03/2018	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180302-45426-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal
05/06/2019	Nacional	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20190605-45886-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal

Data	Edição	Link
05/06/2019	São Paulo	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20190605-45886-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.2 GUIAS DE ANÁLISE

O procedimento metodológico é resultante de uma composição entre as noções de emissor e receptor em que toda mensagem parte de um emissor conhecido ou não, consolidado por sua voz, como é o caso de um texto jornalístico, e um leitor em um papel auditivo e também de construção de uma mensagem, na maior parte das vezes de reação. Afirma-se, portanto, que todo texto jornalístico equivale à presença de um primeiro interlocutor à espera de outro interlocutor individual ou coletivo.

Há um processo de enunciação do qual se extrai um enunciado e envolverá um enunciador e um enunciatário, concretizando a relação emissor-receptor. A enunciação se refere a uma instância que está colocada à disposição de todos, e no caso do tema que está sendo tratado aqui, sobre o novo código florestal, há fatos, pessoas envolvidas, datas, locais, decisões, impedimentos, aberturas, e tudo quanto se possa pensar em termos comprováveis, ou seja, aconteceram na forma tradicionalmente definida pela norma jornalística: quem, quando, onde, como, por quê... Inexiste, no entanto, a possibilidade de confirmar *in loco*, presencialmente; quem trará é o jornal. Aqui se está falando do jornal impresso encontrado em bancas, evidentemente sem deixar de considerar a modalidade online, dentro da qual, há também o fac-símile da edição impressa.

Mainqueneau (2015) discute a noção de gêneros de discurso e ressalta três modos pelos quais são agrupados segundo o ponto de vista que privilegiem: a esfera de atividade, o campo discursivo e o lugar de atividade.

Vivemos cercados de enunciados atribuídos a fontes que não são, propriamente falando, locutores individuais de carne e osso. Basta pensar nas *instituições*, como os ministérios, os conselhos de administração, as direções de empresas, os serviços, os partidos políticos, as associações de todos os tipos... Por exemplo, o que chamamos de 'uma campanha' (de segurança nas estradas ou de vacinação de crianças, contra a violência conjugal etc.) é o investimento em um número de gêneros de discurso não por um locutor, mas por uma instituição que, assim, pode construir, reforçar e legitimar sua identidade em determinada conjuntura. (MAINGUENEAU, 2015, p. 75, grifo do autor)

Quando a notícia ou a matéria jornalística é preparada, isso é realizado por meio de um enunciado a cargo de uma pessoa, no papel de enunciador. É nessa interferência que podem se realizar processos de manipulação. “Todo gênero de discurso visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa. Essa finalidade se define ao se responder à questão implícita: ‘Estamos aqui para dizer ou fazer o quê?’” (MAINGUENEAU, 2013, p. 72). O leitor se instala no papel de enunciatário, aquele que recebe o enunciado. Há competências prévias que o enunciatário já possui, e que também interferirão na compreensão e na absorção do conteúdo emitido. O enunciatário atribui sentido ao enunciado.

Adverte Maingueneau (2013), no entanto, que é insustentável a ideia de um enunciado portador de um sentido fixo e fora de contexto. Explica que o contexto não se posiciona ao redor de um enunciado contendo um sentido parcial, à espera de um enunciatário a quem caberia unicamente especificar a parte faltante. “Queremos insistir no fato de que uma sociedade não se distingue das formas de comunicação que ela torna possíveis e que a tornam possível” (MAINGUENEAU, 2013, p. 82).

Há uma assimetria em todo ato de enunciação e, por esse motivo, quem interpreta efetua uma reconstrução de sentido, com base em indicações constantes do próprio enunciado, e o faz sem a garantia de coincidência entre essa reconstrução e as representações empregadas pelo enunciador. “Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário. É mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável” (MAINGUENEAU, 2013, p. 22).

O autor aponta que o texto escrito e o texto oral se constituem em distintos regimes de enunciação, de modo que o escrito não se torna uma mera representação do oral e, nesse caso, o impresso, por seu turno, esteja confinado à função de efetuar uma simples multiplicação do escrito. O texto escrito pode circular longe de sua origem, e ser difundido a públicos não previstos, sem que tenha que ser modificado em cada circunstância. “Com a escrita e, sobretudo, com a impressão, o texto explora cada vez mais o fato de *ocupar um certo espaço material (...)*. Em um nível superior, todo texto *constitui em si mesmo uma imagem, uma superfície exposta ao olhar*” (MAINGUENEAU, 2015, p. 90-92, grifos do autor).

Chama-se quadro cênico do texto, o espaço do tipo e do gênero do discurso. O enunciado adquire sentido no espaço estável proporcionado pelo quadro cênico. Há três tipos de cena:

Cena englobante – refere-se ao tipo de discurso: político, publicitário, religioso, administrativo, literário, entre outros. É a cena na qual o enunciatário deve buscar elementos para estar apto a interpretar o discurso por ela englobado.

Cena genérica – diz respeito aos gêneros particulares de discurso e aos papéis exercidos por esses gêneros.

Cenografia – conjunto de cenas escolhidas para legitimar a manifestação do discurso e validar a enunciação. É ao mesmo tempo fonte do discurso e o que é por ele engendrado. A cenografia faz com que o quadro cênico transporte o sentido.

A definição de cenografia assevera, por outro lado, que “ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém, segundo o caso – a política, a filosófica, a ciência –, ou para promover certa mercadoria” (MAINGUENEAU, 2013, p. 98). A cenografia mobiliza um repertório de cenas que pode variar em função do grupo visado e da mensagem a ser veiculada. Pode haver, por outro lado, a opção de empregar um conjunto de cenas compartilhável com qualquer tipo de público, por mais amplo e heterogêneo que seja. “Como se vê, enunciar não é somente expressar ideias, é também tentar construir e legitimar o quadro de sua enunciação” (MAINGUENEAU, 2013, p. 103).

A atribuição de valências é adaptada da aplicação realizada por Neves (2008) ao analisar pleitos eleitorais. A técnica foi concebida pelo grupo do Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública – Doxa/Iuperj. No emprego que está sendo adotado no material jornalístico aqui analisado, a valência é considerada positiva quando há uma tendência a favor do agronegócio ou da bancada ruralista, demarcando a posição conservadora. A valência negativa se refere ao posicionamento contrário aos interesses do agronegócio ou da bancada ruralista

(não conservador). A valência neutra é atribuída quando não há elementos que se direcionem a uma ou outra posição.

As análises serão conduzidas conforme o modelo apresentado a seguir.

Figura 1 – Capa da edição nacional do dia 09/05/2010



Fonte: Dados da pesquisa.

Esta página de O Estado de S. Paulo (A12) é a primeira que resulta do sistema de buscas e dos critérios estabelecidos para o *corpus* desta pesquisa. O primeiro texto (topo da página), “Código florestal em xeque”, é assinado por João Bosco Rabello, autor da coluna “Direto de Brasília”. Este texto não é um editorial, o que seria a opinião explícita do jornal. É um artigo, com a opinião do colunista, que pode ou não coincidir com o pensamento da direção do jornal.

No início do artigo é apresentada a trajetória da discussão sobre o Código Florestal até aquele momento, considerado importante, que é o ponto de partida dos debates que viriam a acontecer no Congresso Nacional.

Após seis meses, 54 audiências públicas e debates em 18 Estados, o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) concluiu o parecer da reforma do Código Florestal com mudanças substanciais de conceito na legislação ambiental. O relatório revoga conquistas de ONGs cujos ambientalistas estiveram representados em cargos estratégicos no Ministério do Meio Ambiente desde a gestão de Zequinha Sarney (PV-MA) até a de Marina Silva. (OESP, 2010, p. A12).

De início, duas informações importantes. A primeira é a identificação do relator, o deputado Aldo Rebelo, de um partido considerado de esquerda, que promoveu o debate em boa parte do território brasileiro. Essa informação pretende dar credibilidade ao trabalho realizado. A segunda informação é sobre as chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais), entidades que possuem muita

visibilidade na mídia e grande poder de pressão. Em diversas oportunidades o Agronegócio, a bancada ruralista e entidades representativas (como federações e associações) dos produtores rurais fazem críticas às ONGs. O texto informa que “estiveram representados em cargos estratégicos” nas gestões de Zequinha Sarney até a de Marina Silva, sem explicar exatamente qual o período, e quem era o presidente a que se subordinavam. Isso demonstra a intenção de omitir que isso ocorria desde o mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso e que persistiu no governo Lula.

Outra questão importante é que o texto apresenta nas palavras do relator os fundamentos que norteiam o relatório, sem informar que várias daquelas conclusões eram reivindicações do agronegócio.

Aldo diz que a mudança, entre outros benefícios, defende o pequeno agricultor cuja área de cultivo (...) torna-se insuficiente. (...) sustentando que o rigor da Lei dos Crimes Ambientais de 98 põe na ilegalidade 90% das propriedades rurais brasileiras, ao impor um índice de reflorestamento legal com custos de execução altos e multa de até R\$ 100 mil e detenção de três anos para o infrator. (OESP, 2010, p. A12).

Aqui está um dos pontos centrais desse debate: os crimes já cometidos, ou seja, a lei que já foi desrespeitada. As frases reforçam o tema do debate em torno do reflorestamento (que os ruralistas não aceitam, ou querem minimizar) e não do essencial que é impedir o desmatamento.

Os dois textos na sequência — “Agronegócio se divide entre Serra e Dilma” e “Pré-candidatos ainda preparam seus programas” — tratam da campanha eleitoral (2010 tivemos eleições para a presidência). Nesses textos a discussão do Código Florestal aparece nas reivindicações do agronegócio aos candidatos. Esses pontos já estavam presentes no relatório do deputado Aldo Rebelo, o que remete as “reivindicações” a outro patamar, o da pressão. O que o agronegócio quer é o apoio, o compromisso, dos candidatos (em caso de vitória) com as reformulações do Código Florestal encaminhadas ao Congresso Nacional. A cena englobante é o Novo Código Florestal; a cena genérica é a o discurso do jornal; a cenografia remete a uma **valência positiva**. No capítulo seguinte serão realizadas a análise de toda as matérias seguindo esta mesma lógica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação e discussão dos resultados será feita a partir da indicação individual de cada edição em uma figura, contendo a reprodução da miniatura da capa e a marcação da região em que a respectiva chamada em referência ao Código Florestal é feita. Ao lado da capa, apresenta-se, em tamanho maior, a reprodução do trecho da capa com a citação ao Código Florestal. A data e a edição (se versão nacional ou São Paulo) estão indicadas na legenda de cada figura. A partir do aparecimento dessas imagens, o texto logo na sequência se refere à discussão do conteúdo das matérias do interior do jornal citadas na capa. O *fac-símile* de todas as capas e das respectivas matérias está reproduzido no Anexo A. Quando ambas as edições, nacional e São Paulo, são idênticas na citação ao Código Florestal, apenas a edição nacional será reproduzida, tanto neste capítulo como no referido anexo.

Figura 2 – Capa da edição nacional do dia 10/06/2010



Fonte: Dados da pesquisa.

Este texto é um editorial, portanto a opinião explícita do jornal. No modelo tradicional (e um padrão reconhecido internacionalmente), é no editorial que a posição da empresa deve ser apresentada. O que se questiona em muitos trabalhos acadêmicos e nas entidades de jornalistas é quando ocorre manipulação da informação (dentro do texto jornalístico) ou até interferência empresarial no conteúdo. O editorial apresenta algumas questões relevantes. Começa apresentando uma premissa: “O brasileiro precisa de comida farta, boa e barata e também de um ambiente saudável e tratado com respeito”. E acrescenta que esse “homem comum” estaria sendo excluído do debate (que o jornal chama de “lamentável debate”). Na sequência o jornal afirma que:

Esse debate vem sendo apresentado como um confronto entre fazendeiros, defendidos no Congresso pela bancada ruralista, e grupos ambientalistas, empenhados na proteção de rios, matas e solos ameaçados pela ação devastadora de um bando inescrupuloso. De um lado a ambição sem limites, de outro, a virtuosa cruzada a favor da natureza.

Um debate nesses termos não interessa ao Brasil. Os brasileiros precisam de políticas bem equilibradas para promover o desenvolvimento econômico e social com um mínimo de danos ao ambiente. (OESP, 2010, p. A3).

Essa introdução remete a uma intenção de O Estado de S. Paulo de se colocar como detentor de uma posição de equilíbrio entre os dois lados apresentados no que afirma ser um “debate lamentável”, evidentemente se apresentando como porta-voz da sociedade ao definir (nos seus próprios termos) o que “interessa ao Brasil”, e o que “os brasileiros precisam” (...), ou seja, o jornal dita as regras. Aqui fica evidente a parcialidade do jornal na forma como exclui um dos lados utilizando expressões que ironizam e, portanto, desqualificam os chamados grupos ambientalistas. Essa atitude delimita — e restringe —, o debate à posição do jornal, de defesa do empresariado (mesmo com a crítica a “um grupo de grandes produtores”).

Outra demonstração de defesa da posição do empresariado é a inclusão de expressões comuns e conhecidas como “a agropecuária brasileira já mostrou sua eficiência” e “proporcionando comida farta e barata” — frases típicas do discurso do agronegócio. Além de ser o tipo de informação que pode ser questionada. Vários estudos mostram que a produção de alimentos é garantida pela agricultura familiar, enquanto o agronegócio visa principalmente exportar sua produção (quase inteiramente como *commodities*).

Figura 3 – Capa da edição nacional do dia 07/07/2010



Eleição adia novo Código Florestal

A reforma do Código Florestal foi aprovada ontem pela comissão especial da Câmara. O plenário só deve votar o texto, que libera 90% dos donos de terra de recuperar vegetação nativa, após a eleição. **VIDA / PÁG. A17**

Fonte: Dados da pesquisa.

Esta edição de O Estado de S. Paulo (7 de julho de 2010) mostra como a bancada ruralista dominou a Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de discutir a proposta de reforma do Código Florestal. Seus representantes ocuparam os espaços de vários partidos (de linhas políticas diferentes) por meio da indicação dos líderes e conseguiram uma maioria folgada para aprovar suas propostas. A principal consequência disso foi a vitória das proposições de interesse do agronegócio terem sido aprovadas por ampla maioria (votos favoráveis de 13 dos 18 membros da comissão).

O resultado imediato foi que a proposta aprovada representava um grande retrocesso em termos de legislação ambiental, como apresentada na matéria:

Em uma sessão tumultuada e em meio a muita gritaria, foi aprovada ontem pela comissão especial da Câmara dos Deputados a proposta de reforma do Código Florestal que libera pouco mais de 90% dos proprietários de terra do País da exigência de recuperar a vegetação nativa em uma parcela de seus imóveis. (OESP, 2010, p. A17).

Desde o início do texto há informações sobre a quem seria atingido pela medida (caso a proposta fosse aprovada em plenário), cerca de 90 % dos proprietários de terras que estariam obrigados a promover a recuperação da vegetação seriam, de certa forma, anistiados. Sem a necessidade de cumprir as determinações que ainda constavam da Lei e, por consequência, livre de multas.

Calcula-se que 870 mil quilômetros quadrados, extensão equivalente a três vezes e meia o Estado de São Paulo, tenham sido desmatados de forma irregular. Nem tudo terá de ser recuperado, a valerem as novas regras. (OESP, 2010, p. A17).

As consequências diretas da eventual aplicação dessa lei, caso aprovada em plenário, seria uma grande anistia a quem desrespeitou a legislação (por vezes durante anos). Por esses motivos a utilização dos termos apresentados no título, “Comissão aprova Código Florestal”, remetem a vários questionamentos obre a postura do jornal. O primeiro é sobre o conteúdo do título. Se havia, como demonstrado no próprio texto, informações sobre o real significado dessa eventual aprovação, qual o motivo disso não se refletir no título?

Numa análise do ponto de vista do jornalismo, esse título deveria ser apresentado de forma mais explicativa. A segunda questão é de (tecnicamente) haver um erro de informação: já existia um Código Florestal em vigor. Portanto, não poderia

ser afirmado que a “Comissão aprova Código”, no mínimo deveria ser usada a expressão (consagrada nesses debates) de “Novo Código Florestal”. Essa ideia de um título “neutro” demonstra uma atitude de se “esconder” o verdadeiro significado do resultado da votação.

O uso de um título que subestima o verdadeiro resultado, reforçado a partir do conteúdo das informações do próprio texto, demonstra a manipulação da informação neste caso. Qual seria o interesse do jornal? Qual o motivo? Uma hipótese que deve ser apresentada é de que haveria uma “margem de manobra” da bancada ruralista que jogava com o adiamento dos debates (anunciado naquele momento) para depois da campanha das eleições presidenciais que estavam se iniciando. Assim, conhecido o resultado das eleições, a bancada poderia conduzir as eventuais negociações de outra forma. A cenografia remete a uma **valência positiva**.

Figura 4 – Capa da edição nacional do dia 23/07/2010



● **Mais pedidos para desmatar**
Estados como Minas e Tocantins já detectam o aumento da procura de proprietários por autorizações de desmatamento. O motivo é a possibilidade de alteração do Código Florestal. **VIDA / PÁG. A18**

Fonte: Dados da pesquisa.

O conteúdo desta edição de O Estado de S. Paulo (página A18) é uma reflexão a partir da aprovação (em comissão) inicial da reforma do Código Florestal. Seja como alerta, ou como ameaça, o texto afirma a possibilidade de aumento do desmatamento com a perspectiva de aprovação definitiva do Novo Código Florestal. A análise está definida no próprio título, *Crescem pedidos de permissão para desmate*, fato que ocorre em alguns estados.

Vários Estados estão preocupados com a corrida de proprietários por autorizações de desmatamento e alguns, como Tocantins e Minas, notam crescimento da procura. O principal motivo é a possibilidade de alteração do Código Florestal. (Anexo A OESP, 2010, p. 150).

Duas informações importantes. A primeira é a legalidade dos pedidos baseada na lei em vigor. A segunda é que vários estados apresentavam essa

informação como crença e possibilidade. A motivação estaria na moratória de cinco anos para novos desmatamentos. Ou seja, haveria uma corrida para desmatar antes da moratória entrar em vigor. Prevista no texto aprovado em comissão especial (dia 6 de julho) a medida entraria em vigor somente após a aprovação definitiva da nova lei. Os próprios congressistas afirmaram que a votação só aconteceria após as eleições.

Como noticiado anteriormente, a aprovação (por ampla maioria) na comissão foi comemorada pela bancada ruralista. Por esse motivo é possível interpretar a questão apresentada nesse texto como alerta ou ameaça, já que a comissão era dominada pelos ruralistas. Outro fato relevante é o de haver desmatamento ilegal em grandes áreas, objeto de anistia no projeto de lei.

Outro elemento dessa pressão está no segundo texto, na mesma página A18 (Para secretário de MT, falta incentivo para produtor), com afirmações do secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Alexander Torres Maia, declarando ser “mais importante” uma política de incentivos para não haver desmatamento. Seja na hipótese de pressão, ou mesmo de introduzir uma nova reivindicação, essa combinação remete a uma constatação de valência positiva.

Figura 5 – Capa da edição nacional do dia 25/02/2011



Ninguém adere a programa que anistia desmate

A três meses do fim do prazo, ainda não houve adesões ao Programa Mais Ambiente, que prevê a suspensão de multas ao proprietário que restaurar área de proteção em seu imóvel. Produtores rurais apostam que as regras mudarão a partir da reforma do Código Florestal, em debate no Congresso. **VIDA / PÁG. A22**

Fonte: Dados da pesquisa.

A notícia a que se vincula esta manchete na capa da edição de 25/02/2011 trata do fracasso na adesão ao programa Mais Ambiente lançado ainda no segundo mandato do governo de Lula (2007-2010). A oposição entre ruralistas e ambientalistas está presente, em passagens sutis como: “A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (...) vem defendendo a flexibilização do Código Florestal, o que é visto por ambientalistas e cientistas como um retrocesso na área”. (OESP, 2011, p. A22). A valência positiva desta notícia se caracteriza a partir do reconhecimento do fracasso do programa governamental em função da perspectiva da aprovação do Código

Florestal com as regras modificadas. Significa que o potencial Código Florestal seria mais flexível com os produtores rurais a respeito das áreas já desmatadas, reconhecendo a necessidade de legalização de áreas destinadas à produção de alimentos.

Figura 6 – Capa da edição nacional do dia 03/05/2011



Projeto do novo Código Florestal libera produtor de recuperar mata

O relator do novo Código Florestal, Aldo Rebelo (PC do B-SP), apresentou o texto que será votado hoje na Câmara. A proposta estende a todas as propriedades o benefício de não ter de recuperar a vegetação nativa correspondente à reserva legal desmatada ilegalmente até julho de 2008. **VIDA / PÁG. A18**

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentro dos padrões adotados nesta pesquisa, o texto publicado na data de 3 de maio de 2011 tem o significado de ser um marco temporal. Trata-se da apresentação de uma nova versão do texto de Reforma do Código Florestal, preparado pelo relator do Aldo Rebelo, deputado do PC do B de São Paulo. De acordo com O Estado de S. Paulo, o relatório foi concluído no dia anterior e deveria ir para a votação naquele dia (o da publicação do jornal, 3 de maio). O corpus desta pesquisa ficou definido para o período de 2010 a 2018. O início do processo de votação desse relatório pode ser considerado um marco já que, a partir do resultado, surgem os desdobramentos para a continuidade da análise,

Em relação à sua importância, o tema recebeu tratamento modesto na edição da capa do jornal. Como resultado, apenas uma chamada com um tamanho relativamente pequeno (Projeto do novo Código Florestal libera produtor de recuperar mata), em função de um fato de importância mundial, que ocupou o espaço da manchete principal do dia: a morte de Bin Laden, principal responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos (Anexo A).

No espaço interno, no entanto, o assunto recebeu tratamento relativamente melhor, ou seja, proporcional, ocupando uma página inteira (A18). O conteúdo procura mostrar que o projeto atendeu demandas dos ambientalistas e “agradou” proprietários, apontando para uma situação de equilíbrio. O título demonstra

esse objetivo de “equilibrar” as questões: Relator do novo Código Florestal flexibiliza recuperação de mata nativa. Na sequência o jornal afirma que:

Nem ruralistas nem ambientalistas ficarão completamente satisfeitos com a nova versão do Código Florestal, avisou Rebelo ao apresentar o texto. “Foi o acordo possível”, resumiu o deputado, depois de quase dois anos de negociação de regras para a preservação do meio ambiente nas propriedades rurais do País.

O resultado está próximo do acordo selado com o governo. Com exceção de um dispositivo incluído no relatório — o benefício de não ter de recuperar a vegetação nativa correspondente à reserva legal desmatada até 2008. (OESP, 2010, p. A3).

Esse detalhe, que deixaria o acordo com o governo sem ser totalmente cumprido, faz referência a um compromisso de campanha da presidente Dilma Rousseff (que se comprometeu a vetar eventual redução de APPs). O conteúdo, deste texto, aponta para uma valência positiva.

Na mesma página (A18) há uma entrevista com Alceo Magnanini, engenheiro agrônomo (na época com 85 anos), que participou do grupo que elaborou o Código Florestal de 1965. Crítico do projeto de reforma (e do relatório do deputado Aldo Rebelo), Magnanini defendia um enrijecimento do Código Florestal.

Na minha opinião de ecologista, que teve 50 anos de experiência após elaborar o código, a lei deve ser mais restritiva. Agricultura e pecuária não precisam de novas áreas, têm de aumentar a produção, mas não às custas de novas áreas. O Brasil precisa diminuir suas áreas agrícolas e de pecuária e fazer a intensificação dos processos. (OESP, 2010, p. A3).

Essa entrevista, que não é muito longa, recebeu um tratamento de menor destaque, em relação ao texto principal da página. Mas as informações (as respostas do entrevistado) são muito críticas em relação ao relatório de Aldo Rebelo, com características de valência negativa. No conjunto, a análise da página toda aponta para uma valência neutra.

Figura 7 – Capa da edição nacional do dia 10/05/2011



Fonte: Dados da pesquisa.

O foco do noticiário desse dia (10 de maio de 2011) é a tentativa do governo federal de fazer acordo para a votação da reforma do Código Florestal. A proposta apresentada de redução das dívidas dos produtores rurais em troca de recuperar Áreas de Preservação Permanente (APPs). O título da matéria expressa a proposta: *Governo propõe reduzir dívida agrícola de quem recuperar área de proteção*. O texto apresenta o alerta que a proposta não tinha aval da equipe econômica e envolvia valores altos. O esforço dos governistas na busca de acordo para a votação demonstra o receio com a possibilidade de derrota

A votação da reforma do Código Florestal foi suspensa na quarta-feira passada por sugestão de líderes governistas, diante de uma derrota iminente da proposta de acordo negociada pelo Planalto.

(...) A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, acredita que é possível um acordo para a votação sem a quebra de compromissos assumidos por Dilma. (OESP, 2010, p. A3).

Essa possibilidade de o governo ser derrotado era evidente desde o início do processo quando os ruralistas dominaram a Comissão Especial. O relatório de Aldo Rebelo já refletia a vantagem da bancada ruralista, cedendo muitos pontos para o agronegócio e confrontando ambientalistas. Nesta nova situação, perto de votar a proposta, o governo precisou abrir negociação para (tentar) garantir os votos de sua própria base no Congresso. Deputados da bancada ruralista estavam presentes em vários partidos que davam sustentação ao governo. A proposta de negociar os valores das dívidas estavam inseridas nessa negociação.

a dívida dos produtores rurais, estimada em R\$ 80 bilhões, poderia ser reduzida em até 70% pelo mecanismo proposto.

O estímulo financeiro seria calculado com base em redução de emissões de gases de efeito estufa.

(...) poderia ser viabilizada a recuperação de cerca de 430 mil quilômetros quadrados de APPs. (OESP, 2010, p. A3).

O valor estimado das dívidas é estimado. Parte desse montante tem origem em multas por desrespeito à legislação ambiental, desmatamento incluído. O noticiário não especifica esse detalhe, nem explica a real situação. Assim, a proposta apresentada tem características de anistia. As articulações acontecem em torno da posição política dos ruralistas e como o governo cede, cada vez mais, para viabilizar uma eventual vitória. E a posição dos ambientalistas não aparece, nem tem suporte na posição governista, nem no jornal. Essas características apontam para uma valência positiva.

Figura 8 – Capa da edição nacional do dia 13/05/2011



Fonte: Dados da pesquisa.

A sequência do noticiário apresenta nova tentativa do governo federal de fazer acordo para a votação da reforma do Código Florestal. Nesse dia (13 de maio de 2011), a ênfase é a suspensão da votação, causada por mudanças no texto da proposta. O título é bem explicativo: *Governo volta a mexer no Código e suspende a votação*.

A proposta apresentada recebeu mudanças na redação, de acordo com o governo. O texto explica que houve verificação por parte de técnicos do governo e que foram encontradas alterações (palavras e expressões) em relação ao texto que fora objeto do acordo de dias antes.

Como parte do entendimento entre representantes do governo e do congresso, houve definição da proposta a ser enviada a votação. O que foi alterado não fazia parte do acordo e não teve aceitação do governo. Sem identificar a origem

dessas alterações, a matéria apresenta as questões inaceitáveis por parte dos representantes do governo federal.

Também desapareceu do texto final a proibição de instituições financeiras concederem crédito a produtores rurais que tivessem desmatado ilegalmente suas propriedades e sofrido embargo de terrenos.
 (...) Detalhes não tão pequenos, valia o governo, que ainda investe num entendimento para a votação como única alternativa a uma derrota iminente imposta pelos ruralistas, com ajuda da base aliada. (OESP, 2010, p. A3).

Fica evidente nesse texto que a principal característica, das informações desse dia, era a referência a mudanças no texto que foi objeto de acordo. As mudanças “contrabandeadas” (e que foram rejeitadas pelo governo) tornavam a proposta de reforma mais benéfica ainda ao agronegócio. Não há nada no texto que tenha referência ou ligação com posições de ambientalistas. Nada sobre o assunto do dia, mas também nada sobre o resultado do acordo para se votar o texto anterior. Ou seja, a voz dos ambientalistas foi suprimida, tornando as características desse texto muito evidentes, expressando valência positiva

Outro texto na mesma página (*Com apoio de governistas proposta liberária agronegócio*) apresenta os bastidores deste episódio. As informações reforçam que o debate se restringiu ao embate sobre o acordo. Novamente a posição dos ambientalistas foi suprimida. A proposta de alteração recebeu o número 183 (Emenda 183), e dominou o debate. A situação da posição governista se complicou e o contraponto veio da oposição ao governo:

“Estamos assistindo a uma comédia de erros do governo”, comentou o líder do PSDB, deputado Duarte Nogueira (SP). Ontem, o líder arriscou que a Emenda 183 teria votos suficientes para ser aprovada.
 “Apresentamos a emenda para fazer o enfrentamento político e começamos a perceber que ganharíamos”, disse. (OESP, 2010, p. A3).

Essas articulações são dominadas pela posição política dos ruralistas e como o governo é obrigado a ceder, cada vez mais, para impedir uma derrota previsível (muito mais que eventual vitória). E a posição dos ambientalistas (sua voz) não tem suporte na posição governista, nem tem espaço no jornal. Enquanto (no jornal) predominam as posições do agronegócio. Essas características reforçam unilateralmente uma valência positiva.

Figura 9 – Capa da edição nacional do dia 24/05/2011



Fonte: Dados da pesquisa.

Esta edição do dia 24 de maio de 2011 apresenta uma abordagem diferente daquelas que mostravam os embates no Congresso Nacional, para votação do novo Código Florestal. E uma mudança significativa na posição do governo. Em descompasso com as negociações (e sua forma de condução), a presidente Dilma Rousseff ameaçou com veto ao possível resultado da votação do Código Florestal. Essa postura está refletida no título publicado pelo Estadão, *Dilma eleva o tom, rejeita anistia a desmatador e ameaça vetar o Código*, e nos debates no Congresso Nacional. O jornal afirma que Dilma endureceu,

após a divulgação de que o desmatamento na Amazônia nos meses de março e abril aumentou quase 500% em relação ao ano passado. Na última quarta-feira, partidos da base aliada e da oposição fizeram um acordo à revelia do governo, que considera consolidadas as ocupações em Áreas de Preservação Permanentes (APPs) desmatadas até julho de 2008. (OESP, 2010, p. A3).

Essa matéria informa, ainda, que o governo “flexibilizou” sua proposta, aceitando algumas mudanças. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, confirmou à reportagem a possibilidade de veto e que a presidente não aceitaria fazer concessões sobre os compromissos que assumiu em campanha (no ano anterior) para sua eleição.

Para o Planalto, o acordo, além de quebrar um compromisso, deixaria a presidente numa posição delicada no comando da cúpula das Nações Unidas do ano que vem, a Rio+20. Apenas PV, PSOL e parte do PT são contrários à proposta do relator. “O governo não participou de nenhum acordo. Não aceita anistia geral nem uma política ambiental feita pelos estados. Também não cederá em relação às áreas desmatadas” (OESP, 2010, p. A3).

No conjunto do texto fica expressa a ideia de confrontar o agronegócio, expressa no posicionamento de Dilma Rousseff. No entanto, mais uma vez, o jornal não permite a voz dos ambientalistas, nem de seus representantes no congresso, resumindo o conflito às duas posições: os ruralistas e o governo.

Na segunda parte, com o título *Dez ex-ministros do Meio Ambiente entregam manifesto*, o jornal apresenta um novo cenário acrescentado à posição do texto anterior (conflito em torno da votação). O manifesto faz duras críticas a alguns aspectos da proposta em discussão no Congresso:

Em gesto político sem precedentes na história, ministros do Meio Ambiente dos últimos 38 anos se uniram em um apelo pelo adiamento da votação do projeto do Código Florestal, previsto para hoje na Câmara. (...) contestaram o texto a ser votado, classificando-o de retrocesso à política ambiental implementada no País nas últimas quatro décadas. (OESP, 2010, p. A3).

No conjunto, os dois textos combinam críticas aos ruralistas e refletem uma avaliação de valência negativa.

Figura 10 – Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 25/05/2011



À revelia de Dilma, Código Florestal é aprovado

Contrariando a presidente Dilma Rousseff, deputados aliados e da oposição aprovaram ontem a reforma do Código Florestal, de autoria do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). Foram 410 votos a favor e 63 contra. O texto libera a ocupação de 420 mil km² de Áreas de Preservação Permanentes – às margens de rios e em encostas de morros – que foram desmatadas até 2008. É a primeira vez em quase cinco meses do governo Dilma que a base aliada confronta o Planalto. O PMDB se rebelou. **VIDA / PÁG. A34**

À revelia de Dilma, Código Florestal é aprovado

Contrariando a presidente Dilma Rousseff, deputados aliados e da oposição aprovaram ontem a reforma do Código Florestal, de autoria do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). Foram 410 votos a favor e 63 contra. O texto libera a ocupação de 420 mil km² de Áreas de Preservação Permanentes – às margens de rios e em encostas de morros – que foram desmatadas até 2008. É a primeira vez em quase cinco meses do governo Dilma que a base aliada confronta o Planalto. O PMDB se rebelou. **VIDA / PÁG. A34**

Fonte: Dados da pesquisa.

A edição de O Estado de S. Paulo desta data, dia 25 de maio de 2011, é importante e, nos padrões desta pesquisa, também pode ser considerada um marco

temporal. Aqui está apresentada a votação e a aprovação da nova versão do texto de Reforma do Código Florestal, inicialmente na Câmara dos Deputados (na noite de 24 de maio). Depois dessa aprovação, o Código foi remetido ao Senado, de acordo com os ritos de votação no Congresso Nacional.

Na capa desta edição há apenas uma chamada, *À revelia de Dilma, Código Florestal é aprovado* — a mesma para São Paulo e nacional. O assunto recebeu pouco destaque em função do noticiário envolvendo o ministro Antonio Palocci (assunto principal do dia). Já na capa o jornal apresenta o resultado da votação (410 a 63) afirmando que a Câmara contrariou a presidente Dilma Rousseff.

Duas páginas distintas para as edições São Paulo e nacional, do dia 25 de maio (página A24), na parte interna do jornal, são apresentadas com formas diferentes, mas com o resultado da votação.

Os títulos das duas edições são apresentados de forma diferente. Na edição nacional, *Câmara aprova novo Código Florestal*; enquanto na edição São Paulo, *Câmara aprova anistia a desmatador*. As duas formas para explicar o assunto em questão: diferentes nos títulos, mas o conteúdo dos textos é semelhante. Na edição São Paulo a informação é direta, explicitando que há uma anistia aos que promoveram desmatamento, enquanto na edição nacional fica apenas a informação básica, a aprovação.

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem, por 410 votos a favor, 63 contrários e 1 abstenção, o texto do relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reforma o Código Florestal. Depois o governo Dilma Rousseff sofreu sua primeira derrota na Câmara. Por 273 votos a favor, 182 contra e 2 abstenções, os aliados aprovaram a inclusão no Código de concessão de anistia aos produtores que desmataram Áreas de Preservação Permanente (APPs) às margens dos rios e encostas até 2008. (OESP, 2010, p. A3).

O texto descreve o episódio e como o PMDB, partido da base do governo e do vice-presidente Michel Temer comandou essa derrota da presidente Dilma Rousseff. O jornal caracterizou a votação como sendo um posicionamento entre ruralistas (com apoio de aliados do governo) contra o próprio governo. A figura dos ambientalistas desaparece, mesmo que uma parcela estivesse apoiando a posição do governo para evitar a vitória da bancada ruralista. Ocorre que estava defendendo uma posição que havia negociado, mas não aceitava a anistia do modo como foi aprovada. Várias vezes surgiu a possibilidade de que a presidente viesse a vetar a proposta, o que provocou reações dos ruralistas.

Ao final do texto aparece a descrição de como as galerias foram ocupadas por defensores dos ruralistas e também dos ambientalistas. No conjunto, os textos das duas edições apontam a vitória da bancada ruralista e a derrota do governo, excluindo os ambientalistas, deixando clara a posição favorável ao agronegócio, apontando para uma valência positiva.

Figura 11 – Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 26/05/2011



Lula adverte Palocci que aliados estão insatisfeitos

Ex-presidente cobra mudança na articulação política para satisfazer governistas e impedir que apoiem CPI

Preocupado com as ameaças da base governista, o ex-presidente Lula avisou ao ministro Antonio Palocci (Casa Civil) que ele tem de atender os parlamentares, do contrário até aliados poderiam endossar uma CPI no Senado para investigar a evolução de seu patrimônio. Lula relatou o diálogo que teve com Palocci durante café da manhã com líderes de partidos aliados do governo, ontem, na casa do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). O ex-presidente ouviu queixas e pediu um voto de confiança em Palocci, que telefonou para seus

colaboradores pedindo apoio. Por outro lado, Lula cobrou da presidente Dilma Rousseff e do ministro mudanças urgentes na articulação política, dizendo que é preciso satisfazer os aliados na montagem do segundo escalão. **NACIONAL / PÁG. A5**

Kit anti-homofobia é suspenso para evitar CPI

Preocupada com a pressão dos parlamentares evangélicos, que ameaçaram endossar o pedido de CPI para investi-

gar o ministro Palocci, a presidente Dilma Rousseff mandou suspender o kit anti-homofobia que estava sendo preparado pelo Ministério da Educação para distribuição em escolas. Dilma pretende se reunir com líderes evangélicos na próxima semana. **NACIONAL / PÁG. A6**



Articulação. Lula se reúne com os peemedebistas Michel Temer e José Sarney e outros líderes da base aliada

Punição a produtor rural deve ser adiada

O governo deve prorrogar por 120 dias o início da vigência das punições para os produtores rurais que não registraram a reserva legal em seus imóveis. O decreto com a moratória para os produtores que cometeram crimes ambientais termina em 11 de junho. O adiamento das punições está sendo pleiteado pelos senadores, que querem prazo maior para analisar o projeto do Código Florestal, aprovado na Câmara. **VEJA / PÁG. A18**

Caso Palocci faz Dilma ceder a aliados insatisfeitos

Derrotado na votação do Código Florestal, governo é pressionado até a mudar decisões administrativas

A crise instalada após a revelação da significativa evolução patrimonial do ministro Antonio Palocci (Casa Civil) começa a causar abalos na base aliada da presidente Dilma Rousseff. Além da derrota na votação do Código Florestal, na terça-feira, o governo começou a ceder à pressão dos aliados, alterando até decisões administrativas. Preocupada com a rebelião das bancadas evangélica e católica no Congresso, que ameaçavam apoiar uma CPI sobre o caso, Dilma mandou suspender o kit anti-homofobia que estava sendo preparado pelo

Ministério da Educação para ser distribuído em escolas públicas. O ex-presidente Lula, que assumiu a tarefa de conter a crise entre os governistas, advertiu: é preciso remontar a articulação política do governo. **NACIONAL / PÁG. A4**

PSDB e Receita travam batalha de informações

Antonio Palocci foi pivô ontem de uma batalha entre PSDB e Receita Federal. De acordo com o partido, Palocci estaria

envolvido em triangulação envolvendo restituição de imposto de Receita à WTorre, empresa doadora da campanha de Dilma e para a qual o ministro prestou consultoria. A Receita informou que o pagamento foi feito por ordem judicial. O PSDB contesta. **NACIONAL / PÁG. A7**



Articulação. Lula se reúne com os peemedebistas Michel Temer e José Sarney e outros líderes da base aliada



Punição a produtor rural deve ser adiada

O governo deve prorrogar por 120 dias o início da vigência das punições para os produtores rurais que não registraram a reserva legal em seus imóveis. O decreto com a moratória para os produtores que cometeram crimes ambientais termina em 11 de junho. O adiamento das punições está sendo pleiteado pelos senadores, que querem prazo maior para analisar o projeto do Código Florestal, aprovado na Câmara. **VEJA / PÁG. A18**

Na parte interna do jornal, são duas páginas distintas para as edições, São Paulo e nacional, do dia 26 de maio de 2011 (página A18). Os títulos são diferentes, na edição nacional, *Senadores pressionam governo para prorrogar moratória a produtor rural*; na edição São Paulo, *Senado quer adiar multa e mais tempo para discutir Código*. São duas formas diferentes para explicar o assunto em questão: a pressão para que o governo adiasse, mais uma vez, a cobrança de multas aos proprietários rurais que cometeram crimes ambientais. Essa pressão dos senadores estava vinculada à votação do projeto do Código Florestal (que havia sido aprovado na Câmara). Apesar das diferenças apresentadas nos títulos, o conteúdo das duas edições é o mesmo. A questão do Código ficou subordinada à demanda de adiamento:

O decreto que pune os produtores rurais já foi prorrogado duas vezes. Assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o decreto prevê multas entre R\$ 50 e R\$ 500 por hectare para os produtores que não entrarem com projeto de regularização até 11 de junho.

“Se o decreto não for prorrogado, os pequenos agricultores serão criminalizados”, observou o senador Luiz Henrique (PMDB-SC), que deverá ser relator do Código em duas comissões e no plenário do Senado. (OESP, 2010, p. A3).

Além da questão da prorrogação da validade do decreto, o jornal traz outras informações sobre a votação no senado do texto que fora aprovado na Câmara.

O conteúdo do Código não deve mudar muito no Senado. O projeto foi aprovado na madrugada de ontem na Câmara, impondo a primeira derrota do governo Dilma. Uma emenda do PMDB apoiada por partidos aliados e de oposição concede anistia a quem desmatou Áreas de Preservação Permanente (APPs) às margens de rios e encostas até 2008. Ou seja: libera a ocupação de cerca de 420 mil km² de APPs desmatadas. (OESP, 2010, p. A3).

A movimentação política no Senado reflete as tentativas por parte do governo de se articular para a votação (depois da derrota na Câmara) ao mesmo tempo em que permanece a possibilidade de veto presidencial, que resultou em discursos em tom conciliatório por parte de senadores. Também há manifestações em defesa do veto:

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas enviou ontem carta a Dilma Rousseff se posicionando favoravelmente à possibilidade de que o Código Florestal seja vetado pela presidente. (OESP, 2010, p. A3).

Na sequência, há um segundo texto: *Ministros vão a MT e acompanham ação contra o desmate*. A matéria traz muita informação sobre a operação que flagrou um desmatamento no Mato Grosso, com a participação de ministros:

Com o uso de correntões, mais de um quilômetro quadrado de floresta havia sido derrubado em poucos dias e outros quase 2 quilômetros quadrados já haviam sido marcados para o abate de árvores quando os fiscais do Ibama chegaram.

As máquinas e os pesados correntões aguardavam a chegada do Exército a Mato Grosso para serem retirados da propriedade.

(...) A operação, que contará com quase 900 servidores da União em campo, tem a participação do Exército, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da força Nacional de Segurança e do Ibama. (OESP, 2010, p. A3).

O jornal reforça a ligação do episódio com o debate em curso no Congresso afirmando que “o próprio secretário do Meio Ambiente, Alexander Maia, já tenha atribuído o desmatamento à expectativa de anistia gerada pela votação do Código Florestal”, enquanto entidades do agronegócio se manifestavam:

A Federação de Agricultura e Pecuária do Estado (Famato) alega que a grande maioria dos produtores cumpre a legislação, “Não queremos que a os produtores sejam prejudicados e repudiamos o desmatamento ilegal”, disse o presidente da Federação Rui Prado.

Dados apresentados aos ministros mostram (...) 95% do desmatamento em 2011 foi ilegal. (OESP, 2010, p. A3).

O Estado de S.Paulo não faz uma comparação direta entre os dois episódios (votação no Congresso e operação contra o desmatamento na Amazônia). Ocorre que o jornal deu um destaque menor para essa operação em relação ao texto sobre a votação e o debate dos senadores. É a diagramação (a forma como jornal dispõe as matérias) que chama a atenção. O assunto “mais importante”, neste caso o flagrante de desmatamento, merecia mais espaço que a notícia do Senado.

Cabe aqui uma observação. Dentro dos padrões adotados nesta pesquisa, tendo o texto como objeto, as questões envolvendo as imagens são descartadas para que não se perca o foco de análise, mas que podem ser retomadas em outros desdobramentos desta tese, como artigos e projetos de pesquisa. No entanto, a fotografia, de Jefferson Rudy, que acompanha a matéria (é a mesma nas duas edições) tem características importantes: várias toras, já presas, prontas para o transporte, garantido ao leitor a proporção com as figuras humanas ao lado, o recorte, com preenchimento dos espaços para dar noção de que os tamanhos são maiores e

a quantidade também. Isso reforça a noção de o desmatamento foi violento. Há um detalhe na fotografia, o fato de ser resultado de uma ação de governo, com autoridades presentes, não deixou que o conteúdo tivesse um aspecto “oficial”.

Outro aspecto a ser destacado, voltando à diagramação, é o uso da fotografia (nas duas edições, de forma semelhante) que deveria estar ilustrando a matéria sobre o flagrante no MT. Como está editada, a fotografia foi colocada no primeiro texto, o que mostra as articulações no Senado, desconectada, portanto, do texto ao qual deveria estar vinculada. Nessa posição, considerando o olhar sobre a página inteira, esta fotografia está dentro do contexto da primeira matéria, ocupando espaço grande, proporcionalmente, e logo abaixo do título (de cada edição) causando contradição com as duas informações: “prorrogar moratória” e “adiar multa”. Especificamente, como agravante, ou alerta, a ideia de moratória está acompanhada da informação, visual, de que o desmatamento continua. Dessa forma, a análise aponta para uma valência neutra.

Nessa mesma edição, em outra página (A4) o assunto Código Florestal volta a merecer destaque. Em primeiro lugar na matéria *Caso Palocci fragiliza Dilma e aumenta barganha na base*, o assunto está relacionado à postura da presidente Dilma Rousseff:

Além da fragorosa derrota na votação do Código Florestal na noite de terça-feira, que evidenciou uma desastrada articulação do Planalto e a inapetência da presidente para assumir as rédeas do comando político de seu governo, o Executivo começa a ceder à pressão dos aliados e a alterar inclusive decisões administrativas. (OESP, 2010, p. A3).

Na sequência da página há um quadro (ilustrado) de como foi a votação do Código na Câmara, *Derrota na base*, detalhando o voto de cada partido, mostrando a gravidade e a forma da derrota governista: “Dos 273 votos a favor da emenda ao Código Florestal que concede anistia aos desmatadores — contrários ao governo —, 182 foram de deputados da base aliada”.

Outro texto, no chamado pé da página, informa que *Rebelado, PMDB ameaça votação de Código também no Senado*. De acordo com o texto, essa votação mostra o “poder de fogo” do PMDB:

foi um recado claro para o governo: O PMDB tem seus próprios interesses, é parceiro e não aceita ser tratado com “empregado” do Palácio do Planalto. A rebelião peemedebista já se transferiu para o Senado.

(...) decidiu enfrentar o Planalto e vai indicar o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) para relatar o Código Florestal em duas comissões e no plenário da Casa. Ex-governador de Santa Catarina e considerado alinhado com os ruralistas, Luiz Henrique anunciou ser favorável à emenda aprovada na Câmara que concede anistia a quem desmatou Áreas de Preservação Permanente (APPs) às margens dos rios e encostas até 2008, contrariando posição do governo. (OESP, 2010, p. A3).

Neste caso, da página A4, a sequência da análise aponta para uma valência positiva. Considerando o conjunto da edição do dia 26 de maio de 2011, a análise a ser feita aponta para uma valência neutra.

Figura 12 – Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 09/06/2011



Após derrota, governo tenta consenso sobre Código Florestal

Depois de sua maior derrota na Câmara, o Planalto quer conciliar interesses e corrigir as “imperfeições” do Código Florestal que tramita no Senado. Em

reunião com a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente), senadores disseram que as comissões vão tentar construir relatório conjunto. **VIDA / PÁG. A19**



Governo negocia Código Florestal

Após a derrota na Câmara, o Planalto tenta conciliar interesses e corrigir “imperfeições” do Código Florestal que tramita no Senado. A meta é fazer relatório conjunto. **VIDA / PÁG. A19**

Fonte: Dados da pesquisa.

A disposição do governo para negociar o Código Florestal é o foco do noticiário desse dia (9 de junho de 2011). As capas das duas edições (São Paulo e nacional) apresentam grandes diferenças em função da decisão do STF de não autorizar a extradição de Cesare Battisti, ex-ativista italiano, preso no Brasil desde 2007 e condenado em seu país. Outro assunto de destaque é a mudança ocorrida no governo em função da saída de Antonio Palocci da Casa Civil, substituído por pel senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). Essas pautas ofuscaram a atuação do governo no Senado buscando uma tentativa de conciliação para evitar novas derrotas nas votações sobre o Código Florestal.

Nas páginas internas das duas edições (A19), o jornal apresenta *Relatores do Código Florestal no Senado negociam texto conjunto*. É relato do esforço do governo para evitar nova derrota. Uma reunião da ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, com os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC) resultou num compromisso de articulação para se obter um relatório conjunto.

Mesmo com esse esforço com os senadores, a presidente Dilma Rousseff manteve o discurso de impedir o desmatamento, mas (no texto) não há referências sobre a anistia.

durante cerimônia de criação da Comissão Nacional e do Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a presidente Dilma Rousseff disse que não pretende negociar a questão do desmatamento no Código. “Vamos cumprir os compromissos que assumimos e não permitiremos que haja uma volta atrás na roda da História”, discursou Dilma. (OESP, 2010, p. A3).

Outra informação é de que *Dilma prorrogará prazo para multa*, exigência dos senadores para que houvesse negociação sobre a votação do Código. Outro texto fala da senadora Gleisi Hoffmann, antes de assumir a Chefia da Casa Civil, apoiou o projeto de Aldo Rebelo, depois aprovado na Câmara.

O outro lado aparece no texto *Código impedirá País de cumprir Acordo de Copenhague, diz Ipea*, no final da página. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou uma alerta sobre as dificuldades que o Brasil poderia enfrentar caso o projeto do Código aprovado na Câmara não recebesse alterações no Senado. A dificuldade em cumprir compromissos assumidos na assinatura do Acordo de Copenhague era evidente diante das perspectivas.

Segundo o Ipea, mais de 3 bilhões de toneladas de carbono deixarão de ser retidas. Além disso, 29,6 milhões de hectares de reserva legal não seriam recuperados com o novo Código. (...) Na avaliação dos técnicos do Ipea, a proposta em tramitação é um “retrocesso”. “Se for para aprovar do jeito que está no Senado, melhor ficar com a lei atual”, disse Fábio Alves, um dos responsáveis pelo estudo. (OESP, 2010, p. A3).

Essa posição de crítica ao projeto, portanto crítica em relação ao agronegócio, está restrita a esse texto. Nos demais, prevalece a posição da bancada ruralista ou, no mínimo, uma postura de “fato consumado”, aceitando passivamente que o projeto vai ser mantido no Senado. Por esse motivo não há equilíbrio nesse debate. A falta de proporção demonstra uma **valência positiva**.

Figura 13 – Capa da edição nacional do dia 11/10/2011



Lei pode tirar poder estadual sobre ambiente

Relator da nova versão do Código Florestal, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) defende que os Estados terão de seguir norma da União e respeitar pelo menos 30 metros de área de preservação permanente às margens de rios. **VIDA / PÁG. A16**

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentro dos padrões desta pesquisa, o texto publicado na data de 11 de outubro de 2011 tem o significado de estar enquadrado nos critérios iniciais de busca, ou seja, com a expressão Código Florestal na capa do jornal. Ocorre que o texto tem características especiais, de acordo com critérios jornalísticos. É o que se chama de “texto frio”, ou mesmo “material de gaveta”. Ou seja, são matérias que não estão conectados ao noticiário do dia, de caráter factual. É o tipo de notícia que pode ser usada fria, sem data certa para ser publicada.

Apesar dos títulos serem diferentes nas edições São Paulo e nacional, o conteúdo é basicamente mesmo. O jornal informa que o relator, deputado Luiz Henrique (PMDB-SC) manteve no texto de seu relatório a necessidade de Estados do Brasil terem a obrigação de respeitar a lei federal, não podendo estabelecer limites ou deliberar individualmente sobre áreas de preservação. A matéria tem como objetivo mostrar que o deputado tem posição diferente daquela que adotou quando era governador de Santa Catarina. O jornal afirma que:

Em 2009, quando era governador de Santa Catarina, Luiz Henrique sancionou uma polêmica lei ambiental que reduziu a apenas 5 metros a área de preservação permanente às margens dos rios em propriedades com menos de 50 hectares ou 500 mil metros quadrados. A lei foi questionada e está sob a análise do Supremo Tribunal Federal (STF). (OESP, 2010, p. A3).

Esse questionamento, que impediu a vigência da lei de Santa Catarina, seria o suficiente para que propostas desse tipo fossem descartadas. A forma como jornal abordou a questão, ironizando, não tem sentido no jornalismo. Porém, independentemente de como o relator está sendo tratado pelo jornal, o assunto está pautado. E o assunto é que deveria ser destacado. Neste caso

específico, a questão do Código acabou sendo diluída na matéria (que, por sua vez, enfatizou a questão de se retirar poder dos estados sobre essas questões).

Outro assunto que aparece, mas com menor destaque é o da proposta (do próprio governo) de haver alguma compensação, para estimular financeiramente que o proprietário preserve suas matas. A ideia foi rechaçada pela equipe econômica do governo. O relator Jorge Viana (PT-AC) questiona essa posição e defende que haja algum tipo de compensação, que poderia ser com incentivos ou outras formas de financiamento sem que houvesse disponibilização de recursos públicos.

Outro aspecto da proposta do governo era a ideia de se colocar restrições de crédito aos produtores que desrespeitassem a lei e, até mesmo, a proibição de se comercializar produtos originados nessas áreas com atividades irregulares. Esse é um mais um dos temas que proporcionou polêmica com os ruralistas. Por essas características, os textos podem analisados como **valência neutra**.

Figura 14 – Capa da edição São Paulo do dia 07/12/2011



Novo Código Florestal passa no Senado

Após negociação de última hora, o Senado aprovou ontem, por 59 votos a 7, o texto da reforma do Código Florestal, que prevê a recuperação de parte das áreas desmatadas. Destaques e emendas também foram votados. A versão final, porém, não agradou integralmente nem a ambientalistas nem a ruralistas. O texto vai à Câmara. **VIDA/PÁG. A14**

Fonte: Dados da pesquisa.

O jornal desta data, dia 7 de dezembro 2011, pode ser considerado importante. Dentro dos padrões desta pesquisa, o texto publicado também pode ser considerado um marco temporal. Trata-se da votação e aprovação da nova versão do texto de Reforma do Código, desta vez no Senado. Aprovado inicialmente na Câmara dos Deputados em 24 de maio desse ano, o Código foi remetido ao Senado, seguindo os ritos da legislação brasileira. Com a aprovação, o resultado foi publicado na edição de 7 de dezembro.

Como já explicado anteriormente, O Estado de S. Paulo tem dois fechamentos (encerramentos). O primeiro, na edição nacional do jornal. O segundo,

mais tarde, na edição São Paulo. Nesse dia, a nacional foi encerrada às 21h30min, muito antes da votação ser concluída. Como a edição São Paulo foi concluída depois da meia-noite, pode apresentar o resultado final. A capa do jornal (nacional) não traz nada sobre o Código, nem sobre a votação. Por esse motivo foi descartada. Como a capa da edição São Paulo apresenta referência ao resultado, foi incluída no *corpus*.

Seguindo o mesmo raciocínio, as páginas internas da edição nacional do jornal também não apresentam o resultado da votação, mas o texto da página A4 incluiu uma parte do debate e fatos relevantes. Assim a página A4 da edição nacional não foi descartada e permanece no corpus, mas com menor importância. Da mesma forma, a página A4, da edição São Paulo, apresenta o resultado e é mais completa, portanto, permanece no *corpus* da pesquisa.

Como não havia resultado algum da votação e vencido o prazo para o fechamento, a página A4 da edição nacional apresenta informações sobre a proposta que seria votada com questões previamente definidas nos acordos. O título, aparentemente sem conexão com o Código Florestal, transformou um fato (importante, mas nem tanto) no principal assunto da página: *Lobby do camarão libera uso de mangue*. Detalhe: a ilustração da matéria é uma foto de um protesto de ativistas do Greenpeace contra a aprovação do novo Código, ocorrida em frente ao Congresso Nacional. O título refere-se ao fato ocorrido antes do início da votação, em acordo de última:

O forte lobby de produtores de camarão liberou ontem o uso de parte de manguezais para atividade pouco antes do início da votação da reforma do Código Florestal no plenário do Senado. “É o lobby mais poderoso que já vi”, comentou Jorge Viana (PT-AC), relator do projeto.

Pelo acordo selado, os produtores de camarão poderão ampliar sua atividade por até 10% dos chamados apicuns da Amazônia e 35% dessas áreas no Nordeste. O governo deu aval ao acordo para vencer o que considerava ser o último obstáculo à votação das novas regras de proteção do meio ambiente. (OESP, 2010, p. A3).

Os produtores de camarão não estavam muito satisfeitos com o acordo já que na proposta anterior (que veio da Câmara) havia previsão de liberação total, mas aceitaram dessa forma. As informações do setor eram de movimentação de cerca de R\$ 1 bilhão de reais ao ano, com previsão de aumento de até 50 vezes com as novas áreas aprovadas. Como é um setor importante da economia e faz parte do conjunto das atividades que interferem no meio ambiente, poderia ter mais destaque na imprensa. Não é o caso, já que muito se fala (e escreve) sobre agropecuária.

Antes do início da votação ainda havia muita movimentação e tentativas de mudanças no texto. A opinião de ambientalistas ficou restrita (mais uma vez) ao final do texto e com pouco espaço:

“Estamos assistindo a uma derrota anunciada. Há uma tentativa de mostrar que o acordo no Senado não anistia desmatadores nem estimula novos desmates. Acho que é tudo falso, mas há uma profunda apatia”, avaliou Paulo Adário, coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace, no início da votação. (OESP, 2010, p. A3).

Os ambientalistas ainda faziam um esforço para tentar viabilizar uma proposta de moratória de dez anos a novos desmatamentos na Amazônia. Como estava em discussão no debate da Câmara (proposta de cinco anos) mas que foi descartada pelo relator Aldo Rebelo.

Já na edição São Paulo foi possível o incluir o resultado da votação. O título *Código Florestal passa no Senado; texto vai à Câmara*, reflete um tom bem formal com a explicação “Versão final tem 59 votos a favor e 7 contra; cerca de 300 mil km² de vegetação nativa em APPs e reservas legais podem ser recuperados.

O texto descreve que houve negociações para a votação, dá ênfase ao chamado “lobby do camarão” (já explicado anteriormente) e afirma que o resultado não agradou integralmente nem ambientalistas nem ruralistas. Há um certo destaque às posições do governo que “deu aval ao acordo” e que acompanhou dos bastidores.

Uma diferença relevante entre as duas edições (nacional e São Paulo) é que, além da situação do resultado da votação há um problema de edição. Do ponto de vista da produção jornalística, é preciso fazer uma crítica. Na segunda edição (São Paulo) feita quase de madrugada, foi introduzido o resultado da votação e algumas explicações. Parte do material já se encontrava pronto, como pode ser visto na edição nacional. Ocorre que, ao reeditar o primeiro material produzido, o jornal fez uma espécie de resumo da matéria sobre o “lobby do camarão” que trazia junto questões das negociações do Código.

Essa reedição na verdade produziu uma pequena matéria, com características de resumo, *Lobby do camarão garante acordo*, com todas as informações da matéria da primeira edição, incluídos os bastidores que antecederam a votação e as questões sobre o Código — que deveriam estar na matéria maior junto com as outras informações da votação.

Outro detalhe do texto aponta para a manipulação da informação quando o jornal informa no subtítulo que **“cerca de 300 mil km² de vegetação nativa em APPs e reservas legais podem ser recuperados”** (grifo do autor), enquanto o texto apresenta o conteúdo de outra forma:

Pelo texto aprovado, dos cerca de 900 mil km² de vegetação nativa desmatada em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal, uma terça parte **poderá** (grifo do autor) ser recuperada ou compensada.

O relator Jorge Viana (PT-AC) **estima** (grifo do autor) que o novo Código exigirá a recuperação de 20 mil km² de vegetação nativa por ano, nos próximos 20 anos. (OESP, 2010, p. A3).

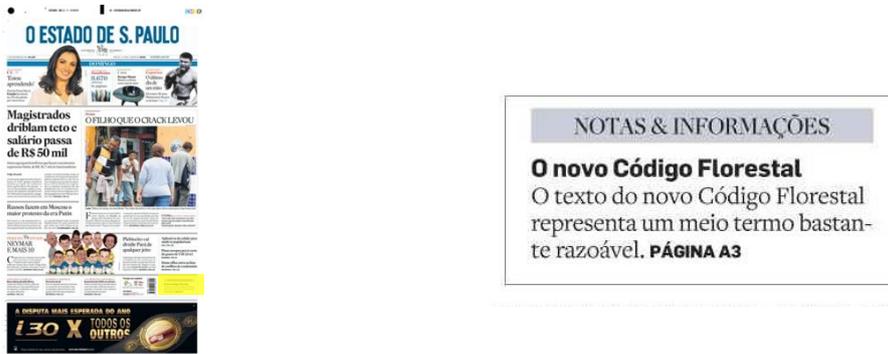
A manipulação da informação precisa ser entendida com a comparação da mesma informação quando escrita de duas formas distintas e de sentido alterado: a primeira frase **“cerca de 300 mil km² de vegetação (...) podem ser recuperados”** (grifo do autor), deve ser comparada à segunda forma, **“dos cerca de 900 mil km² de vegetação nativa desmatada (...) uma terça parte poderá ser recuperada ou compensada”**. (grifo do autor)

A manipulação está no uso dos termos “podem” e “poderá”, uma hipótese sem nenhuma garantia de efetivação. Na verdade, não foi aprovada a recuperação dessas áreas, apenas uma indicação do que poderia ocorrer. A outra manipulação, até mais grave, está na substituição das informações sobre as áreas a serem (hipoteticamente) recuperadas. A primeira frase só oferece a informação da (possível) área a ser recuperada, subentendida de que foi desmatada, sem nenhum dado sobre o que foi realmente (o total) desmatado. Dessa forma os números são transformados em grandiosos. São **“cerca de 300 mil km² de vegetação”** que a sociedade vai receber de volta, como se fosse um presente, ou mesmo motivo de comemoração. No sentido mais esclarecedor, a segunda frase mostra o total de área que foi desmatada (**cerca de 900 mil km²**) e que apenas um terço disso (os tais **300 mil km²**) poderiam ser recuperados.

Outra manipulação marcante (e também jornalismo de baixa qualidade) é omitir dados de comparação sobre as áreas, para que os leigos possam entender. Em outro texto o próprio jornal informa que a área desmatada pode (deve) ser comparada ao tamanho do estado de São Paulo (são 3 vezes e meia maior!)

A combinação das duas edições aponta diretamente para uma valência positiva, já que a posição dos ambientalistas foi bem pouco explorada. A cenografia remete a uma **valência positiva**.

Figura 15 – Capa da edição nacional do dia 11/12/2011



Fonte: Dados da pesquisa.

O jornal abre espaço, mais uma vez, em sua seção Notas & Informações de domingo para apresentar o editorial tecendo considerações sobre o novo Código Florestal, aprovado durante aquela semana pelo Senado Federal. Ressalta-se que a voz do editor está presente de modo mais intenso do que diante de uma reportagem publicada em alguns dos cadernos do jornal. A posição aqui defendida representa o próprio posicionamento do jornal como espaço de discussão de temas de interesse da sociedade. A opção por apresentar o texto cinco dias após o fato, na edição de domingo, de maior tiragem, indica o ensejo de conquistar um alcance maior de público para o assunto.

Há inicialmente um tom moderado: “O texto (...) não é aquele dos sonhos dos ambientalistas e tampouco é do inteiro agrado dos ruralistas. Representa, porém, um meio-termo bastante razoável” (OESP, 2011, p. A3). O editorial apresenta uma síntese dos principais pontos aprovados, trazendo a valência positiva quando afirma que “para os produtores, a principal vantagem do novo código é a segurança jurídica para desenvolver suas atividades, sem o ônus de multas (...)” (OESP, 2011, p. A3). A ênfase de que “o acordo a que se chegou tem, claramente, o aval do governo” (OESP, 2011, p. A3) e que “o consenso a que se chegou não significa (...) uma derrota para os defensores do meio ambiente” (OESP, 2011, p. A3) são elementos adicionais que quebram a eventual resistência do leitor para um sentimento de aprovação com relação ao novo Código Florestal. O editorial desloca a preocupação com relação a

uma postura destrutiva da atividade agrícola para a conta da atividade mineradora, esta sim ‘devastadora’ da vegetação:

A atividade agrícola é permitida em encostas com inclinação de 25° e 45°. Como essas áreas não são favoráveis ao cultivo, (...) geralmente destinam-se a pastos e seria praticamente impossível exercer vigilância para que isso deixasse de ocorrer. Mais importante é a preservação dos topos de morros com mais de 100 metros de altura. Note-se, a propósito, que os picos mais elevados não são aproveitados pela agropecuária. São as mineradoras que têm devastado a cobertura vegetal desses picos ao derrubar montanhas inteiras, o que não deverá ser mais permitido. (OESP, 2011, p. A3).

A cenografia remete a uma **valência positiva**.

Figura 16 – Capa da edição nacional do dia 09/03/2012



**Governo quer manter
Código Florestal intacto**
VIDA / PÁG. A16

Fonte: Dados da pesquisa.

O formato de entrevista de pergunta e resposta deste texto, uma apresentação conhecida como “pingue-pongue”, remete a uma forma mais difícil de ser submetida à manipulação por parte do jornal, uma relativa neutralidade. O encaminhamento das perguntas, no entanto, aponta para um direcionamento em torno do que a bancada ruralista pensa ou exige, formalizada na posição do relator Paulo Piau (PMDB-MG). O entrevistador não pode, de acordo com as normas do jornalismo, se posicionar defendendo o governo ou a entrevistada. Isso seria desrespeito às normas éticas. No entanto, há um direcionamento das perguntas às posições do relator, deixando em segundo plano o texto original da proposta que veio aprovada pelo senado (fruto de acordo). Fica claro que a posição da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), derrotada no senado, é de propor mudanças no texto com a pressão sobre o relator, objeto das questões da repórter. Faltam perguntas para esclarecer o leitor sobre o texto do senado, como se ele não tivesse importância para a entrevista. Esta deveria ser a base da entrevista, comparar o que a Câmara está

pretendendo alterar, e não apenas reforçar a forma de votação. A cenografia remete a uma **valência neutra**.

Figura 17 – Capa da edição nacional do dia 24/03/2012



Fonte: Dados da pesquisa.

Embora na chamada da capa não exista diferenças entre as edições, na matéria publicada no interior do jornal há trechos com divergências, a começar pela manchete e título auxiliar:

Dificuldades com aliados levam Dilma a buscar apoio do PSD no Congresso **Governabilidade em xeque**. Diante das derrotas sofridas na última semana e pressionada pelos partidos aliados – que clamam por cargos e acertos eleitorais –, presidente reuniu-se com Kassab; prefeito, porém, disse que não consegue conter ruralistas de seu partido (OESP NAC, 2012, p. A4, grifo do autor).

Por Código Florestal, Dilma entra no jogo político e faz apelo até o PSD **Governabilidade**. Diante das derrotas sofridas e pressionada por aliados – que querem cargos, emendas e pactos eleitorais –, presidente reuniu-se com 6 ministros e mandou que governo segure votação por um mês; Kassab disse que não consegue conter ruralistas do partido (OESP SP, 2012, p. A4, grifo do autor).

As diferenças seguem ao longo da publicação, com uma ampliação do texto publicado na edição de São Paulo. As alterações, contudo, não se referem ao tratamento do jornal ao tema do Código Florestal propriamente, mas ao conteúdo político do momento complexo em que se encontrava o governo de Dilma Rousseff, com possibilidade de derrota nas votações próximas do Congresso Nacional. Nesse sentido, ao citar o contexto da votação do Código Florestal, o jornal apresenta mais detalhes sobre o assunto na edição de São Paulo. Não é possível reconhecer um posicionamento com relação ao código, caracterizando a valência neutra. Se, por um lado, afirma-se que um deputado ruralista “(...) insiste que os produtores rurais não devem ser obrigados a recuperar a vegetação nativa de margens de rios, como prevê

o projeto de lei aprovado (...) com aval do governo” (OESP SP, 2012, p. A4), por outro o jornal destaca que “uma das armas de que o governo dispõe é o decreto que pune os proprietários rurais que não reservarem parcela de seus imóveis para a proteção do meio ambiente” (OESP SP, 2012, p. A4).

Figura 18 – Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 26/04/2012



Fonte: Dados da pesquisa.

O texto publicado na data de 26 de abril de 2012 também pode ser considerado um marco temporal. É a publicação que marca a aprovação definitiva do texto de Reforma do Código Florestal. Após sua primeira versão (relator, Aldo Rebelo, deputado do PC do B de São Paulo) ter sido aprovada em 24 de maio de 2011, o projeto foi para o Senado. Depois de debates e negociações o projeto foi aprovado pelos senadores em 6 de dezembro de 2011, para retornar à Câmara e ser votado nesta data.

Esta edição apresenta conteúdos diferentes nas capas e páginas internas (para a edição São Paulo e a nacional), destacando-se o resultado da votação, que o jornal considera vitória do agronegócio e derrota da presidente Dilma Rousseff. As capas se diferem mais pela forma que pelo conteúdo, e a votação do Código não é o principal assunto desse dia.

Ambas as edições trazem *Ex-diretor da Delta e mais 3 são presos no caso Cachoeira*, o grande destaque do dia. O segundo destaque é para o senador Fernando Collor (ex-presidente da república) e sua estreia em trabalhos de CPI no Congresso Nacional. Em termos de importância, a votação do Código vem em seguida.

A edição nacional (encerrada às 20h30min) apresenta a chamada *Novo Código Florestal é aprovado sem anistia*. Com ênfase para a expressão “sem anistia”. Já a edição São Paulo (encerramento, 1h) tem como chamada *Câmara aprova Código Florestal e derrota governo*, com ênfase para a expressão “derrota o governo”.

Na parte interna, as duas edições (São Paulo e a nacional) apresentam conteúdos semelhantes, destacados em página inteira (A24). Sua maior diferença está nos títulos, que seguem o destaque das respectivas capas. Na edição nacional, o título é: *Aprovada a reforma do Código Florestal; mantida a recuperação de margem de rio*. Na edição São Paulo, o título é apresentado da seguinte forma: *Aprovada a reforma do Código Florestal; ruralistas impõem derrota ao governo*.

Ocorre, porém, que o destaque para o resultado final da votação foi o mesmo nas duas edições. De acordo com o jornal, a Reforma do Código Florestal foi aprovada por “274 votos a favor do relatório de Paulo Piau (PMDB-MG) contra 184 de apoio à proposta defendida por Dilma Rousseff”.

O texto do relator foi aprovado por 90 votos de diferença, 1 voto a menos do que os ruralistas conseguiram reunir em maio, na maior derrota política imposta à presidente Dilma Rousseff em seu primeiro ano de mandato. Na ocasião a Câmara dispensou os produtores rurais de recuperarem áreas desmatadas até 2008, o que equivalia à anistia aos desmatadores. (OESP, 2010, p. A18).

Outra questão considerada importante é a falta de critérios (uma lacuna) na determinação de recuperação de margens de rios para alguns tamanhos de propriedades, o que vai resultar em novas batalhas, tanto no Congresso, como no campo jurídico.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse ontem à noite que, numa primeira avaliação, o texto aprovado pela Câmara não garante “o tão almejado equilíbrio entre a produção e a proteção do meio ambiente”. Segundo a ministra, a segurança jurídica tampouco foi alcançada, já que resta no texto uma lacuna sobre como será a recuperação às margens de rios com mais de 10 metros de largura. (OESP, 2010, p. A18).

O outro lado, a opinião de ambientalistas, aparece com menor destaque. Na edição nacional, que tem como título *Texto é vitória ruralista, dizem ambientalistas*, os alertas para os possíveis problemas decorrentes dessa aprovação perdem importância por estarem diluídos. Na edição São Paulo, o título é mais sombrio: *Para ambientalistas, texto aprovado ampliará o desmate*. Na parte do texto, no entanto, as semelhanças, e as críticas, são maiores

Apesar da recuperação das APPs ter permanecido no Código Florestal, o relator Paulo Piau conseguiu aprovar seu parecer na íntegra, derrubando 21 pontos do texto do Senado, que garantia mais proteção às florestas. Para Tasso Azevedo, consultor ambiental, essas mudanças tornam o texto muito pior e o resultado pode ser considerado vitória dos ruralistas. “Não resta saída a Dilma senão vetar”, diz. (OESP, 2010, p. A18).

A posição tendenciosa de O Estado de S. Paulo fica evidente na desproporção entre os espaços concedidos às diferentes posições. Além disso, o jornal insiste em caracterizar a vitória dos ruralistas e de seus aliados como sendo uma derrota do governo e, em particular, da presidente Dilma Rousseff. Numa clara tentativa de retirar o tom de crítica à posição dos ruralistas, o jornal omite, nesta edição, a caracterização de **crime ambiental** (grifo do autor) para as atitudes (desmatamento, etc) de agressão ao meio ambiente, praticadas por produtores rurais e que foram objeto de anistia neste processo. A anistia aos crimes foi transformada em “vitória” numa disputa de votação. Mais uma vez fica caracterizada, com muita ênfase a **valência positiva**.

Figura 19 – Capa da edição São Paulo do dia 26/05/2012



Fonte: Dados da pesquisa.

A característica deste primeiro texto (página A22) é apresentada logo no título, com informação básica, direta e até com o uso de uma expressão com

sentido oposto ao defendido pela bancada ruralista (“acaba com anistia”). Na sequência, logo no lide, O Estado de S. Paulo informa:

Pressionada por setores da sociedade civil e às vésperas de ser a grande anfitriã da conferência Rio+20, a presidente Dilma Rousseff decidiu ontem vetar 12 pontos do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados. O Planalto anunciou que não vai dar anistia a desmatadores, resgatou trechos da versão do Senado, desafiou a bancada ruralista e, via medida provisória, estabelecerá novas faixas para as Áreas de Preservação Permanente (APPs) à beira de rios, que serão proporcionais ao tamanho da propriedade. (Anexo A).

Dessa forma, a introdução remete a uma sequência de informações, a partir de declarações de representantes do Governo Federal (aqui chamado de Planalto) sem as posições de ambientalistas e da bancada ruralista. O texto reafirma a informação de que a atitude da presidência resgata a proposta aprovada anteriormente pelo Senado (“considerado mais equilibrado”).

No conjunto, o material apresentado dá mais espaço à posição de ambientalistas (neste caso críticos às decisões governamentais) e ao próprio Governo. A cenografia remete a uma **valência negativa**.

Figura 20 – Capa da edição São Paulo do dia 30/05/2012



Fonte: Dados da pesquisa.

Este texto demarca a posição editorial do jornal com relação à conduta da presidente Dilma Rouseff, que fez vetos ao texto aprovado do Código Florestal ao mesmo tempo em que propôs novo regramento por meio de medida provisória. Embora haja uma pretensa neutralidade, ao se destacar que as ações da presidente desagradaram os polos antagônicos do debate do código, ficando tanto ruralistas como ambientalistas insatisfeitos, há uma valência positiva subjacente.

presidente Dilma Rousseff conseguiu, ao mesmo tempo, desagradar a ruralistas e ambientalistas, perder a oportunidade de criar um novo quadro institucional que equilibre produção agrícola e preservação ambiental, alimentar a insegurança num setor essencial para a economia do País e reabrir o debate político de um tema que lhe tem criado dificuldades no relacionamento com a base parlamentar. (OESP, 2012, p. A3).

O posicionamento favorável ao texto do Código Florestal fica mais evidente em trechos como “Os deputados, imprudentemente, mudaram a versão aprovada pelo Senado” (OESP, 2012, p. A3) e “O texto resultante permitia a interpretação – algo forçada, é claro – de que os desmatadores seriam anistiados” (OESP, 2012, p. A3). Neste último fragmento, em especial, faz-se uso de comentários entre travessões para direcionar a compreensão de que a interpretação de ambientalistas era equivocada. Esta valência positiva fica ainda mais clara quando se avança três parágrafos adiante no texto e se observa: “Ao contrário do que afirmam muitos ambientalistas, produção agropecuária e equilíbrio ambiental não são conflitantes”. (OESP, 2012, p. A3).

Figura 21 – Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 06/06/2012



Fonte: Dados da pesquisa.

Esta edição traz conteúdos diferentes nas capas e páginas internas (para a edição São Paulo e a nacional) com destaque para os atos da presidente Dilma Rousseff que lançou pacote ambiental às vésperas da Rio+20. Foram criados

parques e definida uma nova política para áreas indígenas. Há algumas referências à questão do Código Florestal (como uma “batalha” a ser enfrentada), mas não se trata de conexão direta. Na página A16, o primeiro texto não tem conexão com o Código Florestal, tema que aparece no texto com o título “Ruralistas dominam comissão de MP do Código”. O texto informa a predominância dos ruralistas e uma derrota do governo na comissão. A posição contrária à dos ruralistas aparece discreta e junto da opinião do governo. Não tem comentário nem opinião de ambientalistas.

Em seguida, na página A18, no contexto das medidas para o futuro do planeta, “10 temas para um planeta sustentável”, no item de Agricultura, que aparece uma referência mais direta:

O grande desafio é produzir mais alimentos com menos recursos, menos espaço e menos impacto ambiental. Um desafio conflituoso, simbolizado no Brasil pelas discussões sobre o novo Código Florestal, e cuja solução envolve uma série de questões políticas, econômicas e tecnológicas. Segundo a organização da ONU para a agricultura (FAO), em 2009, o número de famintos no mundo atingiu um recorde: mais de um bilhão de pessoas. (OESP, 2010, p. A18).

A citação direta ao Código Florestal está presente em apenas um dos temas (dos 10 apresentados), a Agricultura. Nos outros temas, como “Povos Tradicionais”, “Biodiversidade”, “Pobreza” etc., apesar da evidente conexão, não há referência direta ao Código. É no tema “Agricultura” que o jornal expressa sua posição. O uso de expressões, neste caso, presentes no discurso do Agronegócio brasileiro, reflete uma tentativa de impor a visão empresarial da discussão do Novo Código Ambiental. A ideia de aumento da lucratividade, entre outros interesses, fica camuflada por expressões como “desafio de produzir mais alimentos”, completada pelos números relativos à fome no mundo. Vários estudos e reportagens mostram que grande parte do produto do agronegócio vai para a exportação, o que demonstra ser falaciosa a informação de combate à fome. A cenografia remete a uma **valência positiva**.

Figura 22 – Capa da edição nacional do dia 27/08/2012



Código florestal reduz áreas a serem recuperadas

VIDA / PÁG. A16

Fonte: Dados da pesquisa.

Esta edição do dia 27 de agosto de 2012 apresenta uma reportagem diferente daquelas que mostravam os embates no Congresso Nacional, para votação do novo Código Florestal, e das posições do governo. Com as negociações (e a forma de votação) o resultado foi a redução do chamado passivo ambiental brasileiro. Esse passivo é a área que deve ser recuperada depois da aprovação do que foi caracterizado como anistia. Mesmo sendo resultado de desmatamento ilegal, à revelia da Lei, o passivo ainda é motivo de críticas dos ruralistas.

Esta reportagem apresenta dados, obtidos de fonte técnica, pesquisadora do assunto, do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais. O trabalho foi encomendado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, para demonstrar que as reclamações dos ruralistas eram infundadas. Como o parecer é técnico, a informação contradiz os ruralistas, e defende a posição do governo. Não há posição de ambientalistas, mas o texto é caracterizado por contestar a posição dos ruralistas. A cenografia remete a uma **valência negativa**.

Figura 23 – Capa da edição nacional do dia 30/08/2012



Novo Código Florestal beneficia ruralistas

VIDA / PÁG. A22

Fonte: Dados da pesquisa.

O formato do presente texto, uma apresentação de caráter unilateral da questão, remete a uma forma de manipulação subjetiva, a quase supressão da palavra do “outro” lado, restrita ao último período, com a opinião de técnicos do Ministério do Meio Ambiente. Não há a versão de deputados contrários, nem de estudiosos e especialistas em questões ambientais, nem de militantes da área. Nem mesmo o fato de o texto dar uma aparência de “denúncia” aos acontecimentos apresentados, a omissão e o cerceamento da palavra ao chamado “outro lado” significam que o jornal demonstra tendenciosa valorização do setor ruralista. A descrição do processo de manobras e pressões feitas por deputados da FPA não significa que os objetivos do jornalismo estejam sendo respeitados no texto. Prevalece aqui a visão do grupo conservador e de sua representação parlamentar. A cenografia remete a uma **valência positiva**.

Figura 24 – Capa da edição nacional do dia 19/10/2012



Código Florestal vai ao Supremo

Ambientalistas e ruralistas ficaram insatisfeitos com os vetos do governo ao Código Florestal e agora prometem levar a questão ao Supremo Tribunal Federal (STF). VIDA / PÁG. A22

Fonte: Dados da pesquisa.

O material publicado nesta edição (19 de outubro de 2012) promove a continuidade das discussões a respeito dos vetos da presidente Dilma Rousseff à proposta de reforma do Código Florestal aprovada na Câmara dos Deputados. Também faz parte deste debate a determinação, por parte do Governo, de retomar algumas das decisões do Senado (alteradas pela Câmara dos Deputados e, por isso vetadas) por meio de decreto. O destaque apresentado na página A22 não tem correspondência na primeira página do jornal. Apenas uma chamada na capa afirma que o *Código Florestal vai ao Supremo* (Anexo A).

O título da matéria da página A22 já apresenta o caminho da judicialização do debate: *Ruralistas e ambientalistas querem ir ao STF contra vetos de Dilma*. O restante do texto aponta no mesmo sentido.

Os vetos do governo à nova regulamentação do Código Florestal deixaram insatisfeitos ruralistas e ambientalistas, que prometem levar a batalha ao Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto os ativistas consideram insuficientes os nove pontos abordados pelo decreto presidencial, a bancada ruralista foi surpreendida pela costura política patrocinada pelo Planalto, que esvaziou críticas de setores ligados ao agronegócio. (OESP, 2010, Anexo A, p. 150).

No texto são apresentadas várias opiniões de congressistas e representantes de partidos políticos, defendendo e criticando as determinações do governo. Por outro lado, a matéria mostra a posição de associações ambientalistas que defendiam uma intervenção mais radical por parte do governo e argumentando que, mesmo com os vetos, a lei continuava a beneficiar os ruralistas. Esse equilíbrio no texto aponta a valência neutra neste caso.

A matéria seguinte, no chamado “pé da página”, apresenta a posição do governo, por meio da Advocacia Geral da União e do Ministério do Meio Ambiente, reforçando o conteúdo como sendo de valência neutra. Nas palavras do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, afirma que “é da competência do Poder Executivo estabelecer o Programa de Recuperação Ambiental” (Anexo A). Mas o texto aponta para o posicionamento “moderado” do governo:

A Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, reconheceu que questionamentos judiciais poderão vir, mas considera o debate sobre as normas do Código uma “página virada”. “É um momento de a gente virar a página. Não estou dizendo que outras guerras não serão iniciadas, mas isso é do processo democrático”, afirmou a ministra. “Se alguma pessoa entende que vai discutir na Justiça é legítimo da democracia.” (OESP, 2010, Anexo A, p. 150).

Para a ministra, o primeiro passo do governo seria implementar o Cadastro Ambiental Rural, antecedendo o Programa de Recuperação Ambiental. A cenografia remete a uma **valência neutra**.

Figura 25 – Capa da edição nacional do dia 18/09/2016



Fonte: Dados da pesquisa.

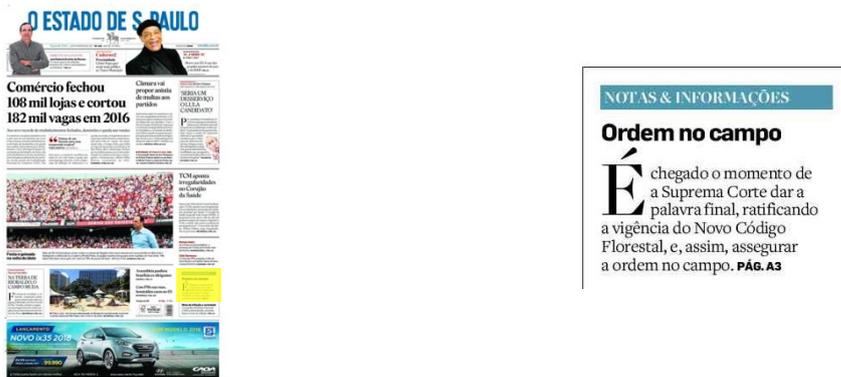
O alerta trazido no título já indica a valência positiva que o editorial busca provocar. Ao colocar a expressão “em risco” associada ao Código Florestal, o jornal estabelece desde o princípio um tom alarmista para conscientizar o leitor da gravidade da situação daquele momento. A complementação, no trecho central do texto, dá a clara confirmação de que o risco presente na chamada se refere ao perigo de retrocesso:

O perigo de retrocesso interno é real. Estão em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) algumas ações questionando a constitucionalidade de boa parte do novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), que trouxe inegáveis avanços na proteção do meio ambiente. Propostas pela Procuradoria-Geral da República e pelo PSOL, as ações querem reabrir extemporaneamente uma discussão já decidida pelo Congresso. Após intenso debate e estudo, o Poder Legislativo, cumprindo seu papel institucional, estabeleceu o necessário marco jurídico ambiental, com uma equilibrada solução entre produção rural e sustentabilidade. (OESP, 2016, p. A3).

Ao tratar como “avanço” e “equilibrada solução” a lei que versa sobre o novo Código Florestal, demonstra-se o posicionamento do jornal com relação ao tema. O argumento do editorial, para além de uma mera defesa do texto da lei na forma como foi aprovada, apresenta o ponto de que não se pode estabelecer um embate antagônico entre ambientalistas e ruralistas e sim uma superação de “uma visão romântica de meio ambiente teórica, desconectada da realidade brasileira”

(OESP, 2016, p. A3). Assim, o texto tenta desacreditar a posição ambientalista como legítima para o debate sobre a aplicação do Código Florestal.

Figura 26 – Capa da edição nacional do dia 13/02/2017



Fonte: Dados da pesquisa.

Este editorial, intitulado *Ordem no campo*, apresenta a necessidade de o STF ratificar o novo Código Florestal como forma de assegurar o dispositivo ordenador da vida no campo. O levantamento de informações técnicas, segundo o jornal, “revelou a importância da atividade agropecuária para a preservação ambiental, contrariando uma ideia erroneamente difundida de que o agronegócio contribui para a degradação do meio ambiente.” (OESP, 2017, p. A3). Assume-se uma valência positiva – ao tratar a agropecuária como agente de preservação ambiental – para justificar a necessidade de refutar os questionamentos feitos sobre a constitucionalidade da lei. Trata-se de uma discussão similar à apresentada no editorial da edição de 18/09/2016.

Os avanços trazidos em 2012 pelo Novo Código Florestal, no entanto, estão ameaçados por Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) ajuizadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e pelo PSOL, que questionam no Supremo Tribunal Federal (STF) a validade de 58 dos 84 artigos da Lei 12.651/12. (...) É chegado o momento de a Suprema Corte dar a palavra final, ratificando a vigência do Novo Código Florestal, e, assim, assegurar a ordem no campo. (OESP, 2017, p. A3).

Mais uma vez, o jornal lança mão do termo *avanço* para se referir ao texto da lei do Código Florestal. O editorial demarca a posição da valência positiva usando inclusive a fala do ministro relator do STF, Luiz Fux, para quem: “(...) ’a lei está valendo e tem sido aplicada, mas também tem havido muito descumprimento sob a invocação de sua inconstitucionalidade, ainda em grau inferior” (OESP, 2017, p.

A3). Refere-se, portanto, ao uso de uma autoridade para reforçar ao leitor o apelo pela alegada ordem no campo.

Figura 27 – Capa da edição nacional do dia 25/02/2018



Fonte: Dados da pesquisa.

O editorial apresentado na seção Notas & Informações no dia 25/02/2018 tem como contexto a ocorrência das sessões de discussão, no STF, da validade constitucional dos artigos do Código Florestal. Repete-se alguns dados apresentados anteriormente, no editorial de 13/02/2017, como a ampla adoção do CAR e a dimensão da preservação ambiental em São Paulo maior que áreas indígenas. Do mesmo modo, a valência presente é positiva, defendendo o argumento de que o produtor rural é quem protege a vegetação. “Conforme atestam os números compilados pela Embrapa (...), o agricultor e o pecuarista não são os inimigos do meio ambiente. A vegetação protegida por eles em suas propriedades representa mais de 20% de todo o território nacional.” (OESP, 2018, p. A3).

Entretanto, este editorial apresenta também uma postura questionadora com relação ao posicionamento de ministros no julgamento. Nesse sentido, demonstra-se irritação com a condução do STF. “Quando o STF entende que pode interferir nesse equilíbrio [mais adequado para o País a respeito do meio ambiente], há um evidente retrocesso institucional” (OESP, 2018, p. A3). O que se defende é abstenção de “uma inequívoca demonstração de irresponsabilidade com o campo e com a lei (...)” (OESP, 2018, p. A3), para que o Código Florestal não seja considerado inconstitucional, modificando as relações no campo.

Figura 28 – Capa da edição nacional do dia 01/03/2018



Fonte: Dados da pesquisa.

Dois páginas distintas para as edições (São Paulo e nacional) do dia 1º de março de 2018 explicam o encerramento da questão do novo Código Florestal no Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão pela constitucionalidade da Lei encerrou os questionamentos depois de seis anos. Uma pequena chamada de capa remete à reportagem de cada uma das edições, praticamente iguais. A diferença existe nos títulos: “STF declara constitucional anistia a desmatador do novo Código Florestal” (da edição nacional) e “Após seis anos de questionamentos, STF declara constitucional Código Florestal” (da edição São Paulo). A questão da anistia, que o jornal assume como “ponto negativo” aparece no texto, mas somente no título (onde tem mais valor) da edição nacional. Por outro lado, o texto reafirma que o STF encerrou o embate e exprime o valor dos empresários que afirmam que haverá “segurança jurídica”, mas não expressa comemoração. O final do texto mostra a posição de ambientalistas lamentando a anistia: “É um prêmio para quem desmata em detrimento de quem preserva.” A cenografia remete a uma **valência neutra**.

Figura 29 – Capa da edição nacional do dia 02/03/2018



Fonte: Dados da pesquisa.

Mais uma vez, o jornal destaca a questão do Código Florestal em seu editorial, por ocasião do encerramento do julgamento sobre a constitucionalidade da lei. Trata-se do desfecho do debate judicial instalado na mais alta corte do país para discutir a validade dos dispositivos legais da Lei 12.651/2012. “Desde o momento em que foram protocoladas, no início de 2013, as ações da PGR e do PSOL foram usadas para disseminar desconfiança em relação a um diploma legal notadamente equilibrado, objeto de exaustiva discussão no Congresso” (OESP, 2018, p. A3).

O jornal é claro na defesa do produtor: “Ao longo do processo, o produtor rural, que é quem mais preserva o meio ambiente no País, segundo dados da Embrapa, foi tratado como desmatador criminoso” (OESP, 2018, p. A3). A opção pelo uso da expressão produtor rural, em substituição a ruralista, suaviza o conteúdo da mensagem. E, mais importante, não diferencia os produtores ligados à agricultura familiar dos latifundiários do agronegócio. Pontos polêmicos, como a anistia concedida àqueles que desmataram antes de 2008, são tratados como mecanismos de incentivo à preservação, como se depreende deste trecho:

Pois bem, o Código Florestal de 2012 superou o gravoso obstáculo. O STF reconheceu a constitucionalidade dos mecanismos de incentivo à preservação ambiental fixados pela Lei 12.651.2012, como, por exemplo, a anistia concedida aos produtores que desmataram antes de 2008, com a condição de recuperarem o que foi derrubado depois dessa data. (OESP, 2018, p. A3).

O que se verifica é que nos anos mais recentes, o Código Florestal ganhou as capas não pelas notícias, mas pelo posicionamento editorial do jornal. O texto de 02/03/2018 finaliza com ares de vitória: “A Lei 12.651/12 é constitucional.” (OESP, 2018, p. A3). O editorial, que sintetiza as valências positivas que foram sendo

acumuladas nesse período., indica a importância que o tema recebeu do jornal. Quando observados em conjunto, esses editoriais lançados desde 2016 representam um forte apelo para uma valência positiva.

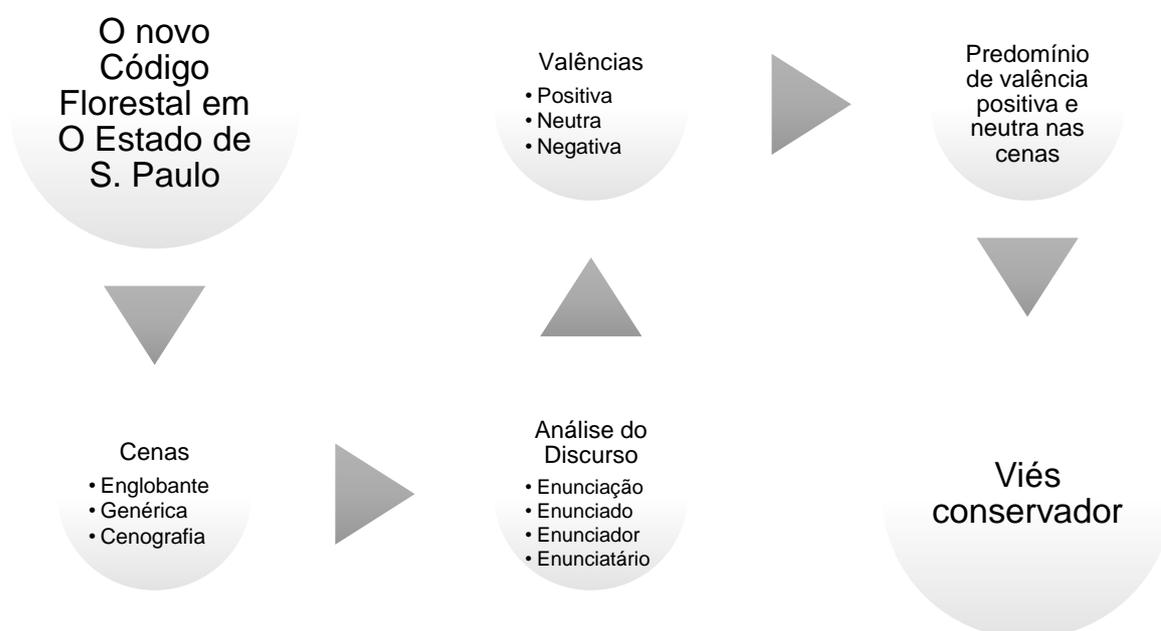
O Quadro 2 apresenta o levantamento de todas as matérias de capa analisadas, com a indicação das valências encontradas. Há a indicação de qual editoria e em qual página o texto completo da matéria está apresentado.

Quadro 2 – Análise das valências das matérias

#	Título na capa	Data	Valência	Editoria	Pág.
1	“Código Florestal em xeque”	09/05/2010	Positiva	Nacional	A12
2	“Código Florestal”	10/06/2010	Positiva	Notas & Informações	A3
3	“Eleição adia novo Código Florestal”	07/07/2010	Positiva	Vida	A17
4	“Mais pedidos para desmatar”	23/07/2010	Positiva	Vida	A18
5	“Ninguém adere a programa que anistia desmate”	25/02/2011	Positiva	Vida	A22
6	“Projeto do novo Código Florestal libera produtor de recuperar mata”	03/05/2011	Neutra	Vida	A18
7	“Governo que abater dívida rural de quem reflorestar”	10/05/2011	Positiva	Vida	A16
8	“Um debate que virou bate-boca na Câmara” “Base de Dilma dá primeiros sinais de crise” “Votação do Código Florestal é adiada”	13/05/2011	Positiva	Nacional Nacional Vida	A4 A4 A22
9	“Dilma ameaça vetar se Código Florestal anistiar desmatador”	24/05/2011	Negativa	Vida	A14
10	“À revelia de Dilma, Código Florestal é aprovado”	25/05/2011	Positiva	Vida	A24
11	“Punição a produtor rural deve ser anistiada”	26/05/2011	Neutra	Vida	A18
12	“Após derrota, governo tenta consenso sobre Código Florestal” “Governo negocia Código Florestal”	09/06/2011	Positiva	Vida	A19
13	“Lei pode tirar poder estadual sobre ambiente”	11/10/2011	Neutra	Vida	A16
14	“Novo Código Florestal passa no Senado”	07/12/2011	Positiva	Vida	A14
15	“O novo Código Florestal”	11/12/2011	Positiva	Notas & Informações	A3
16	“Governo quer manter Código Florestal intacto”	09/03/2012	Neutra	Vida	A16
17	“Dilma assume negociação para aprovar lei ambiental”	24/03/2012	Neutra	Nacional	A4
18	“Novo Código Florestal é aprovado sem anistia” “Câmara aprova Código Florestal e derrota governo”	26/04/2012	Positiva	Vida	A24
19	“Dilma muda Código por MP e veta anistia a desmatador”	26/05/2012	Negativa	Espaço Aberto	A2
20	“Os vetos e a MP da presidente”	30/05/2012	Positiva	Notas & Informações	A3
21	“Dilma lança pacote ambiental” “Antes da Rio+20, Dilma cria áreas indígenas e parques”	06/06/2012	Positiva	Vida	A16
22	“Código florestal reduz áreas a serem recuperadas”	27/08/2012	Negativa	Vida	A16
23	“Novo Código Florestal beneficia ruralistas”	30/08/2012	Positiva	Vida	A22
24	“Código Florestal vai ao Supremo”	19/10/2012	Neutra	Vida	A22
25	“Código Florestal em risco”	18/09/2016	Positiva	Notas & Informações	A3
26	“Ordem no campo”	13/02/2017	Positiva	Notas & Informações	A3
27	“Irresponsabilidade com o campo”	25/02/2018	Positiva	Notas & Informações	A3
28	“STF aprova novo Código Florestal e anistia multas”	01/03/2018	Neutra	Metrópole	A12
29	“Confirmação do Código Florestal”	02/03/2018	Positiva	Notas & Informações	A3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 30 – Percurso da análise



Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 30 acima apresenta, de forma esquemática, o percurso de análise deste trabalho. Por meio do levantamento do corpus da pesquisa, fez-se a identificação em termos da cenografia presente em cada uma das matérias, atribuindo as valências de acordo com a análise do discurso. O predomínio de valência positiva, associado ao acúmulo de presença de valência neutra, permitiu a inferência sobre o viés conservador do jornal no trato da questão do Novo Código Florestal. A partir desta verificação, apresenta-se, no capítulo seguinte, o teste deste resultado em vivência dialogal com estudantes, em uma oficina sobre a análise geográfica na mídia.

5 OFICINA PEDAGÓGICA EM MÍDIA E ANÁLISE GEOGRÁFICA

O presente capítulo pretende apresentar como foi realizada a ponte entre os conhecimentos jornalísticos e a análise geográfica por meio de uma oficina pedagógica com alunos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL.

5.1 MANIPULAÇÃO DA MÍDIA

O objetivo desta oficina foi produzir a análise de como a imprensa, de modo geral, encontra a evolução dos debates acerca do Novo Código Florestal e posterior reflexão sobre Educação Ambiental. Teve-se, como objetivos específicos:

- Discutir sobre como a mídia trabalha os mais variados temas
- Estimular, nos estudantes, a compreensão sobre os preceitos constitucionais da comunicação e a liberdade de expressão
- Desenvolver a consciência, utilizando o guia de análise desenvolvido pelo pesquisador, sobre como a mídia manipula os dados
- Promover a Educação Ambiental a partir da prática, relacionando mídia e geografia

A realização de oficina se deu com seis alunos do curso de pós-graduação (mestrado e doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL, na disciplina Geografia Física e Educação Ambiental.

A oficina foi dividida em dois momentos:

- I. Parte teórica, conduzida de forma remota no dia 13 de abril de 2020, em acordo com a resolução da universidade que estabeleceu a definição de atividades durante o período da pandemia do Covid-19. Neste momento foram realizadas as discussões pertinentes a mídia, constituição, apresentação das formas de analisar um jornal – incluindo o guia de análise desenvolvido pelo pesquisador

- II. Parte prática, realizada na mesma data, em que os alunos procederam a análise sobre Educação Ambiental de acordo com o guia de análise estabelecido pelo pesquisador.

5.1.1 Parte teórica

Nesta etapa, foi realizada a apresentação teórica mostrando esta relação da mídia com as mais variadas informações, porém focando no Novo Código Florestal. Percebe-se que existe manipulação por parte da imprensa com relação a todos os temas. Quando se coloca a questão ambiental, percebe-se que os meios de comunicação seguem uma tendência de manipular levando em conta a ideologia dos grandes proprietários, empresários, sobretudo quando se pega os jornais de maior circulação nacional e regional, como O Estado de S. Paulo e Folha de Londrina. O jornal impresso possui sua versão na internet, que, entretanto, fornece algumas informações adicionais elaboradas após o fechamento do jornal impresso – incluindo correções.

Lembra-se que a ideia de jornal na educação não é uma concepção nova e nem brasileira:

A primeira pessoa na história a usar o jornal na sala de aula que se tem notícia foi Maria Montessori (educadora italiana), há quase 150 anos atrás (sic). Ela percebeu que se usasse o cotidiano interdisciplinarmente, com geografia, história e ciências, teria a adesão dos estudantes. Isto significava tê-los à disposição para conversar. (SCHIAVONE 2005 apud ARCHELA; CALVENTE, 2008, p.1).

Na área de Geografia, principalmente no ensino de Geografia, o jornal é encarado como um material didático muito importante, mas, cabe ao professor fazer uma leitura crítica e auxiliar os alunos a entendê-lo como uma ferramenta de informação que, muitas vezes, traz a ideologia de um determinado grupo e pode sim, haver manipulação a seu favor.

A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se aplica na prática a *linha editorial*. A seleção significa, portanto, a *ótica* através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos. (MELO, 2003, p. 75).

Manipular não quer dizer passar ideias falsas de uma determinada coisa. Diz respeito a apresentar a notícia de tal forma que coloque em destaque um item em oposição a outro por exemplo, em utilizar de dados estatísticos que façam parecer que 50% sejam muito representativo quando pode ser 50% de 2 por exemplo:

A maioria das estratégias manipuladoras da informação pictórica nos meios de comunicação não são falsificações diretas da realidade expressas de maneira assertiva, mas manipulações através de uma pluralidade de modos indiretos de transmitir significados. (SANTAELLA; NÖTH, 1999, p. 208).

Outro ponto de destaque são as imagens. As imagens são muito representativas para um jornal e chamam muito a atenção do público. Se o público fizer uma observação rápida pode muitas vezes associar erroneamente a imagem com a notícia em si. Imagem e manchete em conjunto acabam induzindo o leitor mais desatento a cair numa manipulação.

[O] poder que as imagens exercem para manipular e enganar as massas aparece já em 1895, quando Gustave Le Bon, em seu *Psicologia das Massas*, descreve a imagem como um meio de manipular as mentes da massa primitiva: “As massas”, escreve ele, “só podem pensar e ser influenciadas através das imagens. Somente as imagens podem amedrontá-las ou persuadi-las, tornando-se as causas de suas ações [...] para elas, o irreal é quase tão importante quanto o real [...] Elas possuem uma clara tendência para não fazer quaisquer distinções” (LE BOM, apud SANTAELLA; NÖTH, 1999, p. 195).

Assim, é preciso ficar atento ao que é apresentado ao público: observar quem escreve o documento, quem é dono do veículo de imprensa, qual momento político é vivido para realizar a leitura crítica do mesmo.

5.1.2 Parte prática

Os alunos realizaram análise dos jornais utilizando como tema Educação Ambiental. Foram fornecidos 13 documentos de jornais, agrupados em seis exercícios e distribuídos um para cada aluno. Cada pasta compôs uma atividade de exercício e teve dois arquivos da mesma data: a capa e a respectiva reportagem dentro do jornal. A única exceção foi o sexto exercício, pois, como a capa não apresentou destaque algum, foram selecionados dois textos internos – um deles trata em educação ambiental. Em todos os demais materiais, os estudantes verificaram se a reportagem recebeu o devido valor na capa do jornal. Foi encaminhado também o

artigo *Agrotóxicos e manipulação conservadora da crise ambiental: distorções em cena do Jornal de Londrina* de autoria do próprio pesquisador e apresentado no XII Enanpege de 2017. A finalidade foi permitir aos alunos observarem, com mais detalhamento, a metodologia utilizada para averiguar se há ou não manipulação da mídia nas reportagens.

Os alunos realizaram, então, a análise de forma individual e seguiram um roteiro de análise bem aberto, sendo requisitado, num primeiro momento, a análise se havia ou não manipulação nas notícias e quais seriam os elementos que comprovariam tal afirmação. Num segundo momento, houve uma avaliação sobre a percepção se esta metodologia apresentada pela oficina contribui para os estudos geográficos.

Os relatos a seguir reproduzem o texto elaborado pelos participantes, expressando a visão pessoal de cada um dos estudantes com relação à matéria em questão.

Figura 31 – Textos da primeira atividade de análise da oficina



Fonte: Dados da pesquisa.

Estudante 1 analisou a capa e matéria da edição São Paulo de 26/04/2012 (Figura 31).

“Câmara aprova Código Florestal e derrota governo” (capa).

É a manchete que encabeça a capa do jornal. O destaque aqui é dado a derrota sofrida pelo governo Dilma Rousseff, quanto a votação para aprovação do Código Florestal, portanto, a vitória foi da oposição. Destaca, também, que o projeto vencedor é criticado por ambientalistas.

“Aprovada reforma do Código Florestal; ruralistas impõem derrota ao governo” (matéria).

Aponta quem são os principais beneficiários da reforma do Código Florestal: os ruralistas. Representando esta categoria, são apresentadas falas do deputado relator do projeto e também produtor rural, explicitando, assim, sua posição.

A reportagem tem tom crítico ao projeto aprovado, reforçando que os ruralistas, por pouco, não se beneficiaram ainda mais com as mudanças aprovadas no Código Florestal e, apesar de mostrarem ser um projeto desaprovado pelo governo de Dilma Rousseff, na fala de ambientalistas, aponta a falta de articulação do governo para mudar o resultado da votação do projeto.

A reportagem traz as falas do relator Dep. Paulo Piau, representante do agronegócio e favorável ao projeto, bem como de outros representantes não especificados do setor. A presidente Dilma Rousseff não se manifestou a jornalista, mas a reportagem enfatiza sua insatisfação com a aprovação do projeto. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, também foi procurada pela reportagem e lamentou o resultado. A reportagem também destaca trechos apontados como os mais polêmicos do novo Código Florestal. Mas, o espaço de fala de maior destaque é dado à ambientalistas, que apontam para um aumento do desmatamento em virtude das alterações, são eles: Tasso Azevedo, consultor ambiental; Tatiana de Carvalho, do Greenpeace; e Mario Mantovani, do SOS Mata Atlântica. O que sugere a posição contrária do jornal, as alterações aprovadas no Código Florestal. Ninguém da bancada ruralista foi ouvido, além do deputado relator. Buscou-se destacar o descaso dos ruralistas com a conservação ambiental, pois priorizam, sempre, a ampliação das áreas de plantio. (ESTUDANTE 1).

Figura 32 – Textos da segunda atividade de análise da oficina



Fonte: Dados da pesquisa.

Estudante 2 analisou a capa e matéria da edição São Paulo de 26/05/2012 (Figura 32).

Eu acredito que o título da capa não reflete, em nada, o conteúdo da reportagem. A reportagem enfatiza muito mais as áreas de preservação permanente (APP) e as mudanças propostas por Dilma. O título enfatiza a “anistia a desmatador”, sendo esse tema, quase não citado no texto. Quando é escrito também que “Dilma muda código por MP”, a reportagem diz que a ex-presidente vetou 12 pontos e modificou 32 pontos do texto da câmara, mas que a câmara e o senado ainda têm que aprovar a medida provisória. Ainda, o título da capa dá a entender que, antes, existia a anistia a desmatadores, o que não é verdade. Na reportagem, acredito que fica claro a opinião dos colunistas, principalmente quando se fala sobre a decisão de Dilma ao estabelecer que propriedades de diferentes tamanhos, deverão seguir regras distintas quanto a recomposição da área desmatada. No item “bastidores”, quando a colunista fala sobre o espancamento do Código, com o título, esperava-se ler uma reportagem dizendo que Dilma vetou muitos artigos, ou fez muitas modificações, quando, na verdade, ela queria entender o código a fundo e encontrar possíveis falhas, o que é de se esperar dos políticos sempre que há alguma modificação em nossas leis. O título dos “bastidores” remete a algo ruim, quanto, na verdade, é bom.

Acredito que a metodologia apresentada pelo professor Ayoub é de grande ajuda. Senti dificuldade em fazer essa análise pois não costumo olhar nenhuma reportagem com um olhar crítico e, para ser bem sincera, só percebi manipulações da mídia depois da aula que tivemos com ele. Acredito que se eu tivesse lido essa reportagem somente para me informar, não teria percebido essas tentativas de influência da mídia. A tabela citada durante a aula também auxiliaria nesses casos. Achei essa análise superinteressante e necessária pois, assim como eu, a maior parte da população não enxerga as reportagens e notícias dessa forma. Com certeza pode ser utilizada a contento, não só na Geografia, mas em várias áreas. (ESTUDANTE 2).

Figura 33 – Textos da terceira atividade de análise da oficina



Fonte: Dados da pesquisa.

Estudante 3 analisou a capa e matéria da edição São Paulo de 06/06/2012 (Figura 33).

Eu acredito que o título da capa não reflete, em nada, o conteúdo da reportagem. A reportagem enfatiza muito mais as áreas de preservação permanente (APP) e as mudanças propostas por Dilma. O título enfatiza a “anistia a desmatador”, sendo esse tema, quase não citado no texto. Como é escrito também que “Dilma muda código por MP”, a reportagem diz que a ex-presidente vetou 12 pontos e modificou 32 pontos do texto da câmara, mas que a câmara e o senado ainda têm que aprovar a medida provisória. Ainda, o título da capa dá a entender que, antes, existia a anistia a desmatadores, o que não é verdade. Na reportagem, acredito que fica claro a opinião dos colonistas, principalmente quando se fala sobre a decisão de Dilma ao estabelecer que propriedades de diferentes tamanhos, deverão seguir regras distintas quanto a recomposição da área desmatada. No item “bastidores”, quando a jornalista fala sobre o esparçamento do Código, com o título, esperava-se ler uma reportagem dizendo que Dilma vetou muitos artigos, ou fez muitas modificações, quando, na verdade, ela queria entender o código a fundo e encontrar possíveis falhas, o que é de se esperar dos

políticos sempre que há alguma modificação em nossas leis. O título dos “bastidores” remete a algo ruim, quanto, na verdade, é bom. Acredito que a metodologia apresentada pelo professor Ayoub é de grande ajuda. Senti dificuldade em fazer essa análise pois não costumo olhar nenhuma reportagem com um olhar crítico e, para ser bem sincera, só percebi manipulações da mídia depois da aula que tivemos com ele. Acredito que se eu tivesse lido essa reportagem somente para me informar, não teria percebido essas tentativas de influência da mídia. A tabela citada durante a aula também auxiliaria nesses casos. Achei essa análise superinteressante e necessária pois, assim como eu, a maior parte da população não enxerga as reportagens e notícias dessa forma. Com certeza pode ser utilizada a contento, não só na Geografia, mas em várias áreas. (ESTUDANTE 3).

Figura 34 – Textos da quarta atividade de análise da oficina

The image shows two pages from the newspaper 'O Estado de S. Paulo' dated 12/06/2012. The left page has a main headline 'Ministra defende consumo e critica 'miopia ambiental'' and a sub-headline 'UE discute limitar saque bancário na Grécia'. The right page has a main headline 'Ministra critica 'miopia ambiental' no País e defende incentivo ao consumo' and a sub-headline 'Cúpula dos Povos na lama'. There are also smaller articles and advertisements visible, including one for 'MAGIC CITIES' and 'toronto+'. The newspaper's masthead 'O ESTADO DE S. PAULO' is at the top of both pages.

Fonte: Dados da pesquisa.

Estudante 4 analisou a capa e matéria da edição São Paulo de 12/06/2012 (Figura 34).

NOTÍCIA 54: MINISTRA CRITICA 'MIOPIA AMBIENTAL' NO PAÍS E DEFENDE INCENTIVO AO CONSUMO

Não foi especificado se deveríamos analisar a notícia e a capa por si só ou se poderíamos pesquisar o contexto socioeconômico e político em que a notícia foi escrita, portanto, nessa análise, parti do pressuposto de que o pesquisador queria que a analisássemos de uma forma mais neutra, como o "cidadão médio" que diariamente acessa essas notícias e nem sempre busca outras fontes para validá-la.

Com relação a notícia, ela basicamente fala sobre a participação de uma Ministra do Meio Ambiente chamada Izabella Teixeira que durante participação de um evento defendeu as políticas empreendidas pelo governo federal com intuito de incentivar o consumo. A ministra se mostrou aberta ao diálogo, mas, se opôs a visão dos ambientalistas mais radicais e defendeu que se acabe com achismos acerca da questão ambiental.

A notícia fala da posição do governo naquele período como: a redução do IPI dos veículos; a política de regularização fundiária, discussão sobre os parâmetros das unidades de conservação, etc.

NOTÍCIA 56: MINISTRA DEFENDE CONSUMO E CRITICA 'MIOPIA AMBIENTAL'

A segunda notícia fala da mesma coisa de a anterior, fala sobre a defesa da ministra as medidas de estímulo de consumo dentre elas a redução do IPI

Dá a impressão que ambos os jornais deram grande importância para essa notícia pois além dessas chamadas de destaque na capa temos a impressão de que os textos analisados não passam de resumos e que os jornais aprofundaram mais sua cobertura.

ACREDITA NA MANIPULAÇÃO DA MÍDIA?

Acredito que a manipulação exista sim e nesse caso se a ministra não tivesse uma posição de defesa da política do governo de incentivo ao consumo, o que favorece diretamente a classe empresarial, o jornal dificilmente daria tamanho destaque na capa e caso desse assumiria uma postura bastante crítica.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA

Na Geografia não temos tradição em pesquisas com documentos como é comum em outras áreas como a história e a comunicação social ou com os famosos estudos de caso, comuns na área da saúde. Na Geografia humana comumente empregamos metodologias como trabalho de campo, entrevista (estruturadas, semiestruturadas, história oral, etc.) e estado da arte, mas materiais jornalísticos ainda são pouco explorados.

É interessante pensar porque o uso dos materiais jornalísticos seja incipiente na geografia, sobretudo na de base marxista que analisa do espaço como um produto historicamente construído a partir das relações sociais humano e teria nos materiais jornalísticos um registro histórico e periódico que mostra as transformações sociais, demográficas, espaciais, entre outros.

Acredito que a pouca exploração dos materiais jornalísticos pela geografia não se deva a falta de interesse e sim porque falta trabalhos que "desenhem" um caminho metodológico, nesse sentido, essa pesquisa é de grande valia pois pode ser a referência de muitos trabalhos futuros que busque análises em um ponto de intersecção entre a geografia e a comunicação.

Com relação a metodologia em si adotada na tese não há como fazer uma consideração mais profunda pois a tabela e a forma de utilizá-la não foi passada, assim, ler uma notícia de jornal e analisá-la é mais do mesmo mas pelo pouco que foi apresentado da metodologia que será utilizada na tese acredito que ela será de grande valia sobretudo por tornar as análises de material jornalístico mais científica.

Pelo que eu entendi o pesquisador aplicará a metodologia em notícias jornalísticas por ele mesmo levantada, mas caso no futuro ele busque analisar como outras pessoas analisar uma notícia a partir da metodologia por ele desenvolvido acredito que duas dicas são importantes.

DICA 1: EXPLORE O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DO ENTREVISTADO

Acho que qualquer metodologia se peça para que os participantes analisem determinada notícia será mais eficiente e eficaz, se antes de aplicá-la o pesquisador busque compreender, também, o contexto em que o pesquisado está inserido. No meu caso, por exemplo, desde 2013 eu estou envolvido com o estudo da questão agrária, já foi orientado pela Ruth Tsukamoto e Eliane T. Paulino, passei boa parte da vida acadêmica vendo frequentemente eventos com a presença de personagens como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, entre outros, minha relação com o MST não foi construída a partir da mídia e sim do contato direto com eles nos meus trabalhos de campo, então quando a mídia constrói e dissemina determinada narrativa que envolve a questão agrária brasileira eu não vou ser facilmente ‘enganado’ pois eu conheço a realidade agrária brasileira, portanto minha postura frente uma capa tendenciosa sobre a questão agrária será diferente da de outras pessoas.

DICA 2: OMITA O NOME DO JORNAL

Outra coisa que vale a pena considerar é o público de cada jornal, a gente sabe que quem se informa e acredita na carta capital não é o mesmo que se informa por algum jornal do Grupo Record, a visão do mundo do leitor (direita ou a esquerda, conservador ou liberal, progressistas ou conservadores, etc.) vai influenciar na sua análise, por exemplo, atualmente temos observado a rede globo tecer fortes críticas ao governo Bolsonaro, os apoiadores do presidente já notaram isso e tem assumido uma postura crítica as notícias disseminados pela Globo, portanto se você aplicar essa metodologia para um bolsonarista utilizando uma notícia da rede globo, sua postura será mais crítica.

Assim, um caminho para superar esse limite da metodologia seja omitir o nome do jornal, assim quando entrevistar alguém, essa pessoa vai analisar a notícia pela notícia, sem levar em conta o peso do nome do jornal. (ESTUDANTE 4).

Figura 35 – Textos da quinta atividade de análise da oficina



Fonte: Dados da pesquisa.

Estudante 5 analisou a capa e matéria da edição São Paulo de 18/06/2012 (Figura 35).

A publicação de 12 de junho de 2012 do Jornal O Estado de S. Paulo, trouxe na abertura da matéria de cobertura do evento Rio +20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, uma imagem de grande impacto e sensibilização.

Este foi um grande evento realizado entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro, e teve o objetivo de discutir e estabelecer caminhos sobre a renovação do compromisso político de alguns países com o desenvolvimento sustentável, dando continuidade às convenções das Nações Unidas como Eco-92 (1992) e Rio +10 (2002).

A matéria trazia um bebê que toma quase toda a página da matéria e chama a atenção para causa das gerações futuras, maior preocupação do discurso do Desenvolvimento Sustentável. O uso da imagem de bebês nos meios de comunicação tende a causar no público um sentimento de necessidade de cuidado, zelo, coisas indispensáveis ao meio ambiente também.

O bebê da foto engatinhava durante o evento Rio +20 sobre uma bandeira que identificava o valor exorbitante usado como subsídio destinado aos combustíveis fósseis. Esta explicitação visa provocar e levantar a questão que o futuro das crianças, próximas gerações, vinculada a questão ambiental, talvez não receba a mesma atenção e recursos.

Foi um grande apelo da imagem trazida para fortalecer a ideia de necessidade de apoiar o evento e refletir sobre a dicotomia que o mundo vive. Além da imagem, o título da chamada da capa do jornal “Em discurso, Dilma vai cobrar ação imediata” e no título da matéria “Negociação avança e Dilma prepara cobrança de líderes” afirmam um posicionamento da Presidente Dilma como liderança de fato sobre as questões ligadas aos acordos do evento a serem definidos.

Estas técnicas usadas nos meios de comunicação podem ser apoio ou ameaça a qualquer causa. De fato, os meios de comunicação sempre foram usados para fins diversos, principalmente políticos. Para as questões ligadas a Geografia não seria diferente.

Por sorte, a imprensa mostrou-se apoiadora do evento, mesmo considerando os poucos avanços ocorridos para as questões práticas de proteção ambiental. (ESTUDANTE 5).

Figura 36 – Textos da sexta atividade de análise da oficina



Fonte: Dados da pesquisa.

Estudante 6 analisou duas matérias da edição São Paulo de 25/06/2012 (Figura 36).

Reportagem 1

A análise sobre a reportagem citada acima, publicada pelo Jornal “O ESTADO DE S. PAULO” sobre o que eu compreendi no trabalho desenvolvido pelo prof. Ayoub, demonstra um desvio sobre o que o tema principal “compromisso político com o desenvolvimento sustentável”, mas colocando em evidência o “multilateralismo” que poderia deixar ao Brasil uma posição mais ativa nos setores de produção e comercialização, e não apenas

como um país “de reservas sustentáveis”. Um fator que me chamou bastante a atenção no recorte da reportagem, foi que o Jornal destacou, em seu último parágrafo, a fala da então Secretária de Estado Americana Hillary Clinton, na qual em sua fala, a preocupação com o cumprimento de compromissos ficam substituídos pelos programas de ajuda a países pobres, sendo que, os EUA com 4% da população do mundo, emite 18% do dióxido de carbono, ou seja, no lugar de fiscalizar os demais países e a si próprio, este fará políticas para que continue com as mesmas práticas. Finalizando, a meu ver, o título da reportagem deveria ser “EUA cria fórum na Rio + 20 para se manter poluidor e consumidor de matérias primas, do que ser sustentável”.

Reportagem 2

Utilizando da abordagem do professor Ayoub, novamente percebesse um desvio no título da reportagem, ao que realmente o seu texto apresenta. Uma vez que dizer que a Educação Ambiental no Brasil é falha pelo fato dos professores “abordarem mal o assunto por falta de capacitação” e pelo sucateamento dos “laboratórios” é jogar a responsabilidade em cima da educação e não dos verdadeiros responsáveis pela “deficiente” Educação Ambiental que abordamos na esfera social. Ao meu ver, a Educação Ambiental, não é somente responsabilidade da educação Formal, mas também pela Informal e pela não formal, talvez, se uma melhor conscientização “social” realmente acontecesse, o setor da Educação pudesse ter “melhores” ferramentas e “abordagens” para se tratar melhor sobre o assunto. (ESTUDANTE 6).

5.2 RETORNO DA OFICINA

Após devolverem por escrito a parte da análise das reportagens, foi realizado um retorno, também em formato de contato virtual, em 11 de maio de 2020. Nesta ocasião, os participantes apresentaram suas impressões sobre os textos e sobre a própria oficina em si.

A avaliação foi de toda feita positiva, sendo ressaltados os pontos positivos em se fazer uma leitura crítica das reportagens e também de como fazer isto em sala de aula com os alunos. Deste modo observou-se pela oficina realizada que entender como se dá a manipulação da mídia é de extrema importância para auxiliar uma leitura crítica do que é apresentado.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 2001, p. 11).

É preciso auxiliar a que as pessoas se apercebam como pertencentes ao quadro em que as notícias estão vinculadas, com poder de ação e interação e não

somente sejam expectadores e massa de manobra da grande mídia (ou do que estar por trás dela).

A contribuição esperada nesta tese foi de fornecer um novo olhar para a leitura de matérias publicadas na imprensa formadora de opinião em grande alcance. O foco esteve na manipulação, mecanismo sempre presente. Os estudos geográficos, como em qualquer outra área, estão presentes nas páginas dos jornais, tanto em matérias noticiosas como em editoriais, análises, anúncios, e demais modalidades. O conhecimento gerado pela leitura de livros acaba por filtrar-se na leitura dos jornais, quando se busca ampliar a informação e a atualização sobre um dado fato ou um momento social em particular.

A complexidade emerge dos desafios de integrar, de um modo interdisciplinar, conhecimentos de geografia com os da área jornalística. Os acadêmicos de geografia expandirão a percepção de seu objeto por um modo de leitura mais atento aos aspectos discursivos presentes nos jornais. Os acadêmicos de jornalismo terão elementos para ampliar as discussões relativas à prática jornalística e terão um ganho mais acentuado na compreensão da dimensão ética.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Novo Código Florestal Brasileiro é uma discussão contínua e permanente, e a tendência é nunca cessar; pelo contrário, só crescerá. Os temas envolvidos são de repercussão planetária, e seu tratamento produz a demanda por um amplo diálogo de saberes. A motivação principal desta tese é a concepção de educação ambiental associada ao processo de aquisição de um novo olhar. Esse novo olhar pressupõe a capacidade de identificar cenografias no noticiário da imprensa. Trata-se de um conceito indissociável de uma atitude interdisciplinar, como a que pode ser encontrada no relacionamento entre a Ciência Geográfica e o Jornalismo.

A questão lançada, como ponto de partida para o estudo, era a proposição de buscar evidências da postura de um jornal tradicional, presente em vários períodos da história do país, testemunha ao longo dos mais importantes eventos e das mudanças de enfoque em todos os setores da vida cotidiana. As hipóteses levantadas e levadas a teste eram de que, ao mesmo tempo, a cenografia tem sempre presentes dois atores – o agronegócio e a bancada ruralista no Congresso Nacional, e de que há, por outro lado, uma posição político-partidária de natureza conservadora, na medida em que os elementos discursivos das mensagens veiculadas favorecem, de modo frequente, esses mesmos atores.

O argumento se construiu no sentido de afirmar que se pode estar diante de um controle ideológico difícil de perceber, sobretudo porque não se sobressai no universo das mensagens, sempre fiéis a uma narrativa de enredos por si só convincentes, tanto para provocar adesão ou rejeição, admiração ou repulsa. A educação ambiental, como fenômeno mais amplo e abrangente deve ser pensada em termos de uma “educação discursiva” no sentido de promover o ganho de habilidade em identificar o processo da difusão de notícias. Os métodos da Ciência Geográfica contribuem para acentuar a necessidade de prontidão a fazer distinções entre fatos e a postura de um leitor de jornal, diante deles.

A coleta de dados abrangeu um período de dez anos, basicamente com consulta a arquivos digitais, o que colocou um desafio tanto em termos de procedimento de busca, como em relação à necessidade de assegurar um adequado emprego de terminologia. Era importante um procedimento investigativo que permitisse um acesso mais eficaz, tendo por termo principal a expressão “código florestal”. Como ocorre em todo conteúdo digital, há uma série de elementos externos

ao próprio texto, como anúncios, propagandas e links. Foi adotada uma operação de remoção para que o vocabulário ficasse livre de expressões não pertinentes, e se pudesse assegurar a presença exclusiva das matérias buscadas. As matérias foram agrupadas e classificadas.

É evidente que não se dispensou a vantagem da base tecnológica altamente desenvolvida, hoje disponível, e o acesso aos materiais se deu por meio desse processo. Em tempos passados, teria havido a necessidade de um intenso mergulho numa hemeroteca, e o manuseio físico dos exemplares, obrigatoriamente precedido de complexas e detalhadas operações de separação por tópicos e classificação. As novas tecnologias possibilitaram o admirável e surpreendente contato com a versão impressa, e isso criou a atmosfera cênica própria de folhear o jornal. Por esse motivo, adotou-se a opção de reproduzi-las em paralelo aos textos analisados.

O material reunido, em sua totalidade, veiculando uma década de noticiário, pode-se afirmar, compõe uma considerável documentação histórica, comparável, em seu porte, a uma extensa bibliografia retratando os acontecimentos de uma época. As formas de acesso foram preservadas e registradas em quadros e diagramas, todos aqui apresentados como resultados que poderão estar a serviço da continuidade da pesquisa geográfica e jornalística. Desse conjunto de dados se podem extrair temas e vocabulários, além das mais variadas ilustrações. Nas análises conduzidas neste estudo, optou-se por um recorte tendo como critério matérias que figurassem, ao mesmo tempo, no noticiário e na capa. A análise foi feita pelo conteúdo presente nas matérias correspondentes à chamada feita na capa.

A busca pelas capas foi, portanto, um reconhecimento ao fato de que se um tópico interno do jornal adquire o status de nela figurar, isso indica a importância que lhe está sendo atribuída, e faz revelações sobre a visão do editor. Outra dimensão da análise pelas capas foi o fato de que elas contribuem como fator de atração. A seleção de capas com destaque para o termo Código Florestal, no conjunto de capas disponíveis no acervo do jornal, também contribuiu para obter uma noção de importância atribuída ao assunto e de impactos dele esperados. Para cada uma delas, fez-se a correspondência com relação às valências apresentadas, se em um posicionamento conservador ou não. A partir das valências, a análise permitiu inferências considerando as categorias encontradas em Maingueneau (2013; 2015).

O primeiro objetivo específico propunha explicar as complexidades da questão ambiental, para avaliá-las, em relação à Ciência Geográfica e ao enfoque pelo qual são tratadas na linha editorial do jornal O Estado de S. Paulo. Este objetivo foi cumprido por meio de sistemática busca no repositório digital sobre a questão do Código Florestal, em que se tornou evidente a sua recorrência como tema de destaque. Os tópicos ambientais discutidos teoricamente encontraram correspondência no tratamento do jornal, ao longo de todo o período de análise.

O segundo objetivo específico buscava apresentar a questão ambiental em termos da presença de mensagens negativas e conservadoras no modo de noticiar a articulação dos atores envolvidos. Chegou-se a esse objetivo pela análise das valências presentes na cenografia atribuída para cada matéria publicada. A valência positiva, quando dirigida para um processo negativo, exime o jornal de expor abertamente o seu posicionamento sobre o tema. Omissões, potenciais ou concretas, favorecem e reforçam a valência presente nas matérias e evitam o desgaste da exibição clara de um arranjo ambiental contrário à linha editorial.

O terceiro objetivo específico era direcionado para expressar a manifestação da interdisciplinaridade própria do cruzamento entre a Ciência Geográfica e o jornalismo. Atingiu-se este objetivo pelos guias de análise compostos pelo cruzamento dos conceitos das duas áreas de conhecimento. Neste estudo, independentemente da postura do jornal em uma perspectiva geral, a análise das matérias de capa permitiu, na questão ambiental, a inferência sobre a manipulação da informação pela via de uma acumulação de valências positivas.

O quarto objetivo específico indicava considerar em que medida, o acúmulo de elementos manipulados tinha como efeito a formação de opinião para uma postura conservadora. Este objetivo foi plenamente alcançado pela condução da oficina com estudantes do curso de pós-graduação em Geografia. Sendo esclarecidos sobre o tema da questão ambiental, quando comparados com o leitor comum, os estudantes expressaram o impacto da vivência com os temas do jornalismo. Ao mesmo tempo em que há um sentimento misto de alívio e frustração, a consciência sobre as valências favorece o esclarecimento de como a questão ambiental pode ser articulada para determinados discursos.

Este trabalho lançou luz para a influência do reportar jornalístico sobre os temas ambientais e os potenciais efeitos que provocam nos leitores. Os estudantes revelaram sentimentos opostos: houve um grau de surpresa e indignação; o primeiro,

pela aquisição de consciência da descoberta de algo novo que, contudo, sempre esteve presente; o segundo, pelo mesmo fato, era algo que estava latente e não foi observado. Essas revelações somente foram possíveis pela decisão de atuar de modo interdisciplinar.

As características do Código Florestal Brasileiro, com destaque para as mudanças nele inseridas, foram observadas ao longo do tempo. Foram mostradas as implicações presentes na motivação de cada alteração, e a abordagem culminou em uma avaliação reflexiva dos erros e acertos encontrados, tanto na metodologia quanto na concepção de ordem política, configuradas na reforma empreendida.

Diante da abordagem que considera a multiplicidade de saberes e o modo como uma disciplina pode colaborar com a compreensão de outra, emergiram novos temas para a continuação da pesquisa. Pode-se, ainda, considerando a absorção do viés jornalístico pela Ciência Geográfica, expandir este enfoque para outros temas como espaço e território, desenvolvimento econômico e social, cultura e história, entre outros. Em termos de educação ambiental, trata-se de possibilitar o desenvolvimento social mais amplo, ao elevar a um outro patamar o olhar para novos saberes.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Do Código Florestal para o Código da Biodiversidade. *Biota Neotrop.* 10(4): Disponível em: <http://www.biotaneotropica.org.br/v10n4/pt/abstract?point-of-view+bn01210042010>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ARAGÃO, João Paulo Gomes de Vasconcelos. A (des)centralidade das questões ambientais: análise geográfica em tempos globalizados com perspectiva interdisciplinar. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 8, n. 15, p. 149-174, jan./jun., 2018.
- ARCHELA, Rosely Sampaio; CALVENTE, Maria del Carmem M. H. **Ensino de geografia: tecnologias digitais e outras técnicas passo a passo**. Londrina: EDUEL, 2008.
- AYOUB, Ayoub Hanna. **Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo**. 2006. 169p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.
- BACCEGA, Maria Aparecida; CITELLI, Adilson. Retórica da manipulação: os sem-terra nos jornais. **Comunicações e artes**, São Paulo, v. 14, n. 20, p. 23-29, 1989.
- BALTAR, Ronaldo. **O ponto morto**. Londrina: Editora UEL, 2000.
- BASSANI, Paulo. **Núcleos de assalariados rurais temporários – Lugar de Resistência e Descoberta**. São Paulo, 1999. (Tese de Doutorado) – PUC São Paulo.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em 14 de novembro de 2015.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. Criminalização de vítimas da imprensa: considerações sobre a ética jornalística. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, vol. XXVIII, nº 1, janeiro/junho de 2005.
- CORTELLA, Mario Sergio. **O professor e a leitura do jornal**. 2002. Disponível em: <http://alb.org.br/arquivo-morto/anais-jornal/jornal1/Palestras/MarioSergioCortella.htm>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- DOXA – Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública. Disponível em: <http://doxa.iesp.uerj.br/bem-vindo-ao-doxa/>. Acesso em: jul. 2020.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Quando a agricultura familiar é camponesa**. Seminário Internacional Por que e como apoiar as agriculturas camponesas na América Latina? La Paz, Clacso: out. 2013. p. 1-18.

FLORIANI, D. **Conhecimento, meio ambiente & globalização**. Curitiba: Juruá, 2004.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GARRÉ, Bárbara Hees. Notas sobre a Educação Ambiental numa perspectiva midiática: uma possibilidade de gerenciamento da vida. **Anped Sul** – Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Histórico da legislação ambiental brasileira**. Ministério da Economia, Brasília, DF.

KARAM, Francisco José C. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KATUTA, Ângela M.; ELY, Deise F.; PAULINO, Eliane T.; CUNHA, Fábio C. A.; ANTONELLO, Ideni T. (org.). **Geografia e mídia impressa**. Londrina: Moriá, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARTINS, José de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1994. MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**. 3.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NEVES, Flora. **Telejornalismo e poder nas eleições presidenciais**. São Paulo: Summus, 2008.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Imagem: Cognição, semiótica, mídia**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.

O ESTADO DE S. PAULO. **Edições 2009-2019**. Relação completa no Apêndice A.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês**. Agrária, São Paulo, n.12, p.3-113, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Barbárie e modernidade**: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Terra Livre, São Paulo, 21, 113-156, jul./dez. 2003.

OSTROVSKI, Dalésio; OSTROVSKI, Crizieli. O jornal como recurso pedagógico no ensino da Geografia. **Educere**. Curitiba: PUCPR, 26 out. 2015 a 29 out. 2015.

PAULINO, Eliane Tomiasi. The agricultural, environmental and socio-political repercussions of Brazil's land governance system. **Land Use Policy**, n. 36, p. 134-144, 2014.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **A questão agrária na mídia impressa**. In: KATUTA, Ângela. *et al.* (Geo)grafando o território: a mídia impressa no ensino de geografia. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 23-30. Disponível em: <<http://www.uel.br/laboratorios/latec/arquivos/cartilha3.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi. A mudança do Código Florestal Brasileiro: em jogo a função social da propriedade. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 7, n. 13, p. 40-64, fev., 2012.

SOUZA, Jonas Dias de. O Direito Ambiental como questão geográfica. **Caderno de Geografia**, v.26, n.46, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Registros de busca

Quadro 3 – Lista de todos os registros de busca da pesquisa

#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
1	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	04 de junho de 2009	16h29	Bruno Versolato, especial para O Estado de S.Paulo	Múltiplas visões sobre o meio ambiente no Brasil	Personalidades com conhecimento na área dizem o que melhorou e o que piorou no último ano no País	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,multiplas-visoes-sobre-o-meio-ambiente-no-brasil,382385
2	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (repetido com #1)	Notícia	E-mails	05 de junho de 2009	00h00	BRUNO VERSOLATO - O ESTADO DE S.PAULO	Múltiplas visões sobre o ambiente	Cinco personalidades com conhecimento na área dizem o que melhorou e o que piorou no último ano no País	https://e-mails.estadao.com.br/noticias/geral,multiplas-visoes-sobre-o-ambiente,382614
3	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Blog	Sustentabilidade	07 de outubro de 2009	00h35	Rodrigo Martins	Agronegócio, sustentável ou não?		https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/andrevialli/agronegocio-sustentavel-ou-nao/
4	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Geral	03 de novembro de 2009	00h00	Xico Graziano, O Estado de S.Paulo	Querela florestal	Aumenta a confusão sobre o Código Florestal. Agenda desastrosa. Ao invés de encontrar soluções, o governo cria novos problemas, acirrando a briga entre ambientalistas e ruralistas. A mídia se delicia.	https://www.estadao.com.br/noticias/geral,querela-florestal,460247
5	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	11 de dezembro de 2009	15h47	Agência Brasil,	Decreto adia regra ambiental e prevê anistia para multas	Adesão ao programa Mais Ambiente suspenderá a cobrança das multas aplicadas por desmatamento ilegal	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,decreto-adia-regra-ambiental-e-preve-anistia-para-multas,480591
6	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (agenda do dia)	Notícia	Geral	05 de junho de 2010	00h00	, O Estado de S.Paulo	Agenda	Dia de hackers, protesto e Reciclagem	https://www.estadao.com.br/noticias/geral,agenda-imp-561832
7	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (repetido com #6)	Notícia	Sustentabilidade	05 de junho de 2010	00h48	Fernanda Fava, especial para O Estado	Dia de hackers, protesto e reciclagem	Confira programação nas principais cidades do País para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,dia-de-hackers-protesto-e-reciclagem,561825
8	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	08 de junho de 2010	17h05	estadao.com.br	Rebello diz que lei florestal pune	O deputado ainda afirmou que as organizações ambientais internacionais trabalham contra o desenvolvimento	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,rebello-diz-que-lei-florestal-

#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
								produtor e volta a atacar ONGs		pune-produtor-e-volta-a-atacar-ongs.563435
9	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	09 de junho de 2010	16h00	estadao.com.br	Encerrada leitura do relatório sobre as alterações no Código Florestal	Deputados vão pedir vistas ao texto de Aldo Rebelo; próxima reunião será na terça-feira	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/en-cerrada-leitura-do-relatorio-sobre-as-alteracoes-no-codigo-florestal.563968
10	"código florestal" "1.876"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	21 de junho de 2010	00h00	Denis Lerrer Rosenfield, O Estado de S.Paulo	Código Florestal	Se você não leu, recomendo a leitura da apresentação do parecer do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei n.º 1.876/99, relativo ao Código Florestal. Além de um texto muito bem escrito, você poderá ficar vacinado contra as hipocrisias que têm sido ditas a propósito dele. O deputado insere-se na melhor tradição brasileira de defesa da soberania nacional.	https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.codigo-florestal-imp-.569698
11	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	06 de julho de 2010	14h52	estadao.com.br	Comissão aprova texto principal do Código Florestal	Os deputados a favor e os produtores rurais se levantaram e gritaram 'Brasil, Brasil '	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral.comissao-aprova-texto-principal-do-codigo-florestal.577220
12	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Geral	17 de setembro de 2010	02h05	Marcos Sá Corrêa, O Estado de S.Paulo	O Dia da Árvore deveria se chamar Dia da Muda	O País comemora na próxima semana mais um aniversário de seu atraso ambiental. É o Dia da Árvore.	https://www.estadao.com.br/noticias/geral.o-dia-da-arvore-deveria-se-chamar-dia-da-muda-imp-.611152
13	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	05 de novembro de 2010	20h34	Agência Câmara	Ruralistas traçam estratégia para votar Código Florestal já	Eles querem aprovar o texto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) sem modificações	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral.ruralistas-tracam-estrategia-para-votar-codigo-florestal-ja.635328
14	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Geral	14 de janeiro de 2011	00h00	Marcos Sá Corrêa, O Estado de S.Paulo	Não é a chuva que deve ir para a cadeia	Das surpresas do clima, quem pode falar por todos os políticos com conhecimento de causa são os faraós egípcios. Eles, como o ex-presidente Lula, agiam como enviados do céu à Terra. E, ao contrário do ex-presidente Lula, não falam desde que saíram de cena, a não ser por intermédio de escribas e hieróglifos.	https://www.estadao.com.br/noticias/geral.nao-e-a-chuva-que-deve-ir-para-a-cadeia-imp-.666012
15	"código florestal" "1876"	Excluído (opinião do leitor)	Cartas	Opinião	15 de janeiro de 2011	00h56	, O Estado de S.Paulo	Cartas - 15/01/2011		https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.cartas-15012011-imp-.666547
16	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	28 de março de 2011	14h36	GUSTAVO PORTO, Agência Estado	Rebelo deve ceder a ruralistas no Código Florestal	O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) deverá ceder às pressões e promover novas alterações pedidas por ruralistas no substitutivo que altera o Código Florestal	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral.rebelo-deve-ceder-a-ruralistas-no-codigo-florestal.698376

#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
									Brasileiro, afirmaram hoje parlamentares em uma reunião sobre o tema em Ribeirão Preto (SP). O substitutivo ao projeto de lei número 1876, de 1999, foi elaborado no ano passado por uma comissão criada na Câmara e relatado por Rebelo, mas ainda passa por alterações antes de ser votado, o que deve ocorrer no início de abril.	
17	"código florestal" "1.876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	28 de março de 2011	14h56	GUSTAVO PORTO, Agência Estado	Mendes: 7 partidos apoiam mudança no Código Florestal	O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Moreira Mendes (PPS-RO), afirmou hoje que as bancadas de sete partidos - PMDB, PTB, PR, PP, PSC, PSB e DEM - já definiram o apoio ao substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) que promove mudanças no Código Florestal Brasileiro. "Meu partido (PPS) tem 80% de deputados favoráveis e aguardamos ainda um posicionamento do PSDB e do PT", disse Mendes, em um encontro com produtores e entidades ruralistas em Ribeirão Preto (SP).	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mendes-7-partidos-apoiam-mudanca-no-codigo-florestal,698380
18	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	28 de março de 2011	19h20	Agência Câmara de Notícias	Líderes de 7 partidos decidem apoiar relatório de Aldo Rebelo	PMDB, PTB, PR, PP, PSC, PSB e DEM fecharam acordo em torno do substitutivo do Código Florestal relatado pelo deputado Aldo Rebelo	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/gerais,lideres-de-7-partidos-decidem-apoiar-relatorio-de-aldo-rebelo,698487
19	"código florestal" "1.876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	31 de março de 2011	16h03	AYR ALISKI, Agência Estado	Rebelo busca votar Código Florestal na semana que vem	O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), relator do substitutivo ao projeto de lei nº 1.876/99 - que cria um novo código florestal brasileiro -, está em intenso processo de negociação para chegar a um consenso e por o texto em votação logo no início de abril. "Creio que já avançamos em 90% da matéria", disse hoje o deputado. Nesta manhã, Rebelo esteve reunido com equipes dos Ministérios da Agricultura (MAPA) e do Meio Ambiente (MMA) debatendo os últimos pontos de divergência.	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,rebelo-busca-votar-codigo-florestal-na-semana-que-vem,700003
20	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	04 de abril de 2011	13h05	GUSTAVO PORTO, Agência Estado	PSDB voltará a discutir projeto do novo Código Florestal	A bancada do PSDB na Câmara volta a discutir o projeto do novo Código Florestal, relatado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), em uma reunião amanhã, às 10 horas. Na semana passada não houve uma posição dos tucanos porque Rebelo ainda não havia finalizado novas mudanças em seu projeto, um substitutivo ao	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-voltara-a-discutir-projeto-do-novo-codigo-florestal,701522

#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
									substitutivo ao projeto de lei 1876/99. O substitutivo foi criado a partir da comissão especial criada na Câmara no ano passado para discutir o tema, da qual Rebelo foi o relator.	
21	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	28 de abril de 2011	17h29	Gustavo Bonfiglioli, estadao.com.br	Atos anti-reforma do Código Florestal acontecem em cinco cidades do País	Carlos Minc, ex-ministro do Meio Ambiente, participou de ato na escadaria da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj)	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral atos-anti-reforma-do-codigo-florestal-acontecem-em-cinco-cidades-do-pais.712132
22	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Blog	Ciência	11 de maio de 2011	17h16	Estadão	Protesto na Sé		https://ciencia.estadao.com.br/blogs/planeta/em-brasil/
23	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	18 de maio de 2011	15h36	EVANDRO FADEL, Agência Estado	Movimento pede suspensão do Código e troca de relator	O movimento SOS Florestas Paraná, composto por várias entidades civis, movimentos sociais, parlamentares e instituições acadêmicas do Estado, divulgou hoje um manifesto em que pede a suspensão imediata da tramitação do Projeto de Lei 1876/99 (Código Florestal), o afastamento do relator do projeto, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e o início de uma discussão em todo o País sobre o assunto, assegurando-se a divulgação nos meios de comunicação. "Não é digno que se vote um projeto desconhecido de toda a sociedade", disse a coordenadora do movimento, Teresa Urban.	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral movimento-pede-suspensao-do-codigo-e-troca-de-relator.720948
24	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (repetido com #23)	Notícia	Política	18 de maio de 2011	15h36	EVANDRO FADEL, Agência Estado	Movimento pede suspensão do Código e troca de relator	O movimento SOS Florestas Paraná, composto por várias entidades civis, movimentos sociais, parlamentares e instituições acadêmicas do Estado, divulgou hoje um manifesto em que pede a suspensão imediata da tramitação do Projeto de Lei 1876/99 (Código Florestal), o afastamento do relator do projeto, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e o início de uma discussão em todo o País sobre o assunto, assegurando-se a divulgação nos meios de comunicação. "Não é digno que se vote um projeto desconhecido de toda a sociedade", disse a coordenadora do movimento, Teresa Urban.	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral movimento-pede-suspensao-do-codigo-e-troca-de-relator.720948

#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
25	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	18 de maio de 2011	16h36	Agência Câmara	Relator negocia Código Florestal para votação ainda hoje	Relator do substitutivo para lei florestal se reúne na tarde desta quarta-feira com ruralistas	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral.relator-negocia-codigo-florestal-para-votacao-ainda-hoje.720973
26	"código florestal" "1.876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	26 de maio de 2011	17h53	Agência FAPESP e Planeta,	Entidades científicas pedem mais dois anos de debate sobre Código Florestal	SPBC e Academia Brasileira de Ciências também reclamam da falta de participação da comunidade científica no relatório	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral.entidades-cientificas-pedem-mais-dois-anos-de-debate-sobre-codigo-florestal.724466
27	"código florestal" "1876"	Excluído (opinião do leitor)	Cartas	Opinião	03 de junho de 2011	00h00	, O Estado de S.Paulo	Cartas - 03/06/2011		https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.cartas-03062011-imp-.727352
28	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	12 de julho de 2011	00h55	Xico Graziano, O Estado de S.Paulo	Sinuca de bico	Dois grandes desafios, historicamente opostos, afligem a humanidade: alimentar a crescente população e preservar o meio ambiente. Nesse dilema civilizatório inexistente solução fácil. Tempos difíceis se aproximam.	https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.sinuca-de-bico-imp-.743747
29	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Blog	Economia	21 de setembro de 2011	08h00	Estadão	Dia da Árvore: eventos discutem restauração florestal		https://economia.estadao.com.br/blogs/agricola/dia-da-arvore-eventos-discutem-restauracao-florestal/
30	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (opinião do leitor)	Fórum dos Leitores	Opinião	01 de dezembro de 2011	03h05	O Estado de S.Paulo	Fórum dos Leitores		https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.forum-dos-leitores-imp-.805223
31	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	29 de fevereiro de 2012	14h47		Experiências fornecem dicas para modelo nacional	Somente na Mata Atlântica já existem quase 80 projetos de PSA, a maioria para a produção de água	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral.experiencias-fornecem-dicas-para-modelo-nacional.842167
32	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	20 de março de 2012	17h53	Agência Câmara	Líder do governo vai propor votar Lei da Copa nesta terça	Em reunião com líderes partidários na Câmara, Chinaglia busca consenso para decidir votação do texto e do Código Florestal	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral.lider-do-governo-vai-propor-votar-lei-da-copa-nesta-terca.851022
33	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	28 de março de 2012	15h22	Agência Câmara	Câmara vota Lei Geral da Copa e deixa decisão sobre Código Florestal para abril	Acordo fechado entre líderes e o presidente da Casa superou impasse que atrapalhou votações	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral.camara-vota-lei-geral-da-copa-e-deixa-decisao-sobre-codigo-florestal-para-abril.854520
34	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	25 de abril de 2012	18h58	Estadão.com.br, com informações da	Câmara aprova texto básico do Código Florestal	Relatório de Paulo Piau (PMDB-MG) favorece a bancada ruralista; texto vai a sanção presidencial	https://politica.estadao.com.br/noticias/politica.camara-aprova-texto-basico-do-codigo-florestal.865335

#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
							Agência Câmara,			
35	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	25 de abril de 2012	19h34	Estadão.com.br, com Agência Câmara, atualizado às 21h40	Novo texto do Código Florestal é aprovado na Câmara dos Deputados	Relatório de Paulo Piau (PMDB-MG) favorece a bancada ruralista; texto vai a sanção presidencial	https://politica.estadao.com.br/noticias/politica.novo-texto-do-codigo-florestal-e-aprovado-na-camara-dos-deputados.865345
36	"código florestal" "1876"	Excluído (repetido com #35)	Notícia	Política	25 de abril de 2012	19h47	Estadão.com.br, com Agência Câmara, atualizado às 23h22	Novo texto do Código Florestal é aprovado na Câmara dos Deputados	Relatório de Paulo Piau (PMDB-MG) favorece a bancada ruralista; texto vai a sanção presidencial	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral.novo-texto-do-codigo-florestal-e-aprovado-na-camara-dos-deputados.865352
37	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	29 de maio de 2012	03h07	Nico Graziano,	Código Florestal, o Retorno'	Entre tantas dúvidas sobre o Código Florestal, uma certeza a agricultor José Batistela carrega: ele não precisa, nem quer, ser anistiado. Ninguém jamais o convencerá de que incorreu em crime ambiental ao abrir as fronteiras agrícolas do Brasil. Julga tal suposição uma afronta ao seu caráter.	https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral.codigo-florestal-o-retorno-imp-.879328
38	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Geral	29 de maio de 2012	09h06	REUTERS	Planalto retifica MP do Código Florestal	O governo retificou nesta terça-feira a redação de um inciso da medida provisória do Código Florestal a respeito da recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs).	https://www.estadao.com.br/noticias/geral.planalto-retifica-mp-do-codigo-florestal.879428
39	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Política	29 de maio de 2012	16h25	Eduardo Bresciani, do estadão.com.br	Senador do PMDB será relator da MP do Código Florestal	Luiz Henrique (SC) já teve encontro com a ministra do Meio Ambiente para discutir texto que altera projeto aprovado na Câmara	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral.senador-do-pmdb-sera-relator-da-mp-do-codigo-florestal.879574
40	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Ciência	02 de junho de 2012	18h45	Roberta Pennafort e Clarissa Thomé, de O Estado de S. Paulo,	A voz da Geração +20	Em entrevista ao 'Estado', sete jovens que nasceram na época da Eco-92 mostram-se otimistas - e críticos - diante dos desafios verdes	https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral.a-voz-da-geracao-20.881496
41	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Política	05 de junho de 2012	10h11	Agência Senado,	Senado apresenta 620 emendas que alteram novo Código Florestal	Medida provisória introduz mais de 30 alterações; comissão se reunirá para avaliar projeto hoje	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral.senado-apresenta-620-emendas-que-alteram-novo-codigo-florestal.882585
42	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (opinião do leitor)	Fórum dos Leitores	Opinião	15 de junho de 2012	03h09	O Estado de S.Paulo	Fórum dos Leitores		https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral.forum-dos-leitores-imp-.886650
43	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Política	12 de julho de 2012	17h41	EQUIPE AE, Agência Estado	Comissão aprova texto da MP que altera Código Florestal	A Comissão Mista do Congresso que analisa a Medida Provisória (MP) 571/2012, que alterou o novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), acabou de aprovar o relatório	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral.comissao-aprova-texto-da-mp-que

#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
									do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) sobre o assunto. Foram 16 votos favoráveis e 4 obstruções.	altera-codigo-florestal.899419
44	"código florestal" "12.651"	Excluído (repetido com #43)	Notícia	Política	12 de julho de 2012	17h42	Equipe AE,	Comissão aprova relatório sobre MP que altera Código Florestal	Relatório do senador Luiz Henrique foi aprovado com 16 votos favoráveis contra 4	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/comissao-aprova-relatorio-sobre-mp-que-altera-codigo-florestal.899420
45	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	25 de setembro de 2012	18h24	Agência Senado	Senado aprova Medida Provisória que altera o Código Florestal	Versão tem alterações feitas por comissão mista; texto segue para sanção da presidente Dilma	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/senado-aprova-medida-provisoria-que-altera-o-codigo-florestal.935751
46	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	03 de outubro de 2012	03h01	Giovana Girardi, O Estado de S.Paulo	Vácuos na lei florestal podem ser evitados com vetos na MP do Código	Para especialistas em direito, Constituição e regulamentações podem resolver dúvidas	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/vacuos-na-lei-florestal-podem-ser-evitados-com-vetos-na-mp-do-codigo-imp-.939240
47	"código florestal" "12.651"	Excluído (repetido com #46)	Notícia	Geral	03 de outubro de 2012	10h09	GIOVANA GIRARDI, Agência Estado	Vácuos na lei florestal podem ser evitados	Se a presidente Dilma Rousseff vetar pontos da medida provisória do Código Florestal que foram alterados pela Câmara dos Deputados, isso não necessariamente causará os temidos vácuos jurídicos sobre a questão. A opinião é de especialistas em direito ambiental. Para o jurista Paulo Affonso Leme Machado, um dos criadores do direito ambiental no Brasil e autor do livro Novo Código Florestal, que traz comentários à Lei 12.651, aprovada em maio deste ano com vetos de Dilma, a solução para o principal ponto de discórdia - a recomposição de mata ciliar desmatada ilegalmente - está na Constituição Federal.	https://www.estadao.com.br/noticias/geral/vacuos-na-lei-florestal-podem-ser-evitados.939507
48	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	18 de outubro de 2012	08h53	Sandra Manfrini,	Decreto publicado no Diário Oficial traz lei com texto do novo Código Florestal	O ponto de maior divergência, a chamada 'escadinha', que trata da área de recuperação de florestas nas margens dos rios, recebeu o veto da presidente Dilma Rousseff	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/decreto-publicado-no-diario-oficial-traz-lei-com-texto-do-novo-codigo-florestal.947309
49	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	26 de outubro de 2012	15h22	Ayr Aliski - Agência Estado,	Governo e entidades privadas renovam a moratória da soja	Área de soja localizada em região de desmate na Amazônia corresponde a 0,41%	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/governo-e-entidades-privadas-renovam-a-moratoria-da-soja.951349

#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
50	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	09 de abril de 2013	02h06	Aldo Rebelo *	O MP e o Código Florestal	Na história recente do Congresso Nacional, nenhuma lei foi tão debatida, internamente e em audiências públicas, quanto a do novo Código Florestal. Foram dez anos de discussões e consultas à sociedade. Como todo acordo razoável, o resultado final não agradou inteiramente às partes, grosseira e impropriamente polarizadas em ruralistas e ambientalistas. Mas a lei veio à luz para cumprir o seu papel ambivalente de zelar pela conservação do meio ambiente e tornar viável a atividade agropecuária.	https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,o-mp-e-o-codigo-florestal-imp-.1018654
51	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Política	22 de maio de 2013	09h45	LUCI RIBEIRO, Agência Estado	Governo cria grupo com foco no Código Florestal	A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, instituiu, nesta quarta-feira, 22, por meio de portaria, o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Implementação do Código Florestal. O objetivo da iniciativa é acompanhar a elaboração dos regulamentos do novo código, criado pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-cria-grupo-com-foco-no-codigo-florestal,1034398
52	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	07 de janeiro de 2014	02h05	Xico Graziano*, O Estado de S.Paulo	Cadastro Ambiental Rural	Os agricultores do Brasil receberam um presentão de ano-novo: o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Terão, doravante, de desembulhar o pacote completo do Código Florestal, regularizando suas propriedades rurais no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Dureza ecológica.	https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,cadastro-ambiental-rural-imp-.1115702
53	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Geral	20 de agosto de 2014	14h55	Luiz Gustavo Bezerra*, O Estado de S. Paulo	A missão de colocar o novo Código Florestal em prática	Artigo originalmente publicado no Estadão Noite	https://www.estadao.com.br/noticias/geral,a-missao-de-colocar-o-novo-codigo-florestal-em-pratica,1546814
54	"código florestal" "12.651"	Excluído (opinião do leitor)	Fórum dos Leitores	Opinião	06 de janeiro de 2015	02h05	O Estado de S.Paulo	Fórum dos Leitores		https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores-imp-,1615965
55	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (repetido com #54)	Fórum dos Leitores	Opinião	06 de janeiro de 2015	02h05	O Estado de S.Paulo	Fórum dos Leitores		https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores-imp-,1615965
56	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	17 de setembro de 2016	03h05	O Estado de S.Paulo	O STF, o STJ e o Novo Código Florestal	Ações nos tribunais superiores ameaçam cerca de 4,6 milhões de pequenos agricultores	https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,o-stf-o-stj-e-o-novo-codigo-florestal,1000076503
57	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	18 de setembro de 2016	03h07	O Estado de S.Paulo	Código Florestal em risco	Nessa semana, o Brasil deu um importante passo rumo à sustentabilidade ambiental	https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,codigo-

#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
										florestal-em-risco,1000076612
58	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	08 de fevereiro de 2017	20h27	Giovana Girardi e Rafael Moura, O Estado de S.Paulo	Fux considera só 3 pontos do novo Código Florestal inconstitucionais	O mais importante deles é o que liberava de multas os proprietários de terra que aderirem ao Programa de Regularização Ambiental	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral.fux-considera-so-3-pontos-do-novo-codigo-florestal-inconstitucionais,70002077325
59	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	13 de fevereiro de 2017	05h00	O Estado de S.Paulo	Ordem no campo	O registro eletrônico obrigatório no CAR levou os imóveis rurais à legalidade	https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.ordem-no-campo,70001663071
60	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	06 de abril de 2017	04h50	Priscila Santos Artigas*	Retrocesso em pauta		https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/retrocesso-em-pauta/
61	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	24 de abril de 2017	03h02	O Estado de S.Paulo	A lei ambiental e a democracia	Para surpresa de muita gente que tenta regularizar sua propriedade rural, alguns membros do Ministério Público do Estado de São Paulo têm buscado restringir, por via judicial ou extrajudicial, a aplicação do Código Florestal (Lei 12.651/2012), como se ele não expressasse devidamente o interesse público	https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.a-lei-ambiental-e-a-democracia,70001749238
62	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Coluna	Economia	14 de maio de 2017	05h00	Roberto Rodrigues, O Estado de S.Paulo	Só falta a lei funcionar	O Novo Código Florestal representou extraordinário avanço para o País	https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.so-falta-a-lei-funcionar,70001779714
63	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	04 de junho de 2017	05h00	O Estado de S.Paulo	Quem preserva o meio ambiente	Fatia de terras preservadas em propriedades rurais por agricultores no Estado de São Paulo é maior do que todas as reservas indígenas e unidades de conservação juntas	https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.quem-preserva-o-meio-ambiente,70001825100
64	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	05 de junho de 2017	03h00	*Evaristo de Miranda, O Estado de S. Paulo	Agricultura lidera preservação no Brasil	Ninguém preserva mais a vegetação nativa do que os produtores rurais	https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.agricultura-lidera-preservacao-no-brasil,70001826064
65	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	08 de agosto de 2017	05h00	Luciana Lanna e Erika Breyer	O código florestal e o desmatamento		https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-codigo-florestal-e-o-desmatamento/
66	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	12 de setembro de 2017	03h10	*Evaristo E. de Miranda, O Estado de S.Paulo	Meio ambiente e agricultura ameaçados	É fundamental o STF declarar constitucionais os artigos contestados do Código Florestal	https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.meio-ambiente-e-agricultura-ameacados,70001987457

#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editória	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
67	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Sustentabilidade	13 de setembro de 2017	06h30	Giovana Girardi	STF começa a julgar se novo código florestal é legal ou não	Supremo vai avaliar quatro ações diretas de inconstitucionalidade que questionam dispositivos da lei de 2012 que revogou o Código Florestal e flexibilizou as regras de proteção de florestas em áreas privadas	https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/stf-comeca-a-julgar-se-novo-codigo-florestal-e-legal-ou-nao/
68	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	18 de setembro de 2017	03h00	O Estado de S.Paulo	Segurança jurídica e ambiental	O julgamento no STF da validade do Código Florestal deve despertar interesse nos cidadãos preocupados com o equilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e a preservação ambiental	https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,seguranca-juridica-e-ambiental,70002005320
69	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Blog	Sustentabilidade	06 de outubro de 2017	03h00	Giovana Girardi	'Meu autoritarismo é ampliar o diálogo', diz novo secretário do Meio Ambiente	Maurício Brusadin fala sobre os planos de arrendar áreas do Instituto Florestal, de investir nas comunidades para que elas 'abracem florestas' e de criar uma estratégia de adaptação às mudanças climáticas	https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/meu-autoritarismo-e-ampliar-o-dialogo-diz-secretario-do-meio-ambiente/
70	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Sustentabilidade	10 de outubro de 2017	14h36	Equipe IDS	Código Florestal inaugurou período de maior retrocesso socioambiental, diz ambientalista		https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/mais-democracia-mais-sustentabilidade/codigo-florestal-inaugurou-periodo-de-maior-retrocesso-socioambiental-do-pais-diz-ambientalista/
71	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	11 de outubro de 2017	19h10	Da Redação	Supremo decide se punições a parlamentares devem passar pelo Congresso	Partidos políticos pedem que sanções como prisão preventiva e medidas cautelares, quando aplicadas contra parlamentares, sejam submetidas ao Congresso Nacional em 24 horas	https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/ao-vivo-assista-a-sessao-do-supremo-tribunal-federal/
72	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	25 de fevereiro de 2018	03h02	O Estado de S.Paulo	Irresponsabilidade com o campo	O Código Florestal afeta o desenvolvimento econômico, ambiental e social do País	https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,irresponsabilidade-com-o-campo,70002202972
73	"código florestal" "12.651"	Excluído (opinião do leitor)	Fórum dos Leitores	Opinião	28 de fevereiro de 2018	03h02	O Estado de S.Paulo	Fórum dos Leitores		https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70002206621
74	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	28 de fevereiro de 2018	03h35	Luciana Lanna	Para compreender o julgamento do novo Código Florestal		https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/para-compreender-o-julgamento-do-novo-codigo-florestal/
75	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	28 de fevereiro de 2018	14h25	Luiz Vassallo	DIRETO DO PLENÁRIO: Supremo decide sobre mudança	Na pauta desta quarta-feira, 28, também constam ações que questionam a constitucionalidade do Código Florestal	https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/direto-do-plenario-supremo-decide-sobre-

#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
								de nome e gênero sem cirurgia		mudanca-de-nome-e-genero-sem-cirurgia/
76	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	28 de fevereiro de 2018	16h07	Giovana Girardi, Amanda Pupo e Teo Cury, O Estado de S.Paulo	STF considera anistia a desmatadores do novo Código Florestal	Nos principais itens questionados, considerou-se que não fere a Constituição os artigos da lei que anistiavam de multa e de outras obrigações quem desmatou ilegalmente até julho de 2008, mas havia aderido ao programa de regularização ambiental	https://sustentabilidade.estado.com.br/noticias/geral.stf-considera-constitucional-anistia-a-desmatadores-oferecida-por-novo-codigo-florestal.70002207998
77	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	02 de março de 2018	03h00	O Estado de S.Paulo	Confirmação do Código Florestal	O Supremo Tribunal Federal pôs término ao longo período de insegurança jurídica	https://opinio.estado.com.br/noticias/geral.confirmacao-do-codigo-florestal.70002210089
78	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Política	29 de agosto de 2018	05h00	Camila Turtelli e Paulo Beraldo, O Estado de S.Paulo	Por apoio nas eleições 2018, agronegócio cobra compromisso de candidatos à Presidência	Entidades apresentam propostas do setor aos presidencialistas, como o fim do tabelamento do frete, nesta quarta-feira, 29, em Brasília	https://politica.estado.com.br/noticias/eleicoes-por-apoio-nas-eleicoes-2018-agronegocio-cobra-compromisso-de-candidatos-a-presidencia.70002477768
79	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	04 de setembro de 2018	08h04	REDAÇÃO	A nova agenda dos recursos hídricos e a crise brasileira		https://politica.estado.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/a-nova-agenda-dos-recursos-hidricos-e-a-crise-brasileira/
80	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	30 de setembro de 2018	03h00	O Estado de S.Paulo	Mérito do produtor rural	Estudo da Embrapa desmitifica a frequente acusação de que o agronegócio seria um dos grandes inimigos do meio ambiente	https://opinio.estado.com.br/noticias/geral.merito-do-produtor-rural.70002525188
81	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	15 de outubro de 2018	03h00	Evaristo de Miranda, O Estado de S.Paulo	A agricultura paulista nas mãos da Justiça	Como um agricultor poderia preservar a vegetação nativa com base em leis futuras?	https://opinio.estado.com.br/noticias/geral.a-agricultura-paulista-nas-maos-da-justica.70002547343
82	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	07 de novembro de 2018	03h30	Evaristo de Miranda, doutor em Ecologia	O presidente e a Amazônia	Desafio é fazer cumprir o Código Florestal e garantir a gestão das áreas já atribuídas	https://opinio.estado.com.br/noticias/geral.o-presidente-e-a-amazonia.70002590843
83	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	20 de novembro de 2018	03h00	O Estado de S.Paulo	A jurisprudência e a lei	Os tribunais e cortes superiores têm a missão de uniformizar a aplicação da lei. O papel do Judiciário não é criar novas obrigações e tampouco novas leis	https://opinio.estado.com.br/noticias/geral.a-jurisprudencia-e-a-lei.70002613889
84	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	13 de janeiro de 2019	05h00	Juliana Pretto*	Imóveis rurais: afinal, qual o status do CAR e do PRA?		https://politica.estado.com.br/blogs/fausto-macedo/imoveis-rurais-afinal-qual-o-status-do-car-e-do-pra/

#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
85	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	27 de fevereiro de 2019	04h00	Antonio Carlos Petto Jr. e Adriana Fausto*	Vende-se reserva ambiental?		https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/vende-se-reserva-ambiental/
86	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	15 de abril de 2019	04h00	Olivia Garcia de Carvalho de Freitas*	Inexigibilidade do CAR sobre os imóveis utilizados em operações de energia elétrica		https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/inexigibilidade-do-car-sobre-os-imoveis-utilizados-em-operacoes-de-energia-eletrica/
87	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Política	07 de maio de 2019	19h21	André Borges, O Estado de S.Paulo	Maia: Lei do Licenciamento só vai a plenário depois de todos serem ouvidos	Mais de 80 organizações não governamentais ligadas ao meio ambiente divulgaram nota de repúdio contra o projeto que altera as regras do licenciamento ambiental	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/maia-lei-do-licenciamento-so-vai-a-plenario-depois-de-todos-serem-ouvidos,70002819634
88	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Economia	27 de maio de 2019	05h00	Coluna do Broad Agro, O Estado de S. Paulo	Debêntures vão bancar investimento no RenovaBio	Os recursos devem ser utilizados inicialmente para aumentar a produtividade da indústria sucroalcooleira	https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/debentures-vao-bancar-investimento-no-renovabio,70002844712
89	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	14 de junho de 2019	21h52	Giovana Girardi, O Estado de S.Paulo	Bolsonaro edita nova MP que altera Código Florestal	Pela proposta, a obrigatoriedade de proprietários de terra fazerem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) fica sem prazo	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/bolsonaro-edita-nova-mp-que-altera-codigo-florestal,70002873423
90	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	23 de agosto de 2019	17h28	Julia Lindner, O Estado de S. Paulo	Governo orienta embaixadas a defender políticas de Bolsonaro para Amazônia	No texto, governo diz que mudanças no Fundo Amazônia ocorreram para torná-lo 'mais eficaz'; leia íntegra do documento	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/governo-orienta-embaixadas-a-defender-politicas-de-bolsonaro-para-amazonia,70002979769
91	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Blog	Política	27 de agosto de 2019	16h17	Paulo Roberto Netto	Após críticas a Bolsonaro, Marina Silva é alvo de boato falso sobre desmatamento	Desinformação antiga voltou a circular e afirma falsamente que marido da ex-ministra é um dos 'maiores desmatadores da Amazônia'	https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/apos-criticas-a-bolsonaro-marina-silva-e-alvo-de-boato-falso-sobre-desmatamento/
92	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	06 de setembro de 2019	23h58	André Borges, O Estado de S.Paulo	Ambientalistas dizem que nova MP abre brecha para regularização ambiental automática de produtor	Especialistas dizem que texto pode inviabilizar avanços conquistados pelo novo Código Florestal. Item incluído passou a permitir regularização automática por decurso de prazo	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/ambientalistas-dizem-que-nova-mp-abre-brecha-para-regularizacao-ambiental-automatica-de-produtor,70003000611

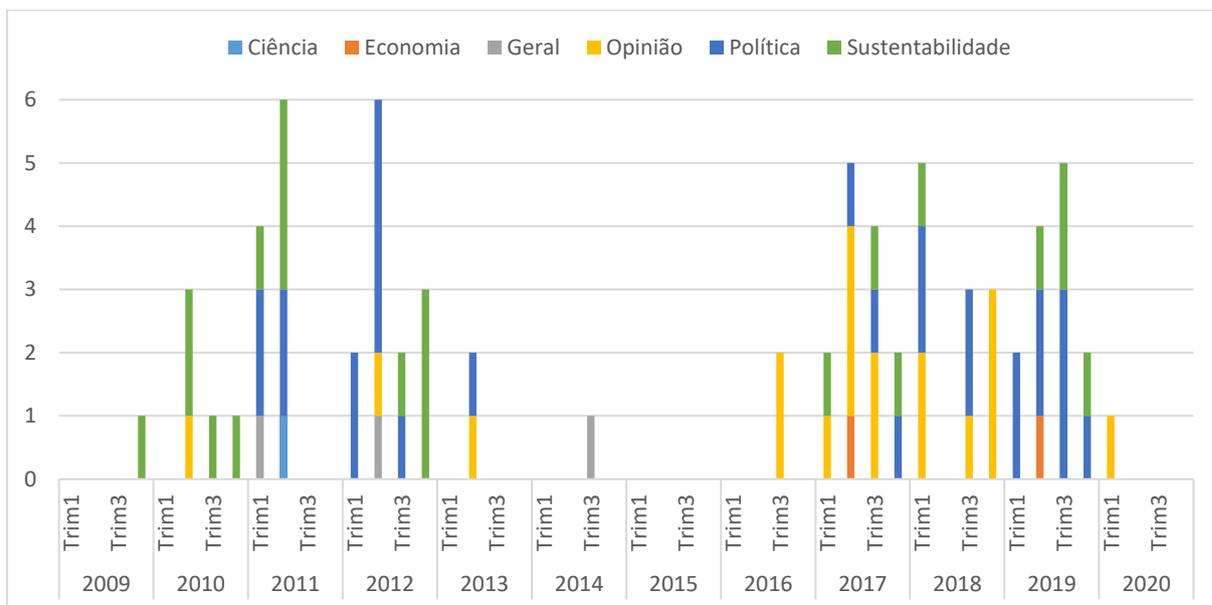
#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editória	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
93	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	18 de setembro de 2019	10h00	Francisco de Godoy Bueno*	Código Florestal: o emaranhado no direito ambiental brasileiro		https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/codigo-florestal-o-emaranhado-no-direito-ambiental-brasileiro/
94	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	25 de setembro de 2019	08h00	Paulo de Bessa Antunes*	A importância do Código Florestal no atual contexto brasileiro		https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-importancia-do-codigo-florestal-no-atual-contexto-brasileiro/
95	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	07 de outubro de 2019	05h00	Vitória Carone Bellodi e Nina Chaim Meloni*	A necessária educação ambiental à sociedade civil		https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-necessaria-educacao-ambiental-a-sociedade-civil/
96	"código florestal" "educação ambiental" (repetido com #95)	Excluído	Blog	Política	07 de outubro de 2019	05h00	Vitória Carone Bellodi e Nina Chaim Meloni*	A necessária educação ambiental à sociedade civil		https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-necessaria-educacao-ambiental-a-sociedade-civil/
97	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	19 de dezembro de 2019	22h12	Emilly Behnke, O Estado de S.Paulo	Bolsonaro flexibiliza agricultura em áreas da Mata Atlântica	Acredito que é muito bom para o Brasil, muito bom para a produção e alimentos', disse o presidente. O texto vale para áreas que já eram utilizadas para esse fim antes de 22 de julho de 2008	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/bolsonaro-flexibiliza-agricultura-em-areas-da-mata-atlantica,70003132029
98	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	06 de fevereiro de 2020	03h00	André Guimarães e Marcello Brito*, O Estado de S.Paulo	Como não resolver a regularização fundiária na Amazônia	Quanto nos custou, até agora, a ausência de uma solução adequada para esse problema?	https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,como-nao-resolver-a-regularizacao-fundiaria-na-amazonia,70003186845

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE B

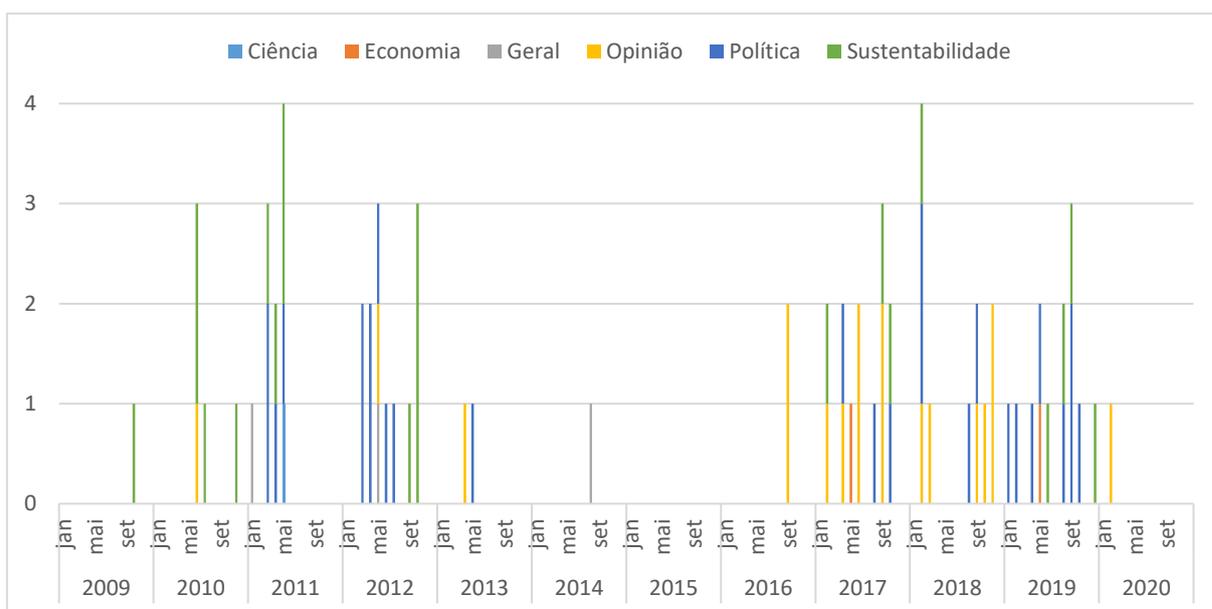
Frequência de publicação das notícias que compõem o corpus da pesquisa

Gráfico 1 – Histograma dos registros encontrados por trimestre e por editoria



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 2 – Histograma dos registros encontrados por mês e por editoria



Fonte: Elaborado pelo autor.

ANEXOS

ANEXO A

Fac-símile das capas e referidas reportagens do Estadão

O ESTADO DE S. PAULO

DOMINGO 13 DE MAIO DE 2010 R\$ 4,00* ANO 133, Nº 42572 EDIÇÃO DE 2010 estado.com.br

CDOMINGO

Heleno, o craque torto

Santoro dá vida ao ídolo do Botafogo nos anos 40



aliás,

Para o filósofo Marshall Berman, New York aprendeu a conviver e a se orgulhar de sua resistência ao terror

Vida

A filha chega aos 50 anos, mas seu novo amor é mal orientado. Pág. A24

TV

Sem siso, figuras do além conquistam o público

Classificados

12.608 ofertas 77 páginas

Esporte: Jayme Mirazares em novela do Globo

Crise europeia freia interesse dos mercados pelo Brasil

Prorrogamento das turbulências tende a tornar escassos os recursos para investimento em ativos de risco

A crise da Europa ameaça acabar com a luz de verde do mercado internacional para o Brasil. O prorrogação das turbulências tende a tornar escassos os recursos para aplicação em ativos de risco, como os brasileiros. As incertezas dos últimos dias já fizeram estragos no País. Os estrangeiros tiraram que R\$ 600 milhões da bolsa brasileira nos primeiros dias de maio.

A medida dilata de saída (cerca de R\$ 300 milhões), supera até mesmo a do primeiro momento da crise global. Em outubro de 2008, a medida dilata era de R\$ 122 milhões. No mercado futuro de câmbio, os estrangeiros passaram a apostar na desvalorização do real. Na sexta-feira, o dólar valeu R\$ 1,96, ante R\$ 1,92 no dia anterior. Outra evidência de que o sinal americano acabou de se reverter da

Olefinas, na sexta-feira, em uma reunião do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O Brasil tem sido o beneficiário principal das medidas tomadas pelo FMI e pelo Banco Mundial para conter a crise da Europa. Na sexta-feira, o dólar valeu R\$ 1,96, ante R\$ 1,92 no dia anterior. Outra evidência de que o sinal americano acabou de se reverter da

Na festa de Alckmin, PSDB ataca petistas

O lançamento da pré-candidatura de Geraldo Alckmin ao governo do Estado foi marcado por ataques ao PT. Fernando Henrique Cardoso disse que a Direção Nacional do PT é "uma espécie de 'mão limpa'". O presidente também fez referência indireta a suposta falta de preparo de Dilma Rousseff. "Governar não é correr de grã-duques", afirmou. NACIONAL/PÁG. A14 A15



GERALDO ALCKMIN

PRE-CANDIDATO DO PSDB

"Fazeremos de estar juntos, Serra e eu, lidando e trabalhando, por São Paulo e pelo Brasil"



Mercadante: BNDES ajuda o metrô de SP

O pré-candidato do PT ao governo de São Paulo rebateu afirmação do governador Alckmin de que a União não investiu no metrô. Segundo Mercadante, o BNDES destinou R\$ 1,6 bilhões para o Estado. NACIONAL/PÁG. A15



VEJO GILBERTO

Democracia ameaçada

Um país confiante no governo, encerra as acusações contra o ex-vice, mostra São Bernardo. NACIONAL/PÁG. A12

JOÃO BOSCO RABELLO

Código Florestal em xeque

É um parecer sobre a reforma, o deputado Aldo Rebelo reagiu com a seguinte declaração: "O Código Florestal em xeque é uma afronta ao Brasil". NACIONAL/PÁG. A12

FERRIZ: MALAN

Nós e os grejos

O prelo anterior os exemplos de crises de fédiva sobem para não deturpamos as coisas e para apoiar os direitos. ESPAÇO ABERTO/PÁG. A2

Tempo na capital

19º Máx. 20º Mín. 14º Máx. 16º Mín. 10º Máx. 12º Mín. 8º

NOTAS INFORMATIVAS

Uma sexta-feira dramática

O dia de semana representa cálculos para revolução de crise e das perspectivas de cura. PÁG. A3

VALEU A PENA CONFIAR E INVESTIR NO BRASIL.

Veja nas páginas 5, 6 e 7.

A12 Nacional DOMINGO 13 DE MAIO DE 2010

DIRETO DE BRASÍLIA JOÃO BOSCO RABELLO

Código florestal em xeque

Após seis meses, é audiente a proposta de reforma do Código Florestal com mudanças substanciais. O relatório aprovado em 2008 prevê a criação de uma comissão de especialistas para estudar a proposta. O projeto prevê a criação de uma comissão de especialistas para estudar a proposta. O projeto prevê a criação de uma comissão de especialistas para estudar a proposta.

Marina reage

A candidata do Partido Verde do Piauí, Marina Silva, reagiu contra a mudança no código florestal, embora ainda não tenham sido anunciadas. Ela concluiu os demais candidatos a se manifestarem em relação ao assunto e fez de sua blog uma tribuna de defesa da resistência a reforma. Marina afirma, pelo que já costuma ser a proposta de Aldo, que ela defende mais do que a reforma.

No DF, tudo igual

Em Brasília, após a eleição indireta do novo governador, tudo está como antes. O novo diretor da Companhia Energética de Brasília (CEB), Francisco Toledo, foi presidente da Comissão de Licitação da Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (Codelin), quando era presidente do Partido Brasileiro, o líder de Arruda. As condenações que submetem Toledo à detenção prometida também vigoram na sua gestão na Codelin. Toledo também tem o apoio de homens de confiança do ex-vice governador Paulo Octávio, o policial Marcelo Toledo, que, especifica-se, está na iminência de ter seu pedido de prisão expedido.

Acordo próximo

Depois de adiar a coroação de seu presidente, Michel Temer, como vice de Dilma Rousseff, o PMDB espera que até o final do mês o pré-candidato do PT em Minas, Fernando Pimentel, anuncie a saída da disputa e o apoio ao ex-ministro da Comunicação Helena Costa, selando a aliança para enfrentar o PSDB no Estado. Pimentel podia tempo para eleger um aliado de confiança para enfrentar a candidatura de Patrícia Alencar.

Jogando a tesha

A irrisão no governo é tanta com o presidente Omar Dimas - candidato ao governo do Paraná com apoio do PT - que há quem ache que ele criou sua confusão com a candidatura petista no Senado, Gláucia Hoffmann, depois de saber que seria derrotado pelo tucano Roberto Richa. Omar Dimas quer que a lista do Senado para 2010 seja aprovada, para evitar o PP e voltar a se apoiar no PSDB.

Agronegócio se divide entre Serra e Dilma

Presidenciáveis tentam mostrar intimidade com o setor de olho no eleitorado que responde por um quarto do Produto Interno Bruto



Aldo Rebelo

Os dois presidenciáveis pré-candidatos a presidente, José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), cumpriram nos últimos dias uma jornada no mundo do agronegócio. Procuram mostrar intimidade com o setor e apresentar propostas capazes de atender às demandas dos produtores rurais. Serra prometeu criar uma comissão de especialistas para estudar a proposta. Dilma prometeu criar uma comissão de especialistas para estudar a proposta.

Em Brasília, após a eleição indireta do novo governador, tudo está como antes. O novo diretor da Companhia Energética de Brasília (CEB), Francisco Toledo, foi presidente da Comissão de Licitação da Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (Codelin), quando era presidente do Partido Brasileiro, o líder de Arruda. As condenações que submetem Toledo à detenção prometida também vigoram na sua gestão na Codelin. Toledo também tem o apoio de homens de confiança do ex-vice governador Paulo Octávio, o policial Marcelo Toledo, que, especifica-se, está na iminência de ter seu pedido de prisão expedido.

Estorvo: Petista faz prorrogação por exposições para reduzir a desconfinação de ruralistas

Em Brasília, após a eleição indireta do novo governador, tudo está como antes. O novo diretor da Companhia Energética de Brasília (CEB), Francisco Toledo, foi presidente da Comissão de Licitação da Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (Codelin), quando era presidente do Partido Brasileiro, o líder de Arruda. As condenações que submetem Toledo à detenção prometida também vigoram na sua gestão na Codelin. Toledo também tem o apoio de homens de confiança do ex-vice governador Paulo Octávio, o policial Marcelo Toledo, que, especifica-se, está na iminência de ter seu pedido de prisão expedido.

OU ELE COMBATEMOS PRESIDENCIÁVEIS

Em Brasília, após a eleição indireta do novo governador, tudo está como antes. O novo diretor da Companhia Energética de Brasília (CEB), Francisco Toledo, foi presidente da Comissão de Licitação da Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (Codelin), quando era presidente do Partido Brasileiro, o líder de Arruda. As condenações que submetem Toledo à detenção prometida também vigoram na sua gestão na Codelin. Toledo também tem o apoio de homens de confiança do ex-vice governador Paulo Octávio, o policial Marcelo Toledo, que, especifica-se, está na iminência de ter seu pedido de prisão expedido.

- **Legislativa** Melhor cenário para os estados, especialmente no Centro-Oeste.
- **Mérida** Climbio mais favorável para as exportações.
- **Ambiente** Mudanças no Código Florestal, que obriga a usar 20% de áreas de floresta em cada propriedade rural.
- **Instituto** Fundação de cargo tributário, principalmente dos derivados da soja, como óleo e farelo.
- **Segurança** Mais segurança jurídica em propriedade rural.
- **Fiscalização** Melhor controle sanitário de produtos agrícolas.

Em Brasília, após a eleição indireta do novo governador, tudo está como antes. O novo diretor da Companhia Energética de Brasília (CEB), Francisco Toledo, foi presidente da Comissão de Licitação da Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (Codelin), quando era presidente do Partido Brasileiro, o líder de Arruda. As condenações que submetem Toledo à detenção prometida também vigoram na sua gestão na Codelin. Toledo também tem o apoio de homens de confiança do ex-vice governador Paulo Octávio, o policial Marcelo Toledo, que, especifica-se, está na iminência de ter seu pedido de prisão expedido.

Pré-candidatos ainda preparam seus programas

Em Brasília, após a eleição indireta do novo governador, tudo está como antes. O novo diretor da Companhia Energética de Brasília (CEB), Francisco Toledo, foi presidente da Comissão de Licitação da Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (Codelin), quando era presidente do Partido Brasileiro, o líder de Arruda. As condenações que submetem Toledo à detenção prometida também vigoram na sua gestão na Codelin. Toledo também tem o apoio de homens de confiança do ex-vice governador Paulo Octávio, o policial Marcelo Toledo, que, especifica-se, está na iminência de ter seu pedido de prisão expedido.

Potencial do setor

Em Brasília, após a eleição indireta do novo governador, tudo está como antes. O novo diretor da Companhia Energética de Brasília (CEB), Francisco Toledo, foi presidente da Comissão de Licitação da Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (Codelin), quando era presidente do Partido Brasileiro, o líder de Arruda. As condenações que submetem Toledo à detenção prometida também vigoram na sua gestão na Codelin. Toledo também tem o apoio de homens de confiança do ex-vice governador Paulo Octávio, o policial Marcelo Toledo, que, especifica-se, está na iminência de ter seu pedido de prisão expedido.

RS 241,2 bi

Em Brasília, após a eleição indireta do novo governador, tudo está como antes. O novo diretor da Companhia Energética de Brasília (CEB), Francisco Toledo, foi presidente da Comissão de Licitação da Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (Codelin), quando era presidente do Partido Brasileiro, o líder de Arruda. As condenações que submetem Toledo à detenção prometida também vigoram na sua gestão na Codelin. Toledo também tem o apoio de homens de confiança do ex-vice governador Paulo Octávio, o policial Marcelo Toledo, que, especifica-se, está na iminência de ter seu pedido de prisão expedido.

Em Brasília, após a eleição indireta do novo governador, tudo está como antes. O novo diretor da Companhia Energética de Brasília (CEB), Francisco Toledo, foi presidente da Comissão de Licitação da Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (Codelin), quando era presidente do Partido Brasileiro, o líder de Arruda. As condenações que submetem Toledo à detenção prometida também vigoram na sua gestão na Codelin. Toledo também tem o apoio de homens de confiança do ex-vice governador Paulo Octávio, o policial Marcelo Toledo, que, especifica-se, está na iminência de ter seu pedido de prisão expedido.

O ESTADO DE S. PAULO

— ELIAS ROCHA / FOTÓGRAFIA —

— RENATO FERREIRA / FOTÓGRAFIA —

Quinta-feira 10 DE JUNHO DE 2010

R\$ 2,50* ANO 131. Nº 4304. EDIÇÃO DE 23180

estado.com.br

Esportes
Gladiador voltou
Kleber ganha festa
no Palmetras e se diz
em casa. Pág. E7

Paladar
São João reapaginou
A chef Helena Rizzo
deu nova cara às
delícias juninas

Cidades
SPFW. No 17.º dia,
roupas simples. Volume
só nos acessórios. Pág. C6

ONU aprova novas sanções ao Irã e deixa Brasil isolado

Só Brasil e Turquia votaram contra; Lula vê 'birra' e pede que o 'companheiro Ahmadinejad fique tranquilo'



Do contra. A embaixadora do Brasil na ONU, Maria Luiza Ribeiro Viotti, não levantou a mão durante a votação que aprovou as novas sanções ao Irã

O Conselho de Segurança da ONU aprovou a quarta rodada de sanções ao Irã, por causa de um programa nuclear. Desse modo, o Brasil ficou isolado. O voto foi 9 a favor, 4 contra e 5 abstenções. O Brasil não participou das negociações para a elaboração do documento. O presidente Lula disse que se as sanções fossem aprovadas por voto aberto, ele não votaria. Ele também criticou quem se alinha ao Irã. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou que o Brasil não vai abandonar o Irã. O Brasil não participou das negociações para a elaboração do documento. O presidente Lula disse que se as sanções fossem aprovadas por voto aberto, ele não votaria. Ele também criticou quem se alinha ao Irã. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou que o Brasil não vai abandonar o Irã.

COPA2010
Música, alegria
e lucros na
festa do futebol



Ensabo geral. Sul-americanos foram as ruas ontem mundios de vovozadas

Julio Cesar recebe convite especial, mas joga na estreia
O atacante brasileiro recebeu um convite especial para jogar na estreia da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2010. No entanto, ele não jogou na partida devido a uma lesão.

Ministério decide fazer Enem em lideação
O Ministério da Educação decidiu que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será realizado em lideação com o calendário eleitoral.

'Venda' e TV Gazeta farão debate presidencial
A Rede Globo anunciou que fará um debate presidencial entre os candidatos à presidência da República em 2010.

VÍDEO GERAL
Menos pizza
Estado mostra que mundo ficou menor
recebeu La Foa

JULIO CESAR NÃO BOIARÁ
Outros na USP
Somente a presença da sociedade
poderá tirar a USP deste círculo
pacífico em 2010

Tempo na capital
17 dias
10 dias
10 dias

SINOPSE
Código Florestal
O novo código florestal
não será votado no Senado

ESTAR CONECTADO É APROVEITAR O QUE A CIDADANIA TEM DE MELHOR. AGUARDE. A QUALIDADE JHSF NO ITAIM. JHSF logo and address information.

O ESTADO DE S. PAULO

QUINTA-FEIRA 10 DE JUNHO DE 2010

Table with administrative information including the names of the Editor, Circulation Director, and other staff members.

Código Florestal

O Brasil precisa de uma política bem equilibrada para promover o desenvolvimento econômico e social com um mínimo de danos ao ambiente. Não tem sentido pensar em desenvolvimento, sem um pacto com o Brasil, sem levar em conta o aproveitamento das enormes potencialidades do solo. A agricultura brasileira já mostrou sua eficiência, proporcionando ao mercado interno comida farta e barata - das frutas e verduras ao leite e ao café. Isso não deve ser considerado um sucesso. O Brasil precisa de uma política agrícola que permita a produção de alimentos. Mas é a figura mais lembrada no momento da discussão do Código Florestal. Esse debate vem sendo apresentado como um confronto entre fazendeiros, defensores do Cerrado, da agricultura familiar e grupos ambientalistas, empunhando na proteção dos rios, matas e áreas protegidas pela legislação ambiental. O Código Florestal, no entanto, não é uma legislação sem limites, de outra, a virtuosidade é a favor da natureza.

Um debate nesse termo não interessa ao Brasil. Os brasileiros precisam de uma política bem equilibrada para promover o desenvolvimento econômico e social com um mínimo de danos ao ambiente. Não tem sentido pensar em desenvolvimento, sem um pacto com o Brasil, sem levar em conta o aproveitamento das enormes potencialidades do solo. A agricultura brasileira já mostrou sua eficiência, proporcionando ao mercado interno comida farta e barata - das frutas e verduras ao leite e ao café. Isso não deve ser considerado um sucesso. O Brasil precisa de uma política agrícola que permita a produção de alimentos. Mas é a figura mais lembrada no momento da discussão do Código Florestal. Esse debate vem sendo apresentado como um confronto entre fazendeiros, defensores do Cerrado, da agricultura familiar e grupos ambientalistas, empunhando na proteção dos rios, matas e áreas protegidas pela legislação ambiental. O Código Florestal, no entanto, não é uma legislação sem limites, de outra, a virtuosidade é a favor da natureza.

Violação de servidores da USP

Um órgão de alto nível vinculado a maior instituição de ensino superior do Brasil, a Universidade de São Paulo (USP), violou o direito de acesso à informação de um servidor público. O caso ocorreu em maio de 2009, quando o servidor foi obrigado a fornecer informações pessoais para a contratação de um imóvel. O caso foi denunciado por um jornalista que fez uma reportagem sobre o assunto. A USP alega que as informações foram necessárias para a contratação. No entanto, o jornalista alega que as informações não foram necessárias e que a USP violou o direito de acesso à informação.

A Venezuela sob censura

O Conselho Hugo Chávez acaba de dar um passo decisivo para o controle de um órgão de imprensa no país. O Conselho Hugo Chávez acaba de dar um passo decisivo para o controle de um órgão de imprensa no país. O Conselho Hugo Chávez acaba de dar um passo decisivo para o controle de um órgão de imprensa no país. O Conselho Hugo Chávez acaba de dar um passo decisivo para o controle de um órgão de imprensa no país.

VOCÊ NO ESTADO.COM.BR. Perda de apoio não preocupa Alckmin. Tucano diz que não se perturba com possível perda de apoio. Paulo de Souza Cavalcanti. 'Fundar um partido não é o mesmo que fundar um partido'. Paulo de Souza Cavalcanti. 'Fundar um partido não é o mesmo que fundar um partido'.

Notas e Informações A3

Table with administrative information for the 'Notas e Informações' section, including the names of the Editor and other staff members.

Notas e Informações

grandes debates é notória. Mas há centenas de outras em ação e há fortes motivos para se esperar o mesmo e por quem são financiadas. A maior parte das propostas apresentadas pelo deputado Aldo Rebelo, em seu relatório sobre as mudanças no Código Florestal, é obviamente realista e razoável. Vale a pena analisar a discussão de alguns pontos, como, por exemplo, o poder de veto concedido a Estados, municípios e departamentos. O deputado Aldo Rebelo, em seu relatório sobre as mudanças no Código Florestal, é obviamente realista e razoável. Vale a pena analisar a discussão de alguns pontos, como, por exemplo, o poder de veto concedido a Estados, municípios e departamentos.

Grande debate

Um debate nesse termo não interessa ao Brasil. Os brasileiros precisam de uma política bem equilibrada para promover o desenvolvimento econômico e social com um mínimo de danos ao ambiente. Não tem sentido pensar em desenvolvimento, sem um pacto com o Brasil, sem levar em conta o aproveitamento das enormes potencialidades do solo. A agricultura brasileira já mostrou sua eficiência, proporcionando ao mercado interno comida farta e barata - das frutas e verduras ao leite e ao café. Isso não deve ser considerado um sucesso. O Brasil precisa de uma política agrícola que permita a produção de alimentos. Mas é a figura mais lembrada no momento da discussão do Código Florestal. Esse debate vem sendo apresentado como um confronto entre fazendeiros, defensores do Cerrado, da agricultura familiar e grupos ambientalistas, empunhando na proteção dos rios, matas e áreas protegidas pela legislação ambiental. O Código Florestal, no entanto, não é uma legislação sem limites, de outra, a virtuosidade é a favor da natureza.

O ESTADO DE S. PAULO

Terça-feira 15 de Junho de 2010 R\$ 2,50

ANO 131 Nº 42009 EDIÇÃO DE 2010 estado.com.br



Brasil começa a luta pelo hexa

Depois de vencer a estreia, o Brasil começa a luta pelo hexa na Copa do Mundo de Futebol. O time de Dunga venceu a estreia por 2 a 0 contra a França...

COPA 2010

O Brasil estreia hoje, às 20h, na Copa do Mundo de Futebol. O time de Dunga venceu a estreia por 2 a 0 contra a França...

ANTERO GRECO

O passado que não conta. Tudo que ocorreu a respeito do antigo governador do Estado de São Paulo...

Reparação pública de SP e banco fecham as 14h

Bancos, escolas, lojas e repartições públicas deverão interromper suas atividades às 14h...

Punição por atraso de voo já vigora

Passageiro afetado por demora, cancelamento ou overbooking pode exigir lugar em outro avião ou reembolso integral e imediato da passagem

A nova resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que assegura direitos a passageiros que forem problemas em voos já está em vigor. Agora, quem for afetado por atraso, cancelamento ou overbooking terá prioridade na reacomodação em voos de mesma companhia e poderá exigir reembolso integral e imediato da passagem quando o seu voo não for cancelado em ent...

cas, se associou à construtora Andrade Góes para construir e operar um novo aeroporto internacional em São Paulo. O projeto já está pronto, mas depende de uma negociação com o governo federal para que possa ser iniciado pelo próximo ano. ECONOMIA / PÁG. 03

Tuma Jr. cai e diz que 'fatos vão surgir'

Acesso de envolvimento com um dos chefes de família da família do São Paulo e secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior, foi desmentido ontem pelo ministro Lula Paulo Barreto (Justiça). O caso foi revivido pela Rede em matéria. Tuma Júnior disse que Barreto agiu com "totalidade política" e afirmou: "Vão surgir fatos que vão vir a ser ampliar, significant". NACIONAL / PÁG. 02

Remessa de lucro à Europa cresce 76%

As remessas de lucro e dividendos de empresas estrangeiras instaladas no Brasil para suas matrizes atingiram US\$ 4,4 bilhões de janeiro a maio, contra US\$ 2,5 bilhões em igual período de 2009 - uma alta de 76%. O Ministério da Economia justificou a alta pelo crescimento de empresas em perda por ocasião do ano passado. ECONOMIA / PÁG. 03

VEÍCULO EMERGENTE
Voz ambiental. Paises como Brasil e China são 'crisis' ambientais. O caso foi revivido pela Rede em matéria. Tuma Júnior disse que Barreto agiu com "totalidade política" e afirmou: "Vão surgir fatos que vão vir a ser ampliar, significant". NACIONAL / PÁG. 02

MUCHO GRABIANO
Triste pelega. Nada pior que a tristeza sobre o Código Florestal. No entanto, os líderes, parecem segurar as ideias. Voz ambiental. Paises como Brasil e China são 'crisis' ambientais. O caso foi revivido pela Rede em matéria. Tuma Júnior disse que Barreto agiu com "totalidade política" e afirmou: "Vão surgir fatos que vão vir a ser ampliar, significant". NACIONAL / PÁG. 02

TUTTY VAMBEI
Triste pelega. Nada pior que a tristeza sobre o Código Florestal. No entanto, os líderes, parecem segurar as ideias. Voz ambiental. Paises como Brasil e China são 'crisis' ambientais. O caso foi revivido pela Rede em matéria. Tuma Júnior disse que Barreto agiu com "totalidade política" e afirmou: "Vão surgir fatos que vão vir a ser ampliar, significant". NACIONAL / PÁG. 02

Advertisement for Hyundai buses. Text: "QUANDO ESSE ÔNIBUS ANDA, O BRASIL INTEIRO PARA." Includes images of a yellow and blue Hyundai bus.

O ESTADO DE S. PAULO

Triste pelega

ma propriedade aberta antes da vigência da lei. Deem de aplicação a legislação que trata o diferente dentro de locais abertos com vegetação nativa. 2) Cotas de áreas chamadas de preservados permanentes, como várzea, encostas e rios de proteção, servem à defesa da agricultura e não, como a legislação atual, a preservação ambiental. 3) Diminua o tamanho da reserva legal, permitindo que o produtor rural tenha um tamanho menor, valorizando a terra. 4) A legislação precisa auxiliar o produtor a regularizar sua propriedade, permitindo que ele tenha um tamanho menor, valorizando a terra. 5) Diminua o tamanho da reserva legal, permitindo que o produtor rural tenha um tamanho menor, valorizando a terra. 6) A legislação precisa auxiliar o produtor a regularizar sua propriedade, permitindo que ele tenha um tamanho menor, valorizando a terra.

Por que Joãozinho não aprende a ler?

domais países que utilizam o código alfabético. Em matéria de pedagogia, não é só o MEC que está na contramão dos progressos da educação. Os próprios professores também não sabem ensinar. O ensino de leitura é um desafio para todos os níveis de ensino. O ensino de leitura é um desafio para todos os níveis de ensino. O ensino de leitura é um desafio para todos os níveis de ensino.

Por que Joãozinho não aprende a ler?

domais países que utilizam o código alfabético. Em matéria de pedagogia, não é só o MEC que está na contramão dos progressos da educação. Os próprios professores também não sabem ensinar. O ensino de leitura é um desafio para todos os níveis de ensino. O ensino de leitura é um desafio para todos os níveis de ensino. O ensino de leitura é um desafio para todos os níveis de ensino.

Radicalização só atrapalha a superação de legado florestal

matas ciliares, áreas que protegem rios e nascentes. Corredores ecológicos são valiosos para a conservação da biodiversidade. A radicalização só atrapalha a superação de legado florestal. A radicalização só atrapalha a superação de legado florestal.

SNAS FAMILIARES

SNAS FAMILIARES. O novo sistema de avaliação de desempenho dos servidores públicos. O novo sistema de avaliação de desempenho dos servidores públicos.

SP ficará ar 3°C mais quente este século

SP ficará ar 3°C mais quente este século. Estudos indicam que a temperatura média em São Paulo aumentará em 3 graus Celsius até o ano 2100. Estudos indicam que a temperatura média em São Paulo aumentará em 3 graus Celsius até o ano 2100.

Tempo na capital

Tempo na capital. Previsão do tempo para São Paulo. Previsão do tempo para São Paulo.

Notas e observações

Notas e observações. Informações importantes para os leitores. Informações importantes para os leitores.

Correio e a cultura

Correio e a cultura. Notícias e comentários sobre o setor. Notícias e comentários sobre o setor.

Fórum dos Leitores

Fórum dos Leitores. Espaço para comentários e perguntas dos leitores. Espaço para comentários e perguntas dos leitores.

Questão de lógica

Questão de lógica. Análise de uma questão de prova. Análise de uma questão de prova.

Palmeiras ainda na tentativa de fazer da Inglaterra golpista

Palmeiras ainda na tentativa de fazer da Inglaterra golpista. Notícias sobre o clube. Notícias sobre o clube.

Palmeiras ainda na tentativa de fazer da Inglaterra golpista

Palmeiras ainda na tentativa de fazer da Inglaterra golpista. Notícias sobre o clube. Notícias sobre o clube.

O ESTADO DE S. PAULO



COPA2010
Holanda na final

A Holanda de Sneijder (à esquerda) e Robben (à direita) venceu o Uruguai por 3 a 2. Com a vaga na decisão, os holandeses subiram com o placar de 2 a zero. **PÁG. 4 E 63**

Às 15h30, o outro finalista

Argentina e Espanha disputam hoje a outra vaga na final europeia. **PÁG. 4 E 63**

Serra ataca plano radical do PT, que Dilma assinou

Segundo o partido, ela não leu o texto, que depois foi substituído; 'a gente sabe o que eles pensam', diz tucano

A candidata à Presidência Dilma Rousseff assinou o programa radical de governo apresentado na segunda-feira ao PT no Tribunal Superior Eleitoral. Ela também rubricou suas 19 páginas. O texto prevê, entre outras coisas, o controle social da mídia, a criação de grandes fóruns e a revogação do dispositivo que torna áreas invadidas indisponíveis para reforma agrária. Horas depois, o documento foi substituído por outro, sem as ideias polêmicas.

Segundo o PT, Dilma assinou sem ler, por pressa. O texto, no primeiro dia de campanha, o candidato tucano, José Serra, explicou o caso, dizendo que os advogados mostram que "não são discussões, são decisões". Dilma não firmou que preferiu não se apresentar a uma "4ª Congresso do PT", e que não concordou com a venda. "Tem coisa do PT com as quais não concordamos, tem coisa com as quais não concordamos", afirmou. **NACIONAL / PÁG. 44**



JOSÉ SERRA, CANDIDATO DO PSDB EM GOBIERNO. "Não são dois caras, são vários caras. Nós temos uma só cara, a minha cara"



DILMA ROUSSEFF, CANDIDATA DO PT. "Nós temos o menor compromisso de incorporar todas as sugestões do partido"

Liberação de verbas do orçamento dispara

Nos cinco primeiros dias de julho, as verbas do tesouro da campanha presidencial, houve um aumento de 27,6% dos empenhos de recursos do orçamento ante a medida liberada a cada cinco dias de julho. Mantido esse ritmo, a liberação poderá atingir R\$ 13 bilhões no mês, quase o dobro do empenhado em junho (R\$ 6,5 bilhões). A pressa se deve ao limite para liberação de recursos em ano eleitoral. A antecipação é uma forma de conter a lei. **NACIONAL / PÁG. 46**

SP vai ampliar gasto com programas sociais

O governo paulista reajustará os benefícios que compõem as principais ações sociais voltadas à baixa renda: o Bolsa Família e o Ação Jovem. A correção deve superar os 17%. **NACIONAL / PÁG. 46**

Juiz boliviano foge e pede asilo ao Brasil

O juiz boliviano Luis Fernando Tapia Peña pediu asilo político ontem em Curitiba (MS). Ele alega perseguição por parte do governo de Evo Morales. País entrou no caso do assassinato de três suspeitos de complicitade para matar Morales. **INTERNACIONAL / PÁG. 42**

Primo do goleiro Bruno diz que Eliza está morta

Um primo do goleiro Bruno confessa participação no desaparecimento de Eliza Samudio, de 24 anos, e disse à polícia que amante do jogador do Flamengo está morta. Localizado no caso do atleta, no Rio de Janeiro, afirmou que alguma conturbada em Eliza

Eleição adia novo Código Florestal

A reforma do Código Florestal foi adiada para o período de discussão especial da Câmara. O plenário só deve votar o texto que libera 50% do uso de terra de recuperar vegetação nativa, após a eleição. **VEJA / PÁG. 417**

Obama elogia prêmio de Israel e garante apoio

INTERNACIONAL / PÁG. 413

Eliminação da Copa barateia TVs em 7,8%
ECONOMIA / PÁG. 65

'Marcha para Zenturo' um teatro de SP e Minas
CARNEIRO 7

VEJO DA OIBL
Ecos de 2005
Lideres rivais de contestação ligada de hill, com o terror, escreve Zúlio Marchi. **INTERNACIONAL / PÁG. 418**

TUTTI VASQUES
Trauma da era de Twitter
Não demora muito, um gorrião com o nome de Totti Vasques vai ter dificuldades de arrumar namorada. Pode ser um trauma para a vida toda. **OBEDIÊ / PÁG. 68**

CLAUDIO J. D. SALES
Mudança no Tratado de Itaipu
E hora de "afogar" mais uma manifestação de um político eleitoral-ideológico e furar que sejam estocados R\$ 4 bilhões dos brasileiros. **ESPAÇO ABERTO / PÁG. 42**

Tempo na capital
25 mín. de temperatura mínima. **ESTADO DE CUIABÁ M. DI 005 PÁG. 66**

NOTAS & INFORMAÇÕES
Bom negócio para o detador
Cebão American disse que a visita de Lula ao detador da Guiné Equatorial foi de "negociar". **PÁG. 43**

DESAFIO HYUNDAI.

VEJA NA PÁGINA 5.

CLIENTE 100% SATISFEITO

Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

estadonline.com.br

Leia: Encontrada relação entre proteína do sangue e Alzheimer

Ambiente. Proposta que libera 90% dos proprietários de terra do País da exigência de recuperar vegetação nativa em parcela dos imóveis teve o aval de 13 dos 18 deputados que integram a comissão especial. Votação em plenário deve ocorrer após as eleições

Comissão aprova Código Florestal

Martha Rahmon / REALIZADA

Em uma sessão tumultuada e em meio a muita gritaria, foi aprovada ontem pela comissão especial da Câmara dos Deputados a proposta de reforma do Código Florestal que libera pouco mais de 90% dos proprietários de terra do País da exigência de recuperar a vegetação nativa em uma parcela de seus imóveis.

Apesar de ser considerada uma proposta de reforma, o texto aprovado é melhor que o atual. A proposta prevê que os proprietários de terra com área inferior a 1 hectare tenham a obrigação de recuperar apenas 20% da área, enquanto quem possui entre 1 e 5 hectares terá que recuperar 30% e quem possui mais de 5 hectares terá que recuperar 40%. A proposta também prevê que os proprietários de terra com área inferior a 1 hectare tenham a obrigação de recuperar apenas 20% da área, enquanto quem possui entre 1 e 5 hectares terá que recuperar 30% e quem possui mais de 5 hectares terá que recuperar 40%.



AMBIENTE

Alto. Ambientabilistas são contidos durante protesto

bilistas ainda tentam reverter o que já ocorreu, mas o resultado não foi o esperado. Os ambientalistas não conseguiram impedir a aprovação da proposta. A proposta prevê que os proprietários de terra com área inferior a 1 hectare tenham a obrigação de recuperar apenas 20% da área, enquanto quem possui entre 1 e 5 hectares terá que recuperar 30% e quem possui mais de 5 hectares terá que recuperar 40%.

OS PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA

Lei atual	Proposta	Ponto de discordância
Área de preservação permanente (APP) Proteção mínima em 30 metros nos margens dos rios, canais, lagoas, pontos de lançamento de efluentes, áreas de mananciais e áreas de proteção ambiental. Proteção mínima em 20 metros nos margens dos rios, canais, lagoas, pontos de lançamento de efluentes, áreas de mananciais e áreas de proteção ambiental.	Proteção mínima em 15 metros nos margens dos rios, canais, lagoas, pontos de lançamento de efluentes, áreas de mananciais e áreas de proteção ambiental. Proteção mínima em 10 metros nos margens dos rios, canais, lagoas, pontos de lançamento de efluentes, áreas de mananciais e áreas de proteção ambiental.	Proteção inferior a 20 metros nos margens dos rios, canais, lagoas, pontos de lançamento de efluentes, áreas de mananciais e áreas de proteção ambiental.
Reserva legal Proprietários são obrigados a manter a reserva legal em pelo menos 20% do terreno. Mas as propriedades que não puderem cumprir a obrigação terão que recuperar a área em lotes menores.	Proprietários com até 5 hectares não precisam manter a reserva legal. Proprietários com mais de 5 hectares terão que manter a reserva legal em pelo menos 20% do terreno. Proprietários com mais de 50 hectares terão que manter a reserva legal em pelo menos 30% do terreno. Proprietários com mais de 100 hectares terão que manter a reserva legal em pelo menos 40% do terreno.	Proprietários com até 5 hectares não precisam manter a reserva legal. Proprietários com mais de 5 hectares terão que manter a reserva legal em pelo menos 20% do terreno. Proprietários com mais de 50 hectares terão que manter a reserva legal em pelo menos 30% do terreno. Proprietários com mais de 100 hectares terão que manter a reserva legal em pelo menos 40% do terreno.
Regeneração ambiental Quem não registrar uma reserva legal e observada a área de preservação permanente está sujeito a multa e embargo de produção.	Estados terão cinco anos para definir a regulamentação e o prazo para quem não registrar uma reserva legal e observada a área de preservação permanente está sujeito a multa e embargo de produção.	Para ONGs ambientalistas a multa deve ser aplicada imediatamente. Para o Poder Judiciário, a multa deve ser aplicada apenas após o processo administrativo.

Em uma sessão tumultuada e em meio a muita gritaria, foi aprovada ontem pela comissão especial da Câmara dos Deputados a proposta de reforma do Código Florestal que libera pouco mais de 90% dos proprietários de terra do País da exigência de recuperar a vegetação nativa em uma parcela dos imóveis teve o aval de 13 dos 18 deputados que integram a comissão especial. Votação em plenário deve ocorrer após as eleições

Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

estadonline.com.br

Leia: Encontrada relação entre proteína do sangue e Alzheimer

Ambiente. Proposta que libera 90% dos proprietários de terra do País da exigência de recuperar vegetação nativa em parcela dos imóveis teve o aval de 13 dos 18 deputados que integram a comissão especial. Votação em plenário deve ocorrer após as eleições

Comissão aprova Código Florestal

Martha Rahmon / REALIZADA

Em uma sessão tumultuada e em meio a muita gritaria, foi aprovada ontem pela comissão especial da Câmara dos Deputados a proposta de reforma do Código Florestal que libera pouco mais de 90% dos proprietários de terra do País da exigência de recuperar a vegetação nativa em uma parcela de seus imóveis.

Apesar de ser considerada uma proposta de reforma, o texto aprovado é melhor que o atual. A proposta prevê que os proprietários de terra com área inferior a 1 hectare tenham a obrigação de recuperar apenas 20% da área, enquanto quem possui entre 1 e 5 hectares terá que recuperar 30% e quem possui mais de 5 hectares terá que recuperar 40%. A proposta também prevê que os proprietários de terra com área inferior a 1 hectare tenham a obrigação de recuperar apenas 20% da área, enquanto quem possui entre 1 e 5 hectares terá que recuperar 30% e quem possui mais de 5 hectares terá que recuperar 40%.



AMBIENTE

Alto. Ambientabilistas são contidos durante protesto

bilistas ainda tentam reverter o que já ocorreu, mas o resultado não foi o esperado. Os ambientalistas não conseguiram impedir a aprovação da proposta. A proposta prevê que os proprietários de terra com área inferior a 1 hectare tenham a obrigação de recuperar apenas 20% da área, enquanto quem possui entre 1 e 5 hectares terá que recuperar 30% e quem possui mais de 5 hectares terá que recuperar 40%.

OS PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA

Lei atual	Proposta	Ponto de discordância
Área de preservação permanente (APP) Proteção mínima em 30 metros nos margens dos rios, canais, lagoas, pontos de lançamento de efluentes, áreas de mananciais e áreas de proteção ambiental. Proteção mínima em 20 metros nos margens dos rios, canais, lagoas, pontos de lançamento de efluentes, áreas de mananciais e áreas de proteção ambiental.	Proteção mínima em 15 metros nos margens dos rios, canais, lagoas, pontos de lançamento de efluentes, áreas de mananciais e áreas de proteção ambiental. Proteção mínima em 10 metros nos margens dos rios, canais, lagoas, pontos de lançamento de efluentes, áreas de mananciais e áreas de proteção ambiental.	Proteção inferior a 20 metros nos margens dos rios, canais, lagoas, pontos de lançamento de efluentes, áreas de mananciais e áreas de proteção ambiental.
Reserva legal Proprietários são obrigados a manter a reserva legal em pelo menos 20% do terreno. Mas as propriedades que não puderem cumprir a obrigação terão que recuperar a área em lotes menores.	Proprietários com até 5 hectares não precisam manter a reserva legal. Proprietários com mais de 5 hectares terão que manter a reserva legal em pelo menos 20% do terreno. Proprietários com mais de 50 hectares terão que manter a reserva legal em pelo menos 30% do terreno. Proprietários com mais de 100 hectares terão que manter a reserva legal em pelo menos 40% do terreno.	Proprietários com até 5 hectares não precisam manter a reserva legal. Proprietários com mais de 5 hectares terão que manter a reserva legal em pelo menos 20% do terreno. Proprietários com mais de 50 hectares terão que manter a reserva legal em pelo menos 30% do terreno. Proprietários com mais de 100 hectares terão que manter a reserva legal em pelo menos 40% do terreno.
Regeneração ambiental Quem não registrar uma reserva legal e observada a área de preservação permanente está sujeito a multa e embargo de produção.	Estados terão cinco anos para definir a regulamentação e o prazo para quem não registrar uma reserva legal e observada a área de preservação permanente está sujeito a multa e embargo de produção.	Para ONGs ambientalistas a multa deve ser aplicada imediatamente. Para o Poder Judiciário, a multa deve ser aplicada apenas após o processo administrativo.

Em uma sessão tumultuada e em meio a muita gritaria, foi aprovada ontem pela comissão especial da Câmara dos Deputados a proposta de reforma do Código Florestal que libera pouco mais de 90% dos proprietários de terra do País da exigência de recuperar a vegetação nativa em uma parcela dos imóveis teve o aval de 13 dos 18 deputados que integram a comissão especial. Votação em plenário deve ocorrer após as eleições

Ruralistas comemoram texto; ONGs preparam protesto

André Viali

A aprovação do texto em meio a muitas discussões e controvérsias foi comemorada por entidades ligadas ao agronegócio. No entanto, ONGs ambientalistas estão se preparando para um protesto na Câmara.

Segundo o texto, as mudanças propostas são consideradas positivas por muitos produtores rurais. No entanto, ONGs ambientalistas estão se preparando para um protesto na Câmara.

Segundo o texto, as mudanças propostas são consideradas positivas por muitos produtores rurais. No entanto, ONGs ambientalistas estão se preparando para um protesto na Câmara.

Segundo o texto, as mudanças propostas são consideradas positivas por muitos produtores rurais. No entanto, ONGs ambientalistas estão se preparando para um protesto na Câmara.

Segundo o texto, as mudanças propostas são consideradas positivas por muitos produtores rurais. No entanto, ONGs ambientalistas estão se preparando para um protesto na Câmara.

Segundo o texto, as mudanças propostas são consideradas positivas por muitos produtores rurais. No entanto, ONGs ambientalistas estão se preparando para um protesto na Câmara.

Ruralistas comemoram texto; ONGs preparam protesto

André Viali

A aprovação do texto em meio a muitas discussões e controvérsias foi comemorada por entidades ligadas ao agronegócio. No entanto, ONGs ambientalistas estão se preparando para um protesto na Câmara.

Segundo o texto, as mudanças propostas são consideradas positivas por muitos produtores rurais. No entanto, ONGs ambientalistas estão se preparando para um protesto na Câmara.

Segundo o texto, as mudanças propostas são consideradas positivas por muitos produtores rurais. No entanto, ONGs ambientalistas estão se preparando para um protesto na Câmara.

Segundo o texto, as mudanças propostas são consideradas positivas por muitos produtores rurais. No entanto, ONGs ambientalistas estão se preparando para um protesto na Câmara.

Segundo o texto, as mudanças propostas são consideradas positivas por muitos produtores rurais. No entanto, ONGs ambientalistas estão se preparando para um protesto na Câmara.

Segundo o texto, as mudanças propostas são consideradas positivas por muitos produtores rurais. No entanto, ONGs ambientalistas estão se preparando para um protesto na Câmara.

Férias com a CVC

Tudo em até 10X sem juros e sem entrada

Porto Seguro 8 dias Sai das 9, 16 e 23 de julho. Incluído no preço: passagem aérea, transporte aeroporto/hotel, seguro, hospedagem com café da manhã e completa assistência da equipe CVC.	Natal 8 dias Sai das 9, 16 e 23 de julho. Incluído no preço: passagem aérea, transporte aeroporto/hotel, seguro, hospedagem com café da manhã e completa assistência da equipe CVC.	Porto de Galinhas 8 dias Sai das 10, 11, 17, 18, 24, 25 e 31 de julho. Incluído no preço: passagem aérea, transporte aeroporto/hotel, seguro, hospedagem com café da manhã e completa assistência da equipe CVC.	Hotel Solar do Imperador 10x sem juros e sem entrada R\$ 129,80 A vista R\$ 1.298. Preço para saída 17/10.	Hotel Senac Barrairie Roxa 10x sem juros e sem entrada R\$ 149,80 A vista R\$ 1.498. Preço para saída 17/10.	Hotel Porto de Galinhas Praia 10x sem juros e sem entrada R\$ 164,80 A vista R\$ 1.648. Preço para saída 17/10.	Hotel Nautico Praia 10x sem juros e sem entrada R\$ 165,80 A vista R\$ 1.658. Preço para saída 17/10.	Hotel Parque da Costeira 10x sem juros e sem entrada R\$ 209,80 A vista R\$ 2.098. Preço para saída 17/10.	Hotel Pontal de Ocaporã 10x sem juros e sem entrada R\$ 189,80 A vista R\$ 1.898. Preço para saída 17/10.
---	--	---	---	---	--	--	---	--

Atendimento nas lojas diariamente, das 9 às 20 horas e nos shoppings, das 10 às 22 horas.

Férias com a CVC

Tudo em até 10X sem juros e sem entrada

Porto Seguro 8 dias Sai das 9, 16 e 23 de julho. Incluído no preço: passagem aérea, transporte aeroporto/hotel, seguro, hospedagem com café da manhã e completa assistência da equipe CVC.	Natal 8 dias Sai das 9, 16 e 23 de julho. Incluído no preço: passagem aérea, transporte aeroporto/hotel, seguro, hospedagem com café da manhã e completa assistência da equipe CVC.	Porto de Galinhas 8 dias Sai das 10, 11, 17, 18, 24, 25 e 31 de julho. Incluído no preço: passagem aérea, transporte aeroporto/hotel, seguro, hospedagem com café da manhã e completa assistência da equipe CVC.	Hotel Solar do Imperador 10x sem juros e sem entrada R\$ 129,80 A vista R\$ 1.298. Preço para saída 17/10.	Hotel Senac Barrairie Roxa 10x sem juros e sem entrada R\$ 149,80 A vista R\$ 1.498. Preço para saída 17/10.	Hotel Porto de Galinhas Praia 10x sem juros e sem entrada R\$ 164,80 A vista R\$ 1.648. Preço para saída 17/10.	Hotel Nautico Praia 10x sem juros e sem entrada R\$ 165,80 A vista R\$ 1.658. Preço para saída 17/10.	Hotel Parque da Costeira 10x sem juros e sem entrada R\$ 209,80 A vista R\$ 2.098. Preço para saída 17/10.	Hotel Pontal de Ocaporã 10x sem juros e sem entrada R\$ 189,80 A vista R\$ 1.898. Preço para saída 17/10.
---	--	---	---	---	--	--	---	--

Atendimento nas lojas diariamente, das 9 às 20 horas e nos shoppings, das 10 às 22 horas.

Cidade	Hotel	Preço	Assistência
Porto Seguro	Porto Seguro 8 dias	R\$ 129,80	Sim
Natal	Natal 8 dias	R\$ 149,80	Sim
Porto de Galinhas	Porto de Galinhas 8 dias	R\$ 164,80	Sim
Solar do Imperador	Hotel Solar do Imperador	R\$ 129,80	Sim
Senac Barrairie Roxa	Hotel Senac Barrairie Roxa	R\$ 149,80	Sim
Porto de Galinhas Praia	Hotel Porto de Galinhas Praia	R\$ 164,80	Sim
Nautico Praia	Hotel Nautico Praia	R\$ 165,80	Sim
Parque da Costeira	Hotel Parque da Costeira	R\$ 209,80	Sim
Pontal de Ocaporã	Hotel Pontal de Ocaporã	R\$ 189,80	Sim

Cidade	Hotel	Preço	Assistência
Porto Seguro	Porto Seguro 8 dias	R\$ 129,80	Sim
Natal	Natal 8 dias	R\$ 149,80	Sim
Porto de Galinhas	Porto de Galinhas 8 dias	R\$ 164,80	Sim
Solar do Imperador	Hotel Solar do Imperador	R\$ 129,80	Sim
Senac Barrairie Roxa	Hotel Senac Barrairie Roxa	R\$ 149,80	Sim
Porto de Galinhas Praia	Hotel Porto de Galinhas Praia	R\$ 164,80	Sim
Nautico Praia	Hotel Nautico Praia	R\$ 165,80	Sim
Parque da Costeira	Hotel Parque da Costeira	R\$ 209,80	Sim
Pontal de Ocaporã	Hotel Pontal de Ocaporã	R\$ 189,80	Sim

O ESTADO DE S. PAULO

23.07.2010, 06:30 R\$ 2,30* ANO 131, Nº 4267 EDIÇÃO DE 23/07 estado.com.br

SEXTA-FEIRA

Caderno 2 Cinema e poder
O Bem Amado, com Marco Nanini, estreia hoje

Cidades Minorções vltam prato principal em São Paulo, Pág. C6

Por um fio, SP terá 140 novos trilhões, apesar dos problemas. Pág. C3

Chávez rompe com Colômbia e decreta alerta na fronteira

Estopim foi acusação, na OEA, de que Venezuela esconde guerrilheiros das Farc; Lula pede negociação



Tabelinha. Hugo Chávez recebe o técnico argentino Diego Maradona, momento que aproveitou para anunciar o rompimento com a Colômbia

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, anunciou ontem o rompimento das relações diplomáticas com a Colômbia e a decisão de "fechar a fronteira" com o país. O anúncio foi feito depois que o presidente colombiano na Organização dos Estados Americanos, Luis Almagro, acusou Caracas de esconder guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em seu território. Acusado de fornecer agentes a Diego Maradona, Chávez disse que temo a decisão "por dignidade" e acusou o presidente colombiano, Álvaro Uribe, de querer iniciar um conflito com a Venezuela. O governo colombiano disse que a decisão foi um "erro" e lamentou que Chávez não tenha con-

Varre-Sai CA AO METEORITO

A queda de um meteorito em Varre-Sai, a 375 km do Rio, há um mês, atraiu cientistas e especuladores. A primeira análise recuperada por pedreiros da rocha. **VSA PAZ A10**

Tornado no Sul

Destruição em Curitiba (PR), que levou ventos de 124 km/h; hoje, uma frente fria chega à SP. **CAE 05 PAZ 07**

Ricardo Gomes fica, mas São Paulo mira Dunga

ESPORTES / PAZ 11

Estados da indústria voltam a crescer

ECONOMIA / PAZ 11

Dono do 'FT' leva parte do grupo de ensino SEB

ECONOMIA / PAZ 12

VEÍCULO ABERTO
Retorno artilhado

REAGIU O J. FERREIRA
Escalada de contrarrazões

NEI-SON MITTA
Admirável Brasil novo

Tempo na capital
29º Máx. Ampla, 16º mín. Chuvoso

NOTÍCIAS INVESTIMENTOS

O desestímulo do ministro

HYUNDAI Drive your way

1.30

QUEM ADMIRA A TECNOLOGIA, O DESIGN, A ESPORTIVIDADE DOS CARROS ALIADOS E A PERFEIÇÃO DOS LUXUOSOS INTERIORES, ADORA O 1.30.

VEJA NA PÁGINA 8

PLANETA

Golfinho encontrado em Ilhabela não resiste e morre no Guarujá

Um golfinho que estava sendo tratado em Centro de Recuperação Animal Marinho (Cram Reviva), no Guarujá, morreu nesta tarde, após resistir ao tratamento e morrer na noite de terça-feira. A jovem fêmea adulta da espécie golfinho-de-dentes rasgados (Steno Ardeourina) foi encontrada no dia 6, na Praia de São, em Ilhabela, e por isso foi batizada de Sinitinho.

Com 2,30 metros de comprimento e pesando 320 quilos, Sinitinho estava toda em estado crítico quando chegou ao centro de recuperação no momento que foi resgatado, após ter sido praticado por banhistas pescadores. O animal estava com ferimentos com antibióticos, mesmo após ter sido acompanhado durante a noite pelos veterinários, que o alimentaram via sonda. Mandado pela Fundação Fernando Lee e pela Universidade de Ilhabela (Unilhe), o Cram Reviva funciona na Ilha dos Arvorados, a 14 km da Praia de Pernambuco, no Guarujá. Atualmente, cinco golfinhos, oito tartarugas, duas lagartixas e um atolão encontrados com vida na última semana no Ilhabela, porém não são tratados no local.

Mortes. Devem ser divulgados logo os laudos oficiais de causa de morte dos quatro animais, entre golfinhos, tartarugas e lagartixas, que apareceram mortos nas praias da Ilhabela nesta no último final de semana. O animal foi notícia na revista americana Time e no jornal inglês The Guardian.

Tratamento. Veterinários e Sinitinho em um tanque

PETROLEO MATA
Advogados da ONG Ambiental Naturus protestam contra o vazamento de petróleo no Golfo do México.

ESTADOS UNIDOS
Democratas buscam nova lei do clima

Para evitar esse tipo de erro, o Congresso tem de estabelecer um novo tempo inicial retroativo, a fim de conter qualquer tipo de subterfúgio na obediência a legislação de demarcação autorizada por produtores rurais.

De acordo com ele, o Estado tem boa logística e terra barata, o que atrai os produtores. "Tem há algum tempo de demanda por demarcação e está preocupado com isso."

Segundo Ferreira, alguns proprietários recentemente têm apresentado pedidos de permissão para demarcar com se arrelvados visando a produção de leite para o Alagoas. "Nesse caso, o Estado não pode ser considerado 'rural'."

Apesar de ainda não ter recebido aumento, o secretário de Meio Ambiente do Pará, Aníbal

Cresem pedidos de permissão para desmate

Tocantins e de Minas já sentem a pressão causada pela possibilidade de alteração do Código Florestal; outros manifestam preocupação

Após Brasília

Desde de alteração do Código Florestal

Não há dúvida de que, uma comissão especial da Câmara aprovou uma proposta de alteração do Código Florestal, para mudar a lei. A votação só ocorrerá após as eleições. O presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), José Carlos de Almeida, disse que a proposta tem chances de ser aprovada. Ele também afirmou que a proposta é necessária para garantir a segurança jurídica dos produtores rurais. Segundo ele, a atual legislação é muito rígida e não permite a utilização adequada das terras rurais. A CNA também afirmou que a proposta é necessária para garantir a segurança jurídica dos produtores rurais.

Estação Férias Inverno

A Estação Qualidade de Vida

Para secretário de MT, falta incentivo para produtor

Com a melhoria de infraestrutura prevista, proprietários poderão achar que desmatar é um bom negócio

O secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Alexandre Torres, disse que não se preocupa com o crescimento do desmatamento ilegal no Estado. Segundo ele, o crescimento do desmatamento ilegal é resultado da falta de fiscalização e não da falta de incentivos para os produtores rurais. Ele também afirmou que o Estado não tem condições de oferecer incentivos para os produtores rurais.

Em São Paulo, por exemplo, foi criada uma lei estadual de FFA, para pagar proprietários que cuidem de nascentes em suas propriedades. Dessa maneira, eles garantem a produção de água para o abastecimento de São Paulo. O projeto foi aprovado em dezembro de 2009.

Em Mato Grosso, o crescimento do desmatamento ilegal é resultado da falta de fiscalização e não da falta de incentivos para os produtores rurais. Ele também afirmou que o Estado não tem condições de oferecer incentivos para os produtores rurais.

Em Mato Grosso, o crescimento do desmatamento ilegal é resultado da falta de fiscalização e não da falta de incentivos para os produtores rurais. Ele também afirmou que o Estado não tem condições de oferecer incentivos para os produtores rurais.

Inscrições pelo site: www.estacaoferias.com.br

Médicos são acusados por infecção no ES

Prêmio Bahia

ESPECIAL PARA O ESTADO VITÓRIA

A Polícia Civil do Espírito Santo indicou, ontem, seis médicos de uma rede de hospitais privados por crimes contra a saúde pública de cinco pacientes que morreram em um parto de microcefalia de cretinismo mental (MCE) ocorrido entre abril e julho de 2007. As ações foram movidas em nome de uma criança que nasceu com microcefalia e morreu em um hospital em Vitória.

Em Vitória, o delegado de Polícia Civil do Espírito Santo, Alexandre Torres, disse que não se preocupa com o crescimento do desmatamento ilegal no Estado. Segundo ele, o crescimento do desmatamento ilegal é resultado da falta de fiscalização e não da falta de incentivos para os produtores rurais.

O ESTADO DE S. PAULO

25 DE FEVEREIRO DE 2011 R\$ 3,00* ANO 132 Nº 42864

EDIÇÃO DE 250 estado.com.br

SEXTA-FEIRA

Esportes
O Haiti é aqui. Onze adolescentes haitianos treinam em Ribeirão Preto. Pág. E3

Ronaldinho, Nome é homenagem ao craque brasileiro

Caderno 2
O veneno de Bruna Estréia o filme sobre a garota de programa mais famosa do País

Surfistinha, Bruna é sua intérprete no cinema. Deborah Secco

Rebeldes se aproximam de Trípoli; mortos já seriam 2 mil

Forças de oposição a Kadafi tomam cidades estratégicas para a defesa do ditador; 30 mil fogem da Líbia



Avião. Líbia passa com seus filhos por um veículo blindado na pista de aeroporto de Al Abraq, uma das cidades tomadas pelos rebeldes

Os rebeldes libaneses que se aproximam de Trípoli, a capital da Líbia, dizem que já mataram mais de 2 mil pessoas. Em quatro dias, pelo menos 30 mil pessoas escaparam pelas fronteiras terrestres da Líbia. As empresas brasileiras que têm negócios no país retiraram os funcionários em segurança, por não funcionarem organizações beneficentes pelo programa também cancelado, de 20 para 40, no ano passado. **NACIONAL, PÁG. A8**

Ano eleitoral dobra repasse de projeto do Esporte
O Ministério do Esporte dobrou o montante de recursos do programa Segundo Tempo repassados para entidades e ONGs em 2010, ano de eleições. Foram R\$ 60 milhões, ante R\$ 31 milhões em 2009. O Estado revela que os recursos destinados a entidades vinculadas ao PCD-8 - partido do ministro Orlando Silva - são mal aplicados. O número de organizações beneficiadas pelo programa também cresceu, de 20 para 40, no ano passado. **NACIONAL, PÁG. A8**

Regulamentação da mídia
A presidente Dilma Rousseff quer uma "lei seca" no projeto que regulamenta as comunicações. Para o ministro Paulo Bernardo, "é urgente discutir o tema dentro no mês". **NACIONAL, PÁG. A8**

Ninguém adere a programa que anistia desmatador
A lei prevê a anistia de crimes ambientais cometidos em áreas de reserva legal. O Ministério do Meio Ambiente não recebeu nenhuma inscrição para o programa. **AMBIENTE, PÁG. A22**

Europa prevê queda
A Europa já trata a crise econômica como um problema sério. O Produto Interno Bruto (PIB) da Zona do Euro caiu 0,5% em janeiro. **INTERNACIONAL, PÁG. A8**

Violência avança no Nordeste e cai em SP

Entre 1996 e 2008, o Nordeste registrou aumento de 65% no número de homicídios, de 10,5 mil para 17,3 mil. No Sudeste, o número caiu 10%. São Paulo registrou o maior número de homicídios em 2008, com 1,4 mil. **CRIMES, PÁG. C1**

Aluno é morto a 100 metros da FGV-SP

Júlio César Ribeiro, de 21 anos, foi encontrado morto em uma rua próxima à Faculdade de Engenharia de São Carlos. A polícia de SP está em uma investigação preliminar. **CRIMES, PÁG. C1**

Anteriores
Ninguém é santo. Não está claro o defeito do cido no Clube dos 13. Só não está na conversa de que há moçoim de um lado e bundão de outro. **ESPORTES, PÁG. E2**

Tempo no capital
31 Min. - Cidreira, com o trânsito da Fundação Getúlio Vargas, o trânsito de São Paulo está mais lento. **ESTADO SOB ESCRAVO, PÁG. D1**

NOVO HYUNDAI SONATA. ELEITO "O CARRO INTERNACIONAL DO ANO".

HYUNDAI Drive your way

AGORA COM 3 ANOS DE GARANTIA SEM LIMITES DE MANUTENÇÃO COM PREÇOS GARANTIDOS	PREÇO	1.800.000	2.000.000	2.200.000	2.400.000	2.600.000	2.800.000	3.000.000
1.800.000	2.000.000	2.200.000	2.400.000	2.600.000	2.800.000	3.000.000	3.200.000	3.400.000

Faça revisões em seu veículo regularmente. VEJA NA PÁGINA 9.

A22 - SEXTA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2011

O ESTADO DE S. PAULO

estado.com.br

Veja: Concurso premia fotografias da natureza

Vida / AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

Ambiente. Criado em dezembro de 2009, o Mais Ambiente prevê a suspensão do pagamento de R\$ 10 bilhões de multas em troca do compromisso de repor áreas protegidas; desinteresse se deve à expectativa de que Código Florestal reduza tamanho de reserva legal

Nenhum produtor rural aderiu a programa que anistia desmatador

Marta Sakuma / BRASILIA

Mais de um ano depois de ter sido criado pelo governo e a pouco mais de três meses para o fim do prazo para que os produtores rurais ganssem para regularizar suas propriedades, livres de multas, o Programa Mais Ambiente não tem adesão. Até ontem, não havia registro de nenhum produtor rural que tivesse assinado o termo de adesão ao programa.

O Mais Ambiente, lançado por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2009, prevê a suspensão do pagamento de multas estimadas em R\$ 10 bilhões em troca do compromisso dos proprietários de recuperar áreas de proteção ambiental em seus imóveis. O decreto representa mais um adiantamento na política de desmatamento legal, que deve entrar em vigor em 2010, com a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais. O programa prevê a anistia de crimes ambientais cometidos em áreas de reserva legal nas propriedades rurais e em áreas de preservação ambiental. Depois de multas, os produtores vão ter que ter o desmatamento regularizado em cartório e a reserva legal, antes de serem multados, mas a proximidade do



Debate. Área desmatada perto do município de Srop (MT); ruralistas criticam reserva legal

Ruralistas avançam em comissões

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) foi eleita vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A senadora é polêmica, porque Kátia também preside a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e vem defendendo a flexibilização do Código Florestal, o que é visto por ambientalistas e cientistas como um retrocesso na área. Na Câmara, a Comissão de Meio Ambiente também será presidida por um ruralista - Deivani Duarte (PDT-RS).

do Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Viçentini, estimou em 20 dias o prazo necessário para se iniciar o trabalho. "O Ministério mantém o entendimento de que as regras fundamentais do Código Florestal serão preservadas. Queremos fazer um trabalho em favor da regularização ambiental e da produção agrícola sustentável", disse o secretário. Segundo Viçentini, o programa Mais Ambiente não é único criado para o produtor rural regularizar seus imóveis, mas é o que garante sustentação, a começar pela suspensão da cobrança de multas já aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Contrariedade. A presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), é contra a exigência de recuperação de áreas de preservação ambiental no Código Florestal em debate no Congresso porque a proposta legaliza áreas já ocupadas com a produção de alimentos. A agropecuária ocupa 27,2% do território brasileiro. Essa área poderia ser reduzida em 10 milhões de hectares, caso seja mudada a exigência de recompor a reserva legal.

PROMOÇÃO

aeiou

Autos (1) empregos 10 Inoveis (1) oportunidade

Você anuncia no sábado e, por apenas 10% do valor, o seu anúncio sai também no Estadão de domingo.

Aproveite e anuncie!

Classificados ESTADÃO (11) 3855-2001

A diferença é que o Estadão funciona.

Oferta válida até 27/02/2011. Mínimo de 1 título-padrão + 1 linha de texto.

O ESTADO DE S. PAULO

Terça-feira 3 DE MAIO DE 2011 R\$ 3,00*

ALDO REBELO / G1
 BÊN RESQUET / G1
 ANO 112 Nº 4251 EDIÇÃO DE R\$ 3,00 estado.com.br

Violoncelo sóbrio, Antonio Menezes faz recital em São Paulo. **PÁG. 59**

Caderno 2
Morte de José Renato Fundador do Teatro de Arena, o diretor estava na ativa aos 85

Cidades
Passo virtual. Itinerária terç versão 360°. **Pág. C4**

Viagem
Cores místicas. Balé e festa de praias, arquitetura e rituais exóticos

Após a morte de Bin Laden, EUA mantêm guerra ao terror

Obama diz que 'justiça foi feita' e 'mundo está mais seguro', mas Casa Branca alerta americanos • Hillary afirma que país 'redobrou' esforços na luta antiterror • Washington pede que Talaban abandone Al-Qaeda e entre no processo político



O presidente dos EUA, Barack Obama, disse ontem que "a justiça foi feita" e "o mundo está mais seguro", mas a Casa Branca alerta os americanos para não relaxar a luta antiterror.



O fim do mais procurado

Alô, Laden, na 'viva do abajuro' no Casa Branca. Obama disse ontem que "a justiça foi feita" e "o mundo está mais seguro", mas a Casa Branca alerta os americanos para não relaxar a luta antiterror. O presidente dos EUA, Barack Obama, disse ontem que "a justiça foi feita" e "o mundo está mais seguro", mas a Casa Branca alerta os americanos para não relaxar a luta antiterror.

'Assassinato seletivo' é método questionado

A morte de Bin Laden é qualificada de "assassinato seletivo", modalidade de ataque que alguns analistas consideram legal se for em "auto-defesa". O problema, dizem outros, é o uso indiscriminado do método.



Um momento crítico. A questão agora é saber se a morte de Bin Laden incentiva o movimento de incentivo no mundo árabe ou - como alternativa real - dissuasão às forças islâmicas que tentam preservar o novo status de poder.

Projeto do novo Código Florestal libera produtor de recuperar mata

Fiscal vai entregar multa no ato em SP

Aécio se aproxima do novo PSD de Kassab

Vendas crescem 15% para o Dia das Mães

O relatório do novo Código Florestal, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), apresentou ontem que será votado hoje na Câmara. A proposta encerra as regras de recuperação de áreas degradadas e estabelece a reserva legal de 20% para áreas rurais.

JEAN CARLOS DE OLIVEIRA
Osama e a economia vulnerável

JOSÉ PAULO RUPPERT
O futuro foi ontem

ANIVALDO JARRE
A miséria e a modernidade

Tempo na capital
22 Min. São Paulo

NOTÍCIAS E INICIATIVAS

O fim de Bin Laden
Nunca o diretor do Departamento de Estado Obama poderia se orgulhar de ter um "bilé de papel".

Golden Cross

2012 LANÇAMENTO

O MAIS PERFEITO DO BRASIL É COM O MAIOR VALOR DE REVENDA DA CATEGORIA.

75 Mensais

Compare as vantagens e venha para a Golden.

0800 979 2001

www.goldencross.com.br

Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

Ambiente. Texto de Aldo Rebelo mantém tamanhos das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e da reserva legal, como queriam os ambientalistas, e agrada proprietários ao relativizar obrigação de recuperar regiões desmatadas; proposta vai à votação na Câmara dos Deputados

Relator do novo Código Florestal flexibiliza recuperação de mata nativa



Uma nova versão do texto de reforma do Código Florestal, que o relator Aldo Rebelo (PCdoB-SP) concluiu ontem, hoje já vai à votação no plenário da Câmara dos Deputados, entre de todas as propriedades do País que a reserva legal de 20% não atenda a exigência de recuperação de áreas degradadas e de preservação permanente. O novo texto mantém o tamanho das APPs e da reserva legal de 20%, mas flexibiliza a recuperação de áreas desmatadas, permitindo que o produtor rural recupere a área degradada em parcelas menores, dependendo da situação.

ENTREVISTA

Alcio Magagnani, ENGENHEIRO AGRÔNOMO

'A reforma da lei ambiental foi preparada por leigos, visando o lucro'

Cláudio Thomé / R10

Ele sustenta que o benefício de não ter de recuperar a vegetação de mata nativa em áreas de preservação permanente é uma medida que não beneficia o produtor rural, mas sim os interesses de grupos de pressão ambientalistas. Alcio Magagnani, de 65 anos, formado em engenharia agrônoma na antiga Escola Nacional de Agricultura, Trabalho no Conselho Nacional de Engenharia, na Minas Nacional e na antiga Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Pesquisa (IBD-Brasília). Participa do grupo que elabora o atual Código Florestal. Hoje trabalha no Instituto Estadual de Ambiente (IEA).

Como foi elaborado o código de 1965?
O grupo foi formado em 1965, e trabalhou em paralelo por dois anos. Em 1964, a lei estava pronta. Depois disso, houve mudanças. Mas quem deve dar o encaminhamento são os técnicos, agrônomos, veterinários, especialistas em conservação do solo. Eles devem preparar e apresentar ao Congresso para que os congressistas votem e lei. Ficaram o conteúdo, a forma e a linguagem para os leigos, visando o lucro.

Quem é?
Aldo Rebelo, de 85 anos, formado em engenharia agrônoma na antiga Escola Nacional de Agricultura, Trabalho no Conselho Nacional de Engenharia, na Minas Nacional e na antiga Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Pesquisa (IBD-Brasília). Participa do grupo que elabora o atual Código Florestal. Hoje trabalha no Instituto Estadual de Ambiente (IEA).

Como se sentiu sobre a reforma?
Fui um desistente. Acho que não mereço na lei, flutuou lá.

Como o senhor avalia a lei?
A lei é ruim, mas não dá para mudar. Ela é ruim, mas não dá para mudar. Ela é ruim, mas não dá para mudar.

Sua empresa pode ter um plano de saúde que oferece muito mais.

Golden Empresas

75 Mensais

Compare as vantagens e venha para a Golden.

0800 979 2001

www.goldencross.com.br

- Atendimento médico-domiciliar de urgência e emergência
- Redução de carência
- Assistência empresarial
- Assistência 24h no Brasil e no exterior
- Seguro de acidentes pessoais
- Plano odontológico

Golden Cross
O importante é ter saúde

O ESTADO DE S. PAULO



Cidades
Como novo, Palácio
Gonçalves volta à cor
de 1908. Pág. C6

Caderno2
É hora de Cannes
Maior evento de
cinema do mundo
começa amanhã

Tercêira
Pedro
Arnóvil
está na
disputa

Exposição
Obras de Charles
Landsaer está no
DMS. Pág. D9

Terça-feira 10 DE MAIO DE 2011 R\$ 2,00*

ANG 132 - Nº 42638 ECIÇÃO DE 21620 estado.com.br

Governo quer abater dívida rural de quem reflorestar

Proposta pode reduzir débitos em até 70% e visa a facilitar votação da reforma do Código Florestal

Em nova tentativa de acordo para votar a reforma do Código Florestal, o governo anunciou ontem a noite um abatimento substancial da dívida agrícola para os produtores rurais que recuperarem áreas de preservação permanente em manguezais de várzea e ecótonos, informou Marta Salomon. Projeções do governo mostram que a dívida dos produtores, estimada em R\$ 80 bilhões, poderia ser reduzida em até 70% pelo mecanismo proposto. O custo final financeiro seria calculado com base em redução de emissões de gases de efeito estufa. A cadastros da cidade de...

IZABELLA TEIXEIRA
ministra do Meio Ambiente
"O acordo não tem o compromisso de reduzir emissões de carbono e acobitar questões de agronegócio"

...nos "povoados" com o replantio de áreas, o produtor ganharia cerca de R\$ 25. Diferia-se que cada hectare replantado represente o corte de 10 toneladas de carbono. A votação da reforma do Código Florestal está para ser retomada hoje na Câmara. **VEJA PÁG. A18**



Os pontos críticos
Levanteamento do Estado com base em dados da Companhia de Engenharia de Tráfego aponta os quatro cruzamentos mais perigosos de São Paulo para os pedestres. Avenida Engenheiro Luís Arêndes em Paulista, Ipiranga em São João (foto: Estado com Mercúrio e Estado com Santos Dumont). **CRÔNICA / PÁG. C3**

Fusão de Sadiá com Perdigoão corre risco

A procuradoria-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) emitiu parecer que ameaça a fusão Sadiá Perdigoão. O órgão recomenda restrição ou reproporção da operação, citando *Biggel Landini*. Há a possibilidade de incluir a venda de uma das duas empresas. Os conselheiros votaram o caso. **ECONOMIA / PÁG. B1**

D. Raymundo é eleito para CNBB

O arcebispo de Aparecida, D. Raymundo Damasceno, será o novo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Substituirá o cardinal Lyrio. **VEJA PÁG. A17**

Viagem DESTINO CENTENÁRIO



Cidadeela. Vista de Machu Picchu, no Vale do Rio Urubamba: história revelada há 100 anos por um historiador americano. Machu Picchu, no Peru, contém a visão de quem desajou conhecer de perto a história da civilização inca. Para preservar esse patrimônio, o governo peruano impôs regras mais rígidas à visitação. **NACIONAL / PÁG. B4**

Secretário de Kassab tem 6 condenações

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), nomeado para o Secretariado de Participação e Prevenção (Lôbô Reseck (PMDB), está em apuração em 14 anos. De prefeito de Itararé, ele teve seis condenações judiciais, uma delas confirmada em segunda instância. Reseck afirma que recorrerá de todas as decisões. **CRÔNICA / PÁG. C1**

Paquistão nega ter ajudado Bin Laden

Cerca de 4 mil profetas estão hoje em Brasília para pressionar a presidente Dilma Rousseff e o Congresso por verbas. Os pedidos atingiram R\$ 27,9 bilhões. **NACIONAL / PÁG. B4**

Tempo na capital
22° Máx. - Ciel. nublado
15° Mín. - Ciel. nublado
Vento: 10 km/h
Umidade: 70%
157000 CIRCULAÇÃO DIÁRIA PÁG. A1

NOTAS E INFORMAÇÕES
Representatividade subvertida
A criação dos Estados de Ceará e Piauí é financiada e instituída pelo mesmo profissional que o pôde ser

TIEMAS FREEDMAN
O fim do Oriente Médio a granel
As rebeliões estão acabando com o "Oriente Médio a granel" e premiando a era do "vácuo". Todos têm de pagar mais pela instabilidade. **VEJA GLOBAL / PÁG. A14**

JOSÉ PAULO KUPFER
Nuvem de gafanhotos
Uma nuvem de gafanhotos passou pela Paraíba, no Brasil, causando danos às commodities. Restou a sensação de que há novo bolha. **ECONOMIA / PÁG. B5**

BOBA NABABE
Apropriação indebita
Quando compacta com truques para arrumar suas finanças pessoais, a oposição perde autonomia para fiscalizar os governantes. **NACIONAL / PÁG. A6**

NOVISSIMO HYUNDAI SONATA 2012. COMPLETAMENTE COMPLETO.

LANÇAMENTO 2012

VEJA NA PÁGINA 5. Faça revisões em 800 veículos regularmente.

Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

Ambiente. Pela proposta do Planalto, que ainda não tem aval da equipe econômica e visa a um acordo para a votação da reforma do Código Florestal, dívida dos produtores rurais – estimada em R\$ 80 bilhões – poderia ser reduzida em até 70%, recuperando 430 mil km²

Governo propõe reduzir dívida agrícola de quem recuperar área de proteção

Marta Salomon / BRASILIA

Em mais uma tentativa de fechar um acordo para a votação da reforma do Código Florestal, o governo assinou ontem uma redução substancial da dívida agrícola para o produtor rural que recuperar áreas de Proteção Permanente (APP) e margens de rios e córregos.



OS NÓS DO CÓDIGO

Reserva legal. O governo assina que produtores de agricultura familiar ficam dispensados de recuperar a vegetação nativa cortada em suas propriedades. A medida defendida a extensão da reserva legal a todos os proprietários em uma área de até 4 módulos fiscais (entre 20 a 400 hectares). A alternativa em estudo é incluir cooperativados no benefício.

Área de Preservação Permanente (APP). Novo obstáculo nas negociações trata das áreas de margem de rios mais largas. O Código exige proteção até 500 metros de cada margem. O governo analisa que pode aceitar a recuperação de 100 metros em áreas de preservação, além das situações de utilidade pública e baixo impacto ambiental.

Propõe limitar pelo Ministério do Meio Ambiente a que o Estado leve acesso mostram que a dívida dos produtores rurais, estimada em R\$ 80 bilhões, poderia ser reduzida em até 70% pelo mecanismo proposto.

Reserva legal de suas propriedades, segundo o artigo 4º do Código Florestal (FC do SF), o produtor rural que recuperar áreas de Proteção Permanente (APP) e margens de rios mais largas. O governo apresenta, então, uma nova proposta. Não tem ainda a APP não superior a 100 metros de cada margem.

Área de Preservação Permanente (APP). Novo obstáculo nas negociações trata das áreas de margem de rios mais largas. O Código exige proteção até 500 metros de cada margem. O governo analisa que pode aceitar a recuperação de 100 metros em áreas de preservação, além das situações de utilidade pública e baixo impacto ambiental.

Em mais uma tentativa de fechar um acordo para a votação da reforma do Código Florestal, o governo assinou ontem uma redução substancial da dívida agrícola para o produtor rural que recuperar áreas de Proteção Permanente (APP) e margens de rios e córregos.

Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

Ambiente. Pela proposta do Planalto, que ainda não tem aval da equipe econômica e visa a um acordo para a votação da reforma do Código Florestal, dívida dos produtores rurais – estimada em R\$ 80 bilhões – poderia ser reduzida em até 70%, recuperando 430 mil km²

Governo propõe reduzir dívida agrícola de quem recuperar área de proteção

Marta Salomon / BRASILIA

Em mais uma tentativa de fechar um acordo para a votação da reforma do Código Florestal, o governo assinou ontem uma redução substancial da dívida agrícola para o produtor rural que recuperar áreas de Proteção Permanente (APP) e margens de rios e córregos.



OS NÓS DO CÓDIGO

Reserva legal. O governo assina que produtores de agricultura familiar ficam dispensados de recuperar a vegetação nativa cortada em suas propriedades. A medida defendida a extensão da reserva legal a todos os proprietários em uma área de até 4 módulos fiscais (entre 20 a 400 hectares). A alternativa em estudo é incluir cooperativados no benefício.

Área de Preservação Permanente (APP). Novo obstáculo nas negociações trata das áreas de margem de rios mais largas. O Código exige proteção até 500 metros de cada margem. O governo analisa que pode aceitar a recuperação de 100 metros em áreas de preservação, além das situações de utilidade pública e baixo impacto ambiental.

Propõe limitar pelo Ministério do Meio Ambiente a que o Estado leve acesso mostram que a dívida dos produtores rurais, estimada em R\$ 80 bilhões, poderia ser reduzida em até 70% pelo mecanismo proposto.

Reserva legal de suas propriedades, segundo o artigo 4º do Código Florestal (FC do SF), o produtor rural que recuperar áreas de Proteção Permanente (APP) e margens de rios mais largas. O governo apresenta, então, uma nova proposta. Não tem ainda a APP não superior a 100 metros de cada margem.

Área de Preservação Permanente (APP). Novo obstáculo nas negociações trata das áreas de margem de rios mais largas. O Código exige proteção até 500 metros de cada margem. O governo analisa que pode aceitar a recuperação de 100 metros em áreas de preservação, além das situações de utilidade pública e baixo impacto ambiental.

Governo quer São Paulo sem sacolinhas até 2012

Alckmin assina protocolo com supermercados para retirar de circulação sacolas plásticas derivadas de petróleo

Sua família pode ter um plano de saúde que oferece muito mais.

- Ampla rede de médicos, hospitais e laboratórios
- Abrangeção nacional
- Atendimento médico-domiciliar de urgência e emergência
- Redução de carência
- Assistência 24h no Brasil e no exterior
- Plano odontológico

Compare as vantagens e venha para a Golden.

Ligue grátis ou consulte seu corretor: 0800 979 2001

www.goldencross.com.br

Golden Cross

O importante é ter saúde

Governo quer São Paulo sem sacolinhas até 2012

Alckmin assina protocolo com supermercados para retirar de circulação sacolas plásticas derivadas de petróleo

Sua família pode ter um plano de saúde que oferece muito mais.

- Ampla rede de médicos, hospitais e laboratórios
- Abrangeção nacional
- Atendimento médico-domiciliar de urgência e emergência
- Redução de carência
- Assistência 24h no Brasil e no exterior
- Plano odontológico

Compare as vantagens e venha para a Golden.

Ligue grátis ou consulte seu corretor: 0800 979 2001

www.goldencross.com.br

Golden Cross

O importante é ter saúde

O ESTADO DE S. PAULO

13 DE MAIO DE 2011 R\$ 3,00* ANO 132 Nº 4261 EDIÇÃO DE 3400 estado.com.br

SEXTA-FEIRA

Caderno2
Imersão no Mal Vargas Llosa fala de seu novo livro, *O Senhor da Caba*

De volta, O saxofonista Wayne Shorter vem a SP PÁG. 013

Cidades
Raros. Acrecos como o de Maristela Calli (foto) viram livrarias. Pág. 03

divirta-se. estado.com.br
O que agora está disponível em internet

Brasil retalia Argentina e impõe barreira à importação de carros

Medida serve para todos os países, mas é resposta ao protecionismo argentino contra produtos brasileiros

As fotos do corpo de Osama bin Laden foram mostradas pelo governo dos EUA a senadores americanos. Alguns deles, que discutem em imagens como macabros, disseram ser favoráveis à divulgação das imagens fotográficas de Osama bin Laden. Segundo os políticos, é possível ver que se trata do terrorista. **INTERNACIONAL/PÁG. A11**

As fotos do corpo de Osama bin Laden foram mostradas pelo governo dos EUA a senadores americanos. Alguns deles, que discutem em imagens como macabros, disseram ser favoráveis à divulgação das imagens fotográficas de Osama bin Laden. Segundo os políticos, é possível ver que se trata do terrorista. **INTERNACIONAL/PÁG. A11**

Um debate que virou bate-boca na Câmara

Assim como o PC do B-SP foi o primeiro a se manifestar no plenário da Câmara na madrugada de ontem. Ao longo do dia, no fim, Marina Silva (PV-AC) reagiu ao discurso do Código Florestal terminado em bate-boca entre o deputado e o senador. Mas não houve sobre mudanças no texto final. Aldo reagi com alguns verbos ao mercado da esplanada. **NACIONAL/PÁG. A4**

Base de Dilma dá primeiros sinais de crise

A votação do projeto do Código Florestal deflagrou a primeira crise na base aliada de Dilma Rousseff. Insatisfeitos com o conteúdo da proposta e com a demora no preenchimento dos cargos de segundo escalão, os aliados se uniram à oposição para derrotar o governo. A votação aconteceu na segunda legislatura do Brasil. O projeto do Código Florestal ficará pendente nos próximos dias, pelo menos. **NACIONAL/PÁG. A4**

Votação do Código Florestal é adiada

O governo pretende modificar novamente o projeto do Código Florestal, que tramita na Câmara. Com isso, a votação do texto, que estava prevista para terça-feira, ficou sem data. **VEJA/PÁG. A22**

O segredo da caixa

Registada no mercado imobiliário, 447 é apresentada em Paris. Condições sobre o mercado imobiliário em 2012. **METROPOL/PÁG. C5**

Esportes
Itaquerão, a R\$ 1 bi, assusta

Condições e Odebrecht se recusam a pagar o preço de R\$ 1 bilhão para o Itaquerão. O grupo buscará reduzir o custo do estádio, de R\$ 1 bilhão para R\$ 700 milhões. O início das obras fica para junho. **ESPORTE/PÁG. E2**

Reforma da Polícia Civil prevê BO em 20 minutos

INTERVENÇÃO DA ANS É acusada de estelionato

VEJA/PÁG. A20

Neymar assume filho de garota menor de idade

ESPORTE/PÁG. E2

PRÊMIO TOP IMOBILIÁRIO

Ranking de 'cidade' define o desempenho do setor. **ECONOMIA/PÁG. B6**

FINANÇAS E GABARITO
Um Congresso no armário

TUTTY VASQUES
Higiênópolis, Leblon

DEBATE EM GABARITO
Zona de risco

Tempo na capital

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES
Foi bonita a festa

HYUNDAI SONATA. O MELHOR. 1º COLOCADO NA PESQUISA

USA TODAY

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

Faça revisões em seu veículo regularmente.

O ESTADO DE S. PAULO

13 DE MAIO DE 2011 R\$ 3,00* ANO 132 Nº 4261 EDIÇÃO DE 3400 estado.com.br

SEXTA-FEIRA

Caderno2
Imersão no Mal Vargas Llosa fala de seu novo livro, *O Senhor da Caba*

De volta, O saxofonista Wayne Shorter vem a SP PÁG. 013

Cidades
Raros. Acrecos como o de Maristela Calli (foto) viram livrarias. Pág. 03

divirta-se. estado.com.br
O que agora está disponível em internet

Brasil retalia Argentina e impõe barreira à importação de carros

Medida serve para todos os países, mas é resposta ao protecionismo argentino contra produtos brasileiros

As fotos do corpo de Osama bin Laden foram mostradas pelo governo dos EUA a senadores americanos. Alguns deles, que discutem em imagens como macabros, disseram ser favoráveis à divulgação das imagens fotográficas de Osama bin Laden. Segundo os políticos, é possível ver que se trata do terrorista. **INTERNACIONAL/PÁG. A11**

As fotos do corpo de Osama bin Laden foram mostradas pelo governo dos EUA a senadores americanos. Alguns deles, que discutem em imagens como macabros, disseram ser favoráveis à divulgação das imagens fotográficas de Osama bin Laden. Segundo os políticos, é possível ver que se trata do terrorista. **INTERNACIONAL/PÁG. A11**

Um debate que virou bate-boca na Câmara

Assim como o PC do B-SP foi o primeiro a se manifestar no plenário da Câmara na madrugada de ontem. Ao longo do dia, no fim, Marina Silva (PV-AC) reagiu ao discurso do Código Florestal terminado em bate-boca entre o deputado e o senador. Mas não houve sobre mudanças no texto final. Aldo reagiu com alguns verbos ao mercado da esplanada. **NACIONAL/PÁG. A4**

Base de Dilma dá primeiros sinais de crise

A votação do projeto do Código Florestal deflagrou a primeira crise na base aliada de Dilma Rousseff. Insatisfeitos com o conteúdo da proposta e com a demora no preenchimento dos cargos de segundo escalão, os aliados se uniram à oposição para derrotar o governo. A votação aconteceu na segunda legislatura do Brasil. O projeto do Código Florestal ficará pendente nos próximos dias, pelo menos. **NACIONAL/PÁG. A4**

Votação do Código Florestal é adiada

O governo pretende modificar novamente o projeto do Código Florestal, que tramita na Câmara. Com isso, a votação do texto, que estava prevista para terça-feira, ficou sem data. **VEJA/PÁG. A22**

O segredo da caixa

Registada no mercado imobiliário, 447 é apresentada em Paris. Condições sobre o mercado imobiliário em 2012. **METROPOL/PÁG. C5**

Esportes
São Paulo cai na Copa do Brasil

O São Paulo perdeu para o Avaí por 3 a 0 de virada e foi eliminado da Copa do Brasil. O técnico Paulo César Carpegiani pode ser demitido. A favor: os influentes do nomeletos Vascos, Avô e Ceará e Coritiba. **ESPORTE/PÁG. E2**

Reforma da Polícia Civil prevê BO em 20 minutos

INTERVENÇÃO DA ANS É acusada de estelionato

VEJA/PÁG. A20

Neymar assume filho de garota menor de idade

ESPORTE/PÁG. E2

PRÊMIO TOP IMOBILIÁRIO

Ranking de 'cidade' define o desempenho do setor. **ECONOMIA/PÁG. B6**

FINANÇAS E GABARITO
Um Congresso no armário

TUTTY VASQUES
Higiênópolis, Leblon

DEBATE EM GABARITO
Zona de risco

Tempo na capital

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES
Foi bonita a festa

HYUNDAI SONATA. O MELHOR. 1º COLOCADO NA PESQUISA

USA TODAY

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

Faça revisões em seu veículo regularmente.

Governo volta a mexer no Código e suspende votação

Ideia é reabilitar texto do relator Aldo Rebelo acordado na noite de antontem e corrigir as 'pegadinhas' detectadas horas depois

Marta Salomon **BRASÍLIA**

O governo não sabe quando vai retomar as sessões para tentar aprovar o novo Código Florestal, mas já decidiu que a meta é reabilitar o texto do relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) fechado antontem à noite. O líder político, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, manterá a versão original, mas corrigirá as "pegadinhas" detectadas na madrugada de ontem.

A nova tentativa de votação do Código, que chegou a ser agendada para terça-feira, está ameaçada pela viagem de liderança da Câmara, Curitiba, na semana que vem. E o PMDB, aliado número um do PT e do Planalto, ameaça, por meio do seu líder, Henrique Eduardo Alves (RN), que está em observação permanente, veto à recita qualquer votação enquanto não for decidido o que fazer com o Código Florestal.

Uma das mudanças no texto do acordo negociado, que está chamando a atenção está em dois pontos políticos, aquele que libera as pequenas propriedades, com limite de até 4 módulos fiscais (de 200 a 400 hectares), de recuperar as propriedades em que responde a reserva legal. O acordo previa o bloqueio ao fracionamento de módulos e grandes imóveis rurais para a aprovação do benefício, mas essa nova versão do texto final.

Também desapareceu o texto final a proibição de instituições financeiras concederem crédito a produtores rurais que vivem em propriedades degradadas e sofrido



Prejuízo. Ro Paraíba do Sul, entre Quetuz e Lavinhas, tem as margens desmatadas

encontros, permitindo a regularização dos produtores rurais em áreas de risco ambiental. "Temos de voltar à condição original do acordo. Houve uma quebra de acordo", critica o líder do PT, Paulo Teixeira (SP), depois de a sessão ser suspensa, na madrugada de ontem.

O relator foi defendido pelo líder do governo na Câmara, Cláudio Vaccarezza (PT-SP). "Participei de toda a negociação, mas não houve, por parte do Aldo, nenhuma conduta inadequada".

Rebelo também negar ter abandonado o texto. "O texto foi finalizado submetido ao líder e tratado ao plenário. O relatório já foi apresentado. Já o Cláudio Vaccarezza, não pode ser alterado por meio de emenda (em votação no plenário)".

Outros, o relator disse ao Estado que voltaria às negociações. "Tm política, acho que não há nada que não tenha sido negociado".

Bastidores: Marta Salomon

Com apoio de governistas, proposta liberaria agronegócio

Um ou o número três a proposta de reforma do Código Florestal que ameaça o acordo negociado pelo governo desde o início do ano.

A proposta regulariza o uso de áreas desmatadas irregularmente até 22 de julho de 2008, até o início do ano.

Apresenta regularização a área de áreas desmatadas irregularmente até 22 de julho de 2008, até o início do ano.

Apresenta regularização a área de áreas desmatadas irregularmente até 22 de julho de 2008, até o início do ano.

das propriedades. Se não poderiam ser consideradas áreas de ocupação consolidada se que passarem em risco a conservação do solo e da água ou se localizadas em áreas de risco. Essas definições ficariam sob a responsabilidade dos órgãos estaduais de meio ambiente.

O texto foi apresentado sob patrocinio dos parlamentares de oposição na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, que representa o nordestino. Na pauta a contar com o apoio de deputados aliados ao Planalto.

Essa foi a motivação apontada pelo líder de governo, Cláudio Vaccarezza (PT-SP), para adiar a votação do Código Florestal.

Havia um movimento em plenário que poderia divergir o texto do acordo. E, em permissão, que o texto fosse desligado", avalia o líder, que comandou a suspensão da votação na madrugada de ontem.

"Tivemos assistido a uma comissão de erro do governo", comentou o líder do PSD, deputado Duarte Nogueira (SP). Outros, o líder criticou que a limenda não teria votos suficientes para ser aprovada.

"Apresentamos emendas para fazer o confiantes", disse.

O PSD entrou como cotador da emenda de plenário, ao lado do DEM, que mudou as regras de definição pelo governo Fernando Henrique Cardoso. "O presidente falou comigo em uma única oportunidade, reconheceu que algumas mudanças precisavam ser feitas e disse confiar no nosso bom senso", contou o líder Duarte Nogueira.

Estímulos
A reconposição da reserva legal pode ser feita com espécies nativas, como eucalipto e pinus. A área plantada não pode exceder 50% da área total de reserva legal a ser recuperada.

QUE MUDOU

- **Reserva legal**
O texto aprovado pelas líderes previa o benefício de dispensa da recuperação da reserva legal para as pequenas propriedades registradas em 1988, sem até 4 módulos fiscais, até julho de 2008. O texto levado ao plenário permitia o fracionamento de módulos e grandes propriedades para que elas também sejam beneficiadas pela medida.
- **Paratido**
A primeira versão da proposta não autorizava novos desmatamentos no Paratido, mas apenas os já existentes. No entanto, o texto final autoriza a exploração do bloco, com área do órgão estadual de meio ambiente.
- **Regularização ambiental**
Acordo determinava que os produtores rurais tenham um ano para aderir ao programa de regularização ambiental dos imóveis. A versão final inclui o texto que regularizaria o uso de áreas rurais consideradas de ocupação consolidada por atividades de agricultura e pecuária. Outro dispositivo incluído do último texto permitia a compra de terras para compensar a reserva legal, com prêmio sobre pequenas propriedades.
- **Manguezais**
O acordo previa a proteção de manguezais "em todo seu estendido". O texto levado ao plenário diz que salgados e apícolas (tipo específico de área úmida) não são consideradas Áreas de Preservação Permanente, desde que não haja produção de carvão no Nordeste.
- **Embargo**
Era prevista embargo de propriedades que desmatassem irregularmente. A versão para o plenário omite que as instituições financeiras ficam proibidas de emprestar a desmatadores.

BLOCKBUSTER ONLINE

Já pensou em alugar filmes pela internet e receber em casa, sem prazo para devolução ou multas?

Escolha o desconto que mais combina com você e divirta-se!

1 PLANO BLOCK 2*

De: R\$34,90 Por: **R\$1,00**

no 1º mês

CUPOM: ESTADA0B21M

2 PLANO BLOCK 2*

De: R\$34,90 Por: **R\$17,45**

nos 3 primeiros meses

CUPOM: ESTADA0B23M

Alugue até 8 DVDs por mês

Participe da promoção acessando o site: www.blockbuster.com.br/ofertaimbativo

Digite o cupom da promoção escolhida

Data limite para inscrição no site: 26/05/2011

*1º PLANO BLOCK 2 - Alugue 2 DVDs por vez pelo tempo que quiser, até 4 pedidos por mês, valor normal do plano: R\$34,90. Preços e facilidades válidos somente para novos assinantes, na internet. Caso não seja solicitado o cancelamento ao SAC da BLOCKBUSTER Online, no máximo, 5 dias úteis antes do vencimento de sua assinatura, será cobrado o valor normal do plano.

O ESTADO DE S. PAULO



Caderno 2
Festa desfalcada
Terrence Malik,
Palma de Ouro,
falta à premiação

Tributo a Léa
Semana Léa Freire
homenageia
a flautista.
Pág. D10

Viagem
Orlando fácil
Confira o melhor da
meça dos parques
de A a Z.
Pág. D10

Dilma ameaça vetar se Código Florestal anistiar desmatador

Reação do governo a acordo fechado a sua revela ocorre após a divulgação do aumento do desmate na Amazônia

A presidente Dilma Rousseff ameaça vetar a reforma do Código Florestal se os deputados não recuarem de proposta acordada na semana passada. O texto considera consolidada a ocupação em áreas de preservação permanentes desmatadas até julho de 2008, o que, na avaliação do governo, abre caminho para novos desmatamentos. A ameaça foi feita no momento em que o projeto de lei enviado ao Congresso em março e abril recebeu quase 300 votos em relação à aprovação em comissão em uma sessão realizada no dia 24 de maio. O projeto prevê a anistia para quem desmatou em áreas de preservação permanente até julho de 2008, o que, na avaliação do governo, abre caminho para novos desmatamentos. A ameaça foi feita no momento em que o projeto de lei enviado ao Congresso em março e abril recebeu quase 300 votos em relação à aprovação em comissão em uma sessão realizada no dia 24 de maio. O projeto prevê a anistia para quem desmatou em áreas de preservação permanente até julho de 2008, o que, na avaliação do governo, abre caminho para novos desmatamentos.

► **Opinião 'agenda positiva'**
Para tirar o governo da mídia por conta do caso Palácio, o Planalto defende a operação para embelezar 'agenda positiva'. NACIONAL / PÁG. 44

MP Lula amigo de 'mensalinho' em Campinas

Relatório do Ministério Público sobre suposto esquema de corrupção do Prefeito de Campinas cita como um dos atos da investigação o empreendimento Carlos Rinaldi. Apoiado como dono de empreitada com o empresário de nome Carlos Rinaldi, o relatório afirma que o empresário teria sido beneficiado com uma licença de construção de um prédio para 'proteger' seu presidente local, seu amigo NACIONAL / PÁG. 44

Tornado mata mais de 100 nos EUA

Com ventos de mais de 300 km/h, um dos tornados mais violentos dos últimos 60 anos devastou a cidade de Joplin, de 50 mil habitantes, no Missouri, matando ao menos 138 pessoas na noite de domingo. O trauma afetou milhares de famílias e, sem sobreviventes em áreas afetadas, pressionou a defesa de mortos. INTERNACIONAL / PÁG. 42



Naufração deixa 4 mortos e 5 desaparecidos

Pelo menos quatro pessoas morreram durante naufração de um barco no Lago Paranaíba, em Brasília. Os bombeiros continuam as buscas por pelo menos cinco pessoas. As investigações indicam que o embarcação estava superlotada e tinha problemas. CAMEL/PAZ 42



Tragédia. Bombeiros resgatam corpo de vítima no Lago Paranaíba

Possível contágio grego na UE derruba bolsas

Chile investiga causa da morte de Alende
Vulcão da Islândia cancela voos na Europa

Sob pressão, Zapatero pode cair na Espanha

Vendedor das votações locais de domingo pediu eleições gerais antecipadas e a renúncia do governo de José Luis Zapatero. O Partido Socialista Democrático liderado por Zapatero pediu eleições antecipadas e a renúncia do governo de José Luis Zapatero. O Partido Socialista Democrático liderado por Zapatero pediu eleições antecipadas e a renúncia do governo de José Luis Zapatero.

ANÁLISE JURÍDICA
O discreto charme da corrupção
"Do explícito à Brasil de hoje, Tenho agora mais evidências, haverá registro e o tamanho da degradação. Homens como eu mereço um prêmio".
CADERNO 1/PÁG. D10

PAUL ABREU
O fracasso da austeridade
Os países endividados da Europa estão, como era de esperar, sofrendo de um novo declínio econômico graças aos programas de austeridade.
ECONOMIA/PÁG. B3

EL FABRIBER
Internet acha que nos conhece
Os gigantes de web estão correndo para oferecer filtros especializados que nos mostram a internet que acham que devemos ver.
VÍDEO GLOBAL/PÁG. A12

Tempo na capital
25° Máx. 22° Mín. 13° Méd. 19°
Vento: Sudeste a Sul, 10-20 km/h
ESTAR SOB TEMPO EM 02/03/PÁG. A11

NOTÍCIAS ENTUSIASMADORAS
MP 517, uma abreviação
Código de lei que prevê política energética e desenvolvimento econômico são alguns dos temas. PÁG. 43

VEJA NA PÁGINA 5.

TECNOLOGIA, DESEMPENHO, DESIGN E PERFEIÇÃO. SO O PREFERIDO.

LANÇAMENTO 2012

Faça revisões em seu veículo regularmente.

Vida

Ambiente. Em meio ao crescimento do desmatamento na Amazônia, presidente avisa a deputados da base governista que não vai recuar de promessas de campanha, quando anunciar veto a propostas que reduzam áreas de reserva legal e de preservação permanente

Dilma eleva o tom, rejeita anistia a desmatador e ameaça vetar Código

Enghelo Lopes
Mestre Sublime
BRASÍLIA

Os ex-deputados mudam a proposta de reforma do Código Florestal que acordaram na semana passada para a presidente Dilma Rousseff vetar o texto. Foi a primeira vez que a presidente, que afirma não aceitar anistia a desmatadores, não reduziu áreas de preservação de vegetação nativa nas propriedades rurais ou nos margens de rios e rioscintas.



Reunião histórica. A ministra Izabela Teixeira (à dir.) recebe a visita de oito ex-ministros do Meio Ambiente, em Brasília

O endurecimento de Dilma se dá logo após o anúncio do desmatamento na Amazônia nos meses de março e abril, quando quase 300% em relação ao anistioso - o que motivou a criação de um gabinete de crise coordenado pelo ministro do Meio Ambiente, Izabela Teixeira.

Área crítica em MT tem 70 fiscais

A região de Mato Grosso que reúne os 30 municípios mais castigados pelo desmatamento conta hoje com apenas 70 fiscais de Defesa Civil. O total de 180 homens - segundo o chefe do escritório de Defesa no município, Evandro Silva. Com esse contingente reduzido para apenas 70 homens, o Dama em Embargo 32 áreas, que, somadas, representam 13,6 mil hectares. FÁBULA/ASA, ESPECIAL PÁG. B10

que não aceita anistia a desmatador e ameaça vetar Código Florestal. O governo teria concordado em facilitar a regularização das propriedades. Mas de 20% dos produtores rurais seriam beneficiados com a proposta negociada desde o início do ano.

Dez ex-ministros do Meio Ambiente entregam manifesto

Em carta, eles criticam a anistia para quem desmatou legalmente e a permissão de atividade em áreas protegidas

TRECHOS

“Não vemos (...) na proposta de mudanças do Código Florestal aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados em julho de 2010 nem nos verbos posteriormente circulada, coerência com nosso processo histórico, mantido por sempre na busca da consolidação de desenvolvimento sustentável. Ao contrário, o aprovada qualquer uma dessas versões, o permitiria para atividades agrícolas em áreas de Preservação Permanente e reafirmaria de poderes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).”

Sua empresa pode ter um plano de saúde que oferece muito mais.

Golden Empresas

Assistência médica domiciliar de urgência e emergência*

Redução de carência**

Assistência empresarial**

Assistência 24h no Brasil e no exterior**

Seguro de acidentes pessoais***

Plano odontológico***

Ampla rede de médicos, hospitais e laboratórios

Abangência regional ou nacional**

Compare as vantagens e venha para a Golden.

Ligue grátis ou consulte seu corretor:
0800 979 2001
www.goldencross.com.br

Golden Cross
O importante é ter saúde

O ESTADO DE S. PAULO



Quarta-feira 26 de maio de 2011 R\$ 2,30* ANO 132 Nº 1093 EDIÇÃO DE 23400 estado.com.br

Idéias. José Rosendo, Nelson Brissac e Heloisa Maringoni

Caderno2
Arte com trens
Projeto aproveitará vagões abandonados no bairro da Mooca

Agrícola
Preços melhores
Quebra da safra de amêndoas melhora cotação do produto

Caso Palocci põe Lula à frente da articulação política

Diante da crise, ex-presidente traça estratégia para defesa do ministro e lidera diálogo com parlamentares

Novas gestões de crise envolvendo o ministro Antonio Palocci (Casa Civil), ex-presidente Lula e outros membros da equipe política do governo de Dilma Rousseff. Lula dialoga com senadores do PT, juntos com Dilma, para não ser condenado para a prisão de 180 dias e seja tem café da manhã na casa do presidente da Senada, José Sarney (PMDB-AP), com o senador Heloisa Maringoni no Congresso. Segundo fontes, Lula disse que a operação está sendo feita de forma que não prejudique o Palocci. Preocupado com o prolongamento da crise, Lula negocia a estratégia de defesa, mas não quer que seja feita de forma política no âmbito da política de defesa do segundo ex-vice-presidente da República, José Sarney. O PMDB se recusa, mas não se opõe à defesa de Palocci. NACIONAL, PÁG. A2

Planalto acusa tucanos de vazamento de dados

O secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, acusou a Secretaria de Finanças da Casa Civil de vazamento de dados para o senador José Sarney (PMDB-AP), com o senador Heloisa Maringoni no Congresso. Segundo fontes, Lula disse que a operação está sendo feita de forma que não prejudique o Palocci. Preocupado com o prolongamento da crise, Lula negocia a estratégia de defesa, mas não quer que seja feita de forma política no âmbito da política de defesa do segundo ex-vice-presidente da República, José Sarney. O PMDB se recusa, mas não se opõe à defesa de Palocci. NACIONAL, PÁG. A2



De volta. O ex-presidente Lula em encontro com senadores governistas

À revelia de Dilma, Código Florestal é aprovado

Contrariando o presidente Dilma Rousseff, deputados aliados e da oposição aprovaram ontem a reforma do Código Florestal em matéria de deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). Foram 425 votos a favor e 123 contrários. O projeto prevê a criação de 20 milhões de áreas de preservação ambiental e a redução da área de preservação ambiental em 50%.

Contrariando o presidente Dilma Rousseff, deputados aliados e da oposição aprovaram ontem a reforma do Código Florestal em matéria de deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). Foram 425 votos a favor e 123 contrários. O projeto prevê a criação de 20 milhões de áreas de preservação ambiental e a redução da área de preservação ambiental em 50%. O PMDB se recusa, mas não se opõe à defesa de Palocci. NACIONAL, PÁG. A2

Ativistas são assassinados
José Cláudio da Silva e Maria de Espírito Santo, que defendem o advogado Rogério de Medeiros no Park, foram mortos por pistoleiros. NACIONAL, PÁG. A2

O ESTADO DE S. PAULO



Quarta-feira 26 de maio de 2011 R\$ 2,30* ANO 132 Nº 1093 EDIÇÃO DE 23400 estado.com.br

Idéias. José Rosendo, Nelson Brissac e Heloisa Maringoni

Caderno2
Arte com trens
Projeto aproveitará vagões abandonados no bairro da Mooca

Agrícola
Preços melhores
Quebra da safra de amêndoas melhora cotação do produto

Caso Palocci põe Lula à frente da articulação política

Diante da crise, ex-presidente traça estratégia para defesa do ministro e lidera diálogo com parlamentares

Novas gestões de crise envolvendo o ministro Antonio Palocci (Casa Civil), ex-presidente Lula e outros membros da equipe política do governo de Dilma Rousseff. Lula dialoga com senadores do PT, juntos com Dilma, para não ser condenado para a prisão de 180 dias e seja tem café da manhã na casa do presidente da Senada, José Sarney (PMDB-AP), com o senador Heloisa Maringoni no Congresso. Segundo fontes, Lula disse que a operação está sendo feita de forma que não prejudique o Palocci. Preocupado com o prolongamento da crise, Lula negocia a estratégia de defesa, mas não quer que seja feita de forma política no âmbito da política de defesa do segundo ex-vice-presidente da República, José Sarney. O PMDB se recusa, mas não se opõe à defesa de Palocci. NACIONAL, PÁG. A2

Planalto acusa tucanos de vazamento de dados

O secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, acusou a Secretaria de Finanças da Casa Civil de vazamento de dados para o senador José Sarney (PMDB-AP), com o senador Heloisa Maringoni no Congresso. Segundo fontes, Lula disse que a operação está sendo feita de forma que não prejudique o Palocci. Preocupado com o prolongamento da crise, Lula negocia a estratégia de defesa, mas não quer que seja feita de forma política no âmbito da política de defesa do segundo ex-vice-presidente da República, José Sarney. O PMDB se recusa, mas não se opõe à defesa de Palocci. NACIONAL, PÁG. A2



De volta. O ex-presidente Lula em encontro com senadores governistas

À revelia de Dilma, Código Florestal é aprovado

Contrariando o presidente Dilma Rousseff, deputados aliados e da oposição aprovaram ontem a reforma do Código Florestal em matéria de deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). Foram 425 votos a favor e 123 contrários. O projeto prevê a criação de 20 milhões de áreas de preservação ambiental e a redução da área de preservação ambiental em 50%.

Contrariando o presidente Dilma Rousseff, deputados aliados e da oposição aprovaram ontem a reforma do Código Florestal em matéria de deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). Foram 425 votos a favor e 123 contrários. O projeto prevê a criação de 20 milhões de áreas de preservação ambiental e a redução da área de preservação ambiental em 50%. O PMDB se recusa, mas não se opõe à defesa de Palocci. NACIONAL, PÁG. A2

Ativistas são assassinados
José Cláudio da Silva e Maria de Espírito Santo, que defendem o advogado Rogério de Medeiros no Park, foram mortos por pistoleiros. NACIONAL, PÁG. A2

Pimenta Neves é preso 11 anos depois de assassinato

Após quase 11 anos de crime, o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou que o jornalista Antonio Marcos Pimenta Neves, de 74 anos, cumpra a pena de 12 anos de prisão após ter sido condenado pelo assassinato da jornalista fundadora da mídia. Em liberdade graças a recursos judiciais, ele se entregou aos policiais que foram a sua casa ontem à noite, na Chácara Santo Antônio, zona sul de São Paulo. "É chegada o momento de cumprir a pena", afirmou o ministro Carlos Celso de Mello. OBRAS, PÁG. A3



Mandado cumprido. O jornalista Pimenta Neves é conduzido à prisão por policiais da Divisão de Capturas

Israel diz que só negocia com palestinos sem o Hamas

Aplaudido por republicanos e democratas no Congresso dos EUA, o premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, declarou negociar com um governo palestino integrado pelo Hamas. Ele explicou também um tratado de paz com o presidente Barack Obama. Netanyahu disse que Jerusalém não será dividida e que a solução para os refugiados está fora das fronteiras de Israel. Para os palestinos, a divisão é condição sine qua non da paz. INTERNACIONAL, PÁG. A3

ELLEN GRACIE
MINISTRA DO STF
"Como justificar que, em um delito cometido em 2000, até hoje não compareça o acusado?"
CELSO DE MELLO
MINISTRO DO STF
"Realmente se agarraram todos ao mesmo recurso?"

Consórcio de Belo Monte sofre mais desistências
ECONOMIA, PÁG. B5
Morte o dramaturgo Aldias Nascimento
CADERNO 1, PÁG. D6

DORA ERAMER
Mora maquiagem
Lula continua sempre com uma dose de maquiagem política, defende-se a reforma pública como a solução de todos os males.
ECONOMIA, PÁG. B6

CELSO MING
Remédio pior que a doença
Políticos sempre se perguntam por que não abandonam o cargo. Esse remédio tende a matar mais rapidamente do que a própria doença.
ECONOMIA, PÁG. B7

BARRY GOLDMAN
A regra interna que orlamos
Quem comete erros em negócios, repetidos por alguma razão interna do negócio? Aquele crítico de estratégia continua presente.
VEJA NA PÁG. A17

Tempo na capital
25 Min. de chuva
1,3 Min. de sol
ESTADO 100 CIGARROS R\$ 100,00 PÁG. A1

NOTÍCIAS IMPORTANTES
As explicações terão de vir
A falta de boas explicações, por parte do governo, pode ser o motivo de uma possível condenação de Palocci.
PÁG. A2

Pimenta Neves é preso 11 anos depois de assassinato

Após quase 11 anos de crime, o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou que o jornalista Antonio Marcos Pimenta Neves, de 74 anos, cumpra a pena de 12 anos de prisão após ter sido condenado pelo assassinato da jornalista fundadora da mídia. Em liberdade graças a recursos judiciais, ele se entregou aos policiais que foram a sua casa ontem à noite, na Chácara Santo Antônio, zona sul de São Paulo. "É chegada o momento de cumprir a pena", afirmou o ministro Carlos Celso de Mello. OBRAS, PÁG. A3



Mandado cumprido. O jornalista Pimenta Neves é conduzido à prisão por policiais da Divisão de Capturas

Israel diz que só negocia com palestinos sem o Hamas

Aplaudido por republicanos e democratas no Congresso dos EUA, o premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, declarou negociar com um governo palestino integrado pelo Hamas. Ele explicou também um tratado de paz com o presidente Barack Obama. Netanyahu disse que Jerusalém não será dividida e que a solução para os refugiados está fora das fronteiras de Israel. Para os palestinos, a divisão é condição sine qua non da paz. INTERNACIONAL, PÁG. A3

ELLEN GRACIE
MINISTRA DO STF
"Como justificar que, em um delito cometido em 2000, até hoje não compareça o acusado?"
CELSO DE MELLO
MINISTRO DO STF
"Realmente se agarraram todos ao mesmo recurso?"

Consórcio de Belo Monte sofre mais desistências
ECONOMIA, PÁG. B5
Morte o dramaturgo Aldias Nascimento
CADERNO 1, PÁG. D6

DORA ERAMER
Mora maquiagem
Lula continua sempre com uma dose de maquiagem política, defende-se a reforma pública como a solução de todos os males.
ECONOMIA, PÁG. B6

CELSO MING
Remédio pior que a doença
Políticos sempre se perguntam por que não abandonam o cargo. Esse remédio tende a matar mais rapidamente do que a própria doença.
ECONOMIA, PÁG. B7

BARRY GOLDMAN
A regra interna que orlamos
Quem comete erros em negócios, repetidos por alguma razão interna do negócio? Aquele crítico de estratégia continua presente.
VEJA NA PÁG. A17

Tempo na capital
25 Min. de chuva
1,3 Min. de sol
ESTADO 100 CIGARROS R\$ 100,00 PÁG. A1

NOTÍCIAS IMPORTANTES
As explicações terão de vir
A falta de boas explicações, por parte do governo, pode ser o motivo de uma possível condenação de Palocci.
PÁG. A2

Advertisement for Hyundai Tucson 2012. Text: O PRIMEIRO CARRO BRASILEIRO COM A DIFE DE QUALIDADE MUNDIAL DA HYUNDAI. LANCAMENTO 2012. VEJA NA PÁGINA 1.

Advertisement for Hyundai Tucson 2012. Text: O PRIMEIRO CARRO BRASILEIRO COM A DIFE DE QUALIDADE MUNDIAL DA HYUNDAI. LANCAMENTO 2012. VEJA NA PÁGINA 1.

PLANETA

MAO POSTICA
Cadastramento dos florestais (filhos de Aldo Rebelo) no Zoo de Curitiba, na Chincis. A floresta no alto, que quer dizer, mas depois os rejeitos.



Leis e legislações ambientais são aprovadas em Curitiba.



Câmara aprova novo Código Florestal

Texto de Aldo Rebelo teve 410 votos a favor, 63 contrários e 1 abstenção

Marta Sulmon
Rafaela Lopez / BRASIL
A Câmara dos Deputados aprovou na noite ontem, por 410 votos a favor, 63 contrários e 1 abstenção, o texto do relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. A votação propõe a criação de uma nova legislação ambiental, com 110 artigos, e a extinção de outras 10 leis.

PARA LEMBRAR

Gabinete foi criado para conter desmatamento
A ministra Izabela Teixeira (PSB) anunciou a criação de um gabinete de crise na secretaria ambiental, após o anúncio do aumento de 45% na desmatamento.

PRINCIPAIS PONTOS

- **Áreas de Preservação Permanente (APPs)** São áreas de margem de rios e em encostas que devem manter a vegetação nativa para proteger rios e evitar a erosão de solos. Carro-chefe da reforma é a criação de uma nova legislação ambiental, com 110 artigos, e a extinção de outras 10 leis.
- **Reserva Legal** Percentual da propriedade, entre 20% e 80%, que deve ser mantido com vegetação nativa. Propõe baixar a percentagem de 20% para 10% em áreas de preservação ambiental.
- **Reserva Ambiental** Reserva de preservação ambiental criada para proteger áreas de preservação ambiental.

o aumento da PSD, também desmatando a mata de Fluminópolis. "Não acredito que produtores rurais da região tenham se beneficiado com o aumento de 45% na desmatamento", afirmou o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.

o aumento da PSD, também desmatando a mata de Fluminópolis. "Não acredito que produtores rurais da região tenham se beneficiado com o aumento de 45% na desmatamento", afirmou o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.



Relator
O deputado federal Aldo Rebelo

Descoberta em Itu uma das maiores cavernas de granito

Extensão final da cavidade pode chegar a 2 mil metros, que é a cota máxima em 3º lugar no ranking mundial
José Maria Tomazini
BOCA RATON
O que se considerava uma pequena caverna em Itaipava, no município de Itu, em São Paulo, acabou se revelando ser uma das maiores cavernas de granito do mundo. A descoberta ocorreu após uma expedição realizada por uma equipe de pesquisadores liderada por José Maria Tomazini, do Instituto de Geologia da USP.

Característica
CARLOS EDUARDO MARTINS
PRESIDENTE DO GRUPO DE PESQUISA EM GEOMORFOLOGIA DO INSTITUTO DE GEOLOGIA DA USP
"O granito apresenta sinais de um processo de erosão que se iniciou há milhões de anos, o que se refletiu na formação da caverna".

go muito singular". Ela brinca com o fato de que a caverna não é formada no granito, mas sim no calcário que recobre o granito. "O granito é muito antigo e a caverna se formou por um processo de erosão que se iniciou há milhões de anos, o que se refletiu na formação da caverna".

o aumento da PSD, também desmatando a mata de Fluminópolis. "Não acredito que produtores rurais da região tenham se beneficiado com o aumento de 45% na desmatamento", afirmou o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.

PLANETA

MAO POSTICA
Cadastramento dos florestais (filhos de Aldo Rebelo) no Zoo de Curitiba, na Chincis. A floresta no alto, que quer dizer, mas depois os rejeitos.



Leis e legislações ambientais são aprovadas em Curitiba.

Câmara aprova anistia a desmatador

Após votarem o texto do relator Aldo Rebelo, deputados derrotaram governo Dilma e dão aval a emenda apresentada pelo PMDB

Projeto agora segue para votação no Senado

A Câmara dos Deputados aprovou na noite ontem, por 410 votos a favor, 63 contrários e 1 abstenção, o texto do relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.

Área de Preservação Permanente (APP)

Área de preservação permanente (APP) é uma faixa de terra ao longo de cursos d'água, topos de morre, montes, serras e áreas de preservação ambiental.

QUE DIZ A LEI ATUAL E COMO FICOU O PROJETO APROVADO

Até a aprovação do projeto, a lei atual exigia que o produtor rural mantivesse uma área equivalente a 20% do terreno com vegetação nativa. O projeto aprovado reduz esse percentual para 10% em áreas de preservação ambiental.

Reserva Legal

A reserva legal é a área de terra que o produtor rural deve manter com vegetação nativa. O projeto aprovado reduz esse percentual de 20% para 10% em áreas de preservação ambiental.

Reserva Ambiental

A reserva ambiental é uma área de terra que o produtor rural deve manter com vegetação nativa para proteger áreas de preservação ambiental.

o aumento da PSD, também desmatando a mata de Fluminópolis. "Não acredito que produtores rurais da região tenham se beneficiado com o aumento de 45% na desmatamento", afirmou o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.

Novo Código causou ultrade desmatamento

O aumento no ritmo da desmatamento na Amazônia, o que levou a criação do novo Código Florestal em discussão no Congresso Nacional.

o aumento da PSD, também desmatando a mata de Fluminópolis. "Não acredito que produtores rurais da região tenham se beneficiado com o aumento de 45% na desmatamento", afirmou o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.

Reserva Legal

A reserva legal é a área de terra que o produtor rural deve manter com vegetação nativa. O projeto aprovado reduz esse percentual de 20% para 10% em áreas de preservação ambiental.

o aumento da PSD, também desmatando a mata de Fluminópolis. "Não acredito que produtores rurais da região tenham se beneficiado com o aumento de 45% na desmatamento", afirmou o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.

Reserva Ambiental

A reserva ambiental é uma área de terra que o produtor rural deve manter com vegetação nativa para proteger áreas de preservação ambiental.



Relator
O deputado federal Aldo Rebelo

Ruralistas e ambientalistas lutam galerias para votação

Grupos rivais se alinham para votar no projeto de reforma do Código Florestal. O texto do projeto prevê a criação de uma nova legislação ambiental, com 110 artigos, e a extinção de outras 10 leis.

o aumento da PSD, também desmatando a mata de Fluminópolis. "Não acredito que produtores rurais da região tenham se beneficiado com o aumento de 45% na desmatamento", afirmou o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.

PLANETA

MAO POSTICA
Cadastramento dos florestais (filhos de Aldo Rebelo) no Zoo de Curitiba, na Chincis. A floresta no alto, que quer dizer, mas depois os rejeitos.



Leis e legislações ambientais são aprovadas em Curitiba.

Câmara aprova anistia a desmatador

Após votarem o texto do relator Aldo Rebelo, deputados derrotaram governo Dilma e dão aval a emenda apresentada pelo PMDB

Projeto agora segue para votação no Senado

A Câmara dos Deputados aprovou na noite ontem, por 410 votos a favor, 63 contrários e 1 abstenção, o texto do relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.

Área de Preservação Permanente (APP)

Área de preservação permanente (APP) é uma faixa de terra ao longo de cursos d'água, topos de morre, montes, serras e áreas de preservação ambiental.

QUE DIZ A LEI ATUAL E COMO FICOU O PROJETO APROVADO

Até a aprovação do projeto, a lei atual exigia que o produtor rural mantivesse uma área equivalente a 20% do terreno com vegetação nativa. O projeto aprovado reduz esse percentual para 10% em áreas de preservação ambiental.

Reserva Legal

A reserva legal é a área de terra que o produtor rural deve manter com vegetação nativa. O projeto aprovado reduz esse percentual de 20% para 10% em áreas de preservação ambiental.

Reserva Ambiental

A reserva ambiental é uma área de terra que o produtor rural deve manter com vegetação nativa para proteger áreas de preservação ambiental.

o aumento da PSD, também desmatando a mata de Fluminópolis. "Não acredito que produtores rurais da região tenham se beneficiado com o aumento de 45% na desmatamento", afirmou o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.

Novo Código causou ultrade desmatamento

O aumento no ritmo da desmatamento na Amazônia, o que levou a criação do novo Código Florestal em discussão no Congresso Nacional.

o aumento da PSD, também desmatando a mata de Fluminópolis. "Não acredito que produtores rurais da região tenham se beneficiado com o aumento de 45% na desmatamento", afirmou o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.

Reserva Legal

A reserva legal é a área de terra que o produtor rural deve manter com vegetação nativa. O projeto aprovado reduz esse percentual de 20% para 10% em áreas de preservação ambiental.

o aumento da PSD, também desmatando a mata de Fluminópolis. "Não acredito que produtores rurais da região tenham se beneficiado com o aumento de 45% na desmatamento", afirmou o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.

Reserva Ambiental

A reserva ambiental é uma área de terra que o produtor rural deve manter com vegetação nativa para proteger áreas de preservação ambiental.



Relator
O deputado federal Aldo Rebelo

Ruralistas e ambientalistas lutam galerias para votação

Grupos rivais se alinham para votar no projeto de reforma do Código Florestal. O texto do projeto prevê a criação de uma nova legislação ambiental, com 110 artigos, e a extinção de outras 10 leis.

o aumento da PSD, também desmatando a mata de Fluminópolis. "Não acredito que produtores rurais da região tenham se beneficiado com o aumento de 45% na desmatamento", afirmou o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.

o aumento da PSD, também desmatando a mata de Fluminópolis. "Não acredito que produtores rurais da região tenham se beneficiado com o aumento de 45% na desmatamento", afirmou o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reformula o Código Florestal. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento. O documento diz que se cria um "gabinete de crise" para conter o desmatamento.

O ESTADO DE S. PAULO



Ignara. O caviar de azeit

Quinta-feira 26 DE MAIO DE 2011 R\$ 3,00*

ANO 132 Nº 4264 EDIÇÃO DE 2340 estado.com.br

Paladar
O futuro chega ao fim
O restaurante El Bulli, que mudou a gastronomia, vai fechar. O que virá depois?

Viagem ESPECIAL
As férias estão aí
Dicas vão das serras e chapadas brasileiras a parques na Flórida

Caderno2
Shakespeare puro
Estreia em SP a peça *A Tempestade* em versão fiel à original, diz diretor

Lula adverte Palocci que aliados estão insatisfeitos

Ex-presidente cobra mudança na articulação política para satisfazer governistas e impedir que apoiem CPI

Preocupado com a ameaça da base governista, o ex-presidente Lula voltou ao ministro Antonio Palocci (Csa-C) que de tem de atender os parlamentares do contrário ao ataque poderiam encerrar uma CPI. Segundo para investigar a condução de seu partido. Lula relata o diálogo que teve com Palocci durante café da manhã com líderes de partidos aliados do governo, ontem, na casa do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). O ex-presidente ouviu queixas e pediu um voto de confiança em Palocci, que telefonou para o sena-



Articulação. Lula se reúne com os permeabilistas Michel Temer e José Sarney e outros líderes da base aliada

• **Stantander contratou consultoria**
Antonio Palocci precisa ser avaliado para que ele não seja deposto e o senador. O banco diz que o contrato para a prestação de serviços. NACIONAL / PÁG. A4

Kit anti-homofobia é suspenso por evitar CPI

• Preocupado com a pressão dos parlamentares evangélicos, que ameaçam encerrar o pedido de CPI para investi-

gar o ministro Palocci, o presidente Dilma Rousseff mandou suspender o kit anti-homofobia que estava sendo preparado pelo Ministério da Educação para distribuição em escolas. Dilma pretende se reunir com líderes evangélicos na próxima semana. NACIONAL / PÁG. A4

Punição a produtor rural deve ser adiada

O governo deve prorrogar por 120 dias a aplicação da multa de 10% para produtores rurais que não regularizarem a reserva legal em seus imóveis. O decreto com a moratória para os produtores que cometerem crimes ambientais termina em 11 de junho. O Conselho de Defesa do Meio Ambiente (Cemave) está sendo pleiteado pelos senadores, que querem prorrogação para analisar o projeto do Código Florestal, aprovado na Câmara. VIDA / PÁG. A10



Desconstrução. Obama e Cameron, premiê britânico, servem churrasco

Emergentes não ameaçam EUA, diz Obama

O presidente dos EUA, Barack Obama, afirmou em Londres que EUA e Grã-Bretanha continuam sendo países "independentes" para a sua estabilidade mundial, pois ambos possuem "potenciais semelhantes para a ação global" em tempos de guerra. Obama e Cameron, premiê britânico, estão sendo pleiteados pelos senadores, que querem prorrogação para analisar o projeto do Código Florestal, aprovado na Câmara. VIDA / PÁG. A10

SP adota padrão mais rígido de controle do ar

Tornados matam 14 em 3 Estados americanos
iPad 2 chega amanhã, com poucas unidades
Pimenta é transferido para Tremembé

JOSÉ SERRA
A indústria faz a diferença
Deberá render no País dependente de uma indústria dinâmica. Do contrário, não haverá aumento suficiente de bens e serviços de produtividade. ESPAÇO ABERTO / PÁG. A2

DIRA SALAMER
Fratura exposta
A presidente encobriu o papel do ex-presidente exco, mas informalidade institucional jamais vista no mundo ocidental. NACIONAL / PÁG. A5

VERISSIMO
A quem interessa
As teorias conspiratórias sobre uma possível armadilha de Nicolas Sarkozy para o grande Strauss-Kahn não resistirão às provas cabedais. CADENHO 2 / PÁG. D2

Tempo na capital
28º Máx. 23º Mín. 13º Min. de chuva
ESTADO SOB TEMPERAÇÃO DE 100 CIL. PÁG. A10

NOTAS & INFORMAÇÕES
Lula assume o comando
O fôfo central na reorganização de Lula é o afastado da comissão política da presidente Dilma. NACIONAL / PÁG. A3

Hyundai ix35 advertisement with car image and text: O LUXO ERA PARA POLÍCIAS. HYUNDAI. NOVAS IDEIAS. NOVAS POSSIBILIDADES. LANÇAMENTO 2012. Respeite a sinalização de trânsito. VEJA NA PÁGINA 5.

O ESTADO DE S. PAULO



Ignara. O caviar de azeit

Quinta-feira 26 DE MAIO DE 2011 R\$ 3,00*

ANO 132 Nº 4264 EDIÇÃO DE 2340 estado.com.br

Paladar
O futuro chega ao fim
O restaurante El Bulli, que mudou a gastronomia, vai fechar. O que virá depois?

Viagem ESPECIAL
As férias estão aí
Dicas vão das serras e chapadas brasileiras a parques na Flórida

Caderno2
Shakespeare puro
Estreia em SP a peça *A Tempestade* em versão fiel à original, diz diretor

Caso Palocci faz Dilma ceder a aliados insatisfeitos

Derrotado na votação do Código Florestal, governo é pressionado a mudar decisões administrativas

A crise instalada após a revelação da significativa evolução patrimonial do ministro Antonio Palocci (Csa-C) começa a causar abalos na base aliada da presidente Dilma Rousseff. Além do derrota na votação do Código Florestal, na terça-feira, o governo ameaça perder o apoio de aliados importantes em decisões administrativas. Preocupado com a rebelião das bancadas evangélica e católica no Congresso, que ameaçam apoiar uma CPI sobre o caso, Dilma mandou suspender o kit anti-homofobia que estava sendo preparado pelo



Articulação. Lula se reúne com os permeabilistas Michel Temer e José Sarney e outros líderes da base aliada

PSDB e Recicla travam batalha de informações

• Antonio Palocci foi juiz além de uma batalha entre PSDB e Recicla Federal. De acordo com o partido, Palocci estava

envolvido em triangulação envolvendo restituição de imposto da Recicla à WForm, empresa doadora da campanha de Dilma e para a qual o ministro preside comissão. A Recicla informou que o pagamento foi feito por ordem judicial. O PSDB contesta. NACIONAL / PÁG. A4

Punição a produtor rural deve ser adiada

O governo deve prorrogar por 120 dias a aplicação da multa de 10% para produtores rurais que não regularizarem a reserva legal em seus imóveis. O decreto com a moratória para os produtores que cometerem crimes ambientais termina em 11 de junho. O Conselho de Defesa do Meio Ambiente (Cemave) está sendo pleiteado pelos senadores, que querem prorrogação para analisar o projeto do Código Florestal, aprovado na Câmara. VIDA / PÁG. A10



Santos fez sua parte
Pela semifinal da Libertadores, o time venceu o Cerro Portafio por 1 a 0, gol de Edu Dracena, e jogará pelo empate no Paraguai. ESPORTES / PÁG. E1

Emergentes não ameaçam EUA, diz Obama

O presidente dos EUA, Barack Obama, afirmou em Londres que EUA e Grã-Bretanha continuam sendo países "independentes" para a sua estabilidade mundial, pois ambos possuem "potenciais semelhantes para a ação global" em tempos de guerra. Obama e Cameron, premiê britânico, estão sendo pleiteados pelos senadores, que querem prorrogação para analisar o projeto do Código Florestal, aprovado na Câmara. VIDA / PÁG. A10

SP adota padrão mais rígido de controle do ar

Tornados matam 14 em 3 Estados americanos
iPad 2 chega amanhã, com poucas unidades
Pimenta é transferido para Tremembé

JOSÉ SERRA
A indústria faz a diferença
Deberá render no País dependente de uma indústria dinâmica. Do contrário, não haverá aumento suficiente de bens e serviços de produtividade. ESPAÇO ABERTO / PÁG. A2

DIRA SALAMER
Fratura exposta
A presidente encobriu o papel do ex-presidente exco, mas informalidade institucional jamais vista no mundo ocidental. NACIONAL / PÁG. A5

VERISSIMO
A quem interessa
As teorias conspiratórias sobre uma possível armadilha de Nicolas Sarkozy para o grande Strauss-Kahn não resistirão às provas cabedais. CADENHO 2 / PÁG. D2

Tempo na capital
28º Máx. 23º Mín. 13º Min. de chuva
ESTADO SOB TEMPERAÇÃO DE 100 CIL. PÁG. A10

NOTAS & INFORMAÇÕES
Lula assume o comando
O fôfo central na reorganização de Lula é o afastado da comissão política da presidente Dilma. NACIONAL / PÁG. A3

Hyundai ix35 advertisement with car image and text: O LUXO ERA PARA POLÍCIAS. HYUNDAI. NOVAS IDEIAS. NOVAS POSSIBILIDADES. LANÇAMENTO 2012. Respeite a sinalização de trânsito. VEJA NA PÁGINA 5.

Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

Ambiente. Decreto que determina cobrança de multa aos proprietários que cometeram crimes ambientais passa valer em 11 de junho, mas prazo é considerado insuficiente pelo Senado para discutir e votar o Código Florestal, recém-aprovado pela Câmara

Senadores pressionam governo para prorrogar moratória a produtor rural

Eugênia Lopes / BRASIL

Para dar mais tempo para o Senado discutir o Código Florestal, a presidente Dilma Rousseff deve prorrogar por 15 dias o início da vigência das punições para os produtores rurais que não registraram a reserva legal necessária para evitar crimes ambientais terminada em 11 de junho.

O adiamento das punições evita o fechamento das atividades dos produtores rurais para analisar o Código Florestal. "Vamos solicitar a presidente Dilma a rejeição do decreto. É praticamente impossível discutir e votar o Código até o dia 11", disse o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo ele, o Código deve ser votado no segundo semestre. "Não adianta ser votado e precisar votar até 11 de junho. É preciso tranquilidade para fazer um trabalho mais completo como esse", afirmou o senador Rodrigo Hoffenberg (PSB-DF), que deverá ser reeleito da Câmara no Senado de maio.



Figurante. A ministra Zabeleia Teixeira, do Meio Ambiente, com o ministro José Eduardo Cardoso e o governador Sílvio Barbosa (MT) na operação em Sinop

do Código florestal, a moratória, a expectativa de que se chegue a um consenso e a proposta do governo seja incorporada ao texto do projeto.

Perigo de veto. "Precisamos considerar uma alternativa que não leve presidente Dilma a votar o Código", observou Jucá. Outra medida que deve ser feita no Código é a retirada das áreas urbanas do projeto. A estratégia do Senado é não votar o projeto do Código Florestal antes da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Trabalho. O conteúdo do Código não deve mudar muito no Sena-

do. Dadois representantes dos ministros mostram, no entanto, que somente 2% de quase 200 quilômetros quadrados de mata foram restaurados desde a criação do Código Florestal em 1988.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

Ambiente. Decreto do ex-presidente Lula que determina cobrança de multa aos proprietários rurais que cometeram crimes ambientais passa a valer em 11 de junho, mas prazo é considerado insuficiente por senadores para votar reforma do Código Florestal

Senador quer adiar multa a agricultor e mais tempo para discutir Código

Eugênia Lopes / BRASIL

Para dar mais tempo para o Senado discutir o Código Florestal, o presidente Lula deve prorrogar por 15 dias o início da vigência das punições para os produtores rurais que não registraram a reserva legal necessária para evitar crimes ambientais terminada em 11 de junho.

O adiamento das punições evita o fechamento das atividades dos produtores rurais para analisar o Código Florestal. "Vamos solicitar a presidente Dilma a rejeição do decreto. É praticamente impossível discutir e votar o Código até o dia 11", disse o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo ele, o Código deve ser votado no segundo semestre. "Não adianta ser votado e precisar votar até 11 de junho. É preciso tranquilidade para fazer um trabalho mais completo como esse", afirmou o senador Rodrigo Hoffenberg (PSB-DF), que deverá ser reeleito da Câmara no Senado de maio.



Figurante. A ministra Zabeleia Teixeira, do Meio Ambiente, com o ministro José Eduardo Cardoso e o governador Sílvio Barbosa (MT) na operação em Sinop

do Código florestal, a moratória, a expectativa de que se chegue a um consenso e a proposta do governo seja incorporada ao texto do projeto.

Perigo de veto. "Precisamos considerar uma alternativa que não leve presidente Dilma a votar o Código", observou Jucá. Outra medida que deve ser feita no Código é a retirada das áreas urbanas do projeto. A estratégia do Senado é não votar o projeto do Código Florestal antes da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Trabalho. O conteúdo do Código não deve mudar muito no Sena-

do. Dadois representantes dos ministros mostram, no entanto, que somente 2% de quase 200 quilômetros quadrados de mata foram restaurados desde a criação do Código Florestal em 1988.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Atuação. Embora o secretário do Meio Ambiente, Alexandre Mariani, tenha atribuído o desempenho ruim ao Código Florestal, a maioria dos produtores rurais não sabe o que fazer para cumprir o Código.

Ministros vão a MT e acompanham ação contra desmatamento

Zabeleia Teixeira, do Meio Ambiente, e **José Eduardo Cardoso,** do Meio Ambiente, acompanharam o governador Sílvio Barbosa (MT) em uma viagem a Sinop, no Mato Grosso, para acompanhar a operação de combate ao desmatamento.

TRÊS PERGUNTAS PARA...

Kátia Abreu, presidente da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PISCICULTURA (CNA)

1. Qual sua avaliação do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara?

2. Como você avalia o decreto que determina a cobrança de multa aos proprietários rurais que cometeram crimes ambientais em 11 de junho?

3. O que o novo Código pretende assegurar que não aconteça em nenhuma hipótese?

Ministros vão a MT e acompanham ação contra desmatamento

Zabeleia Teixeira, do Meio Ambiente, e **José Eduardo Cardoso,** do Meio Ambiente, acompanharam o governador Sílvio Barbosa (MT) em uma viagem a Sinop, no Mato Grosso, para acompanhar a operação de combate ao desmatamento.

TRÊS PERGUNTAS PARA...

Kátia Abreu, presidente da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PISCICULTURA (CNA)

1. Qual sua avaliação do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara?

2. Como você avalia o decreto que determina a cobrança de multa aos proprietários rurais que cometeram crimes ambientais em 11 de junho?

3. O que o novo Código pretende assegurar que não aconteça em nenhuma hipótese?

Ministros vão a MT e acompanham ação contra desmatamento

Zabeleia Teixeira, do Meio Ambiente, e **José Eduardo Cardoso,** do Meio Ambiente, acompanharam o governador Sílvio Barbosa (MT) em uma viagem a Sinop, no Mato Grosso, para acompanhar a operação de combate ao desmatamento.

TRÊS PERGUNTAS PARA...

Kátia Abreu, presidente da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PISCICULTURA (CNA)

1. Qual sua avaliação do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara?

2. Como você avalia o decreto que determina a cobrança de multa aos proprietários rurais que cometeram crimes ambientais em 11 de junho?

3. O que o novo Código pretende assegurar que não aconteça em nenhuma hipótese?

Ministros vão a MT e acompanham ação contra desmatamento

Zabeleia Teixeira, do Meio Ambiente, e **José Eduardo Cardoso,** do Meio Ambiente, acompanharam o governador Sílvio Barbosa (MT) em uma viagem a Sinop, no Mato Grosso, para acompanhar a operação de combate ao desmatamento.

TRÊS PERGUNTAS PARA...

Kátia Abreu, presidente da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PISCICULTURA (CNA)

1. Qual sua avaliação do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara?

2. Como você avalia o decreto que determina a cobrança de multa aos proprietários rurais que cometeram crimes ambientais em 11 de junho?

3. O que o novo Código pretende assegurar que não aconteça em nenhuma hipótese?

1. Qual sua avaliação do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara?

2. Como você avalia o decreto que determina a cobrança de multa aos proprietários rurais que cometeram crimes ambientais em 11 de junho?

3. O que o novo Código pretende assegurar que não aconteça em nenhuma hipótese?

1. Qual sua avaliação do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara?

2. Como você avalia o decreto que determina a cobrança de multa aos proprietários rurais que cometeram crimes ambientais em 11 de junho?

3. O que o novo Código pretende assegurar que não aconteça em nenhuma hipótese?

1. Qual sua avaliação do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara?

2. Como você avalia o decreto que determina a cobrança de multa aos proprietários rurais que cometeram crimes ambientais em 11 de junho?

3. O que o novo Código pretende assegurar que não aconteça em nenhuma hipótese?

1. Qual sua avaliação do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara?

2. Como você avalia o decreto que determina a cobrança de multa aos proprietários rurais que cometeram crimes ambientais em 11 de junho?

3. O que o novo Código pretende assegurar que não aconteça em nenhuma hipótese?

4 | QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Nacional

Articulação com base
Análise: Teledo: 'Palocci está
amoldado como articulador'

Caso Palocci fragiliza Dilma e aumenta barganha na base

Primeira crise do governo mostra que **articulação política** inexistente sem o petista e que governo perdeu controle da base. Planalto é obrigado a **ceder** a interesses de aliados para evitar investigação de ministro

Com o núcleo político do governo centralizado na figura do ministro-chefe de Casa Civil, Antonio Palocci, a crise instaurada após a revelação da significativa evolução patrimonial do petista nos últimos quatro anos já resulta em debate na base aliada da presidente Dilma Rousseff - e, primeiramente, apenas entre os membros da governança.

Além da fragorosa derrota na votação do Código Florestal na noite de terça-feira, que evidenciou uma desastrosa articulação de Planalto e a inspetividade da presidente para assumir as rédeas do comando político de seu governo, o Executivo começa a ceder a pressões de aliados a adotar inclusive decisões administrativas.

Preocupado com a possibilidade de as bancadas evangélicas e católicas no Congresso abandonarem a defesa de seu ministro, Dilma telefonou para o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) e informou a suspensão de 10 mil toneladas de carne seca sendo preparado pelo Ministério da Educação para ser distribuído nas escolas públicas (veja na página A5). O evidente vácuo na articulação política do governo deu margem para a base aliada criticar a atuação de Palocci em sua movimentação de maior fragilidade e obrigou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a entrar em campo.

Numa viagem de emergência à Brasília, Lula reuniu senadores do PT e outros aliados do governo do PMDB, José Sarney e Renan Calbe-

ros - que eram seus aliados de primeira hora no governo para barrar qualquer risco de instauração de uma CPI no Congresso para investigar o chefe da Casa Civil.

O papel de articulador político encenado por Lula Tira já torna o questionamento feito durante toda a campanha eleitoral se Dilma Rousseff seria presidente de fato de direito, ou se viveria os primeiros quatro anos à sombra do antecessor.

Além que Palocci sobrevive à crise e permanece na equipe, o decantado da base aliada obriga a presidente a repensar os rumos do comando político e a intercessão com o Congresso. O primeiro Lula a sobreviver à crise precisa reestimar a participação política do governo.

Lula relata ao ministro insatisfação de aliados

Para ex-presidente, ou Palocci atende parlamentares ou até base pode evadir criação de CPI no Senado

Vozes
Christiane Sumariva

Preocupado com a insatisfação e ameaça da base governista no Congresso, ex-presidente Lula Inácio Lula da Silva deu ontem a sexta da operação destinada a abafar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o patrimônio do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci. Em conversa reservada com Palocci, em terça-feira, Lula foi taxativo ao avisar que ou o ministro atendia os parlamentares ou até aliados poderiam encerrar uma CPI no Senado, encerrando o Planalto.

O ex-presidente relatou ao colega que teve com Palocci em casa de Lula em Brasília. Ele disse que o ministro não estava disposto a atender os parlamentares e aliados, o que não poderia ser tolerado. Lula disse que o ministro não estava disposto a atender os parlamentares e aliados, o que não poderia ser tolerado.

para esclarecer as denúncias. Lula juntou com Dilma Rousseff, Palocci, Gilberto Carvalho (Secretaria Geral), Miriam Belchior (Planejamento) e o assessor Luiz Inácio, na terça-feira, no Palácio da Alvorada, Cobru, de Dilma Palocci malandragem e insatisfação com o governo, disse que ele precisa agitar os aliados na mensagem do governo e não o contrário.

Palocci não quer que o governo seja agitado para conter os aliados e encerrar a criação de CPI no Senado pode sair.

Deixando Lula não ficou satisfeito com o ministro. Ele disse que o ministro não estava disposto a atender os parlamentares e aliados, o que não poderia ser tolerado. Lula disse que o ministro não estava disposto a atender os parlamentares e aliados, o que não poderia ser tolerado.

Conselho
LUIZ INACIO LULA DA SILVA
O senador Ricardo Ferraz (PMDB-RJ) também não ficou satisfeito com o ministro. Ele disse que o ministro não estava disposto a atender os parlamentares e aliados, o que não poderia ser tolerado.

BR, "monitores" pelo ocularo andamento dos comícios, na tentativa de barrar pedidos de convocação de Palocci. Na noite de terça-feira, o vice-presidente Michel Temer convocou uma "operação abafa".

Além de multiplicar por 20 o patrimônio em quatro anos e de fazer críticas de inflação por parte da empresa Projeo, Palocci também sofreu com o patrimônio de CPI. O senador Magno Malta (PR-DF) foi um dos pressionados, mas não conseguiu. "Quando a crise pega, esse pessoal do governo fica tremulando, mas comigo não. Palocci precisa assumir o controle da situação, a legislação precisa ser feita", disse, Palocci também ligou para o senador Eduardo Braga (AM), em busca de apoio para acabar os decretos do PMDB. Quem deu o apoio foi o senador José Sarney (PMDB-PA), o senador Renan Calheiros (AL) sem controle da bancada metade dos 18 senadores estão insatisfeitos.

O chefe da Casa Civil procurou um dos mais influentes senadores do "PMDB contratado", aprovando a base aliada com Braga quando ele era governador. Os discursos de Palocci estão centrado no prazo de 15 dias que o senador teria para esclarecer as denúncias.



Diálogo. O ex-presidente Lula em encontro, ontem, com Michel Temer e José Sarney

DERROTA NA BASE



Rebelado, PMDB ameaça votação de Código também no Senado

Apesar de ter sido o partido que mais tempo para discutir o Código Florestal, o PMDB ameaça votar no Senado contra o projeto de lei que altera o Código Florestal em duas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Científico (Conpha) do Palácio do Planalto.

De acordo com o senador Ricardo Ferraz (PMDB-RJ), o partido não quer que o ministro seja investigado. Ele disse que o ministro não estava disposto a atender os parlamentares e aliados, o que não poderia ser tolerado.

Henrique Eduardo Alves (RN), disse que os ministros não devem interferir na votação. Antes de serem ministros, são combatentes de partido. Não comparem a minha bancada.

Senado que mais tempo para discutir Código Florestal. Fig. A4-B

O ESTADO DE S. PAULO

Quinta-feira 9 DE JUNHO DE 2011 R\$ 3,00* ANO 132 Nº 42668 EDIÇÃO DE R\$100 estado.com.br



Caderno2 O palco renasce Teatro Municipal recebe amanhã, após três anos

Paladar Mexa seus pauzinhos Escolha o hashi certo e treine antes de usar

Supremo mantém Battisti no Brasil e manda soltá-lo

O Supremo Tribunal Federal determinou ontem, por 6 votos a 3, a imediata soltura do ex-ativista italiano Cesare Battisti. Também por 6 a 3 o STF considerou que a decisão do então presidente Lula de negar a extradição de Battisti ao governo italiano foi um ato soberano e não podia ser revogado pelo Brasil. Também por 6 a 3 o STF considerou que a decisão do então presidente Lula de negar a extradição de Battisti ao governo italiano foi um ato soberano e não podia ser revogado pelo Brasil. Também por 6 a 3 o STF considerou que a decisão do então presidente Lula de negar a extradição de Battisti ao governo italiano foi um ato soberano e não podia ser revogado pelo Brasil.

Dilma nega imobilismo e diz que escolha de Gleisi foi sua

Presidente tenta mostrar comando, não cita Lula e afirma que foi ela quem definiu a substituta de Palocci



Depois de três semanas de desgaste, a presidente Dilma Rousseff apresentou a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT) para substituir Palocci na Casa Civil e a senadora Gleisi Hoffmann (PT) para substituir Palocci na Casa Civil e a senadora Gleisi Hoffmann (PT) para substituir Palocci na Casa Civil e a senadora Gleisi Hoffmann (PT) para substituir Palocci na Casa Civil.

Irã vai triplicar sua produção de urânio

O Conselho Nacional de Energia Nuclear do Irã anunciou ontem que vai triplicar sua produção de urânio enriquecido a 20% no decorrer de um ano. O Irã também anunciou que vai triplicar sua produção de urânio enriquecido a 20% no decorrer de um ano.

JOSÉ SÉBIA Pior ideologia é a incompetência Em época de eleição, nada mais demorado do que a ideia de privatizações. Depois, a mesma ideia se torna apócate. Essa é a especificidade do PT. ESPACIO ABERTO / PÁG. A2	HEMETERIO MANCINI Palocci como sintoma Ao não abrir investigação sobre a recente política pública privada de Palocci, o governador geral diz que ele está agindo da lei. Ela é a conformidade. ESPACIO ABERTO / PÁG. A2	FERNANDO BERNARDI Por que o humano trabalha Estados recentes mostram que o homem começou a trabalhar para dar valor ao Instituto guerreiro imperialista. Trabalhamos para conquistar. VDA / PÁG. A20	Tempo na capital 17 Min. Acumulado 17 Min. Acumulado 17 Min. Acumulado 17 Min. Acumulado ESTADO SOB TENDÊNCIA DE R\$100 PÁG. A1	NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES Senhora da situação A situação de Lula, após a decisão de Gleisi indica que Dilma pode se tornar senhora da situação. ESPACIO ABERTO / PÁG. A2
--	---	--	---	--

GOIÁS TEM A 6ª MAIOR MONTADORA DO BRASIL.

VEJA NA PÁGINA 5.

Faça revisões em seu veículo regularmente.

O ESTADO DE S. PAULO

Quinta-feira 9 DE JUNHO DE 2011 R\$ 3,00* ANO 132 Nº 42668 EDIÇÃO DE R\$100 estado.com.br



Caderno2 O palco renasce Teatro Municipal recebe amanhã, após três anos

Paladar Mexa seus pauzinhos Escolha o hashi certo e treine antes de usar

Dilma nega imobilismo e diz que escolha de Gleisi foi sua

Presidente enfrenta PT sobre Luiz Sérgio e afirma que foi ela quem definiu a substituta de Palocci

Supremo mantém Battisti no Brasil e manda soltá-lo

Para STF, decisão de Lula de negar extradição do ex-ativista foi soberana e não cabia à Justiça modificá-la



Depois de três semanas de desgaste, a presidente Dilma Rousseff apresentou a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT) para substituir Palocci na Casa Civil e a senadora Gleisi Hoffmann (PT) para substituir Palocci na Casa Civil e a senadora Gleisi Hoffmann (PT) para substituir Palocci na Casa Civil.

Conselho vota por cassar Jaqueline

O Conselho Nacional de Esportes votou ontem por cassar Jaqueline Vasco. O Conselho Nacional de Esportes votou ontem por cassar Jaqueline Vasco.

JOSÉ SÉBIA Pior ideologia é a incompetência Em época de eleição, nada mais demorado do que a ideia de privatizações. Depois, a mesma ideia se torna apócate. Essa é a especificidade do PT. ESPACIO ABERTO / PÁG. A2	HEMETERIO MANCINI Palocci como sintoma Ao não abrir investigação sobre a recente política pública privada de Palocci, o governador geral diz que ele está agindo da lei. Ela é a conformidade. ESPACIO ABERTO / PÁG. A2	FERNANDO BERNARDI Por que o humano trabalha Estados recentes mostram que o homem começou a trabalhar para dar valor ao Instituto guerreiro imperialista. Trabalhamos para conquistar. VDA / PÁG. A20	Tempo na capital 17 Min. Acumulado 17 Min. Acumulado 17 Min. Acumulado 17 Min. Acumulado ESTADO SOB TENDÊNCIA DE R\$100 PÁG. A1	NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES Senhora da situação A situação de Lula, após a decisão de Gleisi indica que Dilma pode se tornar senhora da situação. ESPACIO ABERTO / PÁG. A2
--	---	--	---	--

GOIÁS TEM A 6ª MAIOR MONTADORA DO BRASIL.

VEJA NA PÁGINA 5.

Faça revisões em seu veículo regularmente.

Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

Ambiente. Jorge Viana (PT-AC), da Comissão de Meio Ambiente e ligado aos ambientalistas, e Luiz Henrique (PMDB-SC), da Comissão de Agricultura e ligado aos ruralistas, se reúnem com ministra Izabella Teixeira, que diz que "imperfeições serão corrigidas"

Relatores do Código Florestal no Senado negociam texto conjunto

Rafael Morais Moura / BRASILIA

Após a maior derrota sofrida até agora no Congresso Nacional, o Palácio do Planalto quer conciliar interesses e corrigir as "imperfeições" do texto do Código Florestal, que tramita no Senado. Em encontro ontem com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC) reafirmaram a promessa de que as comissões da Casa pretendem trabalhar de forma articulada para construir um relatório conjunto.



Promessas. A ministra Izabella Teixeira e senadores "imperfeições" no Código Florestal foram citadas

Desafio Luiz Henrique não quer a criação do Código Florestal no âmbito da agricultura, mas sim no âmbito da defesa de recursos do meio ambiente.

Paranense, ela saiu em defesa dos produtores

Posição. Gleisi é favorável à dispensa de reserva legal.

Compromisso No sentido de negociar o texto do Código Florestal, os senadores Luiz Henrique e Jorge Viana se comprometem a trabalhar de forma articulada para construir um relatório conjunto.

Paranense, ela saiu em defesa dos produtores

Posição. Gleisi é favorável à dispensa de reserva legal.

Analises: Rui Negreiro

Negociações para o Senado têm tudo para dar errado

Por não ter as declarações dos ministros dos parlamentares, as negociações em curso para votar o Código Florestal no Senado têm tudo para dar... errado. A presidente Dilma Rousseff e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, estão praticando um controvérsio verbal que vai ter um custo político.

Compromisso No sentido de negociar o texto do Código Florestal, os senadores Luiz Henrique e Jorge Viana se comprometem a trabalhar de forma articulada para construir um relatório conjunto.

Paranense, ela saiu em defesa dos produtores

Posição. Gleisi é favorável à dispensa de reserva legal.

Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

Ambiente. Jorge Viana (PT-AC), da Comissão de Meio Ambiente e ligado aos ambientalistas, e Luiz Henrique (PMDB-SC), da Comissão de Agricultura e ligado aos ruralistas, se reúnem com ministra Izabella Teixeira, que diz que "imperfeições serão corrigidas"

Relatores do Código Florestal no Senado negociam texto conjunto

Rafael Morais Moura / BRASILIA

Após a maior derrota sofrida até agora no Congresso Nacional, o Palácio do Planalto quer conciliar interesses e corrigir as "imperfeições" do texto do Código Florestal, que tramita no Senado. Em encontro ontem com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC) reafirmaram a promessa de que as comissões da Casa pretendem trabalhar de forma articulada para construir um relatório conjunto.



Promessas. A ministra Izabella Teixeira e senadores "imperfeições" no Código Florestal foram citadas

Desafio Luiz Henrique não quer a criação do Código Florestal no âmbito da agricultura, mas sim no âmbito da defesa de recursos do meio ambiente.

Paranense, ela saiu em defesa dos produtores

Posição. Gleisi é favorável à dispensa de reserva legal.

Compromisso No sentido de negociar o texto do Código Florestal, os senadores Luiz Henrique e Jorge Viana se comprometem a trabalhar de forma articulada para construir um relatório conjunto.

Paranense, ela saiu em defesa dos produtores

Posição. Gleisi é favorável à dispensa de reserva legal.

Analises: Rui Negreiro

Negociações para o Senado têm tudo para dar errado

Por não ter as declarações dos ministros dos parlamentares, as negociações em curso para votar o Código Florestal no Senado têm tudo para dar... errado. A presidente Dilma Rousseff e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, estão praticando um controvérsio verbal que vai ter um custo político.

Compromisso No sentido de negociar o texto do Código Florestal, os senadores Luiz Henrique e Jorge Viana se comprometem a trabalhar de forma articulada para construir um relatório conjunto.

Paranense, ela saiu em defesa dos produtores

Posição. Gleisi é favorável à dispensa de reserva legal.

ELABORAÇÃO DE RICARDO MACHADO

Antes da Casa Civil

GLEISI APOIOU PROJETO DE ALDO

Paranense, ela saiu em defesa dos produtores



Posição. Gleisi é favorável à dispensa de reserva legal.

ELABORAÇÃO DE RICARDO MACHADO

Antes da Casa Civil

GLEISI APOIOU PROJETO DE ALDO

Paranense, ela saiu em defesa dos produtores



Posição. Gleisi é favorável à dispensa de reserva legal.

ELABORAÇÃO DE RICARDO MACHADO

Antes da Casa Civil

GLEISI APOIOU PROJETO DE ALDO

Paranense, ela saiu em defesa dos produtores



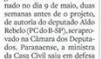
Posição. Gleisi é favorável à dispensa de reserva legal.

ELABORAÇÃO DE RICARDO MACHADO

Antes da Casa Civil

GLEISI APOIOU PROJETO DE ALDO

Paranense, ela saiu em defesa dos produtores



Posição. Gleisi é favorável à dispensa de reserva legal.

Código impedirá País de cumprir Acordo de Copenhague, diz Ipea

Rafael Morais Moura / BRASILIA

Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que o Brasil terá dificuldade de cumprir compromissos de redução de emissão de carbono, previstos no acordo de Copenhague, caso não seja adotado o novo Código Florestal, afirma o instituto.

Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que o Brasil terá dificuldade de cumprir compromissos de redução de emissão de carbono, previstos no acordo de Copenhague, caso não seja adotado o novo Código Florestal, afirma o instituto.

Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que o Brasil terá dificuldade de cumprir compromissos de redução de emissão de carbono, previstos no acordo de Copenhague, caso não seja adotado o novo Código Florestal, afirma o instituto.

Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que o Brasil terá dificuldade de cumprir compromissos de redução de emissão de carbono, previstos no acordo de Copenhague, caso não seja adotado o novo Código Florestal, afirma o instituto.

Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que o Brasil terá dificuldade de cumprir compromissos de redução de emissão de carbono, previstos no acordo de Copenhague, caso não seja adotado o novo Código Florestal, afirma o instituto.

Código impedirá País de cumprir Acordo de Copenhague, diz Ipea

Rafael Morais Moura / BRASILIA

Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que o Brasil terá dificuldade de cumprir compromissos de redução de emissão de carbono, previstos no acordo de Copenhague, caso não seja adotado o novo Código Florestal, afirma o instituto.

Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que o Brasil terá dificuldade de cumprir compromissos de redução de emissão de carbono, previstos no acordo de Copenhague, caso não seja adotado o novo Código Florestal, afirma o instituto.

Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que o Brasil terá dificuldade de cumprir compromissos de redução de emissão de carbono, previstos no acordo de Copenhague, caso não seja adotado o novo Código Florestal, afirma o instituto.

Código impedirá País de cumprir Acordo de Copenhague, diz Ipea

Rafael Morais Moura / BRASILIA

Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que o Brasil terá dificuldade de cumprir compromissos de redução de emissão de carbono, previstos no acordo de Copenhague, caso não seja adotado o novo Código Florestal, afirma o instituto.

Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que o Brasil terá dificuldade de cumprir compromissos de redução de emissão de carbono, previstos no acordo de Copenhague, caso não seja adotado o novo Código Florestal, afirma o instituto.

Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que o Brasil terá dificuldade de cumprir compromissos de redução de emissão de carbono, previstos no acordo de Copenhague, caso não seja adotado o novo Código Florestal, afirma o instituto.

O ESTADO DE S. PAULO



Terça-feira 11 DE OUTUBRO DE 2011 R\$ 2,00* ANO 132 Nº 4302 EDIÇÃO DE 23450 estado.com.br

Cartagena
Governador Arbolino
já discute a cidade
que é cenário
de novela.
PÁG. 108

Viagem
NY do seu bolso
Saiu como currir a
cidade, sem gastos
desnecessários

Caderno2
Um por todos
Versão de *Os Três*
Mosqueteiros em
3D estreia amanhã

Investimentos caem e Dilma agora planeja gastar R\$ 14 bi

Queda é de 10% desde a posse; para não limitar imagem à 'faxina', presidente quer ações de impacto

O gasto com obras e compra de equipamentos nos primeiros nove meses de mandato de Dilma Rousseff teve queda de 10%. Com base em dados do Tesouro, o Estado comprou os equipamentos feitos de janeiro a setembro deste ano com igual período de 2010. O resultado

é uma redução de R\$ 2,7 bilhões nos investimentos. Agora, no sentido oposto, Dilma planeja lançar programas com investimentos que somam ao menos R\$ 14 bilhões até o fim do mandato, em 2014. Para separar a imagem de que sua gestão se limita a "faxina" de ministros

— chamada por ela de "reestruturação da equipe" —, a ordem é divulgar ações de impacto desde das primeiras semanas. Os programas envolvem iniciativas para pessoas com deficiência e proteção de crianças, além de combater a dívida e reforma de prédios. **NACIONAL** PÁG. 44

R\$ 9,8 bilhões
É a previsão de gastos em programas para pessoas com deficiência

Governo da China socorre os 4 maiores bancos do país

O governo da China anunciou que injetou capital — num montante não revelado — nos quatro maiores bancos do país. Essa intervenção voluntária responde aos últimos dois anos e agora enfrentam riscos de aumento dos créditos podem ser avaliados. A União Europeia prepara uma "estratégia global" para enfrentar a turbulência, o que fez as bolsas subirem. **ECONOMIA** PÁG. 48, 51 e 54

Justiça manda fechar prédios ao lado do Center Norte

Após a briga entre a Prefeitura e o Center Norte, agora é o conjunto habitacional Chaparral da Avenida Zaki Narchi, na zona norte de São Paulo, a ser interditado por risco de explosão. O Tribunal de Justiça decidiu pedir o limiar do Ministério Público Estadual para a retirada imediata de todos os 2,57 moradores dos 11 blocos de resistências. A Prefeitura já recusa. **ENFERMIA** PÁG. 61 e 63



Revolta. Moradores param o trânsito na Avenida Zaki Narchi em protesto contra a decisão da Justiça

Um Nobel para a economia na vida real

O Nobel de Economia de 2011 foi para os americanos Thomas Sargent e Christopher Sims. Eles contribuíram para a compreensão das relações de causa e efeito entre decisões de política econômica e mudanças efetivas na economia. **PÁG. 64**

Opositores sírios desconfiam uns dos outros

Os opositores ao governo de Bashar Assad passaram a terer por suas famílias e seus destinos, sob o comando especial a Damasco, Gustavo Chacra. Alguns foram mortos, outros fugiram para o Líbano. Os que ficaram passam a desconfiar uns dos outros. **INTERNACIONAL** PÁG. 60

CLAUDIA FEDELI
MEMÓRIAS DO MEU AMBULANTE
"Apesar do risco, não havia sido elaborado pela Prefeitura sequer um plano de comunicação aos moradores"

'Apresentarei testemunha', diz Barbieri

O deputado estadual Roque Barbieri (PTB), que denunciou a venda de envelopes em Assembleia Paulista, disse que levará testemunha ao promotor que quer a prisão. "Darei informações para o promotor e identificar nomes, se ele quiser". **NACIONAL** PÁG. 44

Final feliz
BILHETE SALVA SEQUESTRADA
Sequestrada havia oito dias em São Paulo, uma criança de 30 anos escreveu um bilhete numa folha de papel higiênico e o entregou pela janela. "Salve minha vida", pediu. Uma mulher levou a mensagem à polícia, que a libertou. **CRIMES** PÁG. 63



Lei pode tirar poder estadual sobre ambiente

Reitor de nova versão do Código Florestal, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) defende que os Estados terão de seguir norma da União e controlar pelo menos 20 metros de área de preservação permanente ao margem de rios. **VIDA** PÁG. 418

Avião fretado 'resgata' jogadores da seleção

ESPORTE PÁG. 53

Fraude no AP contabiliza sobrepreço de até 2.760%
NACIONAL PÁG. 40
Crítico, iPhone 4S tem 1 milhão de encomendas
ECONOMIA PÁG. 54

JOSÉ PAULO BARRETTA
Riscos em alta frequência
Fortes altas e fortes baixas nas cotas de abertura com tal frequência às vezes numa única sessão, que já começam a parecer banais. **ECONOMIA** PÁG. 50

NICHOLAS BRISTOW
Minigo interno
Os líderes israelenses — como os líderes inimigos do seu país. **VIAGEM** PÁG. 112

ARNALDO LAMAR
A ciência alegre de Jobs
Steve Jobs nos restituiu a ideia de que nós, humanos, é que fazemos a ciência e que ela não apenas necessariamente para um futuro remoto. **CADEIRÃO 2** PÁG. 110

Tempo na capital
25 Min.
18 Min.
Pensando de novo
VOLTAR A PENSAR
100% PENSANDO NA PRÁTICA 43

NOTAS E INFORMAÇÕES
Onix e Hamarby acertam
A digitação brasileira tem tido resultados importantes em disputas no OMC. **PÁG. 45**

A JHSF traz um empreendimento com o charme dos destinos mais desejados do mundo.

Aguarde. Em breve um novo destino a 30 min de São Paulo.

JHSF
www.jhsf.com.br
011 3794 9743

Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

estadao.com.br

Leis. Cientista revela beleza escondida dos fungos em fetos

Ambiente. Quando governador de Santa Catarina, o hoje senador Luiz Henrique da Silveira havia reduzido a área de preservação permanente à beira de rios e defendido que cada Estado tivesse suas próprias leis ambientais, como relator, mudou de ideia

Relator do Código Florestal agora defende que Estados sigam Federação

Marta Sabum / BRASIL
No papel de relator do Código Florestal, Luiz Henrique mudou de ideia.
Antes mesmo de uma decisão do STF, o senador considera válido o argumento que usou em 2009: "Em Santa Catarina, vi ser preciso regular polêmicas em nome da área de preservação permanente", disse o senador ao Estado.
"Viramos uma federação ou Estados precisam seguir a norma geral estabelecida pela União. É o que diz a Constituição", pondera o relator do Código Florestal, que agora votou um texto próximo de um acordo com o Senado em dezembro.



Proteção. Área desmatada perto de Marabá (PA); relator do Código agora defende 30 m de proteção nas margens

Em 2009, quando era governador, Luiz Henrique sancionou uma política ambiental que reduziu a apenas 3 metros a área de preservação permanente às margens de rios em propriedades com menos de 50 hectares ou 50 mil metros quadrados. A lei foi questionada e está sob a análise do Supremo Tribunal Federal (STF).
No fim de semana, o senador de Santa Catarina sustentou que os Estados deveriam legislar sobre política ambiental independentemente dos comandos da lei federal, ditada pelo Código Florestal, que exige pelo menos 30 metros de proteção de vegetação em áreas de preservação permanente dos rios.
"Temos de escolher. Queremos inovação ou fossilizar", argumenta o político, há quem discorde por pelo menos 35 metros de ve-

getação nas margens de rios mais estreitos.
As condições e prazos para a recuperação de áreas de preservação permanente serão definidos por programas de regularização ambiental ou por termos de ajuste de contas com o Ministério Público. Luiz Henrique da Silveira, relator do Código Florestal em um comitê de Senadores da Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia e Agricultura. Ele adianta que no texto terá uma parte para cuidar das regras

permanentes de proteção do meio ambiente e outra parte dedicada a regularizar áreas de preservação permanente por áreas de reserva legal e de preservação permanente de denominação rural.

Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

estadao.com.br

Leis. Cientista revela beleza escondida dos fungos em fetos

Ambiente. Quando governador de Santa Catarina, o hoje senador Luiz Henrique da Silveira havia reduzido a área de preservação permanente à beira de rios e defendido que cada Estado tivesse suas próprias leis ambientais, como relator, mudou de ideia

Relator do Código Florestal agora quer tirar poder estadual sobre ambiente

Marta Sabum / BRASIL
No papel de relator do Código Florestal, Luiz Henrique mudou de ideia.
Antes mesmo de uma decisão do STF, o senador considera válido o argumento que usou em 2009: "Em Santa Catarina, vi ser preciso regular polêmicas em nome da área de preservação permanente", disse o senador ao Estado.
"Viramos uma federação ou Estados precisam seguir a norma geral estabelecida pela União. É o que diz a Constituição", pondera o relator do Código Florestal, que agora votou um texto próximo de um acordo com o Senado em dezembro.



Proteção. Encontro dos rios de São Francisco (rua) e Itacolumã, este com mata protegida nas margens, em Marabá (PA)

Em 2009, quando era governador, Luiz Henrique sancionou uma política ambiental que reduziu a apenas 3 metros a área de preservação permanente às margens de rios em propriedades com menos de 50 hectares ou 50 mil metros quadrados. A lei foi questionada e está sob a análise do Supremo Tribunal Federal (STF).
No fim de semana, o senador de Santa Catarina sustentou que os Estados deveriam legislar sobre política ambiental independentemente dos comandos da lei federal, ditada pelo Código Florestal, que exige pelo menos 30 metros de proteção de vegetação em áreas de preservação permanente dos rios.
"Temos de escolher. Queremos inovação ou fossilizar", argumenta o político, há quem discorde por pelo menos 35 metros de ve-

getação nas margens de rios mais estreitos.
As condições e prazos para a recuperação de áreas de preservação permanente serão definidos por programas de regularização ambiental ou por termos de ajuste de contas com o Ministério Público. Luiz Henrique da Silveira, relator do Código Florestal em um comitê de Senadores da Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia e Agricultura. Ele adianta que no texto terá uma parte para cuidar das regras

permanentes de proteção do meio ambiente e outra parte dedicada a regularizar áreas de preservação permanente por áreas de reserva legal e de preservação permanente de denominação rural.

II Brazil Infrastructure Investments Forum

Senadores defendem vantagens fiscais a quem regularizar área desmatada e cobram flexibilidade do governo

Comissão. Luiz Henrique, José Pimentel e Jorge Viana

Uma negociação da reforma do Código Florestal, que estabelece regras para a recuperação de áreas desmatadas, enfrenta um obstáculo: a resistência do governo em estabelecer incentivos fiscais para quem regularizar áreas desmatadas e cobram flexibilidade do governo em regularizar áreas desmatadas.

O senador Luiz Henrique da Silveira, relator do Código Florestal em um comitê de Senadores da Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia e Agricultura, defende vantagens fiscais para quem regularizar áreas desmatadas e cobra flexibilidade do governo em regularizar áreas desmatadas.

Ele adianta que no texto terá uma parte para cuidar das regras permanentes de proteção do meio ambiente e outra parte dedicada a regularizar áreas de preservação permanente por áreas de reserva legal e de preservação permanente de denominação rural.

II Brazil Infrastructure Investments Forum

Porto na Bahia causará danos ambientais

Diálogo

O documento, elaborado pelo governador Luiz Inácio Lula da Silva, o governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral Neto e o governador de Pernambuco Eduardo Campos, defende a construção de um porto na Bahia, o que causará danos ambientais.

SEXO traz felicidade!

Seja mais feliz!

Problemas de Ereção, Ejaculação Rápida?

4005-1115 ProMen

Chamada em São Paulo: (11) 4005-1115

II Brazil Infrastructure Investments Forum

Senadores defendem vantagens fiscais a quem regularizar área desmatada e cobram flexibilidade do governo

Comissão. Luiz Henrique, José Pimentel e Jorge Viana

Uma negociação da reforma do Código Florestal, que estabelece regras para a recuperação de áreas desmatadas, enfrenta um obstáculo: a resistência do governo em estabelecer incentivos fiscais para quem regularizar áreas desmatadas e cobram flexibilidade do governo em regularizar áreas desmatadas.

O senador Luiz Henrique da Silveira, relator do Código Florestal em um comitê de Senadores da Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia e Agricultura, defende vantagens fiscais para quem regularizar áreas desmatadas e cobra flexibilidade do governo em regularizar áreas desmatadas.

Ele adianta que no texto terá uma parte para cuidar das regras permanentes de proteção do meio ambiente e outra parte dedicada a regularizar áreas de preservação permanente por áreas de reserva legal e de preservação permanente de denominação rural.

II Brazil Infrastructure Investments Forum

Porto na Bahia causará danos ambientais

Diálogo

O documento, elaborado pelo governador Luiz Inácio Lula da Silva, o governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral Neto e o governador de Pernambuco Eduardo Campos, defende a construção de um porto na Bahia, o que causará danos ambientais.

SEXO traz felicidade!

Seja mais feliz!

Problemas de Ereção, Ejaculação Rápida?

4005-1115 ProMen

Chamada em São Paulo: (11) 4005-1115

O ESTADO DE S. PAULO

Quarta-feira 7 DE DEZEMBRO DE 2011 R\$3,20*

ANO LXXI Nº 4818 EDIÇÃO DE 8815

estado.com.br

Metrópole
Lazer, Celerona ligará Parques Villa Lobos e da Água Branca. Pág. C10

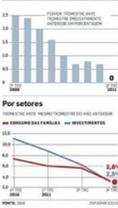
Caderno 2
Cinema digital Sesi 15% das salas do Brasil estão prontas para o fim da película

Festival
Começa hoje o 11.º Panorama Sesi de Dança. Pág. A8

PIB estaciona e mercado prevê expansão inferior a 3% no ano

O PIB brasileiro estacionou no terceiro trimestre, com crescimento menor em relação ao segundo. Em comparação com o mesmo período de 2010, o crescimento foi de 2,3%, o pior resultado desde a queda de 1,6% no terceiro trimestre de 2009, em plena crise internacional. Com o crescimento em desacordo com o que se esperava para a expansão de 2011, o governo pensa em tomar, mas não vai, ações para estimular a economia brasileira. Comissão de Planejamento Econômico do Senado aprovou ontem a reforma do Código Florestal. A medida prevê a recuperação de parte das áreas desmatadas. De acordo com o texto da reforma, o proprietário rural tem o prazo de 18 meses para recuperar as áreas desmatadas. O prazo é de 36 meses para áreas com até 50 hectares e de 48 meses para áreas com mais de 50 hectares. A medida também prevê a criação de reservas legais e APPs em áreas rurais. O texto da reforma do Código Florestal prevê a recuperação de parte das áreas desmatadas. De acordo com o texto da reforma, o proprietário rural tem o prazo de 18 meses para recuperar as áreas desmatadas. O prazo é de 36 meses para áreas com até 50 hectares e de 48 meses para áreas com mais de 50 hectares. A medida também prevê a criação de reservas legais e APPs em áreas rurais.

ECONOMIA DESACELERA



Novo Código Florestal passa no Senado

Após aprovação na Câmara, o Senado aprovou ontem, por 59 votos a favor e 27 contra, a reforma do Código Florestal, que prevê a recuperação de parte das áreas desmatadas. De acordo com o texto da reforma, o proprietário rural tem o prazo de 18 meses para recuperar as áreas desmatadas. O prazo é de 36 meses para áreas com até 50 hectares e de 48 meses para áreas com mais de 50 hectares. A medida também prevê a criação de reservas legais e APPs em áreas rurais.

Parer da Lei da Copa libera álcool

Parer do deputado Vicente Cláudio (PT) sobre a Lei Geral da Copa libera a venda de álcool em entidades no entorno da Fifa e também em torcidas nacionais. O texto limita a uma taxa social o direito à meia entrada. ESPORTES/PÁG. A1

R\$ 327.000.000

Esse foi o custo da nova sede do Tribunal Superior Eleitoral, que será inaugurada dia 15, em Brasília. O TSE diz que a obra, de Niemeyer, é necessária por causa do aumento da demanda. NACIONAL/PÁG. A8

Atentados em Afeganistão matam 60 no domingo
Pelo menos 60 pessoas morreram em dois atentados suicidas ocorridos no domingo no Afeganistão. Em Cabul, um explosivo de um veículo detonou e feriu 20 pessoas. Em Herat, um explosivo de um veículo detonou e feriu 40 pessoas. O ataque em Cabul ocorreu em um mercado movimentado. O ataque em Herat ocorreu em um mercado movimentado. O ataque em Cabul ocorreu em um mercado movimentado. O ataque em Herat ocorreu em um mercado movimentado.

Atentados em Afeganistão matam 60 no domingo
Pelo menos 60 pessoas morreram em dois atentados suicidas ocorridos no domingo no Afeganistão. Em Cabul, um explosivo de um veículo detonou e feriu 20 pessoas. Em Herat, um explosivo de um veículo detonou e feriu 40 pessoas. O ataque em Cabul ocorreu em um mercado movimentado. O ataque em Herat ocorreu em um mercado movimentado.

Publicidade para o SUV Toyota RAV4. Texto: "O refinamento da tecnologia". Imagem de um SUV Toyota RAV4 branco. Botão: "APROVEITE, GOSTAMOS MUITO DO IPI".

PLANETA

Ódigo Florestal passa no Senado; texto vai à Câmara
Versão final tem 59 votos a favor e 27 contra; cerca de 300 mil km² de vegetação nativa em APPs e reservas legais podem ser recuperados

Após uma intensa negociação com o Senado, o texto da reforma do Código Florestal foi aprovado ontem, por 59 votos a favor e 27 contra. O texto da reforma do Código Florestal prevê a recuperação de parte das áreas desmatadas. De acordo com o texto da reforma, o proprietário rural tem o prazo de 18 meses para recuperar as áreas desmatadas. O prazo é de 36 meses para áreas com até 50 hectares e de 48 meses para áreas com mais de 50 hectares. A medida também prevê a criação de reservas legais e APPs em áreas rurais.

País explora queda do desmatamento no COP
O Brasil tentou explorar ao máximo a queda do desmatamento no COP-17, em Durban, a fim de ter resultado de maior sucesso. O Brasil tentou explorar ao máximo a queda do desmatamento no COP-17, em Durban, a fim de ter resultado de maior sucesso. O Brasil tentou explorar ao máximo a queda do desmatamento no COP-17, em Durban, a fim de ter resultado de maior sucesso.

Reserva Legal
A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais. A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais. A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais.

Reserva Legal
A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais. A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais. A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais.

Reserva Legal
A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais. A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais. A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais.

Lobby do camarão garante acordo
O lobby do camarão garantiu o acordo sobre a reforma do Código Florestal. O lobby do camarão garantiu o acordo sobre a reforma do Código Florestal. O lobby do camarão garantiu o acordo sobre a reforma do Código Florestal.

Sanção à Chevron é irregular
A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular.

Sanção à Chevron é irregular
A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular.

Sanção à Chevron é irregular
A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular.

Sanção à Chevron é irregular
A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular.

Sanção à Chevron é irregular
A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular.

Sanção à Chevron é irregular
A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular.

O ESTADO DE S. PAULO

Ódigo Florestal passa no Senado; texto vai à Câmara
Versão final tem 59 votos a favor e 27 contra; cerca de 300 mil km² de vegetação nativa em APPs e reservas legais podem ser recuperados

Após uma intensa negociação com o Senado, o texto da reforma do Código Florestal foi aprovado ontem, por 59 votos a favor e 27 contra. O texto da reforma do Código Florestal prevê a recuperação de parte das áreas desmatadas. De acordo com o texto da reforma, o proprietário rural tem o prazo de 18 meses para recuperar as áreas desmatadas. O prazo é de 36 meses para áreas com até 50 hectares e de 48 meses para áreas com mais de 50 hectares. A medida também prevê a criação de reservas legais e APPs em áreas rurais.

País explora queda do desmatamento no COP
O Brasil tentou explorar ao máximo a queda do desmatamento no COP-17, em Durban, a fim de ter resultado de maior sucesso. O Brasil tentou explorar ao máximo a queda do desmatamento no COP-17, em Durban, a fim de ter resultado de maior sucesso.

Reserva Legal
A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais. A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais. A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais.

Reserva Legal
A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais. A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais. A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais.

Reserva Legal
A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais. A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais. A reforma prevê a criação de reservas legais em áreas rurais.

Lobby do camarão garante acordo
O lobby do camarão garantiu o acordo sobre a reforma do Código Florestal. O lobby do camarão garantiu o acordo sobre a reforma do Código Florestal. O lobby do camarão garantiu o acordo sobre a reforma do Código Florestal.

Sanção à Chevron é irregular
A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular.

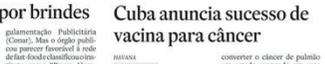
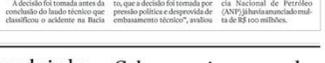
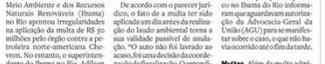
Sanção à Chevron é irregular
A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular.

Sanção à Chevron é irregular
A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular.

Sanção à Chevron é irregular
A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular.

Sanção à Chevron é irregular
A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular.

Sanção à Chevron é irregular
A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular. A sanção imposta à Chevron é irregular.



O ESTADO DE S. PAULO

11 DE DEZEMBRO DE 2010 R\$ 5,00*

ANO 132 Nº 4313 EDIÇÃO DE 2010 estado.com.br

C2-T1
'Estou aprendendo'
Patrícia Poeta fala no *Há* sobre a estréia no *JV* da patção por entrevistas



Classificados
9.670
ofertas
82 páginas

Casa
Desim Miami
Mostra o seu
como top do setor

Esportes
O último
dia de
um mito
Há exatos 30 anos,
Muhammad Ali para-
va de lutar. Pág. 17

Magistrados driblam teto e salário passa de R\$ 50 mil

Juizes agregam benefícios que fazem vencimentos superarem limite de R\$ 26,7 mil do funcionalismo

Receitas
Comentários de magistrados de vários tribunais do Brasil agregam benefícios salariais que fazem os vencimentos brutos superarem R\$ 50 mil mensalmente, o teto do funcionalismo público, já sem o adicional de função. O Conselho Nacional de Justiça está investigando a possibilidade de pagamento de benefícios de outros órgãos. Em determinado mês, os vencimentos de dezesseis desembargadores superam R\$ 200 mil. Por serem remunerados por dois mandatos corporativos, os salários dos magistrados são, às vezes, excepcionais, não são abençoados pelo Conselho Nacional de Justiça e não são regulamentados. No Tribunal de Justiça de São Paulo, os pagamentos mensais acima do máximo são comuns. Em determinado mês, os vencimentos de dezesseis desembargadores superam R\$ 200 mil. Por serem remunerados por dois mandatos corporativos, os salários dos magistrados são, às vezes, excepcionais, não são abençoados pelo Conselho Nacional de Justiça e não são regulamentados. No Tribunal de Justiça de São Paulo, os pagamentos mensais acima do máximo são comuns.

Drama O FILHO QUE O CRACK LEVOU



Laila, Fátima, em costas, no zoológico. 'Vou voltar até achá-lo, nem que seja a última coisa que eu faça nessa vida'

PESSOAS EM ESTADO
NEYMAR
E MAIS 10
Cinco meses entre 127 milhões e 17 milhões. Também em meio a selção de jogadores, Daniel Alves, Dede, Thiago Silva, Rafi, Marcelo, Paulinho, Hermes, Gamero e Leandro Damini. **ESPORTE/PAZ. 43-45**

Plibiscito vai dividir Pará de qualquer jeito
O plebiscito do Pará encontra-se dividido em três, mesmo que se não derem as propostas de criação de Estados de Tapajós e Carajás, revela Daniel Brannetti, enviado especial à região. **NACIONAL/PAZ. 41-43**

JULIO BENSUÍ BARRELA
Base esboça desafio Dilma
O governo Dilma é esboço, reflete demandas por mais apertamento da máquina, condenado a empregar para sobreviver. **NACIONAL/PAZ. 42**

HERBERT WERNERCK
Porozos da fé
Deu-se naquele basileite fêrnico no aeroporto de Guarulhos uma competição espiritual entre dois grupos de ferenozos progressistas. **METROPOLIS/PAZ. 22**

Tempo na capital
25° Máx. 15° Mín. Sem vento. Sem chuva. TEMPERATURA MÁXIMA: 25°C (PARALELOS)

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES
O novo Código Florestal
O texto do novo Código Florestal representa um meio termo bastante razoável. **AMBAMA. 43**

A DISPUTA MAIS ESPERADA DO ANO

IBOVEN TODOS OS OUTROS

100 pontos em 45 minutos

Veja nas páginas 5, 6 e 7.

O ESTADO DE S. PAULO

Conselho de Administração
Presidente: Roberto Marinho
Diretor Presidente: Roberto Marinho
Diretor de Administração: Roberto Marinho
Diretor de Recursos Humanos: Roberto Marinho
Diretor de Marketing: Roberto Marinho
Diretor de Operações: Roberto Marinho
Diretor de Tecnologia: Roberto Marinho
Diretor de Comunicação: Roberto Marinho

Notas e Informações

O novo Código Florestal

O texto do novo Código Florestal, aprovado pelo Senado em 2008, prevê a criação de um novo órgão de fiscalização, o Conselho Nacional de Recursos Ambientais (Conar), para atuar em conjunto com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). O novo código também prevê a criação de um novo órgão de fiscalização, o Conselho Nacional de Recursos Ambientais (Conar), para atuar em conjunto com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). O novo código também prevê a criação de um novo órgão de fiscalização, o Conselho Nacional de Recursos Ambientais (Conar), para atuar em conjunto com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

vetados de ser mantida ao longo do curso do rio. Há a alegação de que os pequenos proprietários, principalmente, seriam penalizados pela proibição do aproveitamento de várzea, uma prática disseminada por todo o País. O texto aprovado prevê a manutenção de 15 a 200 metros das margens, a depender da largura do curso d'água, os programas de regularização ambiental dos governos federais e estaduais assim o exigirem. Com relação aos nascimentos dos rios, o texto é mais rigoroso ao exigir que, independentemente do vazão ou da extensão do rio, aqueles produtores que desenvolveram suas áreas devem recompor as margens com mata nativa. A atividade agrícola é permitida em áreas com inclinação de 25 a 45 graus, desde que sejam preservadas as áreas de proteção ambiental. Outro ponto que viria grande matéria de discussão era a extensão da ve-

Tudo o que a Fifa mandar

A realização da Copa da Alemanha, em 2014, e a Copa da Rússia, em 2018, são as últimas competições para atletas profissionais que quem quer que seja, há de ser realizado. O texto do novo código também prevê a criação de um novo órgão de fiscalização, o Conselho Nacional de Recursos Ambientais (Conar), para atuar em conjunto com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

A nova ministra do Supremo

Depois de seis horas, alguns ministros mais antigos do STF não concordaram em manifestar apoio ao desempenho da futura ministra do Trabalho, a ministra Rosa Weber. A ministra Rosa Weber não foi indicada pelo presidente Dilma Rousseff para a vaga de ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) a ministra Ellen Gracie, que se aposentou há cinco meses. Apesar de a indicação ter sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado por 93 votos contra 4, a maioria da bancada governista, Rosa Weber não se sentiu bem na substituição de seu substituto, o ministro Carlos Fico.

Paragar a entrada de Estados do Iloilo e dos Torcedores

A categoria imediatamente suscitou dúvidas quanto ao seu ingresso no poder. O texto do novo código também prevê a criação de um novo órgão de fiscalização, o Conselho Nacional de Recursos Ambientais (Conar), para atuar em conjunto com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Ministros do Supremo não devem ser escolhidos pelo critério do notório saber jurídico

Além disso, a lista do STF, as matérias que são dadas. "Pense que hoje há 11 ministros, mas a Corte está dividida, em termos de orientação. Se os ministros não forem escolhidos pelo critério do notório saber jurídico, isso pode gerar problemas de orientação. Se os ministros não forem escolhidos pelo critério do notório saber jurídico, isso pode gerar problemas de orientação."

O ESTADO DE S. PAULO
A maior circulação diária do Brasil. 55 milhões de exemplares em circulação. 10 milhões de exemplares em circulação. 10 milhões de exemplares em circulação.

VOCÊ NO ESTADO.COM.BR

STF condona, mas deputados ficam livres

Nenhum dos cinco deputados condenados pelo Supremo desde o ano passado foi preso

345

WORLDWIDE PASSION
O novo Código Florestal representa um meio termo bastante razoável. **AMBAMA. 43**

O ESTADO DE S. PAULO



9 DE MARÇO DE 2012 R\$ 3,00 ANO 133 Nº 4242 EDIÇÃO DE 2012 estado.com.br

SEXTA-FEIRA Caderno2 Amor, Madonna retrata a relação de Edward VIII e Wallis Simpson no filme *H. Z.*

Dilma pede ajuda a Temer para pacificar base aliada

Governo admite 'momento tenso', e presidente fala em retomar diálogo após derrota política no Senado

Desafiada pela base aliada, a presidente Dilma Rousseff pediu socorro ao vice Michel Temer, sob o impasse da derrota política sofrida na votação, quando o Senado rejeitou sua indicação para a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Temer foi chamado logo cedo ao Palácio do Planalto para apresentar um pedido de ajuda para retomar o diálogo com o Congresso e pacificar a base aliada. Dilma admitiu que o governo vai desonerar a folha salarial de mais setores da indústria, informaram Adriana Fernandes, Renata Veríssimo e Célia Proença. Além disso, o governo vai desonerar a folha salarial de mais setores da indústria, informaram Adriana Fernandes, Renata Veríssimo e Célia Proença. Além disso, o governo vai desonerar a folha salarial de mais setores da indústria, informaram Adriana Fernandes, Renata Veríssimo e Célia Proença.



Trânsito Governo vai desonerar folha salarial de mais setores da indústria, informaram Adriana Fernandes, Renata Veríssimo e Célia Proença. Além disso, o governo vai desonerar a folha salarial de mais setores da indústria, informaram Adriana Fernandes, Renata Veríssimo e Célia Proença.



Imortal, no Hall da Fama Tricampeiro de Roland Garros, Gustavo Kuerten foi incluído no Hall da Fama do tênis, nos EUA, onde já brilha Maria Esther Bueno. ESPORTES / PÁG. 45



Caminhões invadem Ruazinhas de SP Com a proibição da circulação de caminhões na Marginal do Tietê, os caminhões invadem as ruas das Ruazinhas de SP. O trânsito é afetado e os moradores reclamam. O trânsito é afetado e os moradores reclamam.

Paris sobre o Tâmis O chute no tênis saiu das manchetes em seguida depois de que Messi e Neymar fizeram uma bola para a última quarta-feira. CIDADES / PÁG. 48

Tempo na capital 30° Máx. 13° Mín. Da quarta a amanhã. HULL, 17 FÓRMULAS

A HYUNDAI NÃO TEVE AUMENTO DE IPI PORQUE TEM FÁBRICA NO BRASIL. Faça revisões em seu veículo regularmente.

O ESTADO DE S. PAULO



9 DE MARÇO DE 2012 R\$ 3,00 ANO 133 Nº 4242 EDIÇÃO DE 2012 estado.com.br

SEXTA-FEIRA Caderno2 Amor, Madonna retrata a relação de Edward VIII e Wallis Simpson no filme *H. Z.*

Dilma pede ajuda a Temer para pacificar base aliada

Governo admite 'momento tenso', e presidente fala em retomar diálogo após derrota política no Senado

Desafiada pela base aliada, a presidente Dilma Rousseff pediu socorro ao vice Michel Temer, sob o impasse da derrota política sofrida na votação, quando o Senado rejeitou sua indicação para a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Temer foi chamado logo cedo ao Palácio do Planalto para apresentar um pedido de ajuda para retomar o diálogo com o Congresso e pacificar a base aliada. Dilma admitiu que o governo vai desonerar a folha salarial de mais setores da indústria, informaram Adriana Fernandes, Renata Veríssimo e Célia Proença. Além disso, o governo vai desonerar a folha salarial de mais setores da indústria, informaram Adriana Fernandes, Renata Veríssimo e Célia Proença.



Trânsito Governo vai desonerar folha salarial de mais setores da indústria, informaram Adriana Fernandes, Renata Veríssimo e Célia Proença. Além disso, o governo vai desonerar a folha salarial de mais setores da indústria, informaram Adriana Fernandes, Renata Veríssimo e Célia Proença.



Guapa no Hall da Fama Tricampeiro de Roland Garros, Gustavo Kuerten foi incluído no Hall da Fama do tênis, nos EUA, onde já brilha Maria Esther Bueno. ESPORTES / PÁG. 45



Caminhões invadem Ruazinhas de SP Com a proibição da circulação de caminhões na Marginal do Tietê, os caminhões invadem as ruas das Ruazinhas de SP. O trânsito é afetado e os moradores reclamam. O trânsito é afetado e os moradores reclamam.

Paris sobre o Tâmis O chute no tênis saiu das manchetes em seguida depois de que Messi e Neymar fizeram uma bola para a última quarta-feira. CIDADES / PÁG. 48

Tempo na capital 30° Máx. 13° Mín. Da quarta a amanhã. HULL, 17 FÓRMULAS

A HYUNDAI NÃO TEVE AUMENTO DE IPI PORQUE TEM FÁBRICA NO BRASIL. Faça revisões em seu veículo regularmente.

Nacional

Instalação com.br
Blog: Acesso as últimas notícias no Radar Político estadoonline.com/politico

Coalizão. Presidente é obrigada a reconhecer que depende de bom relacionamento com o maior partido aliado e chama vice ao Planalto para refazer pontes; membros do governo admitem 'momento de tensão' e parlamentares da base criticam equívocos da articulação política

Dilma recorre a Temer para pacificar base e retomar diálogo com o PMDB

Christiane Samurco
Rafael Moraes Moreira
Ylma Monteiro / BRASILIA

Dreadada pela base aliada, a presidente Dilma Rousseff (PT) deu um passo decisivo ao recorrer ao vice, Michel Temer (PMDB), sob o impacto da derrota política pessoal sofrida na votação, quando o senador rejeitou sua indicação para a diretoria geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Temer foi chamado logo cedo ao Palácio do Planalto e pediu ao presidente um período de diálogo para retomar o diálogo com o Congresso e especificamente o PMDB.

No curso prático, a rejeição se tornou mais um episódio colateral à votação da Cadeq. Fatores, que estava prevista para ser realizada na semana que vem, em Brasília, e não ocorreu mais no mês de março. O governo está comovido de que, se a votação

for realizada na semana que vem, o nome apoiado pelo Planalto não será derrotado.

A grande batalha foi travada durante as negociações com o senador da base aliada, o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, administrador do Palácio do Planalto e vice-base aliada. "Vamos dia após dia conversar, entender a ideia e buscar um caminho de diálogo", afirmou Temer.

Facilitada a discussão e o ambiente político, a presidente encontrou com Temer e deu uma prova concreta de diálogo político aliado. "Respeito o direito do Senado de votar", disse Temer ao presidente em um momento de que, se o apoio do maior partido da base e governo não era assegurado.

Clima tenso

GILBERTO CARVALHO
MINISTRO DA SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

"Vamos dialogar, conversar, entender. Não é hora de nenhuma declaração precipitada. É hora de entender que a democracia implica vitória e derrota. E vamos avançando".

que, mais adiante, vai encontrar outro nome para a diretoria geral da ANTT após o equívoco de Bernardo Figueiredo no Senado.

Fracasso. Sem alternativa diante do sucesso da campanha de articulação política do Planalto, o senador decidiu votar a favor da rejeição e presidente licenciado do PMDB foi em um momento de que se tem o apoio do maior partido da base e governo não era assegurado.

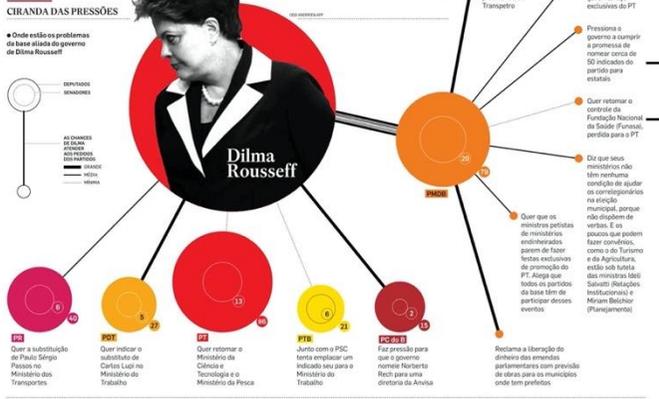
Aliados feliz no Planalto comemoraram o momento decisivo na votação do nome de Bernar-

do Figueiredo. Dilma que ministros e compromissos com Temer na agenda presidencial para enfrentar o cenário político de que o objetivo do governo é dialogar e não derrotar.

"Não é hora de buscar culpados. Podemos uma batalha, mas ela tem algo a nos ensinar para vivermos em democracia", disse o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), destacando que os votos contrários ao governo foram provados que a derrota do PMDB se estendeu a outras bancadas. "Todos os integrantes da aliança precisam refletir melhor sobre a votação. Uma aliança tem que ser alterçada e solidária", segundo Calheiros, a qual a mais governamental e aliada ao PMDB. "Não há uma reafirmação concreta, de pedida de cargo por exemplo. É uma coisa mais geral".

Equívocos. Para o senador Eduardo Braga (PMDB AM), o governo tem um erro na política na interlocução com o Congresso. No momento da votação, os deputados não entenderam o momento. A interpretação que o presi-

dente Lula e os membros do Congresso e o presidente Dilma Rousseff não estavam preparados para lidar com a situação. "O presidente Dilma Rousseff não estava preparado para lidar com a situação", disse o senador. "O presidente Dilma Rousseff não estava preparado para lidar com a situação", disse o senador.



'Todo mundo ficou à míngua', reclama líder peemedebista

Henrique Eduardo Alves relaciona insatisfação do partido à falta de recursos e realidade com ministros do PT

José Domingos / BRASILIA

Arborelido PMDB contra o presidente Dilma Rousseff deve ter resultado. Chegaram à legenda recados de que as coisas estão complicadas, depois da divulgação de um manifesto de deputados contra o novo governo PT sob o comando do PMDB e da derrota do governo no Senado na votação da proposta de recondução de Bernardo Figueiredo para a presidência da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

"Ficamos numa situação muito difícil", disse ao Radar o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (PSB). "Ministros do PT que dirigem ministérios com mais de 100 milhões, como da Saúde e o da Educação, visitam as cidades e não fazem pedidos, não fazem pedidos e não pagam nada, não pagam nada", disse Alves. "Não é hora de nenhuma declaração precipitada. É hora de entender que a democracia implica vitória e derrota. E vamos avançando".

temos mostrar insatisfação. O PSC, por exemplo, já teve uma reunião para discutir o encaminhamento para o novo governo. Chegamos a uma diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mas o governo não conseguiu a maioria necessária para a aprovação do projeto de lei. Isso é uma situação muito difícil. O PTB, por exemplo, também não conseguiu a maioria necessária para a aprovação do projeto de lei. Isso é uma situação muito difícil. O PSC, por exemplo, já teve uma reunião para discutir o encaminhamento para o novo governo. Chegamos a uma diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mas o governo não conseguiu a maioria necessária para a aprovação do projeto de lei. Isso é uma situação muito difícil.

O ESTADO DE S. PAULO

Quinta-feira, 15 de março de 2012 R\$ 2,00 ANO 133 Nº 4248 EDIÇÃO DE 2240 estado.com.br



Caderno 2
Obra emblemática
Exposição revela o caráter radical do 1.º g. da Pape

Cidades
Picadeiro. Projeto prevê esquadra de circo no Largo da Paçanda, em SP. Pág. C6

Paladar
Cervejas especiais
Em meio a tanta oferta nas gôndolas, descubra qual é a que combina com você



Após troca de líderes, Dilma perde apoio do PR no Senado

'Cansei. PT saudações', diz o líder do partido, Blairo Maggi; rebelião atrasa votação de projetos importantes

Menos de 24 horas depois de renunciar a base aliada com a troca de líderes no Congresso, a presidente Dilma Rousseff perdeu o voto dos senadores do PR no Senado, um prelúdio equivalente a quase 10% dos 81 senadores. "Nossa posição é não mais apoiar um acanhado governo ditatorial", disse o líder do partido no Senado, Blairo Maggi (MT), após sessão para o Ministério dos Transportes, a ministra

Adeli Salvatti (Belo Horizonte/Institucional), "cansou" de saudações. "Com rebelião no bloco, votação de projetos importantes, como o novo Código Florestal e o Lei Geral da Copa, não dá para fazer", disse o deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA). **NACIONAL / PÁG. A4**

Ministro articulou mudança
A ministra Adeli Salvatti (Belo Horizonte/Institucional) foi uma das desidiantes da troca de líderes, considerada um desiste entre partidos aliados. Ela se querem de que José tem si. **DEBATE/OPINIÃO NACIONAL / PÁG. A4**

BB e Caixa vão baixar tarifas para pressionar banco privado

Bancos públicos estão acertando com o governo federal de uma ação agressiva para tentar tirar clientes dos concorrentes. Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que detêm 30% do mercado, querem entrar contra e, principalmente, operação de crédito. Para isso, prometem tarifas e taxas de juros ainda mais baixas. O governo pretende oferecer o crédito por meio de uma entidade do sistema bancário. **ECONOMIA / PÁG. B2**



Um dia difícil no metrô

Na estação Barra Funda, passageiros aguardam para embarcar, em meio a uma das quatro paradas no metrô e nos trens da CPTM pela manhã; as empresas dizem que as falhas estão em níveis aceitáveis, mas reconhecem que a superlotação eleva o impacto. **GRANDES / PÁG. C4**

General critica processo por desaparecidos e vê 'revanchismo'

Líder do manifesto dos milhares da reativação com críticas à linguagem do governo que costuram a Lei de Anistia, o general Marco Antonio Feltus critica a decisão do Ministério Público de denunciar o coronel Sebastião Carlos por crimes no Araguaia. Feltus disse ao repórter Tiana Monteiro que a comissão da verdade será "a comissão do revanchismo e da inventiva". **NACIONAL / PÁG. A12**

MEC muda Enade para evitar fraudes

O MEC alterou as regras do próximo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A mudança vem após denúncia feita pelo Estadão de que a Unip usava artifícios para melhorar a nota da instituição. **VEJA / PÁG. A17**

Procon bloqueia vendas de três dos maiores sites

Justiça barra abertura do shopping JK Iguatemi **COMÉRCIO / PÁG. C3**

RELACIONAMENTO E INVESTIMENTO
Relação duradoura
A aliança entre BUA e G&B Brevetta é uma parceria de concepção unânime. Continuam um com o outro e o mundo conta com a mesma união. **VEJA ILUMINAÇÃO / PÁG. A10**

CELIO MINGO
Sobrou para o gavião
Mingo disse que as vezes ataca no ar e pega também o gavião. Alguns ministros do governo tendem a causar mais estragos em vez de curar. **ECONOMIA / PÁG. B2**

VERISSIMO
Não é mais pecado
Nada parece muito antinatural, ultimamente. Bora, aberra e zorra com aberra. Mas sem isso merece ser jogado no fogo eterno. **CADEIRÃO 2 / PÁG. B12**

Tempo na capital
30º Máx. 18º Mín. Color: chuveiro quente forte **VEJA ILUMINAÇÃO 100 DE CLASSIFICAÇÃO**

NOTAS & INFORMAÇÕES
O governo e a guerra dos portos
O governo pode salvar a economia. governadores resulto no adiamento da indústria nacional. **PÁG. B3**

NOVO SONATA 2012
ELEITO O MELHOR SEDA PELO GRANDE PÚBLICO.

VEJA DA PÁGINA 5

Faça revisões em seu veículo regularmente.

Nacional

Contra-ataque. Senadores da sigla, insatisfeitos com a indefinição no Ministério dos Transportes e com a substituição de Romero Jucá (PMDB-RR) por Eduardo Braga (PMDB-AM), anunciam fim do compromisso com o governo, que decide adiar votações decisivas

Um dia após concluir troca de líderes, Delma perde bancada do PR no Senado

Christiane Romero
Julia Domingues / ABRILIA

Menos de 24 horas depois de inflamar a base aliada com a troca dos líderes do governo no Senado e na Câmara, a presidente Dilma Rousseff perdeu os votos dos sete senadores que compõem o bloco de oposição, que em tempos de crise institucional com o governo podem ser decisivos em qualquer votação de interesse do Planalto no Congresso.

"Ministra, nós temos uma decisão que vou comunicar agora. Nós, do Senado, não queremos mais seguir com o governo. Nossa posição é não mais apoiar nem acompanhar o governo no dia a dia", disse por telefone o líder da oposição no Senado, ministro Ideli Salvatti, Relações Institucionais, ontem, precisamente às 17h30. "Estamos há nove meses conversando. Estamos 'PT' aqui", disse.

Além de Magli, outros sete senadores do bloco de oposição...



Crítica. Dilma ao lado do vice Michel Temer (PMDB), na solenidade de posse de Pepe Vargas; mudança feita pela presidente foi mal recebida por muitos aliados

OMODO DILMA DE GOVERNAR

- Líderes** Decidiu afastar Romero Jucá (PMDB-RR) e Cláudio Vazquez (PT-SP) em favor de Eduardo Braga (PMDB-AM) e Carlos Lupatini (PT-SP) para ocupar o cargo de ministro dos Transportes, tirando do PR em julho. A mudança é vista como um sinal de fraqueza por parte do governo.
- PMDB, PC do B, PT e PP** Decidiu afastar Romero Jucá (PMDB-RR) e Cláudio Vazquez (PT-SP) em favor de Eduardo Braga (PMDB-AM) e Carlos Lupatini (PT-SP) para ocupar o cargo de ministro dos Transportes, tirando do PR em julho. A mudança é vista como um sinal de fraqueza por parte do governo.
- Reforma agrária** Defesa de surpresa de Romero Jucá (PMDB-RR) em favor de Cláudio Vazquez (PT-SP) para ocupar o cargo de ministro da Reforma Agrária, tirando do PR em julho. A mudança é vista como um sinal de fraqueza por parte do governo.
- Comissão da Verdade** Defesa de surpresa de Romero Jucá (PMDB-RR) em favor de Cláudio Vazquez (PT-SP) para ocupar o cargo de ministro da Comissão da Verdade, tirando do PR em julho. A mudança é vista como um sinal de fraqueza por parte do governo.
- Finança** Defesa de surpresa de Romero Jucá (PMDB-RR) em favor de Cláudio Vazquez (PT-SP) para ocupar o cargo de ministro da Finança, tirando do PR em julho. A mudança é vista como um sinal de fraqueza por parte do governo.
- Brasileiras públicas** Defesa de surpresa de Romero Jucá (PMDB-RR) em favor de Cláudio Vazquez (PT-SP) para ocupar o cargo de ministro das Brasileiras Públicas, tirando do PR em julho. A mudança é vista como um sinal de fraqueza por parte do governo.

cas quanto ao estilo de presidente da República de se relacionar com o Congresso. Alguns dizem que ela não sabe lidar com o Congresso. Alguns dizem que ela não sabe lidar com o Congresso. Alguns dizem que ela não sabe lidar com o Congresso.

Nacional

Contra-ataque. Senadores da sigla, insatisfeitos com a indefinição no Ministério dos Transportes e com a substituição de Romero Jucá (PMDB-RR) por Eduardo Braga (PMDB-AM), anunciam fim do compromisso com o governo, que decide adiar votações decisivas

Um dia após concluir troca de líderes, Dilma perde bancada do PR no Senado

Christiane Romero
Julia Domingues / ABRILIA

Menos de 24 horas depois de inflamar a base aliada com a troca dos líderes do governo no Senado e na Câmara, a presidente Dilma Rousseff perdeu os votos dos sete senadores que compõem o bloco de oposição, que em tempos de crise institucional com o governo podem ser decisivos em qualquer votação de interesse do Planalto no Congresso.

"Ministra, nós temos uma decisão que vou comunicar agora. Nós, do Senado, não queremos mais seguir com o governo. Nossa posição é não mais apoiar nem acompanhar o governo no dia a dia", disse por telefone o líder da oposição no Senado, ministro Ideli Salvatti, Relações Institucionais, ontem, precisamente às 17h30. "Estamos há nove meses conversando. Estamos 'PT' aqui", disse.



Crítica. Dilma ao lado do vice Michel Temer (PMDB), na solenidade de posse de Pepe Vargas; mudança feita pela presidente foi mal recebida por muitos aliados

Com nota, PDT tenta esfriar clima com Plimato

Em reunião com o centro social, o presidente do PDT, Carlos Lacerda, pediu aos membros do partido para apoiar o governo de Dilma Rousseff. Ele também pediu para que o partido não se envolva em disputas internas.

Ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, pede para o presidente da Câmara, Eduardo Braga, assumir o Trabalho

Carvalho pediu para que Braga assumisse o Trabalho, pois ele é considerado um líder respeitado no Congresso. Ele também pediu para que Braga não se envolva em disputas internas.

Novo time. No lugar de Romero Jucá (PMDB-RR), Dilma nomeou o senador Idelmar Braga. O deputado Cláudio Vazquez (PT-SP) foi substituído por Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Dilma anunciou a troca de líderes do governo no Senado e na Câmara. Ela também anunciou a troca de ministros do governo.

Crítica. A presidente Dilma também recebeu um recado de ex-cinco senadores de oposição: Romero Jucá, Cláudio Vazquez, Carlos Lupatini, Ideli Salvatti e Cláudio Vazquez.

Os senadores da oposição pediram para que Dilma não se envolva em disputas internas. Eles também pediram para que ela não se envolva em disputas internas.

de Braga, escolhido por Dilma para "pacificar" a base. Ele disse que tem os instrumentos do governo para lidar com a oposição. Ele também disse que tem os instrumentos do governo para lidar com a oposição.

de Braga, escolhido por Dilma para "pacificar" a base. Ele disse que tem os instrumentos do governo para lidar com a oposição. Ele também disse que tem os instrumentos do governo para lidar com a oposição.

de Braga, escolhido por Dilma para "pacificar" a base. Ele disse que tem os instrumentos do governo para lidar com a oposição. Ele também disse que tem os instrumentos do governo para lidar com a oposição.

Ideli articulou mudanças e convenceu presidente

Ministra, a quem parlamentares acusam de agir com truculência, tentou substituir Vazquez há meses antes da troca de líderes. Ela também tentou substituir Vazquez há meses antes da troca de líderes.



Substituto. Novo líder do PR, Eduardo Braga, cumprimenta Jucá com o abraço de Ideli

Ministra, a quem parlamentares acusam de agir com truculência, tentou substituir Vazquez há meses antes da troca de líderes. Ela também tentou substituir Vazquez há meses antes da troca de líderes.

Ideli articulou mudanças e 'fritou' colega petista

Ministra das Relações Institucionais tenta que Vazquez (PT) tome posse em seu lugar e trabalhe no bastidor para derrubar o governo.

Ministra, a quem parlamentares acusam de agir com truculência, tentou substituir Vazquez há meses antes da troca de líderes. Ela também tentou substituir Vazquez há meses antes da troca de líderes.

Ministra, a quem parlamentares acusam de agir com truculência, tentou substituir Vazquez há meses antes da troca de líderes. Ela também tentou substituir Vazquez há meses antes da troca de líderes.

Ministra, a quem parlamentares acusam de agir com truculência, tentou substituir Vazquez há meses antes da troca de líderes. Ela também tentou substituir Vazquez há meses antes da troca de líderes.

O ESTADO DE S. PAULO

24 DE MARÇO DE 2012 R\$ 2,00 PÁG. 133 Nº 42257

SABADO

Boulevard
Descolado. Capas para celular ganham novos desenhos. Pág. C6



Sabático
Bloqueio criativo
Tema que allige os autores é abordado por Mark Salzman

C2 - música
Rock in Oca. O Parque do Ibirapuera se declara a maior mostra de rock do continente



Dilma assume negociação para aprovar lei ambiental

Crise na base faz presidente tentar pessoalmente obter maioria e evitar desgaste antes de cúpula da ONU

A presidente Dilma Rousseff assumiu o comando da negociação para aprovar o Código Florestal, diante da insistência de uma ala da base para o desenvolvimento sustentável. A Rio-20, em junho. Durante sua base, ela discutia as propostas

consentimentos. A oferta não é vista a votação na Câmara ao menos por um mês, para tentar obter maioria. A presidente admite que a estratégia pode não funcionar diante da pressão de aliados para liberar propiciadores rurais da obrigação de recuperar a vegetação nativa

as margens de rios. Antecorrem, Dilma pediu a Gilberto Kassab, presidente do PSC, que permitisse a votação em conjunto, mas o prefeito paulistano disse que não poderia votar sem ter um mandato - entre os 47 deputados do partido, há muitos ruralistas. NACIONAL / PÁG. A4

Ruralistas aprovaram
A bancada ruralista tem apoio de aliados na base aliada para empurrar sua agenda, informa o repórter Roldão Arruda. NACIONAL / PÁG. A4

Senador pode sofrer ação por suposto acordo com bicheiro

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, avalia se pedirá ao STF abertura de inquérito para investigar o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) por suposta celebração de propina e favorecimento pela multa das empresas em Goiás. A situação se agrava após o divulgamento de que o senador recebeu a guarda do bicheiro Carlinhos Cachoeira. TORRES REG. NACIONAL / PÁG. A8

CHICO ANYSIO • 1931 - 2012

MORRE O MESTRE DO HUMOR



Comador de mais de 200 personagens, Chico Anysio morreu após quatro meses de doença. Defensor da liberdade de expressão, disse: "Não sou lá onde quem de humor o engraxado e o sem graça. Fui com o primeiro". VIDA / PÁG. A20 e A21

Depoimento
José Benedito da Oliveira Sebrinhu "Coronel Chico nos anos 50. Fiquei impressionado pelo domínio que ele tinha da voz e pela facilidade de criar tipos caricatos". VIDA / PÁG. A21

FGV prepara índice para medir felicidade

A Fundação Getúlio Vargas está elaborando um índice de Felicidade Interna Bruta (FIB). A intenção é fornecer os resultados ao governo para as políticas públicas. Os pesquisadores dizem que a FIB não dá conta da situação real do País, mas admitem que o PIB é bastante subjetivo. ECONOMIA / PÁG. B1 e B3

Assassinato de garoto negro revolta Obama

O presidente Barack Obama engrasou a indignação na Florida após o assassinato do garoto Trayvon Martin, 17 anos, pelo vigilante branco George Zimmerman, que supostamente "se viu com um filho, ele seria como Trayvon". disse Obama. INTERNACIONAL / PÁG. A18

Para papa, comunismo não funciona em Cuba

VIDA / PÁG. A26

Procurador duvida de prisão no caso do Metrô

CRIMES / PÁG. C1

MANUELA BURELLI NUCLEBERG
Venenos e toxinas
A crise do governo com a base evolui porque a política chegou ao fim, precisa mudar-se lácido, desobediência, inflexível e obstinado. ESPAÇO ABERTO / PÁG. A2

SÉRGIO AUGUSTO
Deveres do jornalista
Pela perspectiva de Albert Camus, o jornalista, para ser livre, precisa manter-se lácido, desobediência, inflexível e obstinado. SABÁTICO / PÁG. B2

ROGER CHUBEN
O falso debate sobre o Irã
Como os EUA aprendem na última década, crises podem ocorrer sob a forma de escolhas tradicionais impulsionadas pela política. VISO GLOBAL / PÁG. A29

Tempo na capital
25º Máx. 17º Mín. 777. Sit. no tempo e chuva. VIDA / PÁG. A33

NOTAS E INFORMAÇÕES
Encenação no Planalto
O presidente Dilma encenar iniciativas, sem medo a crise com a base. PÁG. A4

MITSUBISHI ASX. O 4x4 URBANO.

Faça revisões em seu veículo regularmente.

DECLARADA MÁXIMA EM WWW.MITSUBISHI.COM.BR

REVISÃO AUTORES

Nacional

Governabilidade em xeque. Diante das derrotas sofridas na última semana e pressionada pelos partidos aliados - que chamam por cargos e acetos eleitorais -, presidente reuniu-se com Kassab, prefeito, porém, disse que não consegue conter ruralistas de seu partido

Dificuldades com aliados levam Dilma a buscar apoio do PSD no Congresso

Júlia Domingos / BRASIL

Com a base aliada em crise e em confronto aberto com o governo federal, a presidente Dilma Rousseff apelou, em visita para o apoio do PSD, partido criado e comandado pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, que se manifestou independente. Num encontro realizado na quinta-feira à noite, no Palácio do Planalto, Dilma pediu ao prefeito ajuda para convocar os parlamentares do PSD a apoiar o projeto de reforma do Código Florestal que foi aprovado pelos senadores e que garante a recuperação de vegetação nativa na margem de rios.

Quarta-feira não o segundo dia do PT. A primeira decepção dos petistas com Kassab foi a decisão incluída de apoiar a candidatura de José Serra (PSDB) à Prefeitura de São Paulo, abandonando sua negociação com o Congresso. A agenda de Kassab ficou ainda mais incerta com a vitória no Congresso.

Após o derrota nas eleições na última semana e com dificuldades para aprovar o Código Florestal e também a Lei Geral da Copa, Dilma diz ainda os votos de que pretende assumir a coordenação política das votações. A presidente reuniu-se com seis ministros e ordenou que se necessaria, a votação do Código Florestal seja suspensa por um mês para que haja o recesso de derrotas (veja abaixo).

Kassab disse à presidente que não tem controle sobre esse texto aprovado pelo Senado, em reuniões com o ex-ministro da Fazenda, Fernando Collor de Mello e Fernando Henriques de Carvalho, integrantes da equipe de desdobramento da Amazônia. As atuais reivindicações, porém, ocorrem no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde os agricultores se multiplicam e violentam o controle da terra. Cada metro de terra desmatado por índios causa reação, não só por parte do Legislativo, mas também por parte da agenda mudanças na lei sobre uso de agrotóxicos, compra de terras por estrangeiros e de unidades de conservação, entre outros temas.



Aeno. Apesar da negativa, Kassab prometeu apoio ao governo da presidente Dilma nas negociações da Lei Geral da Copa

ma na bancada, de acordo com o deputado da Lei Geral da Copa, Dilma diz ainda os votos de que pretende assumir a coordenação política das votações. A presidente reuniu-se com seis ministros e ordenou que se necessaria, a votação do Código Florestal seja suspensa por um mês para que haja o recesso de derrotas (veja abaixo).

Kassab disse à presidente que não tem controle sobre esse texto aprovado pelo Senado, em reuniões com o ex-ministro da Fazenda, Fernando Collor de Mello e Fernando Henriques de Carvalho, integrantes da equipe de desdobramento da Amazônia. As atuais reivindicações, porém, ocorrem no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde os agricultores se multiplicam e violentam o controle da terra. Cada metro de terra desmatado por índios causa reação, não só por parte do Legislativo, mas também por parte da agenda mudanças na lei sobre uso de agrotóxicos, compra de terras por estrangeiros e de unidades de conservação, entre outros temas.

Presidente entra no jogo, reúne ministros e quer 'nova maioria'

Em reunião ontem com 6 assessores, a presidente decidiu adiar a votação na Câmara no menos por um mês, para evitar derrota

Deparada com a iminência de uma derrota na votação das regras de proteção do meio ambiente, a presidente Dilma Rousseff assumiu pessoalmente ontem o comando da negociação do Código Florestal. Durante duas horas, discussão com seis ministros deturda da proposta. A votação de Dilma no menos por um mês, para evitar derrota.

Deparada com a iminência de uma derrota na votação das regras de proteção do meio ambiente, a presidente Dilma Rousseff assumiu pessoalmente ontem o comando da negociação do Código Florestal. Durante duas horas, discussão com seis ministros deturda da proposta. A votação de Dilma no menos por um mês, para evitar derrota.

Nacional

Governabilidade. Diante das derrotas sofridas e pressionada por aliados - que querem cargos, emendas e pactos eleitorais -, presidente reuniu-se com 6 ministros e mandou que governo segure votação por um mês. Kassab disse que não consegue conter ruralistas do partido

Por Código Florestal, Dilma entra no jogo político e faz apelo até ao PSD

María Roberto / BRASIL

Deparada com a iminência de uma derrota do governo na votação das regras de proteção do meio ambiente, a presidente Dilma Rousseff decidiu assumir o comando político da negociação do Código Florestal, reuniu-se ontem com seis ministros para discutir a articulação com o Congresso e recorrer até ao PSD, criado pelo prefeito Gilberto Kassab.

A articulação de Dilma é evitar a votação da Lei Geral da Copa em março, período em que o governo tentará convocar maioria de votos, a qual não dispõe de votos para aprovar a matéria.

Dilma reconheceu que a estratégia pode não funcionar diante da pressão de parte da base de aliados do Planalto por obterem o projeto de vegetação nativa de Área de Preservação Permanente (APP) já em outras propostas legislativas. A exceção é o Código Florestal.

Ademais, por causa da crise com a base, o governo suspendeu a intervenção na Câmara dos Deputados e a votação de 11 projetos de lei. O projeto de lei nº 11.700, que trata da Lei Geral da Copa, não terá mais o apoio do PSD. Assim, o projeto de lei nº 11.700, que trata da Lei Geral da Copa, não terá mais o apoio do PSD. Assim, o projeto de lei nº 11.700, que trata da Lei Geral da Copa, não terá mais o apoio do PSD.

Presidente viaja para a Índia e vice estará na Coreia

Em meio a crise política, a presidente Dilma Rousseff anunciou a viagem para a Índia, onde participará de reuniões com ministros das áreas de Saúde, Educação, China e África do Sul. Também estará na Coreia do Sul.

Em meio a crise política, a presidente Dilma Rousseff anunciou a viagem para a Índia, onde participará de reuniões com ministros das áreas de Saúde, Educação, China e África do Sul. Também estará na Coreia do Sul.

'Tem de manter as restrições', afirma FHC

Ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso afirmou que o Brasil tem de manter as restrições ambientais em relação ao desmatamento na Amazônia. Ele afirmou que o Brasil tem de manter as restrições ambientais em relação ao desmatamento na Amazônia.

Nacional

Governabilidade. Diante das derrotas sofridas e pressionada por aliados - que querem cargos, emendas e pactos eleitorais -, presidente reuniu-se com 6 ministros e mandou que governo segure votação por um mês. Kassab disse que não consegue conter ruralistas do partido

Por Código Florestal, Dilma entra no jogo político e faz apelo até ao PSD

María Roberto / BRASIL

Deparada com a iminência de uma derrota do governo na votação das regras de proteção do meio ambiente, a presidente Dilma Rousseff decidiu assumir o comando político da negociação do Código Florestal, reuniu-se ontem com seis ministros para discutir a articulação com o Congresso e recorrer até ao PSD, criado pelo prefeito Gilberto Kassab.

A articulação de Dilma é evitar a votação da Lei Geral da Copa em março, período em que o governo tentará convocar maioria de votos, a qual não dispõe de votos para aprovar a matéria.

Dilma reconheceu que a estratégia pode não funcionar diante da pressão de parte da base de aliados do Planalto por obterem o projeto de vegetação nativa de Área de Preservação Permanente (APP) já em outras propostas legislativas. A exceção é o Código Florestal.

Ademais, por causa da crise com a base, o governo suspendeu a intervenção na Câmara dos Deputados e a votação de 11 projetos de lei. O projeto de lei nº 11.700, que trata da Lei Geral da Copa, não terá mais o apoio do PSD. Assim, o projeto de lei nº 11.700, que trata da Lei Geral da Copa, não terá mais o apoio do PSD.

Presidente viaja para a Índia e vice estará na Coreia

Em meio a crise política, a presidente Dilma Rousseff anunciou a viagem para a Índia, onde participará de reuniões com ministros das áreas de Saúde, Educação, China e África do Sul. Também estará na Coreia do Sul.

Em meio a crise política, a presidente Dilma Rousseff anunciou a viagem para a Índia, onde participará de reuniões com ministros das áreas de Saúde, Educação, China e África do Sul. Também estará na Coreia do Sul.

'Tem de manter as restrições', afirma FHC

Ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso afirmou que o Brasil tem de manter as restrições ambientais em relação ao desmatamento na Amazônia. Ele afirmou que o Brasil tem de manter as restrições ambientais em relação ao desmatamento na Amazônia.

O ESTADO DE S. PAULO

Quinta-feira 26 DE ABRIL DE 2012 R\$ 3,00 ANO 133 Nº 4.250 EDIÇÃO DE 2010 estado.com.br

Paladar
Invenções do grão
Das sementinhas brotam conservas, queijo, cerveja...

Caderno2
Joias da França
Exposição no CCBB reunirá 87 obras impressionistas

Cult. Min., or Astro-Man?
na Virada Cultural. PÁG. 66

Na estreia em CPIs, Collor faz barulho

O senador Collor, que há 20 anos foi afastado da Presidência após inquérito parlamentar, integra sua primeira CPI e já tentou convocar o procurador Roberto Gurgel. NACIONAL | PÁG. 18



Novo Código Florestal é aprovado sem anistia

Após 13 anos tramitando no Congresso, a Câmara dos Deputados aprovou o novo texto-base do novo Código Florestal. Foram 27 votos a favor, 18 contrários e cinco abstenções. O novo projeto mantém o objetivo de reduzir a perda de áreas com vegetação nativa. Esse é considerado o ponto mais importante do novo código e a questão mais importante para o governo Dilma Rousseff. O texto seguirá para o Senado do presidente Dilma Rousseff. Os ambientalistas consideram o resultado desastroso. VIDA | PÁG. A24

IZABELLA TEIXEIRA
MINISTRA DO MEIO AMBIENTE
"Como ter de resolver as questões pendentes na votação?"

Ex-diretor da Delta e mais 3 são presos no caso Cachoeira

Outro executivo ligado à empreiteira também é procurado; dono da empresa teme ser detido

A Polícia Civil e o Ministério Público do Distrito Federal prenderam ontem Claudio Abreu, ex-diretor da empreiteira Delta, alvo da CPI que investiga esquema de corrupção envolvendo Carlos Cachoeira para desviar dinheiro público. A Justiça autorizou ainda a prisão do diretor da empreiteira em São Paulo, Heráclio Pasolini Neto, mas ele não havia sido localizado pela polícia. Também foram presos o vereador Wes-

ley Clayton da Silva (PMDB), vice-presidente da Câmara de Anápolis (GO), Dagmar Abreu, da mesma cidade, e Valdir Reis, ex-assessor da Secretaria de Planejamento do governo do DF. O novo presidente da Delta, Carlos Alberto Verdini, foi acusado por entregar "comercios necessários" à CPI. Os advogados do empresário Fernando Cavalcanti, dono da Delta, temem que ele possa ser preso. NACIONAL | PÁG. A1 e A2 e A8

Caixa reduz juros para financiamento habitacional

A Caixa Econômica Federal anunciou uma redução das taxas de juros para o financiamento habitacional. A mudança vai beneficiar quem contratou empréstimos a partir de julho de 2011. Para iniciar o financiamento da Habitação de até R\$ 300 mil, os juros efetivos hoje são de 10,5% ao ano para o público geral. Agora, a taxa será de 9%. Por outro lado, dados do Banco Central indicam que a inadimplência das pessoas físicas caiu após a menor selic de abril. Base de redução é a redução dos juros pelas bancas. ECONOMIA | PÁG. B1 e B3

Com CPI instalada, PT quer ditar ritmo das investigações
Na primeira sessão da CPI de Cachoeira, os aliados do governo defenderam que o ritmo das investigações será ditado pelo PT. O partido também

Inferno espanhol
O Real de Cristiano Ronaldo foi eliminado pelo Bayern na Liga dos Campeões. ESPORTES | PÁG. E1

Homicídio cresce 79% na capital
O número de homicídios dolosos na capital cresceu 79,2% em março, em relação a março de 2011. O total dovelou a ultrapassar a linha epidêmica de violência. CIDADES | PÁG. E1 e E2

Guia reúne boas ideias para o empreendedor
ESTÁBILIDADE

Até chavistas discutem Venezuela sem Chávez
INTERNACIONAL | PÁG. A10

IX 35 FLEX 178 CV.
O SUV QUE JÁ ERA PERFEITO AGORA TEM MOTOR FLEX E GPS ORIGINAL DE FÁBRICA.

FAÇA REVOLUÇÃO EM SEU VEÍCULO REGULAMENTO. VEJA NA PÁGINA 5.

O ESTADO DE S. PAULO

Quinta-feira 26 DE ABRIL DE 2012 R\$ 3,00 ANO 133 Nº 4.250 EDIÇÃO DE 2010 estado.com.br

Caderno2
Joias da França
Exposição no CCBB impressionistas

Estádio PME
Guia. Evento reúne boas ideias para quem quer empreender

Paladar
Invenções do grão
Das sementinhas brotam conservas, queijo, cerveja...

Cult. Min., or Astro-Man?
na Virada Cultural. PÁG. 66

Câmara aprova Código Florestal e derrota governo

Após 13 anos de tramitação no Congresso, a reforma do Código Florestal foi aprovada na Câmara dos Deputados com importante derrota para o governo Dilma Rousseff. O texto não será objeto de novas batalhas no Congresso. O novo Código Florestal determina que proprietários rurais com áreas de até 10 hectares de largura terão de recuperar uma faixa de 15 metros em cada margem. Há argumentos nessa regra para pequenos produtores. Mas o texto

Ex-diretor da Delta e mais 3 são presos no caso Cachoeira

Outro executivo ligado à empreiteira também é procurado; dono da empresa teme ser detido

A Polícia Civil e o Ministério Público do Distrito Federal prenderam ontem Claudio Abreu, ex-diretor da empreiteira Delta, alvo da CPI que investiga esquema de corrupção envolvendo Carlos Cachoeira para desviar dinheiro público. A Justiça autorizou ainda a prisão do diretor da empreiteira em São Paulo, Heráclio Pasolini Neto, mas ele não havia sido localizado pela polícia. Também foram presos o vereador Wesley Clayton da Silva (PMDB), vice-presidente da Câmara de Anápolis (GO), Dagmar Abreu, da mesma cidade, e Valdir Reis, ex-assessor da Secretaria de Planejamento do

governo do DF. O novo presidente da Delta, Carlos Alberto Verdini, foi acusado por entregar "comercios necessários" à CPI. Os advogados do empresário Fernando Cavalcanti, dono da Delta, temem que ele possa ser preso. NACIONAL | PÁG. A1 e A2 e A8



Na estreia em CPIs, Collor faz barulho
O senador Fernando Collor, que há 20 anos foi afastado da Presidência após inquérito parlamentar, integra sua primeira CPI e já tentou convocar o procurador-geral Roberto Gurgel. NACIONAL | PÁG. 18

Inferno espanhol
O Real de Cristiano Ronaldo foi eliminado pelo Bayern na Copa da Alemanha. ESPORTES | PÁG. E1

Homicídios crescem quase 80% na capital
Estado volta a ultrapassar linha epidêmica de violência

Caixa reduz em até 21% juro de imóvel
ECONOMIA | PÁG. B1

Até chavistas discutem Venezuela sem Chávez
INTERNACIONAL | PÁG. A10

Indy fecha a Marginal a partir da meia-noite
METROPOLIS | PÁG. C1

Tempo na capital
25° Máx. 18° Mín. Chove entre breves. (VER CLASSIFICAÇÃO)

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES
A CPI que o Planalto quer?
O relator escolheu a determinação da presidente de delimitar o foco da CPI à operação. PÁG. A2

IX 35 FLEX 178 CV.
O SUV QUE JÁ ERA PERFEITO AGORA TEM MOTOR FLEX E GPS ORIGINAL DE FÁBRICA.

FAÇA REVOLUÇÃO EM SEU VEÍCULO REGULAMENTO. VEJA NA PÁGINA 5.

Vida / AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

PLANETA

Aprovada reforma do Código Florestal; mantida recuperação de margem de rio

Ruralistas, apesar de exibirem maioria de votos, perderam na questão mais importante em jogo; ambientalistas criticam texto e pedem veto à Dima

Marta Subsimon BRASILEIRA

Após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, o texto final da reforma do Código Florestal foi aprovado ontem na Câmara dos Deputados mantendo a exigência de recuperação de áreas desmatadas e a margem de rio principal polêmica que nos últimos meses opôs ambientalistas e ruralistas.

Com isso, as propriedades rurais que têm rios de até 10 metros de largura terão de recuperar uma faixa de 15 metros em sua margem. Entretanto, em situações para pequenas propriedades, obrigadas a recuperar uma extensão maior da vegetação nativa, o acordo com o ecotequi é em vez de até 10 metros de largura, passa a ser de até 25 metros.

O resultado da votação significava a vitória dos ruralistas, que exibiram larga maioria de votos na Câmara, perdendo na questão mais importante em jogo nessa última etapa da votação da reforma do Código Florestal. O projeto segue para a sanção do presidente Dilma Rousseff. Os ambientalistas, no entanto, consideram o resultado insatisfatório e pedem veto de Dilma Rousseff. A oposição também se prepara para solicitar o presidente Paulo Piou (PMDB-MS) que mantenha a margem de rio com mais de 10 metros de largura.

Plano contra rios de apoio à proposta defendida por Dilma Rousseff. O resultado da votação implica um novo round de debates para a definição de regras do Código Florestal. Insatisfeitos com o resultado, os ruralistas já prepararam projeto de lei para estabelecer regras menos rigorosas de recuperação de áreas desmatadas. Já a oposição já se prepara para apresentar um projeto de lei para estabelecer regras mais rigorosas de recuperação de áreas desmatadas.

Em novo round será forçado por uma lei a ser aprovada em 2012. Não há previsão de quando o projeto será aprovado. O texto aprovado em 2008 prevê a recuperação de áreas desmatadas em até 18 meses. O texto aprovado em 2008 prevê a recuperação de áreas desmatadas em até 18 meses.

Em novo round será forçado por uma lei a ser aprovada em 2012. Não há previsão de quando o projeto será aprovado. O texto aprovado em 2008 prevê a recuperação de áreas desmatadas em até 18 meses. O texto aprovado em 2008 prevê a recuperação de áreas desmatadas em até 18 meses.

O QUE DIZ A LEI ATUAL E O PROJETO VOTADO ONTEM

1 Texto que flexibiliza a legislação ambiental agora vota para a Câmara

Área de Preservação Permanente (APP)
Zona protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função de preservar a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, além da preservação física e ecológica de rios, nascentes e de áreas urbanas e de vetado a uso agrícola.

APP Tipos de áreas: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

APP Escovas: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

APP Nascentes: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

APP Mata ciliar: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

Áreas de uso restrito: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

Reserva Legal: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

Regularização das propriedades: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

Área de preservação variável: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

Placar
274
77
184
form os votos governistas

Membro do MMA antevê derrota e diz que conta não é só do governo



Flávio Wernick/240

Texto é vitória ruralista, dizem ambientalistas
Apesar de a recuperação das APPs ter permanecido no Código Florestal, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados não prevê a recuperação de áreas desmatadas em até 18 meses. O texto aprovado em 2008 prevê a recuperação de áreas desmatadas em até 18 meses.

Placar
274
77
184
form os votos governistas

Flávio Wernick/240

Vida / AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

PLANETA

Aprovada reforma do Código Florestal; ruralistas impõem derrota ao governo

Manobra governista, porém, mantém recuperação de margem de rio e deixa desmatar sem anistia integral; Dilma não decidiu se vetará nova lei

Marta Subsimon BRASILEIRA

Após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, o texto final da reforma do Código Florestal foi aprovado ontem na Câmara dos Deputados mantendo a exigência de recuperação de áreas desmatadas e a margem de rio principal polêmica que nos últimos meses opôs ambientalistas e ruralistas.

Com isso, as propriedades rurais que têm rios de até 10 metros de largura terão de recuperar uma faixa de 15 metros em sua margem. Entretanto, em situações para pequenas propriedades, obrigadas a recuperar uma extensão maior da vegetação nativa, o acordo com o ecotequi é em vez de até 10 metros de largura, passa a ser de até 25 metros.

O resultado da votação significava a vitória dos ruralistas, que exibiram larga maioria de votos na Câmara, perdendo na questão mais importante em jogo nessa última etapa da votação da reforma do Código Florestal. O projeto segue para a sanção do presidente Dilma Rousseff. Os ambientalistas, no entanto, consideram o resultado insatisfatório e pedem veto de Dilma Rousseff. A oposição também se prepara para solicitar o presidente Paulo Piou (PMDB-MS) que mantenha a margem de rio com mais de 10 metros de largura.

Plano contra rios de apoio à proposta defendida por Dilma Rousseff. O resultado da votação implica um novo round de debates para a definição de regras do Código Florestal. Insatisfeitos com o resultado, os ruralistas já prepararam projeto de lei para estabelecer regras menos rigorosas de recuperação de áreas desmatadas. Já a oposição já se prepara para apresentar um projeto de lei para estabelecer regras mais rigorosas de recuperação de áreas desmatadas.

Em novo round será forçado por uma lei a ser aprovada em 2012. Não há previsão de quando o projeto será aprovado. O texto aprovado em 2008 prevê a recuperação de áreas desmatadas em até 18 meses. O texto aprovado em 2008 prevê a recuperação de áreas desmatadas em até 18 meses.

Em novo round será forçado por uma lei a ser aprovada em 2012. Não há previsão de quando o projeto será aprovado. O texto aprovado em 2008 prevê a recuperação de áreas desmatadas em até 18 meses. O texto aprovado em 2008 prevê a recuperação de áreas desmatadas em até 18 meses.

O QUE DIZ A LEI ATUAL E O PROJETO VOTADO ONTEM

1 Texto que flexibiliza a legislação ambiental agora vota para a Câmara

Área de Preservação Permanente (APP)
Zona protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função de preservar a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, além da preservação física e ecológica de rios, nascentes e de áreas urbanas e de vetado a uso agrícola.

APP Tipos de áreas: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

APP Escovas: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

APP Nascentes: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

APP Mata ciliar: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

Áreas de uso restrito: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

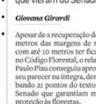
Reserva Legal: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

Regularização das propriedades: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

Área de preservação variável: APP de preservação permanente, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística, APP de proteção ambiental, APP de proteção paisagística.

Placar
274
77
184
form os votos governistas

Para ambientalistas, texto aprovado ampliará o desmate



Flávio Wernick/240

Placar
274
77
184
form os votos governistas

Placar
274
77
184
form os votos governistas

Flávio Wernick/240

ALGUNS PONTOS DE RELEVÂNCIA

- Marginalização:** Áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais não serão obrigadas a ser recuperadas em até 18 meses.
- Reserva Legal:** O texto aprovado prevê a recuperação de áreas desmatadas em até 18 meses.
- APPs:** O texto aprovado prevê a recuperação de áreas desmatadas em até 18 meses.
- Castelo rural:** O texto aprovado prevê a recuperação de áreas desmatadas em até 18 meses.

O ESTADO DE S. PAULO



Gov. pode afrouxar contas para ajudar economia

Com o objetivo de ajudar a economia, o governador do Estado de São Paulo, Fernando Haddad, anunciou que pretende afrouxar as regras de controle de gastos do governo estadual. A medida visa facilitar a contratação de obras e serviços, além de permitir a aquisição de bens e materiais necessários para a execução das atividades administrativas.

Dilma muda Código por MP e veta anistia a desmatador

Aumentar as críticas ao momento crítico do projeto, a anistia vem sendo para a legislação



A cidade do bem-estar

Com o objetivo de ajudar a economia, o governador do Estado de São Paulo, Fernando Haddad, anunciou que pretende afrouxar as regras de controle de gastos do governo estadual. A medida visa facilitar a contratação de obras e serviços, além de permitir a aquisição de bens e materiais necessários para a execução das atividades administrativas.

A cidade do bem-estar

2º turno no Egito deve ter islâmico e ex-presidente

Após o primeiro turno das eleições presidenciais no Egito, o segundo turno deve ocorrer entre um candidato islâmico e o ex-presidente do país.



Esportes Dida chega falando alto

O goleiro Dida chegou ao Brasil falando alto sobre sua situação profissional e o futuro de sua carreira.

Tempo nacional

Resumo das notícias e eventos de todo o Brasil.

SP: 200 milhões em obras

Investimentos planejados para obras de infraestrutura em São Paulo.

Medo do mundo pago é preso

Um homem foi preso por medo de um mundo que não existe.

NISSAN X-TRAIL ASX

MÃO EM VÍDEO QUE PELO MAIS, SOBRIQUANÇA NA CIDADÃO? PODEMOS AVALIAR!

Preço: 79.990

Vida

(AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE)

Ambiente. Também serão feitas 32 modificações no texto aprovado na Câmara - 14 recuperam o projeto do Senado; versão do governo estabelece faixas proporcionais de recuperação da mata ciliar segundo o tamanho da propriedade e protege os manguezais

Dilma veta 12 itens do Código Florestal, acaba com anistia e decide editar MP



Pontos. Os ministros Pape Vargas (à esquerda), Izabella Teixeira e Mendes Ribeiro (sem pel), além de Luis Inácio Adams, anunciam os vetos definidos por Dilma

PLANETA
Rafael Marques Mouta
Túlio Monteiro
Eduardo Ferverari
BRASILIA

Presidência para vetos de 12 itens do Código Florestal, que desobriga parte das propriedades rurais a cumprir as regras de preservação ambiental. A medida também veta a anistia a desmatadores e estabelece faixas proporcionais de recuperação da mata ciliar. A presidente Dilma Rousseff decidiu vetar 12 artigos do Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados. O plano anunciado que não vai dar anistia a desmatadores, resguarda trechos de verde do Sertão, desobriga fazendeiros rurais e, via medida provisória, estabelecerá novas faixas para as Áreas de Preservação Permanente (APPs). A lista de vetos, que serão apresentados ao Conselho da Propriedade, inclui:

- **Vetos:** Faltam 12 artigos do texto do Código Florestal, que desobriga parte das propriedades rurais a cumprir as regras de preservação ambiental. A medida também veta a anistia a desmatadores e estabelece faixas proporcionais de recuperação da mata ciliar.
- **Recuperação:** Propriedades de 0 a 4 módulos fiscais, independentemente da largura do rio, terão de recuperar áreas de 15 metros das margens limitadas entre 10% e 20% da propriedade, dependendo do tamanho. Em propriedades de 4 a 10 módulos fiscais, que tenham rios de até 10 metros de largura, a recuperação será de 20 metros. Quando o rio for mais de 10 metros de largura, a recuperação da mata ciliar deverá ser integral, numa faixa de 30 a 100 metros.
- **APPs em áreas urbanas:** Foram vetados os dois parágrafos que estabelecem que municípios podem definir o que são as Áreas de Preservação Permanente (APPs). Fina a definição atual do Código Florestal, que define APPs em áreas urbanas e áreas permanentemente protegidas.
- **Cadastre rural:** A obrigação de o proprietário ter registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) em cinco anos para poder pedir crédito agrícola volta a vigorar. Essa disposição do texto do Senado e exclusão na Câmara.
- **Manguezais:** O texto retorna a proteção a manguezais, vetada, duas vezes anteriormente, no texto do Senado.

Presidente submeteu artigos do Código a um 'espaçamento'

Com o objetivo de ajudar a economia, o governador do Estado de São Paulo, Fernando Haddad, anunciou que pretende afrouxar as regras de controle de gastos do governo estadual. A medida visa facilitar a contratação de obras e serviços, além de permitir a aquisição de bens e materiais necessários para a execução das atividades administrativas.

Câmara e Senado têm de aprovar medida provisória

Com o objetivo de ajudar a economia, o governador do Estado de São Paulo, Fernando Haddad, anunciou que pretende afrouxar as regras de controle de gastos do governo estadual. A medida visa facilitar a contratação de obras e serviços, além de permitir a aquisição de bens e materiais necessários para a execução das atividades administrativas.

estudo.com.br
Linha: Governo quer aumentar o nº de médicos formados no País
estudo.com.br/med

Dilma aparece com o neto
No dia em que anunciou os vetos ao Código Florestal, a presidente Dilma Rousseff apareceu com o neto Gabriel em uma visita ao Palácio do Planalto.



Dilma Rousseff aparece com o neto Gabriel em uma visita ao Palácio do Planalto

Decisão: Em abril, a Câmara impôs um prazo para o governo se modificar o texto do Senado, considerando mais equilibrado entre as reivindicações de ambientalistas e rurais. Dilma Rousseff não mudou o texto e o projeto foi enviado ao Congresso. No entanto, a medida não foi aprovada. A decisão de vetar 12 artigos do Código Florestal foi anunciada por Dilma Rousseff em uma coletiva de imprensa no Palácio do Planalto.

Medida provisória: A medida provisória que estabelece as faixas de recuperação da mata ciliar e a proteção dos manguezais será enviada ao Congresso para ser aprovada.

Medida provisória: A medida provisória que estabelece as faixas de recuperação da mata ciliar e a proteção dos manguezais será enviada ao Congresso para ser aprovada.

Ambientalistas criticam indefinição

O fato de a decisão de Dilma ter sido anunciada sem menção a todos os vetos e ao texto da MP não esclarece exatamente o que mudou

Giovanna Gilvalli

A lei esperada aprovação dos vetos previstos na presidente Dilma Rousseff no projeto de lei do novo Código Florestal teve um gosto amargo para os ambientalistas. Não somente por que passaram o último mês em frente empunhando velas brancas, mas porque, apesar de eles, ainda não dá para saber exatamente o que o governo vetou e qual seria o conteúdo da medida provisória apresentada na segunda-feira.

"É o um pronunciamento genérico, sem mostrar o que de fato mudou. A forma de transar o assunto de político foi irreversível", declara João Paulo Capobianco, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ex-secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente.

Da porta do Planalto, de onde vêm as informações oficiais, pronunciamento da presidente, Marco Aurélio de Moraes, também não dá Greenpeace, afirmou que o despacho em não ter sido ambientalistas, "mas também de fato a legislação ambiental", se referiu à forma como o governo apresentou sua posição.

"Se o governo não sabe qual o conteúdo, não dá para saber qual o texto que será publicado na segunda-feira, não dá para saber se a coleta vai (ou não). É a esperança que se acredita o governo anunciar sua decisão e não questionar mais o conteúdo que não tem nenhum veto", complementa o diretor de Meio Ambiente da Associação Nacional de Produtores Rurais (Anproder), que fez o último na coletiva de imprensa, os ambientalistas também questionam a falta de menção à Lei de Saneamento Básico e à Lei de Resíduos Sólidos.

Para Capobianco, não dá para dizer que houve avanço nessa questão - e mais questiona a decisão que começou a tramitação em Brasília em maio de 2010 - quando se fez o primeiro encontro com o Congresso Nacional. "Desde que Aldo Rebelo (PC do B) propôs a primeira versão de emenda na Câmara, houve



Velas. Na vigília da aprovação dos vetos parciais ao texto da Câmara, estudantes passaram a noite na Praça dos Três Poderes pedindo que o veto fosse total

uma mudança de forma de fazer a legislação. O projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco. Ainda nesse quesito, o conselheiro nacional de Meio Ambiente, questiona o tratamento dado ao projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) em relação ao projeto de lei do novo Código Florestal (Código Florestal). "O projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

"Há uma indefinição que vem da parte das propriedades com a mudança. Não dá para saber se o projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

O pesquisador Ricardo Rodrigues, da FAPESP, pondera que a proposta de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

Os especialistas comentaram sobre o impacto que a modificação de vetos pode ter sobre a conferência das Nações Unidas em junho, para Lima, se for a decisão de voltar para o Congresso, que se espera que seja feita após o evento. Dilma deu um "voto" na coletiva pública. "Fiquei pensando agora quando eles voltarem a discutir a questão", afirmou. "O assunto

está o que se espera que de última análise propriedades no Brasil", afirma Capobianco. O Código consolidaram em um impasse. Agora, isso dá de ocorrer quando eles terão de recuperar os 30 vetos. De um pouco mais tranquilidade em relação ao texto da Câmara.

derá para questionar o conteúdo de uma MP sobre terra já deliberada pelo Congresso. Marco Aurélio de Moraes disse que os ambientalistas esperavam a decisão total do projeto. Ele pediu, entretanto, que o presidente Dilma não se comprometa com o texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) sem a aprovação do Congresso. "O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

Para ruralistas, veto permitirá rediscutir o assunto

A decisão final sobre o novo Código Florestal ficará para depois da Rio-20, ambientalistas querem veto total. Eduardo Bravetti / BRASILIA

O coordenador da frente parlamentar ambiental, Homero Pereira (PMDB), comemorou o fato de a decisão final sobre o novo Código Florestal ficar para depois da conferência Rio-20, que acontecerá de 12 a 14 de junho.

"Humandade 2012 será financiado pela indústria de São Paulo e do Rio e pretende debater modos sustentáveis de produção

PLANETA ESTADÃO Rio+20

Hidrela Anelli Barboza / Rio

A iniciativa privada também terá

o assunto. "A medida provisória abre novo espaço de entendimento. Não vamos voltar ao texto Rio-20, então teremos continuidade com o novo Código", afirmou Pereira. Ele comemorou a decisão do presidente sobre o "veto" ao movimento que exigiu um veto integral.

Ricardo de texto na Câmara, o senador Paulo Piau (PMDB) também foi bastante otimista. "É um sinal de que o presidente tem a intenção de manter o projeto", afirmou. "A vontade do presidente é importante para gente apoiar e votar que tem muita coisa que não dá para

tal, produtivo e social." Piau manifestou preocupação com o realocamento definido pelo governo para a reconposição de área de preservação permanente (APP) nas margens de rios. "O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

Um edifício-anúncio de abertura de debate - entre eles o C-20, encontro dos perfetores de agricultura do mundo, do G-20 e do Rio-20, série de encontros de 30 minutos com diversos especialistas.

Moisés discussão HOMERO PEREIRA (PMDB) / BRASILIA

PAULO PIAU (PMDB) / BRASILIA

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

deve ser considerado um ponto de partida para o debate. O texto do projeto de lei do novo Código Florestal Permanente (PFL) surgiu de fora do parlamento, em vez de ser feito dentro do Congresso. Agradeço a quem me ajudou a fazer isso", afirma Capobianco.

O ESTADO DE S. PAULO



Quarta-feira 30 de maio de 2012 R\$ 3,00

ANO 133 Nº 4324 EDIÇÃO DE 23645

estado.com.br

Estadão PME
Eles vêm de fora
Estrangeiros abrem
cada vez mais
negócios no Brasil

Caderno2
Sempre Clarice
Quatro horas da
escritora chegam às
livrarias das EUA

Plantaça Rio
Ameaça cinza
Indústria impede País
de cumprir metas de
redução de emissões

Poucos
Bicicleta como
anda é rara
na cidade
No Rio-SP,
há 20
anos

Lula ajuda 'bandidos' que querem 'melar' mensalão, diz Gilmar

Ministro do STF se considera alvo de boatos que, segundo ele, o petista espalha

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, disse que o presidente Lula está dando vazão à boataria criada para abalar o julgamento do mensalão. Gilmar acusou "ligações", "bandeirões" e "chamangas" de tentar "melar" o processo no Supremo. Ele afirmou que não se considera alvo de boatos, mas que acredita na possibilidade de o presidente Lula estar sendo influenciado por grupos que buscam prejudicar o julgamento. **NACIONAL, PÁG. A4**



Ministro do STF se considera alvo de boatos que, segundo ele, o petista espalha

Dilma teme crise
Dilma Rousseff se reuniu com o presidente do STF, Carlos Ayres Brito, e mostrou preocupação com o episódio. Ela pediu que o presidente mantivesse a calma e que o processo fosse julgado com imparcialidade. **NACIONAL, PÁG. A4**

Demônios se complicam
Ao Conselho de Ética, o senador admitiu que Carlos Castro e outros pagaram ao deputado Henrique Junqueira para que ele votasse a favor da reforma. **NACIONAL, PÁG. A4**

CPi quebra sigilo da Delta e adia convocação de governadores
A CPI do Cachoeira aprovou ontem a quebra do sigilo bancário. Isso facilitará a investigação de possíveis irregularidades envolvendo o ex-governador. A convocação dos governadores será adiada para o próximo mês. **NACIONAL, PÁG. A4**



Testemunhas. PMS no local do confronto. Principais indícios contra os agentes da Rota são denúncia anônima ao Copom e imagens de câmeras em rodovia

PMS da Rota matam seis e são presos em flagrante

Polícia prendeu seis integrantes do PMS da Rota em flagrante após o assassinato de seis pessoas em uma rodovia. Os suspeitos foram presos com armas e munição. A polícia também apreendeu documentos e celulares. O caso é considerado uma das maiores tragédias envolvendo o PMS. **METROPOLITANA, PÁG. C3**

Países expulsam diplomatas sírios
Em uma advertência contra Bashar Assad, embaixadores sírios foram expulsos de França, Alemanha, Reino Unido, Espanha e EUA, entre outros países. **INTERNACIONAL, PÁG. A1A**

Terremoto na Itália mata 17 e deixa 14 mil desabrigados
Um terremoto de 6,8 graus na escala Richter atingiu a região da Itália e deixou 17 mortos e mais de 14 mil desabrigados. O resgate ainda está em andamento. **INTERNACIONAL, PÁG. A1B**

CEI-SI MINGO
Mais embalo
O advento do Copom deve anunciar o mais alto nível dos juros básicos da história do Banco Central, criado em dezembro de 2010. **ECONOMIA, PÁG. B2**

EMENYU MIRÓVICH
Amor cibernético
O advento das armas cibernéticas pode, ao final, promover a paz mundial. Hipóteses, porém, se abrem a partir de agora. **TECNOLOGIA, PÁG. A1B**

ANTONIO DRECO
Amor cego
Há podridão no futebol. Mesmo assim, o atacante é "bombardeado" pelo técnico de origem português, se a seleção conquistar o mundo. **ESPORTES, PÁG. E2**

HYUNDAI COM TAXA ZERO. APROVEITE. AGORA É O MELHOR MOMENTO PARA COMPRAR SEU HYUNDAI.

Table with columns: Conselho de Administração, Direção, Assessoria, etc.

Notas & Informações

Os vetos e a MP da presidente

Para não desagradar inatamente aos ambientalistas, o governo retirou o veto à criação de áreas de preservação ambiental. O ponto mais polêmico do texto se refere às Áreas de Preservação Permanente (APPs). O texto aprova a criação de APPs em áreas rurais e em áreas consolidadas há mais de 20 anos. O ponto mais polêmico do texto se refere às Áreas de Preservação Permanente (APPs). O texto aprova a criação de APPs em áreas rurais e em áreas consolidadas há mais de 20 anos.

foi vetado e substituído por regras instituídas pela MP 675. Para atender a parte dos movimentos sociais do campo, influentes no PT, o governo reatendeu a uma série de pedidos, menos rígidas para proprietários de terrenos. O movimento pelo veto total mostrou a falta de irracionalidade a que se refere a iniciativa de ativistas da área ambiental e por parte política de outros interessados no tema. O debate desse tema essencial para estabelecer limites às atividades de um segmento indisciplinado para garantir a alimentação dos brasileiros, a produção de componentes de bens essenciais à vida moderna e a obtenção de saldos crescentes no comércio exterior. As contradições do texto foram muitas, especialmente a produção e equilíbrio ambiental não são conflitantes. Indiscutivelmente, há que haver regras para assegurar esse equilíbrio.

As atrocidades de Assad

Desde a repressão aos primeiros protestos populares contra o regime autoritário de Bashar Assad, em Damasco, o mundo tem assistido a uma série de atrocidades. O regime sírio tem sido responsável por centenas de mortes e milhares de feridos. O mundo está dividido quanto ao que fazer para acabar com o regime. Alguns defendem a intervenção militar, outros defendem a pressão econômica. O regime sírio tem sido responsável por centenas de mortes e milhares de feridos.

Uma grave distorção

Desde a repressão aos primeiros protestos populares contra o regime autoritário de Bashar Assad, em Damasco, o mundo tem assistido a uma série de atrocidades. O regime sírio tem sido responsável por centenas de mortes e milhares de feridos. O mundo está dividido quanto ao que fazer para acabar com o regime. Alguns defendem a intervenção militar, outros defendem a pressão econômica. O regime sírio tem sido responsável por centenas de mortes e milhares de feridos.

Table with columns: Administração e Registros, Direção, Assessoria, etc.

Notas & Informações

Os vetos e a MP da presidente

Para não desagradar inatamente aos ambientalistas, o governo retirou o veto à criação de áreas de preservação ambiental. O ponto mais polêmico do texto se refere às Áreas de Preservação Permanente (APPs). O texto aprova a criação de APPs em áreas rurais e em áreas consolidadas há mais de 20 anos.

As atrocidades de Assad

Desde a repressão aos primeiros protestos populares contra o regime autoritário de Bashar Assad, em Damasco, o mundo tem assistido a uma série de atrocidades. O regime sírio tem sido responsável por centenas de mortes e milhares de feridos. O mundo está dividido quanto ao que fazer para acabar com o regime.

O ESTADO DE S. PAULO

ESTADO DE S. PAULO
Cadastrado em 1997
Cadastrado em 1997
Cadastrado em 1997

O ESTADO DE S. PAULO

Quarta-feira 6 de junho de 2012 R\$ 3,00

ANO 133 Nº 4381 EDIÇÃO DE 2010

estadio.com.br

Cidades
Prepare-se. Feriado
terá chuva e obras em
três estradas. Pág. C3



Caderno2
Em busca do delírio
Anna Maria Maiolino
leva sons da fauna do
Brasil a mostra alemã

Música
Kevin Barnes, do
Of Montreal, fala
de seu pop
ecológico. Pág. B2

Esportes
Rodada cheia
Volta do Brasileiro
tem São Paulo,
Palmeiras e Santos



Caixa dá 35 anos para pagar imóvel

Extensão do prazo de financiamento vem acompanhada de redução do juro, de 9% para 8,85%, pelo Sistema Financeiro de Habitação

A Caixa Econômica Federal anunciou a extensão do prazo de financiamento imobiliário com redução da proporcionalidade e mais um corte das taxas de juros. A partir da segunda-feira, o empréstimo para aquisição da casa própria terá prazo de até 35 anos, em vez de 30 anos. Além disso, o consumidor poderá pagar

parar de 8,85%, ante os atuais 9% para imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação. Se o interessado for cliente ou receber salário pela Caixa, a taxa poderá chegar a 8,6%. Para quem não for, o juro ficará praticamente inalterado, passando de 9% para 8,9% ao ano. Também nesse caso, a variação pode

chegar a 8,6% dependendo das condições com o financiamento. Todos os por cento são referentes ao Tasa Referencial (TR). Com as mudanças, o consumidor poderá comprar um imóvel mais caro ou adquirir um novo que planejava, mas com prestações menores, pelo estender do prazo. **ECONOMIA/PÁG. B6**

No estilo Lula

A presidente Dilma Rousseff prometeu adotar "sistemáticamente" medidas para expandir investimentos e o consumo e garantir expansão mais forte de economia. "Quem aponta na crise, como eu, não quer que o Brasil pare de crescer", disse em reação semelhante à de seu antecessor, Lula, em 2009. **ECONOMIA/PÁG. B1**



Vazio incômodo
Mais de um ano após a demolição dos edifícios São Vito e Mercúrio, a construção no entorno do Sesi e do Seneo não começou. E os tapumes foram roubados. **NETRÓPOLIS/PÁG. C2**

Depoimento contradiz Perillo sobre venda de casa

Um depoimento ouve na CPI de Cachoeira, Walter Paulo Santiago - que chegou a ser acusado de ter comprado a casa de Perillo (GO) onde foi preso o contrabandista Catharina Cachoeira - disse que pagou R\$ 1,4 milhão pela casa em dinheiro vivo. Perillo havia dito que recebeu o valor em três cheques, dados pelo ex-vereador Wladimir Carneiro (PSDB), que intermediou a compra. Os cheques foram depositados na conta do governador. **NACIONAL/PÁG. A4**

■ **Plano B para Dilma**
Na eventual falência da empreiteira, o governo planeja fazer licitações e lotes de obras para substituir as obras do PAB. **NACIONAL/PÁG. A7**

O ESTADO DE S. PAULO

Quarta-feira 6 de junho de 2012 R\$ 3,00

ANO 133 Nº 4381 EDIÇÃO DE 2010

estadio.com.br

Metrópole
Prepare-se. Feriado
terá chuva e obras em
três estradas. Pág. C3



Caderno2
Em busca do delírio
Anna Maria Maiolino
leva sons da fauna do
Brasil a mostra alemã

Música
Kevin Barnes, do
Of Montreal, fala
de seu pop
ecológico. Pág. B2

Esportes
Rodada cheia
Volta do Brasileiro
tem São Paulo,
Palmeiras e Santos



Antes da Rio+20, Dilma cria áreas indígenas e parques

Pacote às vésperas da reunião da ONU sobre ambiente não incluiu o esperado anúncio do fim dos lixões

A duas semanas da Rio+20 e prestes a enfrentar nova batalha sobre o Código Florestal, a presidente Dilma Rousseff lançou pacote ambiental com medidas que incluem decreto de criação de parques nacionais no Rio Grande do Sul e no Paraná e de ampliação de quatro na Bahia, no Espírito Santo e no Ceará. Dilma instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras

Indígenas e homologou sete áreas indígenas. Ela enviou mensagem ao Congresso sobre o Protocolo de Nagoya, que trata de acesso a recursos genéticos e repartição justa de benefícios derivados de sua utilização. O esperado anúncio do fim dos lixões até 2014 foi adiado. Outros também foi confirmado que o Instituto de Aeronáutica em 2011 foi o melhor desde 1980. **VEJA/PÁG. A16**

Verdes. Manifestação no Rio marca o Dia Mundial do Meio Ambiente e a mobilização pela Rio+20

Especial. A agenda da Rio+20 ambiental - a primeira em 40 anos - quer ser mais prática e menos burocrática. O que está em jogo na conferência e os princípios diretores. **PÁG. A20 e A21**



Vazio incômodo
Mais de um ano após a demolição dos edifícios São Vito e Mercúrio, a construção no entorno do Sesi e do Seneo não começou. E os tapumes foram roubados. **NETRÓPOLIS/PÁG. C2**

■ **Plano B para Dilma**
Na eventual falência da empreiteira, o governo planeja fazer licitações e lotes de obras para substituir as obras do PAB. **NACIONAL/PÁG. A7**

Caixa dá 35 anos para pagar imóvel e corta juros

A Caixa Econômica Federal ampliou o prazo de financiamento imobiliário com redução da proporcionalidade e mais um corte nas taxas de juros. A partir de segunda-feira, o empréstimo para aquisição da casa própria terá prazo de até 35 anos, em vez de 30 anos. Além disso, o consumidor poderá pagar juros de 8,85%, ante os atuais 9% para imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação. Se for cliente ou receber salário pela Caixa, a taxa poderá chegar a 8,6%. **ECONOMIA/PÁG. B6**

8,85% é quanto o consumidor passará a pagar de juros para imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação

Presidente desafia quem 'aposta na crise'

A presidente Dilma Rousseff prometeu adotar "sistemáticamente" medidas para expandir investimentos e o consumo e garantir expansão mais forte de economia. "Quem aponta na crise, como eu, não quer que o Brasil pare de crescer", disse em reação semelhante à de seu antecessor, Lula, durante a crise em 2009. Dilma afirmou dispor de um "arsenal de providências". **ECONOMIA/PÁG. B1**

Depoimento na CPI contradiz versão de Perillo

Um depoimento à CPI de Cachoeira, Walter Paulo Santiago - que chegou a ser acusado de ter comprado a casa de Perillo (GO) onde foi preso o contrabandista Catharina Cachoeira - disse que pagou R\$ 1,4 milhão pela casa em dinheiro vivo. Perillo havia dito que recebeu o valor em três cheques, dados pelo ex-vereador Wladimir Carneiro (PSDB), que intermediou a compra. **NACIONAL/PÁG. A4**

Espanha reduz exigências para entrada de brasileiros

O Brasil conseguiu reduzir as exigências para entrada de turistas na Espanha. Os governos acordaram que um dos principais problemas enfrentados pelos brasileiros, a cobrança de uma carta com o teste de tuberculose, seria simplificada. Também houve uma taxa direta entre a Embaixada do Brasil e a autoridade de imigração espanhola. **CONADES/PÁG. C2**

Dilma lança pacote ambiental

A duas semanas da Rio+20 e prestes a enfrentar mais uma batalha sobre o Código Florestal, a presidente Dilma Rousseff lançou pacote ambiental com nove medidas que incluem decreto de criação de parques nacionais no Rio Grande do Sul e no Paraná e de ampliação de outros na Bahia, no Espírito Santo e no Ceará. Dilma instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e homologou sete áreas indígenas. O esperado anúncio do fim dos lixões até 2014 foi adiado. Outros também foi confirmado que o Instituto de Aeronáutica em 2011 foi o melhor desde 1980. **VEJA/PÁG. A16**

Especial. A agenda da Rio+20 é ambiental - a primeira em 40 anos - e vai muito além das questões ambientais. O que está em jogo na conferência e os princípios diretores. **PÁG. A20 e A21**



18 diplomatas ocidentais são expulsos da Síria

No Paquistão, EUA matam líder da Al-Qaeda
PAROLIA, EXECUTIVO FOI MORTO POR CIÚME

Kassab diz que quer ser garagista da Câmara
PAROLIA, EXECUTIVO FOI MORTO POR CIÚME

Verde. Até no Rio marca o Dia Mundial do Meio Ambiente

MAUREEN DOWD
Sonhando com um super-herói
O presidente Barack Obama pediu o poder de suspender multitudes e mesmo se fosse ditador de um Congresso fictício. **VEJA/PÁG. A12**

ROBERTO DAMATTA
Quantas verdades ou...
Temos 80 acordados acordados que a verdade não existe e que os fatos são fabricados. Pergunte-se: O homem foi à Lua? Temos evidências? **CONADES/PÁG. B2**

Tempo na capital
19° Máx.
15° Mín.
Observações: céu: parcialmente nublado

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES
Não foi por falta de aviso
Dilma anunciou a Europa, mas sua notícia não chegou aos brasileiros. Pergunte-se: O homem foi à Lua? Temos evidências? **PÁG. A3**

Espanha facilitará entrada de turistas

O Brasil conseguiu diminuir as exigências do governo espanhol para entrada de turistas. A carta com o teste de tuberculose, que era obrigatória, será simplificada. **NETRÓPOLIS/PÁG. C2**

EUA matam líder da Al-Qaeda

Com o ataque de um avião não tripulado no Paquistão, os EUA mataram, aparentemente, Abu Yahya al-Libi, o segundo homem forte da Al-Qaeda. **INTERNACIONAL/PÁG. A11**

18 diplomatas são expulsos da Síria

PAROLIA, EXECUTIVO FOI MORTO POR CIÚME

Senado endurece lei contra lavagem

O Senado aprovou projeto que endurece a lei contra lavagem de dinheiro. Qualquer recurso com origem oculta na licita passa a ser considerado crime. **NACIONAL/PÁG. A4**

MAUREEN DOWD
Sonhando com um super-herói
O presidente Barack Obama pediu o poder de suspender multitudes e mesmo se fosse ditador de um Congresso fictício. **VEJA/PÁG. A12**

ROBERTO DAMATTA
Quantas verdades ou...
Temos 80 acordados acordados que a verdade não existe e que os fatos são fabricados. Pergunte-se: O homem foi à Lua? Temos evidências? **PÁG. B2**

Tempo na capital
19° Máx.
15° Mín.
Observações: céu: parcialmente nublado

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES
Não foi por falta de aviso
Dilma anunciou a Europa, mas sua notícia não chegou aos brasileiros. Pergunte-se: O homem foi à Lua? Temos evidências? **PÁG. A3**

HYUNDAI A TECNOLOGIA E A QUALIDADE DA HYUNDAI AGORA COM TAXA ZERO. **0% a.m.**

Faça revisões em seu veículo regularmente. VEJA NESTA EDIÇÃO.

HYUNDAI A TECNOLOGIA E A QUALIDADE DA HYUNDAI AGORA COM TAXA ZERO. **0% a.m.**

Faça revisões em seu veículo regularmente. VEJA NESTA EDIÇÃO.

A16 | QUARTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Vida

/ AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

Letra: **Justiça assina segunda emenda de plano de GDF**
estadão.com.br

Ambiente. As vésperas da Rio+20 e de uma batalha no Congresso pelo Código Florestal, presidente assina decretos que criam, pela primeira vez em seu governo, unidades de conservação, e envia ao Congresso mensagem sobre Protocolo de Nagoya, assinado em 2010

Dilma lança pacote que cria parques e nova política para terras indígenas



Tânia Montoro / BRASIL

A duas semanas do início da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a presidenta Dilma Rousseff lançou ontem um pacote ambiental com nove medidas que incluem a criação de parques nacionais no Rio Grande do Sul e Paraná e a ampliação de outros na Bahia, Espírito Santo e Ceará. Ela também anunciou a criação de unidades de conservação em áreas indígenas e a criação de uma política nacional de terras indígenas.



Gratidão. A presidente Dilma beijou o rosto da índia Sonia Guajajara durante cerimônia do Dia do Meio Ambiente, em Brasília

Gratidão. A presidente Dilma beijou o rosto da índia Sonia Guajajara durante cerimônia do Dia do Meio Ambiente, em Brasília. Ela também anunciou a criação de unidades de conservação em áreas indígenas e a criação de uma política nacional de terras indígenas.

- **Novas unidades**
Criação de Parque Nacional do Furnas Fria (RN) e do Reservo Biológico Mata Amarela (PA)
- **Novas áreas**
Ampliação de Parque Nacional Desembocadura (BA), da Floresta Nacional de Itaipava, e do Parque Nacional de Araripe Apodi (CE)
- **Indígenas**
Escarmentamento do Protocolo de Nagoya no Congresso para ratificação
- **Pública nacional**
Criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
- **Terras indígenas**
Homologação das terras indígenas: Terra Cui de Nova Aliança (AM), Matelin (AM), Riozinho de Alta Evans (AC), Raposa (PA), Lago de Marimón (AM), Paris Lamerina (AM)

Medidas animam indigenistas e frustram ambientalistas

Planos de gestão para terras indígenas recebem elogios, mas se esperava a criação de mais unidades de conservação

Revisão de dados do Inpe atesta menor desmatamento em 24 anos

Ruralistas dominam comissão de MP do Código

Membros dos deputados votou para derubar texto do Senado que Dilma introduziu que MP em debate em comissão de 700

Gratidão. A presidente Dilma anunciou a criação de unidades de conservação em áreas indígenas e a criação de uma política nacional de terras indígenas. Ela também anunciou a criação de unidades de conservação em áreas indígenas e a criação de uma política nacional de terras indígenas.

Em relação a 2010, houve redução de 8% no total anual de desmatamento. O aumento de 2% em relação a 2010, mas ainda assim, o menor registro desde que o Inpe começou a monitorar o desmatamento em 2003.

Em relação a MP do Código Florestal, os deputados votaram para derubar o texto do Senado que Dilma introduziu que MP em debate em comissão de 700.

A16 | QUARTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Vida

/ AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

Letra: **Justiça assina segunda emenda de plano de GDF**
estadão.com.br

Ambiente. As vésperas da Rio+20 e de uma batalha pelo Código Florestal, presidente assina decretos que criam, pela primeira vez em seu governo, unidades de conservação, e envia ao Congresso mensagem sobre Protocolo de Nagoya, assinado em 2010

Dilma lança pacote que cria parques e nova política para terras indígenas



Tânia Montoro / BRASIL

A duas semanas do início da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a presidenta Dilma Rousseff lançou ontem um pacote ambiental com nove medidas que incluem a criação de parques nacionais no Rio Grande do Sul e Paraná e a ampliação de outros na Bahia, Espírito Santo e Ceará. Ela também anunciou a criação de unidades de conservação em áreas indígenas e a criação de uma política nacional de terras indígenas.



Gratidão. A presidente Dilma beijou o rosto da índia Sonia Guajajara durante cerimônia do Dia do Meio Ambiente, em Brasília

Gratidão. A presidente Dilma beijou o rosto da índia Sonia Guajajara durante cerimônia do Dia do Meio Ambiente, em Brasília. Ela também anunciou a criação de unidades de conservação em áreas indígenas e a criação de uma política nacional de terras indígenas.

- **Novas unidades**
Criação de Parque Nacional do Furnas Fria (RN) e do Reservo Biológico Mata Amarela (PA)
- **Novas áreas**
Ampliação de Parque Nacional Desembocadura (BA), da Floresta Nacional de Itaipava, e do Parque Nacional de Araripe Apodi (CE)
- **Indígenas**
Escarmentamento do Protocolo de Nagoya no Congresso para ratificação
- **Pública nacional**
Criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
- **Terras indígenas**
Homologação das terras indígenas: Terra Cui de Nova Aliança (AM), Matelin (AM), Riozinho de Alta Evans (AC), Raposa (PA), Lago de Marimón (AM), Paris Lamerina (AM)

Medidas animam indigenistas e frustram ambientalistas

Planos de gestão para terras indígenas recebem elogios, mas se esperava a criação de mais unidades de conservação

Revisão de dados do Inpe atesta menor desmatamento em 24 anos

Ruralistas dominam comissão de MP do Código

Membros dos deputados votou para derubar texto do Senado que Dilma introduziu que MP em debate em comissão de 700

Gratidão. A presidente Dilma anunciou a criação de unidades de conservação em áreas indígenas e a criação de uma política nacional de terras indígenas. Ela também anunciou a criação de unidades de conservação em áreas indígenas e a criação de uma política nacional de terras indígenas.

Em relação a 2010, houve redução de 8% no total anual de desmatamento. O aumento de 2% em relação a 2010, mas ainda assim, o menor registro desde que o Inpe começou a monitorar o desmatamento em 2003.

Em relação a MP do Código Florestal, os deputados votaram para derubar o texto do Senado que Dilma introduziu que MP em debate em comissão de 700.

20 anos depois, Rio volta a discutir futuro do planeta

Conferência que marca duas décadas da Rio-92 aborda a sustentabilidade como prioridade global

Herivelton Escobar

Vinte anos atrás, representantes de mais de 170 países, incluindo 108 chefes de Estado, reuniram-se no Rio para discutir o futuro do planeta, numa conferência histórica que ficou conhecida como Rio-92. Dêla nasceram vários acordos importantes, entre eles, a Convenção sobre Mudanças do Clima, para tratar do problema do aquecimento global, e a Convenção da Diversidade Biológica, pa-



ra promover a conservação da biodiversidade. Vinte anos depois, milhares de governantes, diplomatas, ambientalistas, empresários, cientistas e outros representantes da sociedade civil ao redor do mundo estão mais uma vez a caminho da Cidade Maravilhosa para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - o Rio+20 - que ocorre do dia 12 ao 22. O desafio é essencialmente o mesmo de duas décadas atrás: fazer as pazes entre crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental. Promover o chamado desenvolvimento sustentável, "que atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades",

segundo a definição oficial, de 1987. A conscientização global sobre a importância da sustentabilidade aumentou expressivamente desde a Rio-92. Mas os problemas permanecem. A população mundial, que era de 5,2 bilhões em 1992, agora é de 7 bilhões, e a pressão sobre os recursos naturais é cada vez maior. O momento é crítico, mas a crise econômica e os fracassos diplomáticos dos últimos anos geraram um cenário pouco favorável à discussão de compromissos ambientais, sem os quais o desenvolvimento sustentável se torna insustentável. Se a Rio-20 servir apenas para reafirmar velhos problemas ou para oferecer trocas vazias, só as duas semanas de negociação poderão dizer.

ECONOMIA VERDE



Um dos temas mais importantes da conferência é também um dos mais abstratos, podendo ser definido de diversas maneiras. De forma geral, a ideia é promover o desenvolvimento sustentável sem comprometer o desenvolvimento sustentável, que incorporem mé-

térios de sustentabilidade ambiental e social - e não apenas econômico. Pela definição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a economia verde é uma estratégia econômica baseada em princípios éticos, sociais, ambientais e econômicos, que busca promover a eficiência e promover a inclusão social.

Por exemplo, economias que privilegiem o uso de energia renovável, evitem o desperdício de recursos, reduzam a poluição e promovam a inclusão social são consideradas economias verdes. A ideia é promover o crescimento econômico sem comprometer o meio ambiente e a justiça social.

ÁGUA



A água é um recurso finito, 80% dos recursos hídricos da Terra estão disponíveis para consumo humano, na forma de água doce e disponível na superfície. Os outros 20% são de água salgada ou oceanos ou congelada nos polos. O uso sustentável dos recursos

hídricos, portanto, é essencial à sobrevivência humana. A poluição, o desperdício e o aumento da demanda, impulsionado pelo aumento da população global, a redução da eficiência e o uso de mais recursos hídricos para a agricultura, a indústria e o consumo doméstico, são fatores que comprometem a disponibilidade de água doce para consumo humano. Uma situação que só tende a se agravar com as mudanças climáticas. A atividade que mais consome (e desperdiça) água no planeta é a agricultura, seguida pela indústria. Nas cidades, o problema piora ainda mais com a falta de saneamento básico e tratamento, que impossibilita o consumo das fontes de água mais acessíveis, gera doenças e agrava as condições de pobreza.

AGRICULTURA



A produção de alimentos está presente em quase todas as discussões da Rio-20, tanto pelo aspecto de segurança alimentar e combate à pobreza quanto por sua sustentabilidade. A produção mundial, hoje de 7 bilhões, deve chegar a 9 bilhões em 2020, aumentando ainda mais a demanda por alimentos - e, conseqüentemente, pelo uso de recursos naturais para produzi-los, como solo e água. O grande desafio é produzir mais alimentos em menos espaço e menos recursos naturais. Um desafio complexo, simbolizando no Brasil as discussões sobre o novo



Código Florestal, e cuja solução envolve uma série de questões políticas, econômicas e tecnológicas. Segundo a organização da ONU para agricultura (FAO), o crescimento mundial da produção no mundo atingiu um recorde mais de 1 bilhão de pessoas.

ENERGIA



Um dos temas mais importantes da conferência é também um dos mais abstratos, podendo ser definido de diversas maneiras. De forma geral, a ideia é promover o desenvolvimento sustentável sem comprometer o desenvolvimento sustentável, que incorporem mé-

so causou boom de desenvolvimento, mas também acelerou o aquecimento global (principalmente emissão de carbono, CO₂) na atmosfera - causa do aquecimento global. Sem falar nos conflitos geopolíticos e nos séculos associados. Apenas 10% da energia consumida no mundo hoje é oriunda de fontes renováveis, como vento, solar, hidrelétrica e biomassa. A maioria ainda depende da dependência dos fósseis e, além disso, maior desafio do desenvolvimento sustentável - e da Rio-20. A transição para fontes renováveis, tecnologia que possui investimento alto, mas que pode gerar empregos e renda para milhões de pessoas.

Apesar dos esforços, as emissões globais de gases de efeito estufa continuam a crescer. As negociações esbarram em disputas sobre as responsabilidades dos países desenvolvidos versus em desenvolvimento, um tema que deve ser repetido na Rio-20.

10 temas para um planeta sustentável



A Rio-20 não será uma conferência de alto nível diplomático. O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu no Relatório Brundtland, em 1987, e foi adotado pela comunidade internacional. Se um dos temas mais importantes da conferência é a sustentabilidade ambiental e social, em especial, a produção de alimentos e a ocorrência de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, inundações e secas.

Apesar dos esforços, as emissões globais de gases de efeito estufa continuam a crescer. As negociações esbarram em disputas sobre as responsabilidades dos países desenvolvidos versus em desenvolvimento, um tema que deve ser repetido na Rio-20.

Os oceanos cobrem 70% da superfície terrestre. São o maior habitat do planeta, com a maior quantidade de diversidade de espécies da vida. São também o maior reservatório natural de carbono, com a capacidade de sequestrar carbono para regular o clima do planeta. Além de ser fonte básica de recursos alimentares para bilhões de pessoas.

No entanto, apenas 1% dos oceanos estão protegidos por unidades de conservação. Grande parte das espécies marinhas exploradas para alimentação já está ameaçada de extinção, com graves conseqüências para o equilíbrio ambiental dos oceanos e a sustentabilidade econômica.

POBREZA



Um dos temas mais importantes da conferência é também um dos mais abstratos, podendo ser definido de diversas maneiras. De forma geral, a ideia é promover o desenvolvimento sustentável sem comprometer o desenvolvimento sustentável, que incorporem mé-

É o principal desafio social relacionado ao desenvolvimento sustentável. Pobreza e degradação ambiental estão intimamente relacionadas, principalmente nos países em desenvolvimento, onde muitas populações sobrevivem da exploração produtiva dos recursos naturais, por meio da pesca ilegal, do tráfico de animais ou do desmatamento.

Nas cidades, essa ligação também existe, com impactos graves sobre a saúde e a qualidade de vida das pessoas. No modelo econômico tradicional, a pobreza gera degradação ambiental e o desenvolvimento econômico, o que gera mais pobreza, num ciclo vicioso.

POVOS TRADICIONAIS



Os povos tradicionais - como os índios e ribeirinhos da Amazônia, os imigrantes do Nordeste, os aborígenes da Austrália, os maori do Pacífico - são o principal guardião da biodiversidade e dos recursos naturais, em muitos casos, os guardiões na prática de áreas protegidas.

Contratariamente, porém, esses povos são os que menos têm voz nas decisões sobre o que ocorre em suas terras. E, em muitos casos, são os primeiros a sofrer com o abandono, sendo até forçados a partir em busca de novos territórios. O desafio do desenvolvimento sustentável dar voz

sustentabilidade. Numa lista de objetivos prioritários da conferência divulgada pelo Brasil, o primeiro item é: "A incorporação definitiva da erradicação da pobreza como elemento indispensável à concretização do desenvolvimento sustentável".

CIDADES



Os ambientes urbanos são os centros do desenvolvimento sustentável, e os locais onde a maioria das pessoas vive. São os locais onde a maioria das pessoas vive. São os locais onde a maioria das pessoas vive. São os locais onde a maioria das pessoas vive.

Em ambientes urbanos são os centros do desenvolvimento sustentável, e os locais onde a maioria das pessoas vive. São os locais onde a maioria das pessoas vive. São os locais onde a maioria das pessoas vive.

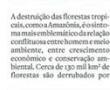
MUDANÇA CLIMÁTICA



Um dos temas mais importantes da conferência é também um dos mais abstratos, podendo ser definido de diversas maneiras. De forma geral, a ideia é promover o desenvolvimento sustentável sem comprometer o desenvolvimento sustentável, que incorporem mé-

As mudanças climáticas não aparecem com destaque na agenda de negociações da Rio-20, pois já foram discutidas em outros eventos, como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (que deve ser repetido no Rio-20).

BIODIVERSIDADE



Um dos temas mais importantes da conferência é também um dos mais abstratos, podendo ser definido de diversas maneiras. De forma geral, a ideia é promover o desenvolvimento sustentável sem comprometer o desenvolvimento sustentável, que incorporem mé-

A destruição das florestas tropicais, como a Amazônia, é um dos maiores problemas ambientais do mundo. A perda de biodiversidade e o aumento das emissões de gases de efeito estufa são algumas das principais consequências da destruição das florestas. A conservação das florestas é essencial para a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Resultados da conferência são imprevisíveis

Objetivos 'oficiais' são genéricos; relevância prática das decisões dependerá da vontade política e do nível de ambição dos países

O objetivo oficial da Rio+20, definido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, é "a renovação do compromisso político internacional com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação da implementação das discussões de desafios novos e emergentes". É a discussão, oficialmente, sobre dois eixos principais: "a economia verde e o desenvolvimento sustentável".

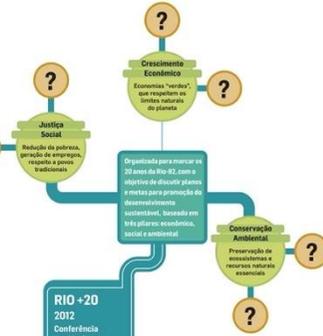
Os resultados dependerão, em termos práticos, de difícil prever. Pode ser uma carta de intenções genérica, pode ser uma declaração com objetivos concretos, pode ser mais, dependendo do nível de vontade política e de comprometimento nas negociações.

Empreendedor que Rio+20 prova tratada efetivo como os da sua "conferência mãe", a Rio+92, que tratou da sustentabilidade internacional da Mudança do Clima, da Diversidade Biológica e do Combate à Desertificação. Acordos que garantirão a própria e que resultam pesso-

mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e social, respondendo aos limites do planeta e do ser humano. A governança refere-se à capacidade institucional e financeira de implementar essas reformas necessárias quanto ao interesse sustentável.

Uma das grandes discussões da Rio+20, nove assuntos, envolve a proposta de transformar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em uma agência de desenvolvimento sustentável detida e gerenciada pelo Conselho Mundial do Comércio (CMC).

A ideia de política e enfrenta resistência de países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, com o argumento de que isso "incutiria" o termo ambiental do sistema econômico. Há também preocupação de que uma agência nesse nível de escopo para a implementação de objetivos bar-



ÁRVORE EVOLUTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como funcionam as negociações

A Rio+20 é uma conferência convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e participam todos os seus 193 Estados-membros, bem como representantes de organizações internacionais. As decisões são tomadas por unanimidade, o que torna a negociação extremamente complexa. A Rio+20 é convocada pela ONU em virtude da frequência até os últimos minutos do evento, avançada magnitude da agenda e da importância dos temas em discussão.

A proposta de realização da Rio+20 foi feita em 2002 pelo então presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, mas só foi concretizada em 2009, em virtude da frequência até os últimos minutos do evento, avançada magnitude da agenda e da importância dos temas em discussão.

com a referência de país que propôs a modificação. No documento final, até o título do documento entre colchetes.

O processo diplomático consiste em negociar cada um dos pontos, acordando, ou não, a modificação de cada artigo. O texto final é o resultado de um processo de negociação que se estende por dias e noites, até se chegar a um documento final, "limpo", que possa ser aprovado (ou não) em plenária. Os países negociam em sessões individuais, às vezes em blocos, como o G-77, que representa 134 nações em desenvolvimento, entre elas o Brasil.

Os primeiros dias da conferência são dedicados às negociações por diplomatas antes do início do evento. No dia 12, o Brasil anunciou a abertura de negociações por diplomatas antes do início do evento. No dia 12, o Brasil anunciou a abertura de negociações por diplomatas antes do início do evento.

Resultados da conferência são imprevisíveis

Objetivos 'oficiais' são genéricos; relevância prática das decisões dependerá da vontade política e do nível de ambição dos países

O objetivo oficial da Rio+20, definido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, é "a renovação do compromisso político internacional com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação da implementação das discussões de desafios novos e emergentes". É a discussão, oficialmente, sobre dois eixos principais: "a economia verde e o desenvolvimento sustentável".

Os resultados dependerão, em termos práticos, de difícil prever. Pode ser uma carta de intenções genérica, pode ser uma declaração com objetivos concretos, pode ser mais, dependendo do nível de vontade política e de comprometimento nas negociações.

Empreendedor que Rio+20 prova tratada efetivo como os da sua "conferência mãe", a Rio+92, que tratou da sustentabilidade internacional da Mudança do Clima, da Diversidade Biológica e do Combate à Desertificação. Acordos que garantirão a própria e que resultam pesso-

mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e social, respondendo aos limites do planeta e do ser humano. A governança refere-se à capacidade institucional e financeira de implementar essas reformas necessárias quanto ao interesse sustentável.

Uma das grandes discussões da Rio+20, nove assuntos, envolve a proposta de transformar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em uma agência de desenvolvimento sustentável detida e gerenciada pelo Conselho Mundial do Comércio (CMC).

A ideia de política e enfrenta resistência de países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, com o argumento de que isso "incutiria" o termo ambiental do sistema econômico. Há também preocupação de que uma agência nesse nível de escopo para a implementação de objetivos bar-



ÁRVORE EVOLUTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Debate está atrasado, diz porta-voz da ONU

A Rio+20 é uma conferência convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e participam todos os seus 193 Estados-membros, bem como representantes de organizações internacionais. As decisões são tomadas por unanimidade, o que torna a negociação extremamente complexa. A Rio+20 é convocada pela ONU em virtude da frequência até os últimos minutos do evento, avançada magnitude da agenda e da importância dos temas em discussão.

A proposta de realização da Rio+20 foi feita em 2002 pelo então presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, mas só foi concretizada em 2009, em virtude da frequência até os últimos minutos do evento, avançada magnitude da agenda e da importância dos temas em discussão.

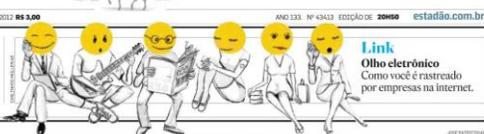
com a referência de país que propôs a modificação. No documento final, até o título do documento entre colchetes.

O processo diplomático consiste em negociar cada um dos pontos, acordando, ou não, a modificação de cada artigo. O texto final é o resultado de um processo de negociação que se estende por dias e noites, até se chegar a um documento final, "limpo", que possa ser aprovado (ou não) em plenária. Os países negociam em sessões individuais, às vezes em blocos, como o G-77, que representa 134 nações em desenvolvimento, entre elas o Brasil.

Os primeiros dias da conferência são dedicados às negociações por diplomatas antes do início do evento. No dia 12, o Brasil anunciou a abertura de negociações por diplomatas antes do início do evento.



Caderno2
João Emanuel Carneiro
Para autor de Avenida
Brasil, Carminha é má
porque quer. Pág. D3



Link
Olho eletrônico
Como você é rastreado
por empresas na internet.

Homicídios caem em São Paulo, após 4 meses de alta

Queda registrada em julho na capital, que teve 92 homicídios, foi de 24,5% em relação a junho

O número de homicídios registrados em São Paulo caiu depois de quatro meses de aumento da violência na cidade. A queda nos assassinatos em julho foi de 24,5% em relação a junho e de 13% em relação a julho de 2011. Dados que serão divulgados hoje pelo governo do Estado mostram que julho teve 92 crimes de morte, contra os 122 assassinatos de junho, momento de pico na criminalidade. De junho a julho, a capital viveu uma onda de violência que somou 678 mortos. Houve redução de assassinatos também no Estado. Aque-

678 pessoas morreram assassinadas em junho e julho na capital

da foi de 7% em relação ao julho anterior. Nos sete primeiros meses de 2012, os homicídios em todo o Estado chegaram a 530, contra os 590 registrados no mesmo período de 2011. A taxa de homicídios, de 15,3 casos por 100 mil habitantes, ainda indica uma epidemia de violência. **CRIMES / PÁG. A1**

Recurso público banca campanhas

Os cofres públicos ficaram em primeiro lugar entre as fontes de recursos de campanhas no primeiro mês da corrida eleitoral. Pelo menos R\$ 1,6 bilhões sustentaram o Partido, formado com recursos da União, para conter despesas de candidato a prefeito e vereador. **NACIONAL / PÁG. A4**

STF debate lavagem de dinheiro

O julgamento do mensalão entra hoje na etapa da lavagem sobre dinheiro de verba pública. Ministros do STF tentam a compor a prática de lavagem de dinheiro. Em entrevista ao The New York Times, o ex-presidente Lula disse que não acredita mais na existência do mensalão. **NACIONAL / PÁG. A8**

Oposição síria denuncia execução em massa de civis

Pelo menos 200 corpos foram encontrados em um túnel de metrô em Hama, na periferia de Damasco. Segundo opositores, eles foram vítimas de tropas do regime que tentam livrar a capital de forças rebeldes. Muitas vítimas apresentavam feridas

de execução. "Muitas delas estavam algemadas", disse o ativista Alex Al-Naim. O presidente Bashar Assad não responde para qual finalidade as corporações de "enterrar qualquer preço" no túnel. **INTERNACIONAL / PÁG. A11**

Paulista antecipa faixa de bicicleta

Ciclistas paulistas "vão inauguraram" ontem, antecipadamente, a ciclofaixa da Avenida Paulista. A abertura oficial está prevista para o mês de maio. **CIDADES / PÁG. C4**



JOSE ROBERTO DE TOLEDO
Transparência eleitoral
O TSE e sua presidente, Carmen Lúcia, divulgaram previsão de contas pessoais das campanhas, com nomes, CPF e CNPJ dos doadores. **POLÍTICA / PÁG. A8**

ANDRÉ CRICCO
Choro e craque
Dois jogadores, Neymar, do Santos, e Luis Fabiano, do São Paulo, confirmam que quando um time não está rendendo, é bom chorar e craque. **ESPORTES / PÁG. C2**



Estilo Usain Bolt. Luis Fabiano comemora com Lucas o primeiro de seus dois gols na vitória sobre o Corinthians

São Paulo vence o clássico com show de Luis Fabiano

Luis Fabiano faz dois gols no clássico e São Paulo vence o Corinthians por 2 a 1, de virada, no Pacembu. Elton Ribeiro, o melhor do jogo, marcou o gol do campeonato, enquanto o Cruzeiro em 2 a 2.



Bob é tetra no Rio

Bob Barquist (foto), o skatista voador, vence pela quarta vez consecutiva em megarapça. "Acho que posso morrer feliz", disse Bob, no Rio. **MAÍ 87**

Negócios Cada vez mais globais

Mesmo com crises, multinacionais brasileiras aumentaram sua presença global. De 2007 a junho deste ano, as multilaterais americanas investiram US\$ 99 bilhões na compra (total ou parcial) de empresas no exterior - quase o dobro do investido em duas décadas.

BB e Caixa colocam R\$ 64 bilhões na economia

Os bancos públicos responderam por 70% do aumento do crédito no segundo trimestre. Obedecendo orientações da presidente Dilma Rousseff, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal injetaram R\$ 64 bilhões na economia. O mercado de crédito começa a melhorar, mas a recuperação só virá no fim do ano. **ECONOMIA / PÁG. B1**

Gov. pode devolver ponto cortado a grevistas

Valor de bolsas de pós-graduação cai 55%
VOTA / PÁG. A18

Número de passageiros de ônibus cai na capital

Código florestal reduz áreas a serem recuperadas
VOTA / PÁG. A18

LECIA GUIMARÃES
Jornalistas de marca
É aconselhável cobrar transparência das fontes de informação. Jornalistas de marca podem entrar em colisão com a independência da notícia. **CADERNO2 / PÁG. D18**

Tempo na capital
Sol, nuvens e garoa
25° Máx. 24° Mín. Sol, nuvens e garoa a noite. **TEMPO / PÁG. F4**

NOTAS E INFORMAÇÕES
Quando o crime compensa
Valor a ser devolvido por Luis Botelho equivale à metade do que foi roubado do TRT. **FAUNA A2**



Leia o **Estado** no iPad. Saiba como em: estadoinfo.com.br

Ambiente Flexibilização no Código Florestal ainda exige que 38 milhões de hectares sejam restaurados, mas mecanismos de pagamento por áreas onde sobra floresta e restauração em áreas de pecuária inaptas para agricultura podem resolver 78% desse déficit

Passivo do Código Florestal cai com compensação e pecuária intensiva

PLANETA

Giuliano Girardi

O novo Código Florestal, aprovado com votos e emendação por medida provisória pela presidente Dilma Rousseff, reduziu em cerca de 12 milhões de hectares o tamanho do passivo ambiental brasileiro - áreas desmatadas ilegalmente que precisam ser recuperadas. Pelo novo texto, os proprietários de áreas com passivo ambiental não precisam mais abandonar a terra dentro do mesmo Estado e bioma, o tamanho da área a ser recuperada só para cerca de 18 Mha.

Em termos práticos, isso significa que haverá necessidade de produção de alimento para plantar floresta. Se áreas de pastagem pouco produtivas que não têm aptidão para agricultura forem intensificadas, pode-se conseguir um espaço de cerca de 15 Mha justamente para o reflorestamento. Com as duas iniciativas, seria possível resolver cerca de 78% dos problemas passivos. Porém, o cálculo, somente no Mato Grosso sobrestimou 3,4 Mha ocupando terras aptas. Sobram também 4 Mha de áreas de preservação permanente (APP), onde não cabe compensação.

Faças menores, criadas pelo Estado, poderiam ser usadas para o plantio de mudas no Centro de Sensibilização de Mata Genial. O trabalho busca estimar com maior precisão a situação da mata nativa no Brasil. Coordenado pelo geólogo Roberto Soares Filho, foi encomendado pela Secretaria de Assun-



Desmatado. Pelo menos metade do passivo ambiental no País poderia ser resolvido com a compensação em terras vizinhas onde há floresta nativa sobrando

tos Estratégicos (SAE) da Presidência da República a fim de mostrar que as perdas para a agricultura não são maiores do que as ganhos para a pecuária. "Em geral, se se reclama do passivo, mas parece que ninguém lembra que há um ativo que poderia ser usado para diminuir a necessidade de restauração", comenta Arnaldo Carneiro Filho, assessor científico do SAE.

Para isso funcionar, porém, é necessário criar um mecanismo financeiro para essa compensação que está devendo floresta, possa pagar para o vizinho que tem além da sua área continuar conservando sua mata "velha". "Se racionalizarmos o debate, vamos ver que há competição entre ambiente e agricultura", diz.

"Esses números mostram que há um mito de que o ônus do có-

digo ainda seja grande. Ele já foi muito reduzido e o possível colar a lei em prática sem impactos para a agricultura brasileira hoje é no futuro", diz Soares Filho.

Segundo o pesquisador, a restauração do restante do passivo em terras usadas pela pecuária e que não suportam agricultura mecanizada (por terem solos pobres, terreno com declive alto, etc.) é a solução. "Obviamente, a pecuária que está nos 15 Mha deveria ser deslocada. Mas a identificação é a chave para isso". Ele cita uma pesquisa sua de 2009 que mostra ser possível restaurar cerca de 40 Mha de vegetação e ao mesmo tempo expandir áreas agrícolas em 20%, com a intensificação da pecuária de 1 a colheita por hectare por ano.

Margens de rio. O momento é estratégico porque amanhã vol-

tam a ser votados em comissão mista do Congresso os destaques à medida provisória editada por Dilma no final de maio (mais informações neste página). O governo se articula para que o texto não seja muito flexibilizado. Apesar de Dilma ter vetado as possibilidades mais críticas de assota ao desmatador, como era do interesse dos ruralistas, ela fez concessões em relação à compensação das APPs na margem de rio, beneficiando os pequenos produtores, mas não os grandes.

Essa mudança, de acordo com os cálculos de Soares Filho, reduziu a obrigatoriedade de recomposição de APPs em todo o Brasil em cerca de 9 Mha. De posse do País, o estudo mostra que cerca de 4 Mha estão em APP. Nesse caso, Soares Filho estima que no máximo metade seja ocupada por agricultura.

PARA LEMBRAR

Proteção a rios foi reduzida

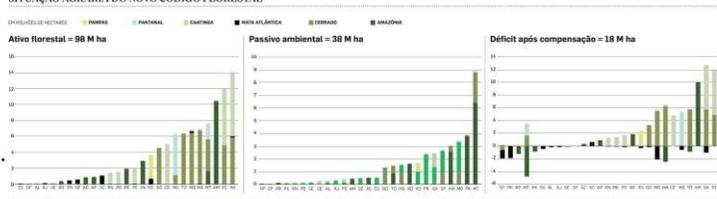
A comissão especial do Congresso que analisa a medida provisória do Código Florestal volta a ser reanalisada para voltar os destaques apresentados ao texto do relatório, aprovado em julho.

No começo deste mês, quando as 34 propostas começaram a ser votadas, os ruralistas já impuseram uma forte revés. Um acordo permitiu que fossem retiradas cerca de 300 emendas, mas foi aprovada uma que protege somente as margens dos rios perenes. Os

intermitentes, que podem chegar à metade dos rios brasileiros, poderiam virar pantanos, rios estírios.

A proposta acabou gerando indignação da base aliada ao governo na comissão, por ir contra um entendimento que havia de não se apresentar nenhuma coisa nova ao texto já acordado. O senador Luiz Henrique (PMDB-SC), relator da MP, já havia estabelecido que não se apresentariam mais alterações anteriormente na Comissão. Por isso, a discussão foi suspensa até amanhã. O governo deve usar o número da nova pesquisa para tentar manter a MP.

SITUAÇÃO AGRÁRIA DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL



Clinton fala sobre sustentabilidade em Fortaleza e Belém

Luanberto Braga
ESPECIAL PARA O ESTADO
FORTALEZA

O ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton desembarcou ontem à noite em Fortaleza, onde está lançando a etapa do seu programa americano de cooperação econômica. Trata-se da primeira viagem de Clinton ao Ceará. Ela deverá

falar para cerca de cinco mil pessoas, entre autoridades políticas, empresariais, profissionais e estudantes. A palestrante em Fortaleza inaugura um programa de ensino corporativo da Unifor. O vice-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Henrique Stábel, revelou que foram necessários nove meses de negociação para a vinda de Clinton ao Ceará. Ela deverá

“Foi o tempo necessário para os preparativos, que envolvem muitas reuniões bilaterais e contatos”, explica. “Uma equipe nova foi a Nova York se reunir com os representantes do ex-presidente e a equipe de logística dele veio a Fortaleza”.

Clinton avançou assim na tentativa de implantar programas da

Fundação Clinton no Brasil. A fundação mantém um programa voltado para as causas de saúde, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

Representação. A perspectiva é que o ministro estado-pela ex-presidente realize em 2013 um evento no Rio de Janeiro ou

São Paulo - parte da estratégia da fundação é ampliar sua participação na América do Sul. O ex-presidente espera abrir uma representação da Fundação Bill Clinton no País.

Alado hoje, Clinton visitou Belém para o segundo e último compromisso oficial de sua viagem ao Brasil. Ao longo do seu itinerário, ela fará uma palestra e apresentará a nova humanitária comunitária, no Rio de Janeiro, e o Congresso Brasileiro de Contabilidade.

O ESTADO DE S. PAULO

Quinta-feira 30 DE AGOSTO DE 2012 R\$ 3,60

Paladar
Vinho de véspera
O que sobra na
garrafa nem sempre
precisa virar vinagre



Bob Dylan, Cantor
divulga vídeo de
canção de seu
novo álbum
Tempestad
PÁG. 211

Caderno2
História às Margens
Adriana Varejão
revisita carreira com
mostra no MAM



Classificados
Para anunciar
no Estado ligue:
(11) 3855.2001

Maioria do Supremo condena João Paulo por corrupção passiva

Peluso, que se aposenta, antecipa penas e diz que petista deve perder mandato



Vereditos. Ministros Marco Aurélio (E), Peluso e Lewandowski no STF; todos absolvem Luiz Gushkin

O deputado João Paulo Cunha (PT), candidato à prefeitura de Osasco, foi condenado por 8 dos 11 ministros do STF por corrupção passiva e peculato no mensalão. Dois absolveram. Hoje, o presidente Carlos Ayres Britto deve dar o último voto. O ministro Cesar Veloso, que se aposenta, antecipa as penas e

PIB fraco faz governo prorrogar corte de IPI

As vésperas do anúncio de um crescimento fraco do PIB, o governo prorrogou a redução do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para agricultores, produtores da linha branca, móveis, bens de capital e material de construção. Também anunciou novas linhas de crédito do BNDES a juros mais baixos. As medidas visam a estimular o consumo e o investimento. Em contrapartida, o governo cobrou a manutenção do emprego e o repasse do benefício tributário ao consumidor. **ECONOMIA / PÁG. 81 E 82**

RS 5,5 bilhões
é o valor estimado de renúncia fiscal para os próximos 12 meses

BC reduz juro em 0,5 ponto, para 7,5%

O Banco Central anunciou ontem o início da política de taxa básica de juros, que caiu de 8% para 7,5% ao ano, novo mínimo histórico. Decisão foi por unanimidade. O Copom também deixou aberta a possibilidade de uma nova redução de Selic em outubro, mas a corte deve ser menor. **PÁG. 84**

'GCM VAI PARA A RUA PRENDER'

Líder das pesquisas de intenção de voto na corrida pela Prefeitura de SP, Celso Russomanno (PSB) quer fazer da segurança sua marca de governo, caso seja eleito. O candidato disse que pretende investir na Guarda Civil Metropolitana (GCM), integrar os trabalhos das polícias, espalhar câmeras pela cidade e envolver até os guardas noturnos para atuar numa polícia integrada de segurança pública. **NACIONAL / PÁG. 42**

'Quero ser o maior'
Usain Bolt diz a Jamil Chade que pretende lutar por recorde de recuados de Carl Lewis. **ESPORTES / PÁG. 43**

Tempo na capital
23º Máx.
12º Mín.
Sol raso. Frio moderado
Só no fim de semana
SÓ NO FIM DE SEMANA
SÓ NO FIM DE SEMANA

NOTAS E INFORMACOES
Uma lei contra os desmandados Dilma impõe o aumento do governo de funcionários. É preciso evitar a repetição dos abusos. **PÁG. 43**

Câmara de SP fará programa de demissões voluntárias

A Câmara de SP vai lançar um plano de demissões voluntárias com objetivo de cortar 12% dos funcionários. Indício no Legislativo, a solução poderá atingir

236 servidores contratados sem concurso sem estabilidade. A média salarial é de R\$ 5 mil. A economia anual pode chegar a R\$ 30 milhões. **ESPORTES / PÁG. 43**

THOMAS L. FRIEDMAN
A ganância errada de Morsi
O novo presidente egípcio - reconduzido ao poder em um levante pró-democracia - está emprestando sua legitimidade ao regime iraniano. **INTERNACIONAL / PÁG. 89**

DEMÉTRIO MAGALHÃES
Falta alinhem no banco dos réus
Lula é o maior beneficiário da tela de crimes do mensalão. Mas a acusação não fala dele. Quem acha que o ex-presidente não sabia da trama? **ESPORTES / PÁG. 43**

Faça revisões em seu veículo regularmente. VEJA NA PÁGINA 5.

Novo Código Florestal beneficia ruralistas
VDA / PÁG. 42

Dilma sanciona lei de cotas na universidade
VDA / PÁG. 42

A.22 | QUINTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Vida / AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

Ambiente. Houve redução da área mínima obrigatória de recuperação de vegetação desmatada ilegalmente às margens de rios; como queria bancada, decisão do quanto será recuperado fica a cargo de cada Estado; emenda que desprotegia rios intermitentes é retirada

MP do Código Florestal aprovada em comissão mista beneficia ruralistas



Aperto de mão. O senador Luiz Henrique (à esq.) cumprimenta o deputado Ronaldo Caiado após acordo para votação

OPINIÃO
KENZO JUCA
OBS: 20.12.05.16.12.12.00.0000
"Acompanho as negociações do Código desde 2009. Foi a primeira vez que eu vi uma votação por unanimidade. O consenso foi que florestas são essenciais ao desenvolvimento. É uma unanimidade contra o ambiente".

que surgem com as fortes chuvas, mas que não fluem com rios durante o ano. As negociações entre governo, ruralistas e ambientalistas prorrogaram a reunião por seis horas. Luiz Henrique apresentou um novo texto fora das regras regimentais. Dessa forma, apenas um consenso permitiria sua votação. Os deputados Ronaldo Caiado (DEM-PA) e Abelardo Lupion (DEM-PE) eram os mais resistentes. Quando o texto foi aprovado por unanimidade, ruralistas comemoraram. Segundo deputados da bancada, ruralistas comemoraram, o que foi chamado de curso de água efêmero, considerados os

'Texto está cada vez pior', dizem ambientalistas

Para ONGs ambientalistas, os ruralistas conseguiram flexibilizar ainda mais as regras de recuperação de margem de rio desmatada que o governo já tinha autorizado com a MP. "A verdade é que sempre o poder ficou por de quem está. E perde atrás de porta de proteção. Assim poucos os ruralistas estão conseguindo assim de recuperação", afirma Renata Camargo, do Greenpeace.

A chamada "retroatização" da gestão ambiental - agora os Estados definem quanto deve ser recuperado de margem de rio - também foi questionada. Para Kenzo Juca, do WWF, isso é polêmico porque quebra o princípio da gestão integrada com municípios, Estados e municípios. "Assim, um rio que cruzou em um Estado não pode correr o risco de ter as margens de cada lado de tamanhos diferentes". **18A**

aprovação tranquila no plenário da Câmara, na próxima semana, e no do Senado, na segunda semana de setembro, quando as duas Casas estarão trabalhando durante o recesso branco do período eleitoral. Um atraso nas negociações compromete a MP, que expira em 8 de outubro. Pelo texto aprovado, em média até 10 metros de largura em propriedades rurais, de 4 a 15 módulos fiscais, a recomposição de áreas desmatadas será de 15 metros contados da borda da linha do lote regular. Nos outros casos, com rios de qualquer largura, em propriedades acima de 15 módulos fiscais, a definição da

PAI ADOTIVO GAY GANHA DIREITO A LICENÇA-MATERNIDADE

Decisão obriga INSS a pagar salário e empregador a conceder benefício



Vitória Lucimar (dir.), com Rafael e o filho adotivo, João Vítor

de salário e a atuar, em até dez dias, o banco Barrisil, empresa onde trabalha Lucimar, que tem de conceder a licença de quatro meses para sua família. O caso está junto há 7 anos e resolveu oficialmente a relação com

trarem na fila da adoção. Inquirido sobre o caso, João Vítor, ainda na barriga, a mãe biológica da bebê procurou o advogado Rafael da cidade gaúcha para avisar que não tinha condições psicológicas de criar. Quando o garoto completou 13 meses, ela entregou o filho adotivo. O casal, que já tinha passado por todos os trâmites necessários, foi chamado de pais biológicos. Lucimar viu Rafael, "Salmo de la com o João. Foi a surpresa mais feliz da minha vida", diz ela. Ela não é filiada, que nem sabia da nova intenção de adoção.

Lucimar Lucimar ter conseguido fazer dois meses de férias de folga que estavam apenas 15 dias para ficar em casa com o filho adotivo. Ela trabalha em um restaurante, que frequentemente promovendo beneficentes em prol de orfanatos. Segundo a ideia de aumentar a família. En-

Inscrições para evento com o papa estão abertas

Notícia
Realizado em inscrições para o evento "Papa Bento XVI e o Brasil" em 2013 (MD), evento que será realizado entre os dias 2 e 24 de julho de próximo ano, no Rio de Janeiro, que marcará a primeira

parte do próprio trabalho de apoiar a juventude do mundo", afirmou o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom João Tereza. A participação na JM é gratuita, mas as inscrições online, que são pagas, garantem benefícios adicionais como alimentação, alojamento e seguro contra acidentes. Os preços variam entre R\$ 200 e R\$ 270, de acordo com o pacote escolhido, os dias de participação e o sistema de inscrição.

A ideia é criar uma pista de caminhada solidária, para garantir que jovens provenientes de regiões com baixo poder aquisitivo também participem. Podem ser feitas também contribuições adicionais, que vão compor um fundo solidário para financiar o pagamento das despesas com o evento. As inscrições serão feitas somente pelo site www.jm2013.org.br. É possível se inscrever gratuitamente para participar com voluntário. Cerca de 50 mil alunos esperados para ajudar na organi-

zação da JM e, até o momento, já são quase 50 mil inscritos. Os organizadores esperam também garantir acolhimento para quem não pode pagar. A inscrição custa R\$ 577,70 e o valor do pacote mais caro para se inscrever voluntário, que receberá alimentação, alojamento e seguro contra acidentes

para os cerca de 800 mil a 1 milhão de pessoas que não moram na cidade. Família e inscricoes que desejam ajudar podem se cadastrar no site com login de usuário. A agenda da hospedagem, re-ma recorre no Rio quando se trata de grandes eventos, não preocupa P. Orsani. "O jovem vem em espírito de peregrinação. Tem o seu suor de dor nas costas, a sua mochila, 3 metros quadrados, chuveiro, água para beber. É essa a condição."

O ESTADO DE S. PAULO

18 DE OUTUBRO DE 2012

RS 2,00 ANO 133 TP 43496

EDIÇÃO DE 18300 estado.com.br

Caderno 2
Patrimônio
Os planos de Jurema
Machado, presidente do
Iphan, com mais dinheiro



Classificados
Para anunciar
no Estado ligue:
(11) 3955.2001

STF começa com empate a julgar formação de quadrilha

Barbosa condena José Dirceu por união para o crime; Lewandowski o absolve e também livra Costa Neto

No início da última etapa do julgamento do mensalão, o ministro Joaquim Barbosa, relator do processo no STF, condenou o ex-ministro José Dirceu e outros 10 réus por formação de quadrilha para praticar os crimes que possibilitaram a compra de apoio político no Congresso durante o governo Lula. O relator da ação, Ricardo Lewandowski, portavoza da advocacia federal, imadiou voto profético contra outros três con-

JOAQUIM BARBOSA
relator do processo no STF
"Névia dividiu de tarefas no grupo, sempre aos grupos organizados formados para cometer crimes"

da legenda Jactato Lamas. Com a alteração de voto, a condenação dos dois por 6 votos a 4 teve um empate por 4 a 4. Já Lewandowski votou pelo crime de formação de quadrilha para investigação de delinções e corrupção. Costa Neto, no entanto, já está condenado por receber dinheiro em troca de apoio ao governo Lula e de ocultar a origem desses recursos. Na manifestação de voto, o ministro também condenou por corrupção o ex-advogado, **NACIONAL, PÁG. A4**

Já fui julgado pelas urnas, diz Lula
• Em entrevista ao jornal argentino *La Nación*, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo eterno" sobre o mensalão com o eleição do Dilma Rousseff. **PAZ, PÁG. A4**

Atirador fere 3 e se tranca em casa por 3h

Depois de 3h de negociação, Fernando Gouveia, de 33 anos, se entregou à polícia no fim da tarde de ontem. O homem atirou em um estacionário que cumpriria ordem de internação contra ele. Uma psicóloga tentou conversar com o rapaz, mas foi interrompida por atiradores. **CRIMES, PÁG. C2**



Ex-ministra, Erenice atua no bastidor de megacitação

Atuando da Casa Civil por denúncias de lobby e tráfico de influência, a ex-ministra Erenice Guerra voltou a atuar de negócios públicos, agora nos bastidores do TCU. Como advogada, ela levantou informações e discutia a situação de processos envolvendo a concessão de linhas interestaduais de ônibus, a ser lançada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), informa Paulo Fabiani. Agência de parte dos ministros da corte confirmam os menos três encontros. **NACIONAL, PÁG. A7**

Copom sinaliza fim do ciclo da queda dos juros

O Banco Central deixou mais claro que o ciclo de queda da taxa básica de juros (Selic), iniciado em agosto de 2011, chegou ao fim. Na data da reunião do Copom de semana passada, divulgada ontem, a instituição diz que os cinco diretores que votaram pela queda da taxa, de 7,25% para 7,0% ao ano, entregaram o papel para "um último dia de negociações monetárias". **ECONOMIA, PÁG. B1**

Petrobrás terá de cortar até R\$ 15 bi

A presidente da Petrobrás, Graça Foster, anunciou programa de cortes de até R\$ 15 bilhões para a partir de janeiro. A diretoria de Exploração e Produção está entre as atingidas. **ECONOMIA, PÁG. B4**

Código Florestal vai ao Supremo
Ambientalistas e ruralistas ficaram insatisfeitos com os vetos do governo ao Código Florestal e agora prometem levar a questão ao Supremo Tribunal Federal (STF). **VEJA, PÁG. A2**

Fare e Colômbia trocam acusações
INTERNACIONAL, PÁG. A18

Serra usa saúde contra Haddad
Acompanhado de José Serra (PSDB) afirmou que Fernando Haddad (PT) quer acabar com o Atendimento Médico Ambiental (AMA). O PT diz que o novo sistema é "inimável". **NACIONAL, PÁG. A9**

Almoço musical
Receitas gratuitas perto de meio-dia. Se equalizam por R\$ 7 e abrem público diversificado. **CRIMES, PÁG. C6**

CELSO MENEG
As explicações do Copom
Uma leitura atenta da ata do Copom, cuja função é apresentar as medidas das decisões tomadas na política monetária, aponta para inconsistências. **ECONOMIA, PÁG. B2**

RICHARD N. HANAS
É hora de testar o IIR
Uma opção seria negociar um teto para o programa nuclear que não seja muito mais caro. Terá um ano até demais para os EUA e Israel. **VEJA, PÁG. A10**

RENATO DE LLOYD BRANDÃO
Viva as mí e uma notas
Quando, no ano 2012, todos usavam drogas, eu disse "há três mil anos, há 10 mil e Uma Noite". Sem cartolina, eu digo: não é isso. **CRIMES, PÁG. C14**

Tempo na capital
27º Máx. 18º Mín.
Temperatura máxima e mínima para hoje e amanhã. **VEJA, PÁG. A10**

Quem tem medo da inflação?
O Copom justificou uma atitude de manter o juro em 7%. **PÁG. A3**

A22 SEXTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Viria / AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

Ambiente. Decreto presidencial com nove vetos no texto do Código Florestal aprovado pelo Congresso desagradou adversários, que devem entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo; presidente do Senado, porém, diz que vetos foram corretos

Ruralistas e ambientalistas querem ir ao STF contra vetos de Dilma ao Código

Rosa Couto / BRASILIA

Para especialista, alta do desmatamento provocou reação

Os vetos do governo à nova regulamentação do Código Florestal deixaram insatisfeitos ruralistas e ambientalistas, que prometem levar a batalha ao Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto os ambientalistas consideraram insuficientes os nove vetos alterados pelo decreto presidencial, a bancada ruralista foi surpreendida com a cunha política patrocinada pelo Planalto, que evasiva críticas de setores ligados ao agronegócio.

O ministro da Casa Civil, deputado Ronaldo Caiado (GO), anunciou que o partido vai entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF para questionar a "banca legislativa" para anular os efeitos do decreto da presidente Dilma Rousseff que procede às brechas deixadas pelos vetos.

"O decreto que trata a terra já existente, não para substituir as aprovações do Congresso", explica, Caiado afirma que o tribunal atenderá as expectativas de seu partido. "A presidente Dilma está curando muito mais à pressão de ONGs internacionais em detrimento de um setor que sabe o que é meio ambiente e sabe preservar", afirma. Ele afirma que o produtor ruralista sempre foi tratado com regras incompatíveis à sua atividade.

Mais moderado, o vice-presidente da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), senador Waldemir Mota (PMDB-MS), anunciou que a maioria dos vetos não são necessários para atender a maioria dos produtores rurais. "Não é o caso de patentear, uma análise equilibrada evitaria um enfrentamento desnecessário".

A presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), senadora Rita Alencar (PSD-TO), foi caudila. Ela endossou a iniciativa de Dilma de excluir alguns pontos do texto da legislação nas margens dos rios, "que poderia trazer o risco de contaminação de defensores", mas que cabe aos parlamentares dar a última palavra sobre o Código, votando pela "proteção e preservação", defendeu.

"O Código não é o ideal, mas foi a melhor possibilidade de correção de forças do Congresso", afirmou. Ela defendeu o espírito do texto aprovado pelo Copom em 2011, mas afirmou que o texto do Código não foi aprovado pelo Congresso Nacional, mas pelo STF.

Para a advogada Geraci da Silva, do Ministério do Meio Ambiente, o Congresso não aprovou o Código, mas o STF aprovou o Código. Ela afirmou que o STF não tem o poder de legislar, mas apenas de julgar. Ela afirmou que o STF não tem o poder de legislar, mas apenas de julgar.

DECRETO ALTERA PROJETO APROVADO PELO CONGRESSO

• Vetos de Dilma retomam a chamada "escadinha" e reforçam cadastro ambiental

1 Área de Preservação Permanente (APP)
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa. O QUE MUDA:
• Vetado o plantio ou reflorestamento de áreas degradadas de APPs com espécies florestais. Segura o governo, a permissão no texto anterior deixava a manuseio e a biodiversidade.
• Propriedades com 50% de Reserva Legal voltaram a ser obrigadas a recompor APPs. A proposta anterior autorizava a ser de vegetação nativa para atingir o total.
• Proibida a recomposição com espécies florestais, perenes ou de ciclo longo, nativas e exóticas em pequenas propriedades.

2 Reserva Legal
Área necessária para assegurar a proteção da fauna e a floresta nativa. O QUE MUDA:
• Vetado o índice que permitia aos proprietários reflorestarem apenas 25% total do imóvel, em áreas superiores a 4 e com até 10 módulos fiscais. O governo diz que o benefício é apenas para imóveis rurais de até quatro módulos.

3 Regularização das propriedades rurais
O que é necessário para a regularização das propriedades rurais. O QUE MUDA:
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País, independentemente do tipo de propriedade. O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

4 Rios Interflúvios
Rios de até 7 m com curso de água em áreas agrícolas. O QUE MUDA:
• O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

5 Regularização das propriedades rurais
O que é necessário para a regularização das propriedades rurais. O QUE MUDA:
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País, independentemente do tipo de propriedade. O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

6 Regularização das propriedades rurais
O que é necessário para a regularização das propriedades rurais. O QUE MUDA:
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País, independentemente do tipo de propriedade. O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.



‘É um momento de a gente virar a página’, afirma ministra

Para a advogada Geraci da Silva, do Ministério do Meio Ambiente, o Congresso não aprovou o Código, mas o STF aprovou o Código. Ela afirmou que o STF não tem o poder de legislar, mas apenas de julgar. Ela afirmou que o STF não tem o poder de legislar, mas apenas de julgar.

para a regulamentação", diz. A alegação do governo é que o Código aprovado pelo Congresso de terminaria apenas com a recomposição das áreas nas margens dos rios desmatadas antes de 2008 tivessem entre 10 e 100 metros, mas restaria para o Executivo definir como serão as regras do futuro decreto.

Para a advogada Geraci da Silva, do Ministério do Meio Ambiente, o Congresso não aprovou o Código, mas o STF aprovou o Código. Ela afirmou que o STF não tem o poder de legislar, mas apenas de julgar. Ela afirmou que o STF não tem o poder de legislar, mas apenas de julgar.



O ESTADO DE S. PAULO

DOMINGO, 18 DE SETEMBRO DE 2016 | Notas e Informações | A3

Domingo 18 DE SETEMBRO DE 2016 R\$ 6,00 ANO 137 Nº 4986 EDIÇÃO DE 1.396,00 estado.com.br

Caderno2 CORRUPÇÃO NA TRAMA DAS NOVE

Política e poder serão abordados em novela de Maria Adelaide Amaral



Aliás John Neschling, de maestro-herói a investigado em esquema de corrupção em Municipal. **PÁG. 84**

Metrópole NADA DE IR EMBOIRA **PÁG. 425**
Profissionais de Mais Médicos avisam não querem voltar

Receita cobra R\$ 10 bilhões de investigadores na Operação Lava Jato

Empreiteiros, políticos e funcionários públicos estão entre os principais alvos

A Receita Federal vai cobrar mais de R\$ 10 bilhões dos investigadores da Operação Lava Jato. São 28 empreiteiros, além de políticos, funcionários públicos e executivos acusados de terem sonegado impostos entre 2007 e 2014. Apunhados nas investigações do esquema de corrupção na Petro-



PARALIMPIADA VIRA HIT ENTRE AS CRIANÇAS

Crianças tiram foto com as campesãs paraolímpicas de beach. Evani Calabro e Evelyn Oliveira, no Parque Olímpico da Barra

Troca de remédio cresce na web

Desejado grampo de Facebook foi usado como balcão de troca e distribuição de medicamentos. Mariana de Melo passou a comprar remédios em rede de amigos que morreu. **PÁG. 82**

Mais próximos nas pesquisas, candidatos debatem hoje

Atividade de divulgação dos principais candidatos à Prefeitura de São Paulo participaram de uma reunião de trabalho movido pelo Estado, TV Gazeta e Twitter, num cenário de forte disputa pelo segundo lugar. Pesquisas apontam que na vantagem de Celso Russomanno (PSB) e empresário entre Marta Suplicy (PMDB) e João Dória (PSDB). **PÁG. 104**

Em 2.532 cidades, só brancos

Em dois dias de eleições, 2.532 cidades foram registradas com 100% de eleitores brancos. A pesquisa foi feita pelo IBGE. **PÁG. 40**

EdUARDO Cunha E SERÁ DIFÍCIL MOREIRA FRANCOFICAR

EdUARDO Cunha, líder do PSD no Senado, afirmou que a vitória de Aécio Neves em 2014 não foi apenas uma vitória pessoal, mas uma vitória da democracia brasileira. Ele também mencionou a importância da participação política dos cidadãos.

Rio 'Na hora em que as investigações da Operação Lava Jato atingiram o Rio de Janeiro, houve um grande impacto. A cidade foi afetada por uma crise econômica, com a queda das ações da Petrobras e a perda de empregos. No entanto, a cidade também viu o crescimento de setores como o turismo e o comércio varejante.'

Dora Kramer

Dora Kramer, professora de Física, foi a primeira mulher a ser eleita para o Conselho Municipal de Educação de São Paulo. Ela se candidatou ao cargo em 2012 e venceu com 90% dos votos.

Mário Vargas Llosa

Mário Vargas Llosa, escritor peruano, recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 2010. Ele é conhecido por suas obras que exploram a realidade política e social do Peru.

Lenardo Karnal

Lenardo Karnal, jornalista e escritor brasileiro, recebeu o Prêmio Jabuti de Literatura em 2015 por seu livro 'A Luz da Manhã'.

Tropa de Elite

Um livro de Sérgio Cabral Filho, governador de Rio de Janeiro, sobre a atuação da Tropa de Elite na segurança pública. O livro descreve as operações da tropa de elite da Polícia Militar do Rio de Janeiro e sua atuação contra o crime organizado.

Comissão de Administração Roberto Carlos Moraes	Ministros Fernando Collor, Paulo Sérgio, Álvaro Dias, César Maia, Carlos Eduardo, Luiz Fernando, Manoel Fiel Filho	Deputados Antonio Carlos Dutra, Antonio Carlos Dutra	Deputado Federal Fernando Rodrigues	Deputado Estadual Antonio Carlos Dutra	Deputado Municipal Antonio Carlos Dutra
---	--	--	---	--	---

Notas e Informações

Código Florestal em risco

São certamente compromissos ausentes, que colocam o Brasil em situação internacional de proteção do meio ambiente. O protimismo internacional contrasta, porém, com o risco de um grave retrocesso interno na questão ambiental. Não faria qualquer sentido posar no cenário internacional de amigo do meio ambiente, e, internamente, desprezar medidas em prol da sustentabilidade que já está funcionando. O preço de retrocesso interno, então, é a perda do status de país líder em matéria ambiental. Isso é uma realidade que precisa ser considerada. O Brasil não pode ser visto como o grande responsável pela degradação ambiental, mas como o grande responsável pela recuperação do meio ambiente.

Os 14 contêineres de Lula

Diz-se que os 14 contêineres de Lula são os últimos restos de uma campanha que não conseguiu ser bem-sucedida. A pergunta é: quem são esses contêineres? São os restos de uma campanha que não conseguiu ser bem-sucedida. A pergunta é: quem são esses contêineres? São os restos de uma campanha que não conseguiu ser bem-sucedida.

Uma reforma possível

Uma reforma política é necessária para garantir a sustentabilidade do Brasil. Isso envolve a criação de um sistema eleitoral que seja mais justo e transparente. Isso também envolve a criação de um sistema de financiamento de campanhas que seja mais equitativo e menos suscetível a corrupção. Uma reforma política é necessária para garantir a sustentabilidade do Brasil. Isso envolve a criação de um sistema eleitoral que seja mais justo e transparente. Isso também envolve a criação de um sistema de financiamento de campanhas que seja mais equitativo e menos suscetível a corrupção.

Uma reforma possível

Uma reforma política é necessária para garantir a sustentabilidade do Brasil. Isso envolve a criação de um sistema eleitoral que seja mais justo e transparente. Isso também envolve a criação de um sistema de financiamento de campanhas que seja mais equitativo e menos suscetível a corrupção. Uma reforma política é necessária para garantir a sustentabilidade do Brasil. Isso envolve a criação de um sistema eleitoral que seja mais justo e transparente. Isso também envolve a criação de um sistema de financiamento de campanhas que seja mais equitativo e menos suscetível a corrupção.

NOTAS E INFORMAÇÕES

Código Florestal em risco

Engenheiros, arquitetos e urbanistas têm medo de serem afetados pelo novo Código Florestal. Eles estão preocupados com a possibilidade de serem afetados pelo novo Código Florestal, que pode mudar as regras para a preservação ambiental.

Os 14 contêineres de Lula

Os 14 contêineres de Lula são os últimos restos de uma campanha que não conseguiu ser bem-sucedida. A pergunta é: quem são esses contêineres? São os restos de uma campanha que não conseguiu ser bem-sucedida.

Tempo SP

Tempo SP é um aplicativo para celular que fornece informações sobre o tempo em São Paulo. É uma ferramenta útil para quem quer saber o tempo antes de sair de casa.

Tropa de Elite

Um livro de Sérgio Cabral Filho, governador de Rio de Janeiro, sobre a atuação da Tropa de Elite na segurança pública. O livro descreve as operações da tropa de elite da Polícia Militar do Rio de Janeiro e sua atuação contra o crime organizado.

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE S. PAULO



Pedágio sobe, mas empresas não respeitam contratos

Reajuste de tarifa em rodovias concedidas chega a 70% acima da inflação, enquanto obras deixam de ser feitas

Obra atrasaram ou não foram executadas, investimentos e outras obrigações contratuais deixaram de ser cumpridas. Mesmo assim, a maior parte das concessionárias de rodovias federais não se deu favelada com o aumento da tarifa, mas se deu favelada com o aumento de índices acima da inflação. Levantamento

do Tribunal de Contas da União (TCU) com dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) mostra que quase todas as concessionárias focalizadas pela agência estão nessa situação - 80 mil de 9 mil mil de contratos, ou 8% da malha federal. A primeira etapa pede concessões, diz a

da de 90, é a que tem a situação mais crítica: todas reajustaram a tarifa acima da inflação, com casos de aumento de mais de 70%, enquanto entre 70% e 100% das obras deixaram de ser feitas. O TCU não está no projeto original. Para o TCU, esse modelo incentiva o descumprimento de contratos. PÁG. A3

Corrupção EUA APONTAM DESVIO NA VENEZUELA

A Justiça americana investiga integrantes da cúpula do governo da Venezuela pelo uso de contatos para lavar bilhões de dólares, desviar fortunas para paraísos fiscais e comprar traficantes de drogas, informa um relatório da New York Jamil Chade. O esquema pode envolver a primeira FDI- SA em US\$ 1 bilhão. Suíça, Dinamarca e Alemanha participam da operação. PÁG. A1A



Ela manda no vestiário Nimara Aves faz história no futebol brasileiro como primeira mulher a ter registro de atleta profissional. Ela também é modelo e atriz. PÁG. A1A

Por eleição, Meirelles poderá deixar PSD

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admite que poderá sair do PSD para concorrer à Presidência. O ministro preferiu, até agora, o PPS do presidente Temer. PÁG. A4

Os bastidores da intervenção no Rio

Informações e detalhes sobre o bastão de velas e protagonismo do chefe da Secretaria Geral da Presidência, Mauro Franco, assim como o governo do Povo e a resistência inicial de Rodrigo Maia. Intervenção no Rio. PÁG. A6

Jovens militares veem 'guerra' perto de casa

Metodologia PÁG. A18

Comemoração de gols enfurece adversários

ESPORTE PÁG. A22

Advertisement for CAOA CHERY featuring a car and the slogan 'PREPARE-SE PARA DIRIGIR UMA NOVA MARCA.' Includes contact information for Chery in São Paulo.

Table with columns for Conselho de Administração, Direção, Direção Presidente, and Direção Vice-Presidente, listing names of officials.

Notas & Informações

O que se espera da intervenção

Uma intervenção como a que o governo federal estabeleceu na segurança pública só poderá ser considerada bem-sucedida se der algum resultado em termos de redução da criminalidade. Até agora, contudo, as autoridades envolvidas na implementação da medida parecem ocupar-se - tardiamente, enfaticamente - apenas das questões básicas da operação policial, deixando de mencionar o que se pretende fazer de médio e longo prazo.

Um grande equívoco na política fluminense, é virtualmente impossível que essa façanha seja feita em apenas dois meses, que é o prazo da intervenção. Além disso, não é razoável esperar que a criminalidade seja domada sem um plano consistente que restabeleça a cidadania de milhões de moradores de comunidades desamparadas pelo Estado. Onde não há saneamento básico, educação e saúde, onde as oportunidades de uma vida melhor não existem, onde a lei do mais forte prevalece e a ordem social é fragilizada, não se trata de uma agenda política e eleitoral de curto prazo. Nenhuma ação contra a criminalidade no Rio de Janeiro ou em qualquer outra grande cidade será bem-sucedida se vier de desconhecidos de medidas que visem a eliminar algumas condições-raízes do problema - a começar pelo corrupção na polícia. Ainda que o governo federal pretenda promover

ser mais abrangentes e mais bem estruturados que as anteriores, repetição do modelo que já se prova ineficaz. Fala-se em "sufocar" as áreas dominadas pelo narcotráfico e cogita-se até de usar mandados de busca e apreensão coletivos para capturar bandalhos - ou seja, pretende-se lutar não até mesmo de instrumentos que violam o Estado de Direito sob o argumento de que não há outra maneira de combater o crime naquelas condições.

Solução capenga

Um relatório do Ministério do Trabalho, Jefferson acrescentou a decisão do partido sereno do Hebelem Yonara. O PTB (RJ) como ministro do Trabalho e poderá ser concentrar em sua defesa. A deputada federal já declarou interesse em concorrer a um novo mandato nas eleições de novembro de 2012.

Irresponsabilidade com o campo

Além não foi concluído o julgamento pelo plenário do Superior Tribunal Federal (STF) em 2012. Faltou o voto de Ricardo Lewandowski e o de Luiz Fux. O ministro Ricardo Lewandowski não votou em favor de uma intervenção no Rio de Janeiro.

Um grande equívoco

Um grande equívoco na política fluminense, é virtualmente impossível que essa façanha seja feita em apenas dois meses, que é o prazo da intervenção.

Para o governo também foi uma saída conveniente sob o ponto de vista político. Sem ter de tomar a iniciativa de sair do Brasil, em seu lugar, recomendar a perseguição de Hebelem Yonara a frente do Ministério do Trabalho, que acabou sendo imediatamente desistido de sua candidatura. Negociação, em termos de um passo a mais, mesmo com o recuo na indicação de Cristiane Brasil, em seu lugar, recomendar a perseguição de Hebelem Yonara a frente do Ministério do Trabalho, que acabou sendo imediatamente desistido de sua candidatura. Negociação, em termos de um passo a mais, mesmo com o recuo na indicação de Cristiane Brasil, em seu lugar, recomendar a perseguição de Hebelem Yonara a frente do Ministério do Trabalho, que acabou sendo imediatamente desistido de sua candidatura.

Para o governo também foi uma saída conveniente sob o ponto de vista político. Sem ter de tomar a iniciativa de sair do Brasil, em seu lugar, recomendar a perseguição de Hebelem Yonara a frente do Ministério do Trabalho, que acabou sendo imediatamente desistido de sua candidatura. Negociação, em termos de um passo a mais, mesmo com o recuo na indicação de Cristiane Brasil, em seu lugar, recomendar a perseguição de Hebelem Yonara a frente do Ministério do Trabalho, que acabou sendo imediatamente desistido de sua candidatura.

Para o governo também foi uma saída conveniente sob o ponto de vista político. Sem ter de tomar a iniciativa de sair do Brasil, em seu lugar, recomendar a perseguição de Hebelem Yonara a frente do Ministério do Trabalho, que acabou sendo imediatamente desistido de sua candidatura. Negociação, em termos de um passo a mais, mesmo com o recuo na indicação de Cristiane Brasil, em seu lugar, recomendar a perseguição de Hebelem Yonara a frente do Ministério do Trabalho, que acabou sendo imediatamente desistido de sua candidatura.

Vera Magalhães

Juizéria no dia 14. Júbias combatem corrupção, mas recorrem ao corporativismo para manter privilégios. PÁG. A4

Corretor RS 14 tá em meio

Corretor RS 14 tá em meio a uma campanha eleitoral antecipada e entrega seus membros? Por muito menos o Huck foi intimado? PÁG. A4

ESTADO DE S. PAULO

As Equipes Carvão Eternos, SP 0208-0000. PÁG. A1

Notas & Informações

O que se espera da intervenção? Não é razoável esperar que a criminalidade seja domada sem um plano consistente que restabeleça a cidadania de milhões de moradores de comunidades desamparadas pelo Estado. Onde não há saneamento básico, educação e saúde, onde as oportunidades de uma vida melhor não existem, onde a lei do mais forte prevalece e a ordem social é fragilizada, não se trata de uma agenda política e eleitoral de curto prazo.

Rio: Defensoria crítica

Militares tiraram fobos de moradores com seus documentos para chegam de antecedentes. 10,694

Medida legal, inconstitucional e ridícula

Medida legal, inconstitucional e ridícula. Além de promover a corrupção, a medida também é inconstitucional e ridícula. Além de promover a corrupção, a medida também é inconstitucional e ridícula.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1890
 JULIO MESQUITA
 (1890-1927)
 EDIÇÃO 18330

Quinta-feira 1 DE MARÇO DE 2018 R\$ 4,00 ANO 139 Nº 45425 estado.com.br

A longa fila na rota da soja

Uma fila de oito quilômetros de caminhões de soja espera que máquinas do Exército abram caminho na BR-163, perto de Nova Progresso, no Par. O Estado percorre a rota do escoamento da produção de Mato Grosso. **ECONOMIA/PÁG. 87**



Foto: Roberto Reis/Agência

Refis mais recente perdoa R\$ 62 bi, quase o dobro do previsto

Regras mais generosas, com descontos de até 70% em multas e de até 90% em juros, concedidas após pressão no Congresso, atraíram adesão maior do que a esperada

Deve chegar a R\$ 62 bilhões o perdão concedido pelo governo federal no último parcelamento de débitos tributários, o Refis. O valor é quase o dobro dos R\$ 35 bilhões esperados. O cálculo foi atualizado pela Receita Federal porque, com regras mais generosas, a versão final do programa acabou incentivando adesão maior do que a prevista. A primeira versão do Refis não incluía descontos em multas e juros. Após pres-

R\$ 8 bilhões foram pagos à vista, e, para a Receita, indica que parte das empresas não precisava recorrer ao Refis.

são de parlamentares - muitos deles com dívidas com o Fisco - para melhorar as condições da proposta, o gover-

no acabou concedendo descontos de até 70% em multas e de até 90% em juros, de olho em futuro apoio à reforma da Previdência, que acabou congelada. Os parcelamentos especiais permitem que empresas refinanciem dívidas com descontos sobre juros, multas e encargos e, em troca, o governo recebe uma parcela da dívida adiantada, mas abre mão do que poderia ganhar com juros e multas. **ECONOMIA/PÁG. 81**

paladar
47 lugares
 para comer e beber no Baixo Pinheiros

• Nos últimos quatro anos, a oferta de bares, restaurantes e cafés na região cresceu e se diversificou. E a tendência continua: três casas já abriram em 2018. **PÁG. 81 e 83**

Prioridade da Lava Jato continua, diz Jungmann

O ministro da Segurança, Raul Jungmann, disse ontem que a Lava Jato é o combate à corrupção continuam sendo prioridade da Polícia Federal, mesmo com a transferência da coordenação do Ministério da Justiça para sua pasta. Mais 20 delegados devem

ser mandados para o setor de combate à corrupção, de acordo com o ministro. Jungmann disse ainda que a troca de Fernando Segovia por Rogério Galvão no comando da PF é resultado de sua "releição pessoal" com este. **POLÍCIA/PÁG. 44**

adorno2

Chave: mídia em comum. Lutz Rauffo lança 'A Cidade Diurna', seu primeiro livro do gênero. **PÁG. 61**

Desemprego sobe, mas vagas formais ficam estáveis

A despeito de trabalhadores temporários do fim do ano elevou a taxa de desemprego para 12,5% no trimestre encerrado em janeiro, ante 11,8% no período anterior. Dados do IBGE apontam, porém, estabilidade no emprego formal. **ECONOMIA/PÁG. 83**

STF aprova novo Código Florestal e anistia multas

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem pela constitucionalidade da maioria dos pontos da lei que altera o Código Florestal, de 1966. A decisão perdura as multas de quem fez desmatamento ilegal até julho de 2008. **MEIO-AMBIENTE/PÁG. 412**

Startup
NUBANK TEM NOVO APOORTE E VALE US\$ 1 BI

A startup brasileira Nubank, que tem 3 milhões de cartões de crédito emitidos no País e já é avaliada em mais de US\$ 1 bilhão, recebeu novo investimento, de US\$ 100 milhões. **ECONOMIA/PÁG. 88**

• Odebrecht usou caixa 2 em campanha no Peru
INTERNACIONAL/PÁG. 43

• Ex-deputado é condenado por crime de trânsito
METROPÓLE/PÁG. 414

NEW ELANTRA 2018
2.0 FLEX 167 CV
 O HYUNDAI MAIS VENDIDO DO MUNDO.

A partir de **R\$ 84.990**, mais

Taxa a partir de **0,81% a.m.**

Financie o veículo com o **IP PARCELAR SÓ EM JULHO**

www.ck.com.br

Oslo Ming
 Falta direcionamento o grande impacto sobre o emprego que virá a reboque da revolução prevista para o setor automotivo. **ECONOMIA/PÁG. 82**

Veríssimo
 O golpe de 1964 e a intervenção de 2018 refletem muita da apelar para os militares como instância final antes do caos. **CADERNO2/PÁG. 69**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Distribuir para crescer

Qualquer programa sério de crescimento deve incluir o combate à corrupção e à desigualdade, segundo o novo estudo sobre a economia brasileira da OCDE. **PÁG. 43**

Um Ministério sem sentido
 Per que havia necessidade de se criar um Ministério para a segurança pública se já havia uma pasta, a da Justiça? **PÁG. 43**

Tempo em SP **SP PAÍS 37 PAÍS**

Metrópole



Congresso
Deputados aprovam projeto de lei pro-apgs de transporte. Pág. A15

Ambiente. Decisão, que libera de multa quem desmatou ilegalmente até julho de 2008, foi recebida com alívio pelo agronegócio e com desânimo por ambientalistas. Ambos concordam, porém, que finalmente há segurança jurídica para implementar lei de 2012

Após 6 anos de questionamentos, STF declara constitucional Código Florestal



No chão. Floresta cortada na Amazônia

Estimado
11 mi
de hectares de pastagem de áreas desmatadas no Brasil, que foram substituídas por áreas produtivas.

12 mi
de hectares de pastagem de áreas desmatadas no Brasil, que foram substituídas por áreas produtivas.

Gláucia Gilvair
Anistia Paga
Tio Cary | JABUÍ

QUE OS PREMIOS DECIDI

Após quase seis anos de questionamentos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, em votação apertada, pela constitucionalidade da maioria dos pontos da Lei de 2012 que alterou o Código Florestal de 1965, que rege como deve se dar a proteção da vegetação nativa em propriedades rurais do País.

A decisão, recebida com alívio pelo agronegócio e com desânimo por ambientalistas e cientistas, trouxe, em comum aos dois lados, a sensação de que agora há segurança jurídica para, enfim, implementar a lei. No entanto, 61 pontos em questão foram por quatro ações diretas inconstitucionalidade (Adi).

Entre os mais polêmicos estavam os que conferem anistia de multa e outras obrigações a quem desmatou ilegalmente até julho de 2008 - data marco na lei que separa desmatamentos legais de ilegais em termos de concessão dos recursos.

O ministro Luiz Fux, que relator o processo, tinha entendido por exemplo, que artigo 9º da lei autorizava, via contra a Constituição, o artigo estabelecido no regime jurídico ambiental (PRA) - dispositivo que trata sobre como deve se dar a regularização de áreas des-

Que foi mantido
● **Anistia**
Com decreto legislativo até 22 de julho de 2008, mas aderindo ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22/7/2008. O proprietário que desmatou legalmente Área de Preservação Permanente (APP) é obrigado a se cumprir. Quem fez isso após essa data, não pode ter novas autorizações de corte da vegetação.

Que mudou
● **Nascentes**
Para lei, apenas nascentes e olhos de água podem ser protegidos por APP (50 metros). De acordo com os ministros, todos as nascentes e olhos de água, intermitentes ou permanentes, devem ser protegidos.

Lições
Ministros proibiram lições, alterações sanitárias, quadras de esportes e estádios em APPs.

Justiça
Compreensão
Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada pode ser feita no mesmo bioma.

Escadinhão
Artigo que define que terrenos diferentes de APP têm de ser protegidos segundo tamanho do produtor rural fixo mantido.

matadas legalmente.

Há um parágrafo no artigo que prevê que a partir do momento que o proprietário desmatou até julho de 2008, ele enquanto estiver sendo cumprido o termo de compromisso, ele não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008 por desmatamento em Área de Preservação Permanente (APP) - como margens de rios, nascentes e de Reserva Legal. Ou seja, não reconhecerá a restrição de área, proprietário não pode ser multado.

“A lei confere verdadeira anistia condicional a esses infratores, em total desconformidade com o mandamento constitucional”, disse Fux no voto passado, ao apresentar seu voto.

Quatro ministros - Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Rosa Weber, Carmen Lúcia e Dias Toffoli - viram de outro modo. Para Moraes, por exemplo, que votou a favor desse trecho da lei, se a norma fosse declarada inconstitucional, todos aqueles que se regularizaram e aceitaram a recuperação

Gláucia Gilvair
Anistia Paga
Tio Cary | JABUÍ

QUE OS PREMIOS DECIDI

matadas legalmente.

Há um parágrafo no artigo que prevê que a partir do momento que o proprietário desmatou até julho de 2008 - data marco na lei que separa desmatamentos legais de ilegais em termos de concessão dos recursos.

O ministro Luiz Fux, que relator o processo, tinha entendido por exemplo, que artigo 9º da lei autorizava, via contra a Constituição, o artigo estabelecido no regime jurídico ambiental (PRA) - dispositivo que trata sobre como deve se dar a regularização de áreas des-

Que foi mantido
● **Anistia**
Com decreto legislativo até 22 de julho de 2008, mas aderindo ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22/7/2008. O proprietário que desmatou legalmente Área de Preservação Permanente (APP) é obrigado a se cumprir. Quem fez isso após essa data, não pode ter novas autorizações de corte da vegetação.

Que mudou
● **Nascentes**
Para lei, apenas nascentes e olhos de água podem ser protegidos por APP (50 metros). De acordo com os ministros, todos as nascentes e olhos de água, intermitentes ou permanentes, devem ser protegidos.

Lições
Ministros proibiram lições, alterações sanitárias, quadras de esportes e estádios em APPs.

Justiça
Compreensão
Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada pode ser feita no mesmo bioma.

Escadinhão
Artigo que define que terrenos diferentes de APP têm de ser protegidos segundo tamanho do produtor rural fixo mantido.

matadas legalmente.

Há um parágrafo no artigo que prevê que a partir do momento que o proprietário desmatou até julho de 2008 - data marco na lei que separa desmatamentos legais de ilegais em termos de concessão dos recursos.

O ministro Luiz Fux, que relator o processo, tinha entendido por exemplo, que artigo 9º da lei autorizava, via contra a Constituição, o artigo estabelecido no regime jurídico ambiental (PRA) - dispositivo que trata sobre como deve se dar a regularização de áreas des-

Gláucia Gilvair
Anistia Paga
Tio Cary | JABUÍ

QUE OS PREMIOS DECIDI

matadas legalmente.

Há um parágrafo no artigo que prevê que a partir do momento que o proprietário desmatou até julho de 2008 - data marco na lei que separa desmatamentos legais de ilegais em termos de concessão dos recursos.

O ministro Luiz Fux, que relator o processo, tinha entendido por exemplo, que artigo 9º da lei autorizava, via contra a Constituição, o artigo estabelecido no regime jurídico ambiental (PRA) - dispositivo que trata sobre como deve se dar a regularização de áreas des-

matadas legalmente.

Há um parágrafo no artigo que prevê que a partir do momento que o proprietário desmatou até julho de 2008 - data marco na lei que separa desmatamentos legais de ilegais em termos de concessão dos recursos.

O ministro Luiz Fux, que relator o processo, tinha entendido por exemplo, que artigo 9º da lei autorizava, via contra a Constituição, o artigo estabelecido no regime jurídico ambiental (PRA) - dispositivo que trata sobre como deve se dar a regularização de áreas des-

Metrópole



São Paulo
Prefeitura quer facilitar instalação de antenas. Pág. A15

Ambiente. Decisão, que libera de multa quem desmatou ilegalmente até julho de 2008, foi recebida com alívio pelo agronegócio e com desânimo por ambientalistas. Ambos concordam, porém, que finalmente há segurança jurídica para implementar lei de 2012

STF declara constitucional anistia a desmatador do novo Código Florestal



No chão. Floresta cortada na Amazônia

Estimado
11 mi
de hectares de pastagem de áreas desmatadas no Brasil, que foram substituídas por áreas produtivas.

12 mi
de hectares de pastagem de áreas desmatadas no Brasil, que foram substituídas por áreas produtivas.

Gláucia Gilvair
Anistia Paga
Tio Cary | JABUÍ

QUE OS PREMIOS DECIDI

matadas legalmente.

Há um parágrafo no artigo que prevê que a partir do momento que o proprietário desmatou até julho de 2008 - data marco na lei que separa desmatamentos legais de ilegais em termos de concessão dos recursos.

O ministro Luiz Fux, que relator o processo, tinha entendido por exemplo, que artigo 9º da lei autorizava, via contra a Constituição, o artigo estabelecido no regime jurídico ambiental (PRA) - dispositivo que trata sobre como deve se dar a regularização de áreas des-

Que foi mantido
● **Anistia**
Com decreto legislativo até 22 de julho de 2008, mas aderindo ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22/7/2008. O proprietário que desmatou legalmente Área de Preservação Permanente (APP) é obrigado a se cumprir. Quem fez isso após essa data, não pode ter novas autorizações de corte da vegetação.

Que mudou
● **Nascentes**
Para lei, apenas nascentes e olhos de água podem ser protegidos por APP (50 metros). De acordo com os ministros, todos as nascentes e olhos de água, intermitentes ou permanentes, devem ser protegidos.

Lições
Ministros proibiram lições, alterações sanitárias, quadras de esportes e estádios em APPs.

Justiça
Compreensão
Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada pode ser feita no mesmo bioma.

Escadinhão
Artigo que define que terrenos diferentes de APP têm de ser protegidos segundo tamanho do produtor rural fixo mantido.

matadas legalmente.

Há um parágrafo no artigo que prevê que a partir do momento que o proprietário desmatou até julho de 2008 - data marco na lei que separa desmatamentos legais de ilegais em termos de concessão dos recursos.

O ministro Luiz Fux, que relator o processo, tinha entendido por exemplo, que artigo 9º da lei autorizava, via contra a Constituição, o artigo estabelecido no regime jurídico ambiental (PRA) - dispositivo que trata sobre como deve se dar a regularização de áreas des-

Gláucia Gilvair
Anistia Paga
Tio Cary | JABUÍ

QUE OS PREMIOS DECIDI

matadas legalmente.

Há um parágrafo no artigo que prevê que a partir do momento que o proprietário desmatou até julho de 2008 - data marco na lei que separa desmatamentos legais de ilegais em termos de concessão dos recursos.

O ministro Luiz Fux, que relator o processo, tinha entendido por exemplo, que artigo 9º da lei autorizava, via contra a Constituição, o artigo estabelecido no regime jurídico ambiental (PRA) - dispositivo que trata sobre como deve se dar a regularização de áreas des-

matadas legalmente.

Há um parágrafo no artigo que prevê que a partir do momento que o proprietário desmatou até julho de 2008 - data marco na lei que separa desmatamentos legais de ilegais em termos de concessão dos recursos.

O ministro Luiz Fux, que relator o processo, tinha entendido por exemplo, que artigo 9º da lei autorizava, via contra a Constituição, o artigo estabelecido no regime jurídico ambiental (PRA) - dispositivo que trata sobre como deve se dar a regularização de áreas des-

NICOM - Venda de equipamentos eletrônicos e informática. Ofertas especiais em câmeras, impressoras e acessórios. Contato: 5033-2000.

ibama multa mineradora no Pará em R\$ 20 mi - O Ibama embargou parte da estrutura da mineradora Hydro Alamos, em Bacerema (PA), multou a empresa em R\$ 20 milhões. Adesão foi tomada ontem, dias após o ministro do Meio Ambiente, Sanyr Filho, pedir a interdição da estrutura.

